

Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Resumo executivo

Apresentação

A NEMUS – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. apresenta o Resumo executivo relativo à ***Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.***

A NEMUS agradece a confiança demonstrada, o acompanhamento e todo o apoio prestados pelo Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, durante a realização do trabalho.

Salvador, agosto de 2018

O Coordenador do projeto



Pedro Bettencourt Correia



**Ministério do Meio Ambiente –
Secretaria de Recursos Hídricos e
Qualidade Ambiental**

Elaboração do Prognóstico e dos
Subsídios à Implementação do
Macrozoneamento Ecológico-Econômico
da Bacia Hidrográfica do Rio São
Francisco

Resumo executivo

R10_t16042/02 Ago-18

ELABORAÇÃO DO PROGNÓSTICO E DOS SUBSÍDIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Resumo executivo

ÍNDICE GERAL

Apresentação	I
1. Introdução	3
2. Metodologia	5
2.1. Cenários prospectivos	6
2.1.1. Conceitualização dos cenários prospectivos	7
2.1.2. Projeções	8
2.2. Proposta de gestão para a BHSF	9
2.2.1. Delimitação e caracterização das zonas ecológico-econômicas	10
2.2.2. Definição de diretrizes gerais e específicas de ação	12
2.3. Plano de ação	14
3. Procedimentos utilizados	15
3.1. Encontro de articulação com atores estratégicos	16
3.2. Oficinas participativas	17
3.3. Mesas de diálogo	18
4. Cenários prospectivos	19
4.1. Construção dos cenários	20

4.1.1.	Variáveis relevantes e respectivas relações de causalidades	20
4.1.2.	Condicionantes do futuro	22
4.1.3.	Incertezas críticas	22
4.1.4.	Combinação de hipóteses e análise de consistências	23
4.1.5.	Análise dos atores e das instituições	24
4.2.	Resultados dos cenários prospectivos	25
4.2.1.	Alto São Francisco	26
4.2.2.	Médio São Francisco	32
4.2.3.	Submédio São Francisco	38
4.2.4.	Baixo São Francisco	44
4.2.5.	Resultados dos cenários ao nível da BHSF	50
4.3.	Espacialização dos resultados dos cenários	58
4.3.1.	Dimensão ambiental	60
4.3.2.	Desenvolvimento sociodemográfico	62
4.3.3.	Desenvolvimento econômico	63
5.	Proposta de gestão para a BHSF	65
5.1.	Proposta final do mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)	66
5.2.	Definição de diretrizes gerais	70
5.3.	Zonas ecológico-econômicas: caracterização e diretrizes específicas	73
6.	Plano de ação para a implementação do MacroZEE da BHSF	121
6.1.	Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF	122
6.2.	Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas	125
6.2.1.	Identificação de políticas, planos, programas e projetos; órgãos responsáveis e fontes de recursos	125
6.2.2.	Ações complementares	126
6.3.	Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos	127
6.3.1.	Licenciamento ambiental	129

6.3.2.	Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos	129
6.3.3.	Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRA)	131
6.3.4.	Outros instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território	132
6.4.	Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF	133
6.4.1.	Sistema de monitoramento e avaliação	133
6.4.2.	Indicadores	134
6.5.	Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF	155
7.	Considerações finais	157
8.	Referências bibliográficas	159
	Anexos	165
	Anexo I – Lista de instituições identificadas, com atuação na BHSF	I
	Anexo II – Mapas	II
	Anexo II.1 – Mapas de espacialização dos cenários prospectivos	13
	Anexo II.2 – Mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)	15
	Anexo II.3 – Mapas de espacialização de diretrizes específicas	17
	Anexo III – Políticas, planos, programas e projetos, respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos que contribuirão para viabilizar as diretrizes gerais e específicas propostas	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis relevantes por eixo temático	20
Quadro 2 – Principais causalidades por eixo temático	21
Quadro 3 – Incertezas críticas identificadas para a BHSF	22
Quadro 4 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	26
Quadro 5 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	28
Quadro 6 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	28
Quadro 7 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	29
Quadro 8 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	31
Quadro 9 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	32
Quadro 10 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	34
Quadro 11 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	34
Quadro 12 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	35
Quadro 13 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Médio SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais	37
Quadro 14 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	38
Quadro 15 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	40
Quadro 16 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	40
Quadro 17 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	41
Quadro 18 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Submédio SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais	43
Quadro 19 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	44
Quadro 20 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	46
Quadro 21 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	46
Quadro 22 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	47
Quadro 23 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Baixo SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais	49
Quadro 24 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	50
Quadro 25 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, na BH SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	52
Quadro 26 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	52
Quadro 27 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	53

Quadro 28 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais	55
Quadro 29 – Potencial evolução dos serviços ecossistêmicos prestados pela bacia em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais	56
Quadro 30 – Identificação, enquadramento e correspondência entre as macrozonas e zonas que compõem a proposta final do mapa de gestão para a BHSF	69
Quadro 31 – Indicadores de qualidade ambiental da BHSF	135
Quadro 32 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes gerais de ação	137
Quadro 33 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes específicas de ação	140
Quadro 34 – Instituições federais identificadas com atuação na BHSF	
Quadro 35 – Instituições estaduais identificadas com atuação na BHSF	
Quadro 36 – Produtores privados representativos dos produtores com atuação na BHSF	
Quadro 37 – Representantes da sociedade civil com atuação na BHSF	
Quadro 38 – Implementação das diretrizes gerais: políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis	
Quadro 39 – Implementação das diretrizes específicas: Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da associação dos cenários prospectivos aos diferentes níveis de pressão exercida sobre o território e seus recursos naturais	8
Figura 2 – Relação entre interesse (<i>stake</i>) e poder (<i>power</i>) dos grupos sociais	24
Figura 3 – Projeções dos VAB do Alto SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)	27
Figura 4 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Alto SF até 2040	30
Figura 5 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Alto SF até 2040	30
Figura 6 – Projeção da população do Alto SF até 2040	31
Figura 7 – Projeções dos VAB do Médio SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)	33
Figura 8 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Médio SF até 2040	36
Figura 9 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Médio SF até 2040	36
Figura 10 – Projeção da população do Médio SF até 2040	37
Figura 11 – Projeções dos VAB do Submédio SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)	39
Figura 12 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Submédio SF até 2040	42
Figura 13 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Submédio SF até 2040	42
Figura 14 – Projeção da população do Submédio SF até 2040	43
Figura 15 – Projeções dos VAB do Baixo SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)	45
Figura 16 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Baixo SF até 2040	48
Figura 17 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Baixo SF até 2040	48
Figura 18 – Projeção da população do Baixo SF até 2040	49
Figura 19 – Projeções dos VAB da BHSF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)	51
Figura 20 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais na BHSF até 2040	54
Figura 21 – Projeções das áreas de uso agropecuário na BHSF até 2040	54
Figura 22 – Projeção da população da BHSF até 2040	55
Figura 23 – Exemplo da divisão do território da BHSF em células de 100 km ²	58
Figura 24 – Áreas ocupadas por usos agropecuários por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)	60
Figura 25 – Áreas ocupadas por usos naturais por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)	61
Figura 26 – Densidade populacional por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)	62
Figura 27 – Produto interno bruto <i>per capita</i> por cenário em 2027 (proporção de células por classe)	63
Figura 28 – Produto interno bruto <i>per capita</i> por cenário em 2040 (proporção de células por classe)	64
Figura 29 – Proposta final do mapa de gestão – macrozonas ecológico-econômicas na Bacia do Rio São Francisco	67
Figura 30 – Proposta final do mapa de gestão – zonas ecológico-econômicas	68
Figura 31 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF	122
Figura 32 – Proposta de modelo de gestão do MacroZEE da BHSF	124

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2 – Encontro de Articulação de Atores Estratégicos	16
Fotografia 3 – 1. ^a Oficina: moderação do debate e esclarecimentos por parte da equipe da Nemus	17
Fotografia 4 – 2. ^a Oficina: apresentação dos cenários pelo Coordenador Geral da Nemus	17
Fotografia 5 – 4. ^a Oficina: representantes institucionais, sociais e especialistas presentes	17
Fotografia 6 – 7. ^a Oficina: abertura da sessão pelo Secretário (SRHQ), Jair Tannús	17
Fotografia 7 – 1. ^a Mesa de diálogo – Alto SF – Apresentação de conteúdo aos participantes	18
Fotografia 8 – 2. ^a Mesa de diálogo – Médio SF – Participantes presentes na sessão	18
Fotografia 9 – 3. ^a Mesa de diálogo – Submédio SF – Grupos de discussão acerca das diretrizes que integram a proposta de gestão	18
Fotografia 10 – 4. ^a Mesa de diálogo – Baixo SF – Apresentação dos resultados pelos grupos de discussão	18

LISTA DE MAPAS (ANEXO II)

1. Área ocupada por usos agropecuários – Cenário A para 2027
2. Área ocupada por usos agropecuários – Cenário B para 2027
3. Área ocupada por usos agropecuários – Cenário C para 2027
4. Área ocupada por usos naturais – Cenário A para 2027
5. Área ocupada por usos naturais – Cenário B para 2027
6. Área ocupada por usos naturais – Cenário C para 2027
7. Densidade populacional – Cenário A para 2027
8. Densidade populacional – Cenário B para 2027
9. Densidade populacional – Cenário C para 2027
10. Produto interno bruto per capita – Cenário A para 2027
11. Produto interno bruto per capita – Cenário B para 2027
12. Produto interno bruto per capita – Cenário C para 2027
13. Mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)
14. Diretriz específica: fomentar o Cadastro Ambiental Rural
15. Diretriz específica: monitorar e mitigar contaminação pelos rejeitos industriais
16. Diretriz específica: investimento no abastecimento público de água
17. Diretriz específica: investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário
18. Diretriz específica: aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares

LISTA DE ACRÔNIMOS

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, 74, 88	CEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, 4, 8, 48, 67
ADEAL – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas, 100	CEPIR – Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial, 29, 108
AFAL – Agência de Fomento de Alagoas, 82, 110	CEPRAM - Conselho Estadual do Meio Ambiente, 20, 105
AGEFEPE – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco, 38, 110	CESAN – Conselho Estadual de Saneamento, 19, 78
ANA – Agência Nacional de Águas, 54	CIEA – FAPESB – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia, 20, 105
APCB – Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, 10	CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente, 9, 65
ASD – Áreas suscetíveis à desertificação, 136	COBH – Comitês de Bacia Hidrográfica, 13, 89
BHSF – Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, 3	CODECIPE – Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco, 47, 111
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 20, 105	Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, 15
BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, 20, 105	CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, 91
BNB – Banco do Nordeste do Brasil, 20, 105	CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, 53
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 20, 105	CONE – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 20, 105
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, 49, 88	CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 12, 88
CAISAN/PE – Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, 35, 100	CONSEA/PE – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 35, 100
CAR – Cadastro Ambiental Rural, 71	CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, 9, 65
CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, 122	COPERGÁS – Companhia Pernambucana de Gás, 38
CEEM – Comitê Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, 53	COPERTRENS – Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco, 36
CEHAB – Companhia de Habitação e Obras, 47, 111	

- CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 13, 89
- DDF – Diretoria de Desenvolvimento Florestal, 8, 64
- DER – Departamento de Estradas de Rodagem, 37
- DER-PE – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco, 36
- Detran – Departamento de Trânsito, 37
- DETRAN-PE – Departamento Estadual de Trânsito, 36
- DF – Distrito Federal, 74, 88
- EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial, 20, 105
- EMATER – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável, 91
- EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, 25, 101
- EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, 48, 82
- EU – European Union, 20, 105
- FAC – Fundo de Apoio à Cultura, 4
- FAPESB – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 20, 105
- FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, 20, 105
- FDF – Fundo de Desenvolvimento Florestal, 10, 62
- FECEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, 16, 100
- FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, 16, 76
- FEMA – Fundo Estadual de Meio Ambiente, 39, 71
- FERFA – Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente, 2, 7, 63
- FERHBA – Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, 12, 88
- FES – Fundo Estadual de Saúde, 77
- FITUR/DF – Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal, 49
- FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães, 7, 64
- FPC – Fundo de Política Cultural, 4
- FUNAM – Fundo Único de Meio Ambiente, 40, 71
- FUNCART – Fundo Estadual de Desenvolvimento Cultural e Artístico, 3
- FUNCEP – Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza, 25, 99
- Funcultura PE – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura, 3
- Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 3
- FUNDEMA/SE – Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe, 4, 8, 48, 67
- GDF – Governo de Distrito Federal, 74, 88
- GEE – Gases de efeitos de estufa, 136
- IABS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, 49, 106
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 54
- IDERAL – Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas, 91
- IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 49, 106
- INMEQ/AL – Instituto de Metrologia e Qualidade, 100
- IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco, 24, 99
- ITERAL – Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas, 91
- ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco, 24, 99
- JBIC – Japan Bank for International Cooperation, 20, 105
- LIFAL – Laboratório Industrial Farmacêutico, 77

- MacroZEE – Macrozoneamento Ecológico-Econômico, 3
- MI – Ministério da Integração Nacional, 105
- MIN - FAPESB – Ministério da Integração Nacional, 20
- Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, 18, 74
- OEA – Organização dos Estados Americanos, 49, 106
- OGU – Orçamento Geral da União, 30, 101, 108
- OMT – Organização Meteorológica Mundial, 20, 105
- PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, 105
- PAC -Plano de Aceleração do Crescimento, 20
- PDITS – Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, 46
- PERPART – Pernambuco Participações e Investimentos S/A, 24, 99
- PLANESAN – Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 35, 100
- Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste, 46, 82
- RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, 49
- SAD – Secretaria de Administração, 47, 112
- SARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, 35, 100
- SDSCJ – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 30, 86, 103, 108
- SEAF – Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, 35, 100
- SEAGRI-DF – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, 10, 62
- SECID – Secretaria das Cidades, 47, 111
- SECTMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 9, 65
- SECULT/PE – Secretaria de Cultura de Pernambuco, 3
- SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, 49, 106
- SEDETUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, 82, 110
- SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 16, 75
- SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 12, 88
- SEIDES – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social, 30, 101, 108
- SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 9, 65
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 25, 103
- SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, 47, 112
- SESAB – Secretaria Estadual da Saúde, 39, 55, 75
- SESANS – Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, 35, 100
- SETE – Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego, 100
- SETUR/DF – Secretaria de Turismo do Distrito Federal, 49
- SETUR/PE – Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco, 49, 82
- SISEMA – Sistema Estadual do Meio Ambiente, 71
- SLU – Serviço de Limpeza Urbana, 18, 74
- SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, 70, 73, 79, 109
- SUDIC – Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, 44, 98
- TdR – Termo de Referência, 3

Apresentação

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE), instrumento de planejamento territorial da Política Nacional do Meio Ambiente (lei nº 6.938/1981), regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem como finalidade viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros e dos serviços por eles prestados. Em seu fluxo metodológico, após a fase de planejamento, parte do diagnóstico e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes gerais e específicas para cada zona identificada, propondo, inclusive, ações voltadas à mitigação de impactos ambientais danosos porventura ocorridos. Neste sentido, converte-se em um instrumento balizador e integrador do processo de planejamento territorial, transversal ao conjunto das políticas setoriais.

*Ainda que diversas experiências de planejamento territorial envolvendo a dimensão ambiental já estivessem em andamento na década de 1980, foi no início dos anos 1990 que se iniciou o processo de institucionalização do ZEE no Governo Federal, podendo-se destacar como grandes marcos iniciais a criação da **Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE)**, em 1990, e do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal, em 1991, que tinham a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como instituição responsável.*

*Com a extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos, em 1999, a coordenação da agenda referente ao ZEE ficou a cargo do Ministério do Meio Ambiente, que deu início a uma nova fase de fortalecimento do instrumento mediante a adoção de uma visão nacional, que culminou na elaboração do documento “**Diretrizes Metodológicas para o ZEE do Território Nacional**” (MMA, 2001), revisado em 2006 e que subsidiou a definição dos critérios para a elaboração do ZEE em todo o País, atualmente instituídos no decreto n.º 4.297/2002.*

*Consta no citado decreto que compete ao Poder Público Federal “elaborar e executar o ZEE nacional e regional, quando tiver por objeto biomas brasileiros ou territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal” (art. 6º do decreto n.º 4.297/2002). É neste contexto, portanto, que se insere o **MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, integrado ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e ao Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.*

O esforço atual das políticas consiste na conciliação da preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros e dos serviços por eles prestados com o desenvolvimento socioeconômico para o presente e o futuro. Nesse contexto, cabe ao ZEE, mais especificamente ao MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, papel de destaque como orientador do uso e ocupação do território e orientador das políticas públicas voltadas para a região.

Como instrumento técnico-científico, o MacroZEE identificou as vulnerabilidades e potencialidades ambientais e sociais da bacia que devem ser consideradas quando da formulação e espacialização das diferentes políticas públicas – tanto pela análise da situação atual quanto por meio do estudo de cenarização das tendências de comportamento dos principais vetores de desenvolvimento que condicionam a ocupação do território da bacia hidrográfica e do uso de seus recursos naturais.

Assim, esta abordagem de MacroZEE permitiu identificar potenciais impactos futuros sobre os ecossistemas da região, bem como sobre os aspectos sociais e a própria dinâmica econômica presente no contexto da BHSF que, por conseguinte, auxiliam na definição de medidas para mitigação de seus efeitos –, proporcionando uma base de informações sistematizadas e integradas para apoiar os processos de tomada de decisão sobre a bacia.

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (INTERÁGUAS) foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, criando um ambiente integrador no qual seja possível aumentar a capacidade institucional e de planejamento do setor, de maneira a contribuir para uma implementação mais harmônica de políticas e investimentos públicos que têm na água seu elemento principal.

I. Introdução

O presente relatório constitui o produto R10 – Resumo executivo relativo à Elaboração do Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF) e consubstancia os resultados da atividade 301 – preparação de resumo executivo referente à etapa de prognóstico e de subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF.

A atividade 301 tem por objetivo “a elaboração de resumo executivo contendo as informações provenientes dos exercícios de cenarização prospectiva da bacia [aprovadas com o Produto Ro4], da proposta de gestão para a BHSF (zonas e subzonas ecológico-econômicas e suas diretrizes gerais e específicas) [Produto Ro7] e do plano de ação para a implementação do MacroZEE da BHSF [Produto Ro8]” (Termo de Referência – TdR), notadamente “os principais aspectos da metodologia, dos procedimentos utilizados e dos resultados alcançados ao longo da execução do trabalho”, “de forma sintética” e “em linguagem simples e objetiva, contendo mapas, figuras, gráficos e outros elementos que facilitem o entendimento da informação”.

Perante o exposto e em resposta ao Termo de Referência, o presente relatório encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Capítulo 1 – Introdução;
- Capítulo 2 – Metodologia;
- Capítulo 3 – Procedimentos utilizados;
- Capítulo 4 – Cenários prospectivos;
- Capítulo 5 – Proposta de gestão para a BHSF;
- Capítulo 6 – Plano de ação para a implementação do MacroZEE da BHSF;
- Capítulo 7 – Considerações finais.

Esta atividade insere-se na **última etapa – sistematização e divulgação de resultados** – da prestação de serviços, que inclui ainda a atividade 302 – apresentação dos resultados do trabalho realizado em seminário com duração de um dia em Brasília/DF.

Esta página foi deixada propositalmente em branco

2. Metodologia

No presente capítulo descrevem-se os principais aspectos da metodologia, notadamente as fontes de informação e as estratégias utilizadas para analisá-las no desenvolvimento do trabalho, nas etapas de:

- Construção de **cenários prospectivos** da área de abrangência da BHSF, para os horizontes de 2027 e 2040;
- Elaboração de **proposta de gestão para a BHSF**, na escala de referência de 1:1.000.000;
- Elaboração de **plano de ação com vistas à implementação do MacroZEE da BHSF**.

Para além de metodologias específicas abreviadamente descritas nos subcapítulos seguintes, a elaboração do Prognóstico e Subsídios à Implementação do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco utilizou metodologias de **Sistemas de Informação Geográfica** (objeto do Produto R09 – Relatório do Banco de Dados Geográficos e Atlas Interativo) e **métodos periciais**, de forma transversal ao longo de todo o trabalho, bem como os **procedimentos de consulta e discussão** descritos no capítulo 3 (Procedimentos utilizados).

2.1. Cenários prospectivos

Conforme definido no Termo de Referência, “os **cenários** objetivam vislumbrar no território as tendências e possíveis imposições dos fluxos econômicos sobre os fluxos naturais, uma vez que o objetivo da utilização do instrumento ZEE, como recurso de planejamento territorial, é garantir a conservação e preservação da respectiva bacia hidrográfica a curto, médio e longo prazo e o uso econômico e social do território”.

Inicialmente foram desenvolvidos **cenários prospectivos preliminares** para a BHSF, articulados para os horizontes de 2027 e 2040 tendo como principais **insumos orientadores da sua construção** os vetores de transformação das dinâmicas territoriais presentes na BHSF, identificados na Análise Estratégica – atividade 101 – apresentados no respectivo relatório, produto Ro1. Associados a estes, também figuraram como insumos da construção dos cenários prospectivos a etapa de diagnóstico do MacroZEE da BHSF e os documentos de Metodologia e Técnica de Construção de Cenários Globais e Regionais (Buarque, 2003) e de Cenários Prospectivos para os Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf, Fundação Getúlio Vargas, 2011).

A partir da combinação lógica e orientada dos referidos vetores de transformação, foram construídos três cenários distintos: **cenário A; cenário B; cenário C** (descritos na secção 2.1.1).

Os cenários prospectivos preliminares foram posteriormente apresentados e discutidos em **oficinas participativas**. Com base nas contribuições ofertadas pelos setores representativos da BHSF presentes nas oficinas participativas, foram então **consolidados os três cenários prospectivos** elaborados para cada marco temporal selecionado (2027 e 2040).

2.1.1. Conceitualização dos cenários prospectivos

Os cenários, de um modo geral, resultam de uma concepção lógica e de um conjunto de pressupostos sobre possíveis desenvolvimentos futuros de um território, pelo que estes devem ser encarados como uma possibilidade de realização nos horizontes em causa, 2027 e 2040.

Foi privilegiada uma **lógica indutiva**, a partir do estudo das dinâmicas da BHSF, quer no escopo das suas regiões fisiográficas individualmente, quer no escopo da análise agregada da bacia como uma unidade. A partir dessa análise foram retiradas ilações sobre os principais processos que definem as suas dinâmicas territoriais, de modo a identificar as condicionantes de futuro e, assim, construir os cenários prospectivos com a determinação de hipóteses sobre os eventos e processos de futuro. Esses cenários contemplam a evolução tendencial na ausência de perturbações na estrutura, em torno do qual irão ser considerados cenários alternativos de desenvolvimento mais intenso (mais pressão), e de desenvolvimento menos intenso (com menos pressão para o território).

Um dos pontos críticos no processo de construção dos cenários prospectivos é a identificação dos elementos incertos e, por conseguinte, das **incertezas críticas**, que constituem as forças motrizes do processo de cenarização, para além das tendências predeterminadas. A seleção das incertezas críticas foi realizada com base na lógica da **matriz de impacto/incerteza**, sendo considerados incertezas críticas os elementos incertos classificados na matriz como elementos incertos de alto impacto e com elevado grau de incerteza.

Estas incertezas críticas, pelo seu elevado impacto e elevada incerteza, não podem ser alvo de projeção pelo que o seu desempenho de futuro só poderá ser descrito através da **formulação de hipóteses** plausíveis e com probabilidade de realização. As hipóteses e conjecturas abordadas baseiam-se no conhecimento atual da BHSF, podendo estas variar de acordo com o cenário político brasileiro.

Os elementos predeterminados (ou macrotendências) dão origem a um **cenário A**, que resulta da projeção no futuro do comportamento tendencial identificado com base na sua dinâmica histórica. Os **cenários B e C**, são cenários alternativos em que se assume diferentes desfechos para as incertezas críticas, e deverão coincidir com níveis de desenvolvimento económico menos intensos.

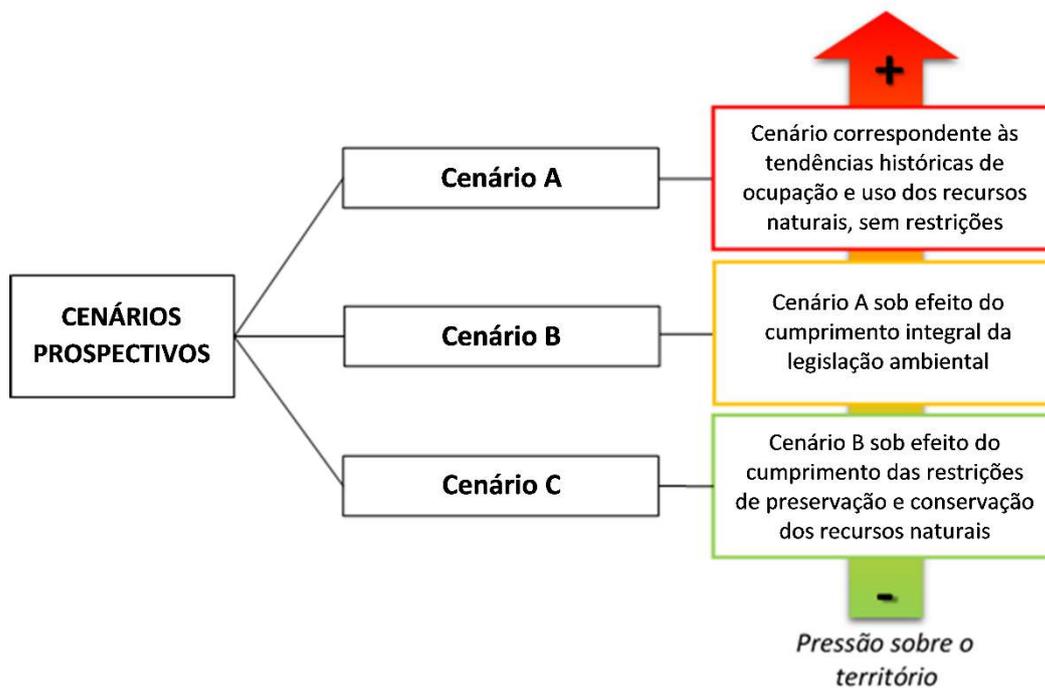


Figura 1 – Esquema da associação dos cenários prospectivos aos diferentes níveis de pressão exercida sobre o território e seus recursos naturais

2.1.2. Projeções

Foram realizadas projeções quantitativas de variáveis relacionadas com as dinâmicas territoriais presentes na BHSF como, por exemplo, as áreas de lavoura permanente e temporária, os Valores Adicionados Brutos dos diversos setores, as áreas dedicadas à silvicultura e agropecuária, entre outras.

Em função da natureza dos indicadores em causa, foram utilizadas ferramentas analíticas diferentes com vista à sua projeção para os horizontes de 2027 e de 2040. Relativamente às projeções do cenário A, dado que resultam da projeção futura do comportamento tendencial baseado na sua tendência histórica, não lhes foi imposto, em regra, qualquer tipo de restrição, pelo que estas refletem na íntegra o comportamento tendencial das variáveis nos últimos anos.

As projeções quantitativas foram complementadas por prognósticos de natureza mais qualitativa, no sentido de proporcionar um entendimento mais claro das alternativas de comportamento futuro da BHSF representadas por cada um dos cenários.

2.2. Proposta de gestão para a BHSF

A proposta de gestão para a BHSF é constituída:

- pelo mapa e caracterização das macrozonas e zonas ecológico-econômicas, na escala de referência 1:1.000.000 – áreas relativamente homogêneas delimitadas em função da correlação temática das informações provenientes das etapas de diagnóstico e cenarização;
- por diretrizes gerais e específicas de ação, que devem ser consideradas quando da elaboração e espacialização de planos, programas e políticas com o intuito de promover um processo de ocupação e uso responsáveis da bacia.

Inicialmente foi desenvolvida uma **proposta preliminar de gestão para a BHSF**, a partir informações provenientes do diagnóstico (MMA, 2017) e dos exercícios de cenarização do MacroZEE da BHSF (Produto Ro4 da presente prestação de serviços) e observando, entre outros, os dispostos legais estabelecidos no Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002, bem como as orientações específicas do documento “Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil” (MMA, 2006).

A proposta preliminar de gestão para a BHSF foi posteriormente apresentada e discutida em **mesas de diálogo**, com atores e setores estratégicos da BHSF com vistas a apresentar, discutir e refinar a proposta de gestão para a BHSF).

Paralelamente a proposta de gestão preliminar para a BHSF esteve disponível **para consulta pela Internet**, em um site construído pela NEMUS para subsidiar a divulgação e promover a participação no âmbito das etapas de Prognóstico e Subsídios à Implementação do MacroZEE da BHSF (<http://macrozeebhsf.participacao publica.com>). Foram recebidas contribuições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – de Minas Gerais; da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA; da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF; do CPRM – Serviço Geológico do Brasil; do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e de participantes individuais.

Com base nas sugestões feitas durante as mesas de diálogo e o período de consulta pela Internet, procedeu-se então à **consolidação da proposta de gestão para a BHSF**.

2.2.1. Delimitação e caracterização das zonas ecológico-econômicas

Para a **delimitação das macrozonas e zonas ecológico-econômicas** foram desenvolvidos três índices:

- Índice de potencialidades ambientais e sociais;
- Índice de fragilidades ambientais;
- Índice de pressão socioeconômica.

O índice de potencialidades ambientais e sociais resultou da combinação de informações espacializadas apresentadas pela atualização do diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017), consideradas representativas dos seguintes aspectos:

- Potencial natural – remanescentes de vegetação (obtidos a partir da cobertura vegetal da bacia e das áreas sujeitas a desmatamento);
- Potencial social – Comunidades tradicionais (Terras Indígenas e Territórios Quilombolas);
- Potencial físico-cultural – geoparques, sítios geológicos, cavernas e patrimônio tombado (ação, bem imaterial, bem material, instituição).

O índice de fragilidades ambientais resulta da média ponderada (em que foi dado um peso superior – 50% ou $\frac{1}{2}$ – ao índice de fragilidade ecológica, em comparação com os restantes índices – peso de 50% para os restantes três índices ou $\frac{1}{6}$ a cada um) dos seguintes subíndices, também baseados em informações espacializadas apresentadas pela atualização do diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017):

- Fragilidade dos recursos hídricos – balanço hídrico superficial (medido pela razão demanda total / vazão de permanência Q_{95} [1931-2013]) e subterrâneo (dado pela razão demanda total / vazão explorável);
- Vulnerabilidade a eventos climáticos extremos – eventos de cheias e inundações e de seca por municípios na BHSF de 2003 a 2015;
- Fragilidade ecológica – Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (APCB) e áreas desmatadas;
- Vulnerabilidade a fenômenos de degradação (dos solos) – potencial erosivo.

O Índice de pressão socioeconômica resultou de uma ponderação dos seguintes subíndices, baseados nas correspondentes variáveis resultantes da espacialização dos cenários prospectivos (Produto Ro4 – Relatório de consolidação dos cenários prospectivos):

- Pressão agropecuária: proporção das áreas ocupadas por usos agropecuários – cenário A para 2027 sem restrições de ocupação;
- Pressão social: densidade populacional – cenário A para 2027;
- Pressão econômica: produto interno bruto *per capita* – cenário A para 2027.

Da combinação dos três índices anteriores, obteve-se um índice ecológico-econômico.

A espacialização do índice ecológico-econômico foi posteriormente agregada à malha municipal. Os municípios foram então agregados em macrozonas / zonas ecológico-econômicas tendo em conta os seguintes critérios:

- A sua classificação em termos do índice ecológico-econômico;
- Critérios geográficos e administrativos, como as divisões estaduais e as regiões geográficas imediatas (IBGE, 2017a);
- A proposta preliminar das (33) zonas de planejamento – do diagnóstico do MacroZEE da BHSF realizado em 2011 pelo Consórcio ZEE Brasil (MMA, 2011);
- As unidades hidrográficas (limites das regiões fisiográficas da BHSF e das sub-bacias hidrográficas do rio São Francisco);
- A delimitação dos biomas do Brasil (essencialmente Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) na BHSF (Diretoria de Geociências [IBGE/DGC] e Embrapa – Solos, 2004);
- A delimitação do Semiárido brasileiro, de acordo com a Resolução CONDEL (Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene) n.º 107, de 27/07/2017 e n.º 115, de 23/11/2017).

Considerando que são “os problemas ambientais, as potencialidades dos recursos, as fragilidades ambientais, (...) as potencialidades econômico-sociais (...), [que] nortearão o estabelecimento das diretrizes gerais e específicas” (MMA, 2006), a **caracterização** das referidas zonas atendeu:

- Às potencialidades ambientais e sociais, às fragilidades ambientais e às pressões/características socioeconômicas que orientaram a sua delimitação;
- A outras informações provenientes do diagnóstico e cenarização do MacroZEE da BHSF que, não tendo sido consideradas úteis para a sua delimitação, são potencialmente relevantes para a proposição de diretrizes de uso.

2.2.2. Definição de diretrizes gerais e específicas de ação

De acordo com as “Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil” (MMA, 2006), as diretrizes de uso são de dois tipos:

- de abrangência geral, para o desenvolvimento sustentável de toda a área, independentemente da divisão das zonas (**diretrizes gerais**);
- de abrangência específica para cada uma das zonas, de acordo com a singularidade (**diretrizes específicas**)”.

Na definição destas diretrizes, para além de **observados os dispostos legais** estabelecidos no Decreto n.º 4.297, de 10 de julho de 2002 e as orientações específicas do documento “Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil” (MMA, 2006), foram considerados:

- A Proposta preliminar das (33) zonas de planejamento – do diagnóstico do MacroZEE da BHSF realizado em 2011 pelo Consórcio ZEE Brasil (MMA, 2011);
- O Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia (Governo do Estado da Bahia, 2014);
- O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais (Governo do Estado de Minas Gerais, 2008);
- O Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (Governo de Brasília, 2017);
- O Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado de Goiás (Estado de Goiás, 2009);
- A Elaboração de cenários para a área de abrangência do Bioma Cerrado, contribuindo para o MacroZEE do Bioma Cerrado (MMA/FUNBIO, 2014);
- O MacroZEE da Amazônia Legal – Estratégias de Transição para a Sustentabilidade (CCZEE/GTAL, 2010);
- O MacroZEE do Estado do Maranhão (EMBRAPA, 2014);
- O Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025 (CBHSF, 2016);
- A delimitação e ações previstas para as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (MMA, 2017);

- As salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial –
 - OP/BP 4.01 – Avaliação Ambiental (Banco Mundial, 1999);
 - OP/BP 4.36 – Florestas (Banco Mundial, 2013b);
 - OP/BP 4.04 – Habitats Naturais (Banco Mundial, 2013a);
 - OP/BP 4.10 – Povos indígenas (Banco Mundial, 2005);
- Os Estudos hidrogeológicos e de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Urucuia e proposição de modelo de gestão integrada compartilhada (ANA, 2017);
- O Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco (Codevasf, 2016);
- A agenda do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em matéria de recuperação hidroambiental (CBHSF, 2012; CBHSF, s.d.; CBHSF, 2018);
- O Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (4.^a Edição: Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável) (Órgão Gestor da PNEA, 2014);
- O Diagnóstico Anual de Água e Esgotos (2016) e o Diagnóstico Anual de Resíduos Sólidos (2016) publicados recentemente pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2018);
- O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) (Sudene, 2011);
- As contribuições recebidas durante as mesas de diálogo, no contexto da Atividade 106 – Realização de mesas de diálogo com atores e setores estratégicos da BHSF com vistas a apresentar, discutir e refinar a proposta de gestão para a BHSF –, bem como as contribuições recebidas a partir da disponibilização da proposta de gestão preliminar na Internet.

2.3. Plano de ação

O plano de ação com vistas à implementação do MacroZEE da BHSF é constituído por:

- Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF;
- Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas;
- Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos;
- Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF;
- Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF.

Para a proposição do arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF, foram observadas as “**Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil**” (MMA, 2006).

As **políticas, planos e programas** que se refletem nas dinâmicas territoriais instaladas na BHSF foram identificados no Relatório de análise estratégica para cenários prospectivos (Produto Ro1). Posteriormente, no Relatório de consolidação dos cenários prospectivos (Produto Ro4), as principais políticas, planos e programas com interface na BHSF foram retomadas. Os instrumentos identificados nas anteriores etapas do trabalho foram atualizados e completados no plano de ação, de forma a abranger as possibilidades de viabilização das diretrizes gerais e específicas definidas na proposta de gestão para a BHSF.

Para a elaboração do plano de ação foram ainda analisados **outros instrumentos** relacionados à ocupação e ao uso do solo e de seus recursos naturais: licenciamento ambiental; outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; cadastro ambiental rural e programas de regularização ambiental, entre outros.

Tendo por base as diretrizes de ação definidas na proposta de gestão e no plano de ação foi ainda desenvolvida uma proposta de **sistema de monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF**.

3. Procedimentos utilizados

Para além das metodologias adotadas e respectivos insumos referidos no capítulo anterior, o desenvolvimento do Prognóstico e Subsídios à Implementação do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi objeto de **discussão permanente com a Coordenação-Geral de Gestão Ambiental Territorial e Urbana** do Departamento de Gestão Ambiental Territorial (DGAT) da SRHQA do MMA.

Todos os produtos/relatórios foram ainda apresentados e objeto de parecer da **Comissão Técnica de Acompanhamento, Análise e Avaliação (CTAAA)**, constituída também pelos Departamentos de Recursos Hídricos [DRH] e de Revitalização de Bacias Hidrográficas e Acesso à Água [DRBA] e do **Grupo de Trabalho de Acompanhamento da elaboração do MacroZEE da BHSF** (GT Externo – 18 representações institucionais envolvendo os níveis federais e estaduais).

Não obstante, nos momentos críticos da consultoria – definição do Plano de Trabalho, construção dos cenários prospectivos e elaboração da proposta de gestão para a BHSF –, versões preliminares, previamente aprovadas pela CTAAA e GT Externo, foram apresentadas e discutidas junto a atores estratégicos da bacia, adotando **diferentes procedimentos de envolvimento e participação dos atores mais relevantes** em cada caso:

- Encontro de articulação com atores estratégicos;
- Oficinas participativas;
- Mesas de diálogo.

A proposta preliminar de gestão foi ainda apresentada à CCZEE e ao Consórcio ZEE Brasil antes da sua aprovação pela CTAAA e GT Externo para apresentação/discussão nas mesas de diálogo.

3.1. Encontro de articulação com atores estratégicos

Este encontro, realizado em Brasília no dia 15 de março de 2017, contou com a presença de 40 participantes, entre representantes do CCZEE, do Consórcio ZEE Brasil, do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, das unidades de federação inseridas na BHSF e ainda outros atores, além do coordenador e de especialistas da equipe.

Teve como principais objetivos:

- Discutir as tendências dos principais vetores de transformação da dinâmica de ocupação e uso da BHSF, os impactos e os conflitos socioambientais;
- Obter subsídios para o planejamento das oficinas participativas e das mesas de diálogo;
- Discutir os mecanismos de divulgação dos resultados que permitam uma melhor disseminação do MacroZEE da BHSF;
- Identificar dados secundários e outras informações que serão necessárias durante a execução do trabalho, notadamente, aquelas que não integraram o Diagnóstico.



Fotografias 1 e 2 – Encontro de Articulação de Atores Estratégicos

3.2. Oficinas participativas

Foram realizadas **7 (sete) oficinas participativas** entre 13 e 22 de setembro de 2017, em **Brasília/DF**, com os seguintes objetivos principais: discussão de pressupostos, métodos e resultados, para a BHSF e por região fisiográfica; impactos e tendências em cada região.

Cada oficina foi orientada por um tema relevante para a dinâmica de uso e ocupação territorial da BHSF, de entre os abordados no Produto Ro1 – Relatório de análise estratégica (excetuando-se o tema dos conflitos de uso, debatido de forma transversal).

As oficinas contaram com **184 participantes**, representando **60 instituições e atores**.



Fotografia 3 – 1.^a Oficina: moderação do debate e esclarecimentos por parte da equipe da Nemus



Fotografia 4 – 2.^a Oficina: apresentação dos cenários pelo Coordenador Geral da Nemus



Fotografia 5 – 4.^a Oficina: representantes institucionais, sociais e especialistas presentes



Fotografia 6 – 7.^a Oficina: abertura da sessão pelo Secretário (SRHQ), Jair Tannús

3.3. Mesas de diálogo

Foram realizadas **4 (quatro) mesas de diálogo** junto a atores estratégicos da BHSF objetivando a construção coletiva da proposta de gestão territorial.

As mesas de diálogo decorreram entre 3 e 12 de abril de 2018, em **Belo Horizonte/MG, Barreiras/BA, Petrolina/PE e Maceió/AL** e contaram com **153 participantes**, representando **80 instituições e atores** – de todas as regiões fisiográficas da bacia, incluindo instituições federais, instituições estaduais, instituições municipais, Universidades, Organizações não governamentais, representantes de sindicatos setoriais e da sociedade civil.



Fotografia 7 – 1.ª Mesa de diálogo – Alto SF – Apresentação de conteúdo aos participantes



Fotografia 8 – 2.ª Mesa de diálogo – Médio SF – Participantes presentes na sessão



Fotografia 9 – 3.ª Mesa de diálogo – Submédio SF – Grupos de discussão acerca das diretrizes que integram a proposta de gestão



Fotografia 10 – 4.ª Mesa de diálogo – Baixo SF – Apresentação dos resultados pelos grupos de discussão

4. Cenários prospectivos

Os resultados alcançados ao longo da elaboração dos cenários prospectivos foram agregados em três capítulos no Relatório de consolidação dos cenários prospectivos (Produto Ro4):

- **Construção dos cenários** – principais pressupostos assumidos e passos para a construção do exercício de cenarização, incluindo:
 - Variáveis relevantes e respectivas relações de causalidades;
 - Condicionantes do futuro;
 - Incertezas críticas;
 - Combinação de hipóteses e análise de consistências;
 - Análise dos atores e das instituições;
- **Resultados dos cenários prospectivos** – interferência, na dinâmica econômica, social e ambiental da bacia, das hipóteses consistentes de evolução futura das incertezas críticas em cada cenário, nos horizontes de cenarização (2027 e 2040), sistematizando as informações relevantes quanto às possibilidades, logicamente construídas, de futuros arranjos territoriais na BHSF.
- **Espacialização dos resultados dos cenários** – adaptação dos exercícios de cenarização às especificidades geográficas da BHSF, recorrendo a mapas e cartogramas, considerando as realidades locais no que respeita a variáveis como uso do solo, densidade demográfica, atividades econômicas mais importantes, entre outras.

4.1. Construção dos cenários

4.1.1. Variáveis relevantes e respectivas relações de causalidades

Os cenários prospectivos foram elaborados em torno de um conjunto de variáveis relevantes para descrever as dinâmicas territoriais, considerando os seguintes grandes eixos temáticos.

Quadro 1 – Variáveis relevantes por eixo temático

Eixo temático	Variável relevante
Desenvolvimento Econômico	Setor primário
	Produtividade
	Setor secundário
	Setor terciário
	Renda
Infraestruturas	Modal ferroviário
	Modal rodoviário
	Modal hidroviário
	Serviços de saneamento
	Produção de energia
Dimensão Ambiental	Uso e ocupação do solo
	Clima
	Preservação do ambiente
	Poluição
	Biodiversidade
	Recursos hídricos
Desenvolvimento Sociodemográfico	Demografia
	Condições de vida
	Patrimônio e cultura
	Educação ambiental
Ambiente Institucional	Conflitos fundiários
	Conflitos entre usuários
	Ação das instituições públicas
	Direitos de propriedade

Como resultado da Análise Estratégica foi possível identificar como pertinentes para a construção dos cenários prospectivos um conjunto de causalidades entre algumas variáveis de diferentes eixos temáticos. No Quadro 2 abaixo, estão apresentadas as principais relações de causalidade analisadas, atendendo à sua ligação aos eixos temáticos considerados.

Quadro 2 – Principais causalidades por eixo temático

Eixos temáticos	Relação causal
<p>Desenvolvimento econômico</p> <p>Desenvolvimento sociodemográfico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre expansão urbana, atividade econômica e população • Relação entre baixa tendência de crescimento e alto grau de vulnerabilidade social • Relação entre a cotação das <i>commodities</i> e a produção agrícola na bacia
<p>Desenvolvimento econômico</p> <p>Dimensão ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre comportamento das atividades primárias e secundárias e a área desmatada

A análise de causalidades subsidia em grande medida a análise morfológica relativa à articulação e combinação das hipóteses de resolução das incertezas críticas, na medida em que fornece informação relevante à compreensão do encadeamento das diferentes dimensões que pautam as principais dinâmicas territoriais.

4.1.2. Condicionantes do futuro

A análise aos processos existentes na BHSF de forma a identificar sinais e padrões que poderão ser relevantes para as dinâmicas territoriais de futuro, levou à identificação de 50 **condicionantes da dinâmica de uso e ocupação territorial na BHSF**, compreendendo todos os vetores de transformação considerados, independentemente do tema e da sua dimensão (variáveis condicionantes, forças propulsoras ou forças restritivas).

De forma a focar a análise nos eventos previsivelmente mais impactantes na dinâmica de uso e ocupação territorial da BHSF, foram selecionados como “**Condicionantes do futuro**”, os eventos que apresentam um impacto médio-alto sobre o território (isto é, com grau de impacto igual, ou superior, a 4 nas regiões fisiográficas e, igual ou superior a 16 na bacia), ou seja, aqueles cuja realização conduz às maiores alterações na direção e/ou intensidade dos usos e ocupação do território, com grande impacto na BHSF.

4.1.3. Incertezas críticas

As condicionantes de futuro identificadas (cujo grau de relevância/impacto foi considerado médio-alto) podem ter diversos graus de incerteza, aos quais também podem ser associados pesos numéricos (1 – baixo a 5 – alto). Destas, foram selecionadas as **incertezas críticas**, isto é, as condicionantes que apresentam o **maior impacto** no uso e ocupação do território e, simultaneamente, que têm associado um **elevado grau de incerteza** de ocorrência.

Quadro 3 – Incertezas críticas identificadas para a BHSF

Eixo temático	Incerteza crítica
Desenvolvimento econômico	Impactos da evolução dos preços das <i>commodities</i>
	Preços das terras
Infraestruturas	Investimento na diversificação das fontes renováveis
Dimensão ambiental	Riscos associados à atividade de mineração
	Impactos das alterações climáticas
	Potencial erosivo
	Impactos da ocorrência de eventos extremos
Ambiente institucional	Pacto das Águas proposto no PRH da BHSF 2016-2025
	Conflitos institucionais entre os diferentes usuários da água do SF
	Definição e garantia de direitos de propriedade

4.1.4. Combinação de hipóteses e análise de consistências

As incertezas críticas, ao corresponderem aos processos ou eventos com elevado impacto e elevada incerteza não podem ser alvo de projeção, pelo que o seu desempenho futuro só pode ser descrito através da formulação de **hipóteses** plausíveis sobre o seu **comportamento futuro** e com probabilidade de realização. A formulação destas hipóteses é o que permite, posteriormente, a construção dos diversos cenários prospectivos da dinâmica de ocupação e uso do território da BHSF.

Foram estabelecidos três cenários de avaliação de desenvolvimento futuro a partir das hipóteses estabelecidas:

- Cenário A – corresponde às projeções das tendências históricas de ocupação e uso dos recursos naturais;
- Cenário B – corresponde a uma manutenção do ritmo de apropriação econômica, mas assumindo o cumprimento na íntegra das legislações ambientais;
- Cenário C – vai além do íntegro cumprimento das legislações ambientais, incorporando também restrições referentes ao quadro de vulnerabilidade ambiental da bacia, acordos e compromissos assumidos para preservação e conservação dos recursos naturais e indicadores de qualidade de vida.

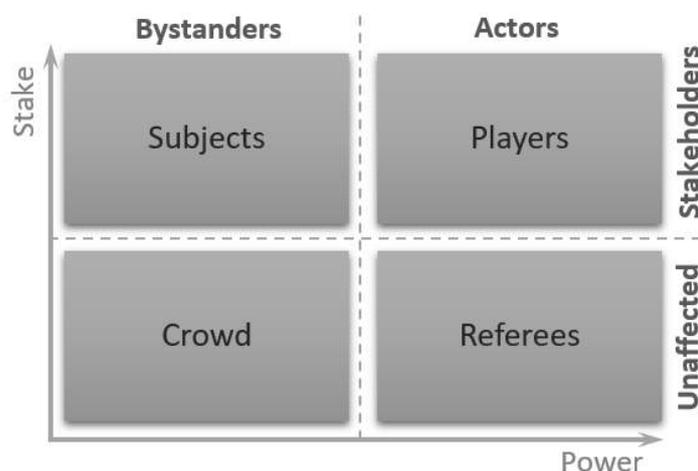
De forma a simplificar o processo de cenarização, as hipóteses de comportamento futuro das incertezas críticas definidas foram combinadas e associadas a cada um dos cenários A, B e C, considerando a intensidade do seu impacto sobre a dinâmica de ocupação e uso do território da BHSF e o seu posicionamento face aos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social).

As hipóteses de comportamento futuro das incertezas críticas são apresentadas com maior detalhe no produto Ro4.

4.1.5. Análise dos atores e das instituições

A análise das instituições e dos atores é um elemento essencial do exercício de cenarização, como forma de perceber em que medida estes atores poderão condicionar os cenários prospectivos apresentados.

A classificação de instituições foi feita de acordo com o espaço bidimensional proposto por Heidjen, que conjuga o poder – nível de influência da instituição na ação – e o interesse – nível de interesse da instituição nos resultados da ação – dos grupos sociais. De acordo com esta classificação, é possível distinguir as instituições enquanto sujeitos (*subjects*), multidão (*crowd*), jogadores (*players*) e árbitros (*referees*).



Fonte: (Heidjen, 2005), adaptado

Figura 2 – Relação entre interesse (*stake*) e poder (*power*) dos grupos sociais

Os atores representam os grupos que detêm elevado poder sobre determinada ação, independentemente do seu nível de interesse (jogadores e árbitros); no lado oposto, encontram-se os espectadores, ou seja, grupos que não detêm poder sobre a ação (sujeitos e multidão). Já os *stakeholders*, representam os grupos que apresentam elevado interesse sobre os resultados da ação, independentemente do seu poder (jogadores e sujeitos).

Das 222 instituições estratégicas com relevância para as dinâmicas da BHSF e para o MacroZEE, 40 correspondem a instituições federais, 50 são instituições estaduais, 28 são produtores privados e ainda 104 representantes da sociedade civil. Relembrando a designação anterior em que os atores consistem em instituições com poder, independentemente do seu nível de interesse, foram identificados 163 atores a atuar na BHSF que têm capacidade de influenciar as dinâmicas presentes no território.

4.2. Resultados dos cenários prospectivos

Perante as hipóteses consistentes de evolução futura das incertezas críticas em cada cenário, analisou-se a sua interferência na dinâmica econômica, social e ambiental da bacia, nos horizontes de cenarização (2027 e 2040), sistematizando informações relevantes quanto às possibilidades, logicamente construídas, de futuros arranjos territoriais na BHSF. Regra geral, o que se verifica para as regiões fisiográficas e para a bacia nos três cenários é o seguinte:

- No **cenário A**, mantendo-se as tendências históricas de ocupação e uso dos recursos naturais, ou seja, a preponderância dos fluxos econômicos sobre os aspectos ambientais e sociais, perspectiva-se, em geral, uma evolução positiva dos indicadores de desenvolvimento econômico, mas uma evolução negativa ou estabilização dos aspectos ligados às dimensões ambiental e social e ao ambiente institucional.
- No **cenário B**, mantendo o ritmo de apropriação econômica caracterizado na análise estratégica e considerando simultaneamente que se conseguirão cumprir na íntegra as legislações ambientais esperam-se, de uma forma geral, melhorias nas dimensões ambiental e social, podendo condicionar o desenvolvimento econômico face ao cenário A, embora a sua tendência de evolução deva, ainda assim, ao menos manter-se.
- No **cenário C**, incorporando, à lógica adotada para o cenário B, restrições referentes ao quadro de vulnerabilidade ambiental da bacia e aos acordos e compromissos assumidos pelo País para preservação e conservação dos recursos naturais, esperam-se de uma forma geral melhorias mais significativas nas dimensões ambiental e social, pretendendo-se verificar as possibilidades de atendimento da agenda ambiental frente aos fluxos econômicos projetados para a região.

No Produto Ro4 os resultados do exercício de cenarização, para além de descritos, são apresentados na forma de tabelas e ilustrados por gráficos (evidenciando a sua tendência ou evolução, nos cenários alternativos), comparando as alternativas de comportamento em cada região fisiográfica para cada horizonte temporal. São também, sempre que possível, acompanhados por mapas que ilustrem a situação da região, ou da bacia, ao nível das variáveis consideradas relevantes. Em seguida apresentam-se alguns elementos mais gráficos para simplificar e facilitar o entendimento da informação.

4.2.1. Alto São Francisco

Nos Quadros e gráficos seguintes sistematiza-se a evolução dos eixos, variáveis e indicadores da dinâmica econômica, ambiental e social da região, estimada para cada cenário prospectivo e respectivos horizontes de tempo. Apresenta-se também, para comparação, os respectivos valores para a situação atual, dados pelos valores observados em 2016, quando disponíveis, ou estimados com base na projeção tendencial (os valores estimados encontram-se assinalados com *).

A) Desenvolvimento econômico

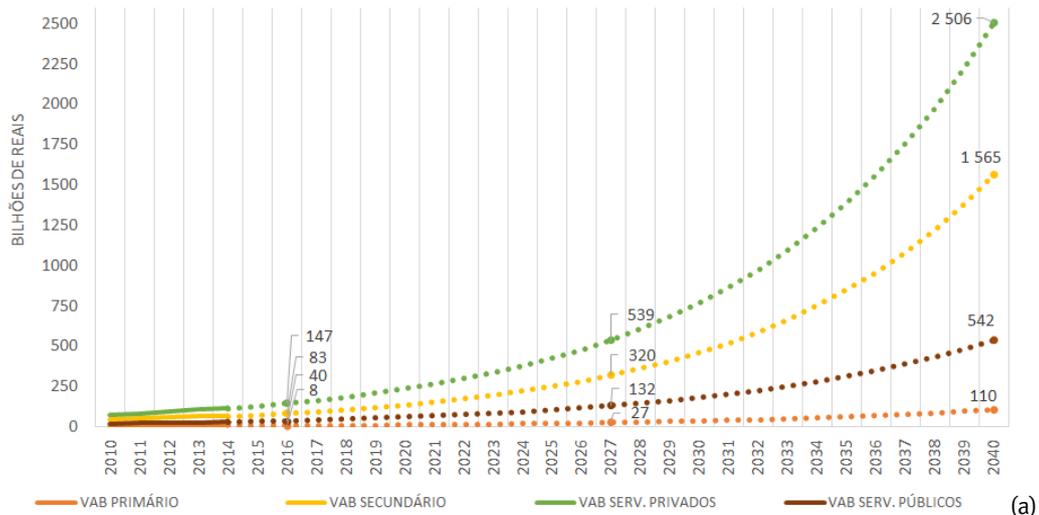
Quadro 4 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Setor primário							
VAB do setor primário (bilhões de reais)	8,3*	27,0	109,6	23,6	83,9	20,7	64,0
Áreas de lavoura temporária (km2)	13.081*	16.846	22.716	15.733	19.699	15.097	18.078
Áreas de lavoura permanente (km2)	1.025*	1.349	1.867	1.252	1.599	1.234	1.550
Extração vegetal (milhões de reais)	38,7*	19,5	8,6	22,7	11,9	24,5	13,9
Produtividade	-	↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Setor secundário							
VAB do setor secundário (bilhões de reais)	83,3*	319,6	1.565,5	274,9	1.158,7	236,1	854,6
CFEM (milhões de reais)	425,6	2.225,2	15.716,6	1.906,3	11.215,3	1.825,4	10.738,9
Setor terciário							
VAB dos serviços públicos (bilhões de reais)	39,9*	131,8	541,6	150,6	706,9	160,9	806,8
VAB dos serviços privados (bilhões de reais)	147,0*	539,3	2.506,3	501,5	2.167,3	466,2	1.872,7
Renda							
IFDM emprego e renda	0,53*	0,60	0,63	0,62	0,64	0,63	0,66

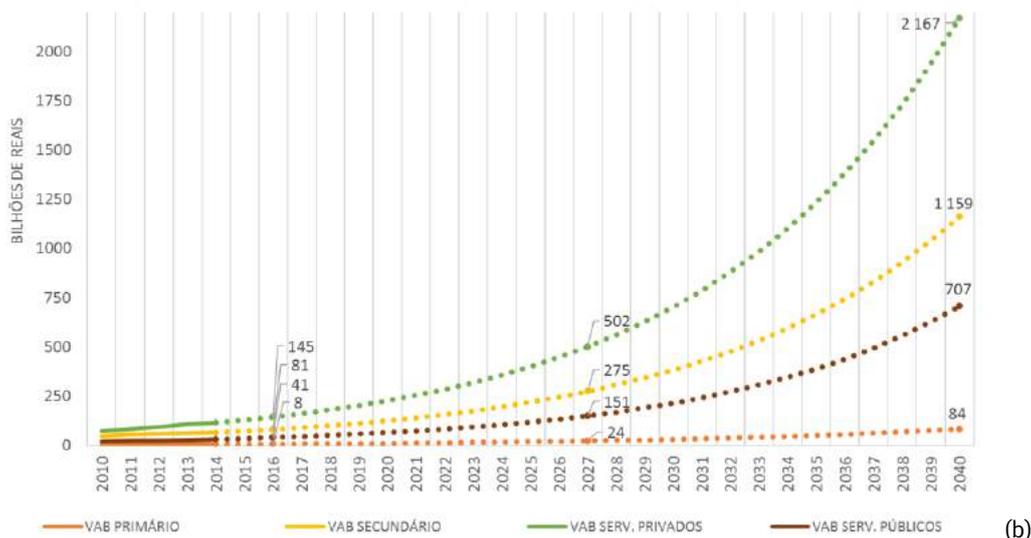
Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

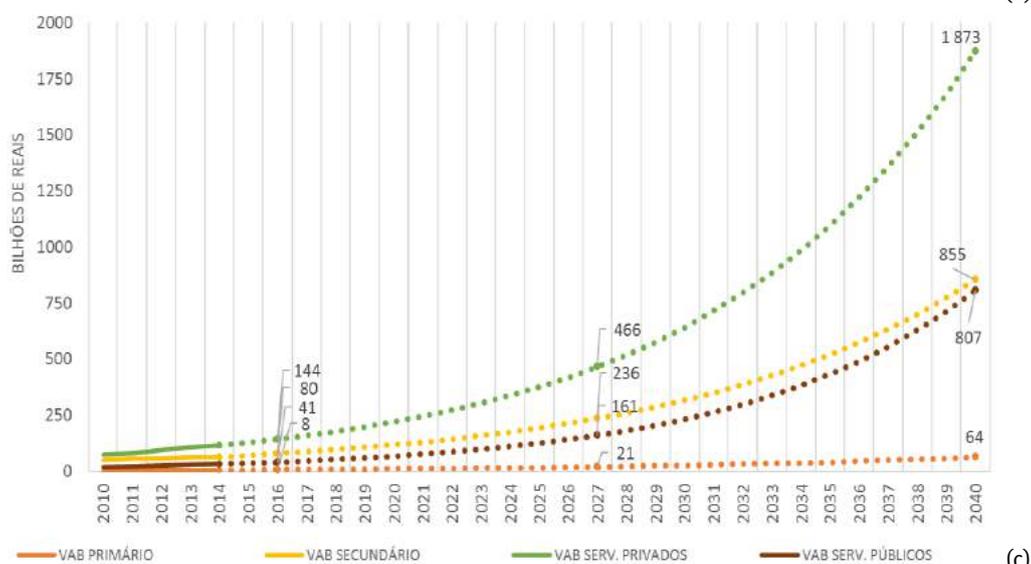
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



(a)



(b)



(c)

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA/IBGE, com cálculos Nemus

Figura 3 – Projeções dos VAB do Alto SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)

B) Infra-estruturas

Quadro 5 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Modal ferroviário	-	↑	→	↑	→	↑	→
Modal rodoviário	-	→	→	→	→	→	→
Modal hidroviário	-	→	→	↑	→	↑	→
Serviços de saneamento	-	→	→	↑	↑	↑	↑↑
Produção de energia	-	↑↑	↑↑	↑	↑	↑	→

Nota:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

C) Ambiente institucional

Quadro 6 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Conflitos fundiários	-	→	→	→	↓	→	↓
Conflitos entre usuários	-	↑	↑	→	→	→	↓
Ação das instituições públicas	-	↓	↓	↑	↑	↑	↑↑
Direitos de propriedade	-	→	→	→	↑	→	↑

Nota:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

D) Dimensão ambiental

Quadro 7 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

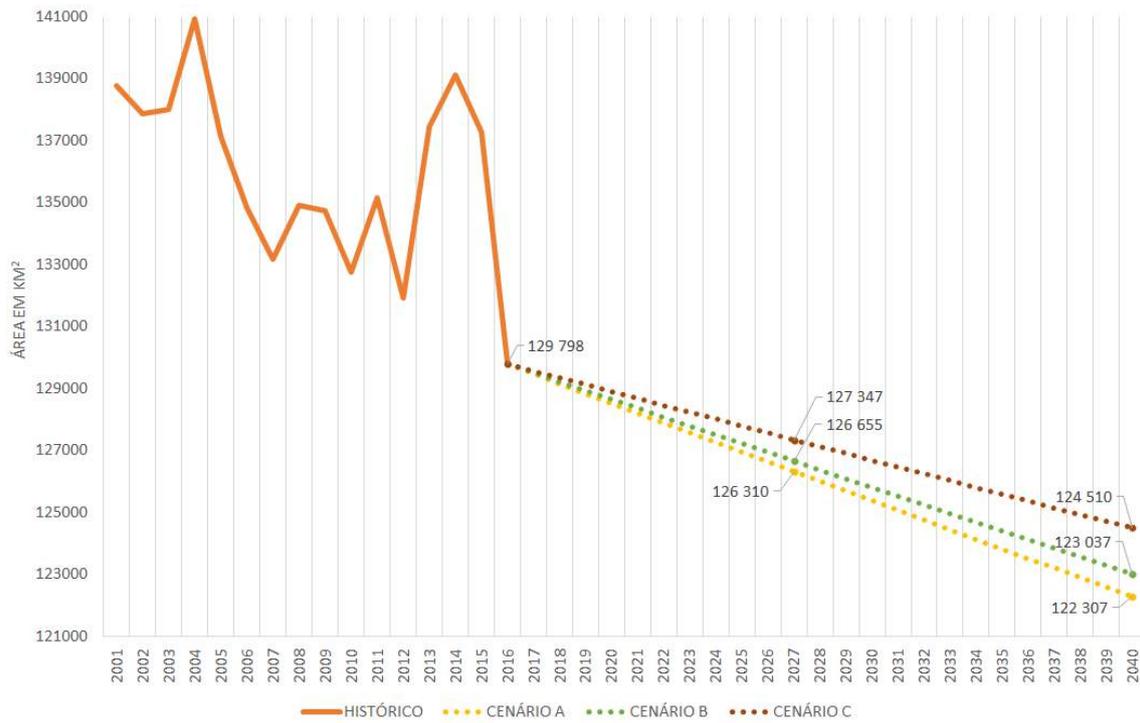
Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Uso e ocupação do solo							
Áreas ocupadas por usos naturais (km ²)	129.798	126.310	122.307	126.655	123.037	127.347	124.510
Áreas de uso agropecuário (km ²)	113.226	112.181	110.959	110.119	106.556	109.965	106.233
Áreas de silvicultura (km ²)	6.810	77.402	1.368.743	10.165	16.321	7.795	9.145
Áreas urbanas	-	↑	↑	→	→	→	→
Áreas degradadas	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Desmatamento	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Clima							
Impactos da ocorrência de eventos extremos	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Desertificação	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas (IVDNS)		0,351 Moderada a Alta		→	→	↓	↓
Preservação do ambiente							
Erosão dos solos	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Poluição							
Qualidade da água	-	↓	↓	→	→	↑	↑
Contaminação do solo	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Biodiversidade	-	↓	↓	→	→	→	↑
Recursos hídricos							
Disponibilidade hídrica superficial (m ³ /s) ⁽²⁾	599,7	599,7	→	599,7	→	→	↑
Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s) ⁽³⁾	155,8	155,8	→	155,8	→	→	↑

Notas:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

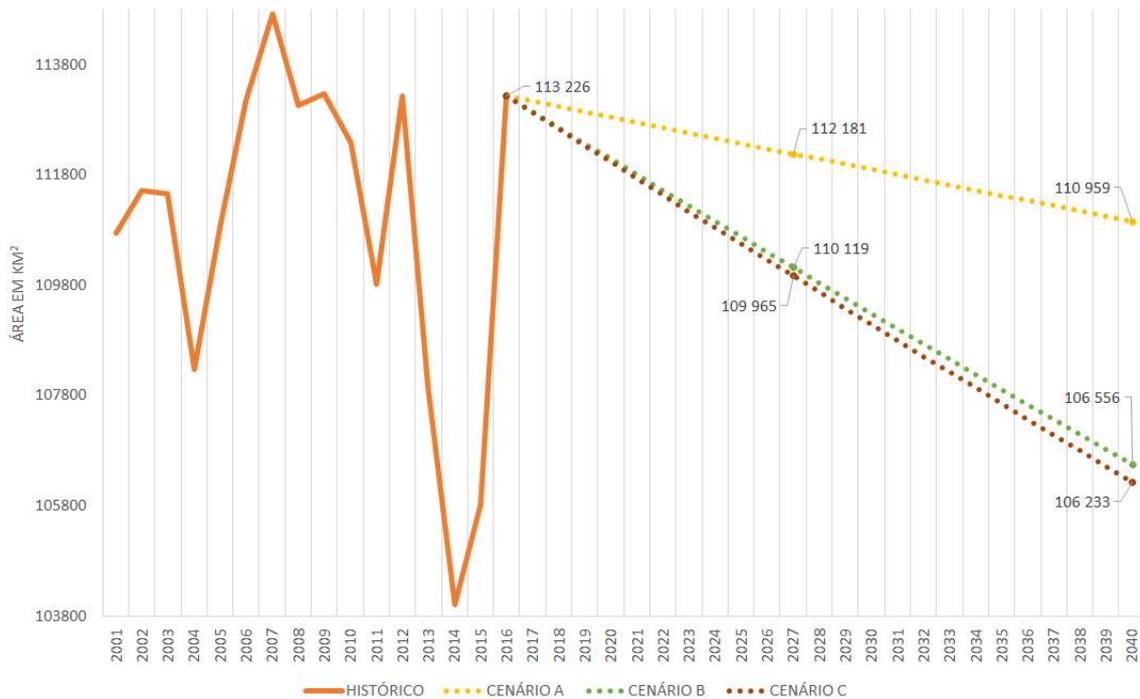
(2) Disponibilidade hídrica superficial dada pela vazão Q_{95} (vazão típica de uma situação de estiagem, notadamente a vazão que é excedida em 95% do tempo, utilizada nos PRH-SF 2004-2013 e 2016-2025 para calcular a razão entre a demanda de retirada e a disponibilidade hídrica) regularizada estimada no PRH-SF 2016-2025 (CBHSF, 2016); o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica superficial estimada na situação atual nos balanços hídricos em relação a cada cenário estudado (2025 e 2035).

(3) Disponibilidade de água subterrânea dada pela vazão explorável, estimada em 20% da recarga média anual (parte da recarga não está disponível para utilização porque contribui para o escoamento de base dos cursos de água superficiais ou para níveis mais profundos das unidades hidrogeológicas) no PRH-SF 2016-2025; na compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados (2025 e 2035), o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica subterrânea estimada na situação atual (CBHSF, 2016).



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 4 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Alto SF até 2040



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 5 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Alto SF até 2040

E) Desenvolvimento sociodemográfico

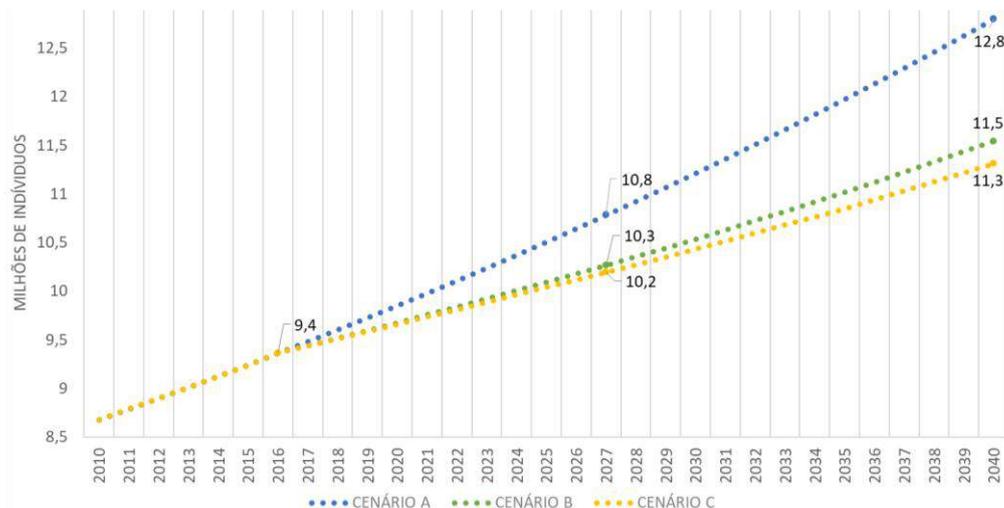
Quadro 8 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Alto SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Demografia							
População (milhares indivíduos)	9.363	10.783	12.799	10.264	11.544	10.194	11.311
Densidade populacional (n.º ind. / km²)	37	43	51	41	46	40	45
Condições de vida							
IFDM geral	0,67*	0,72	0,79	0,75	0,86	0,77	0,90
IFDM educação	0,81*	0,81	0,89	0,82	0,91	0,84	0,93
IFDM saúde	0,74*	0,77	0,79	0,83	0,92	0,86	0,96
Patrimônio e cultura							
População autodeclarada indígena (milhares ind.)	15,5*	10,8	7,0	10,8	7,0	11,6	8,2
Comunidades tradicionais	-	→	→	→	→	↑	↑
Ecoturismo	-	→	→	↑	↑	↑	↑↑
Educação ambiental	-	→	→	↑	↑	↑	↑↑

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Censos Demográficos de 2010 e Estimativas da população – IBGE, com cálculos Nemus

Figura 6 – Projeção da população do Alto SF até 2040

4.2.2. Médio São Francisco

Nos Quadros e gráficos seguintes sistematiza-se a evolução dos eixos, variáveis e indicadores da dinâmica econômica, ambiental e social da região, estimada para cada cenário prospectivo e respectivos horizontes de tempo. Apresenta-se também, para comparação, os respectivos valores para a situação atual, dados pelos valores observados em 2016, quando disponíveis, ou estimados com base na projeção tendencial (os valores estimados encontram-se assinalados com *).

A) Desenvolvimento econômico

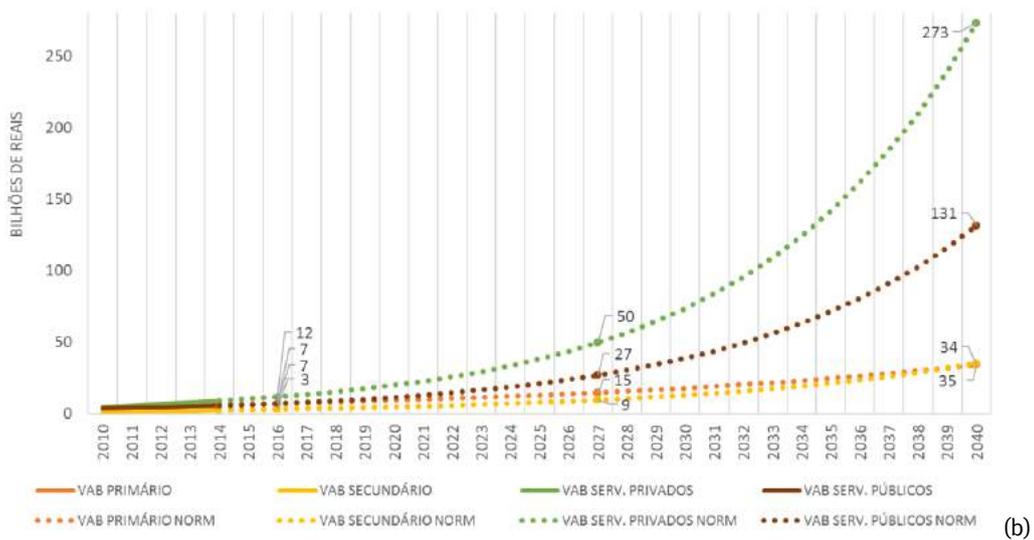
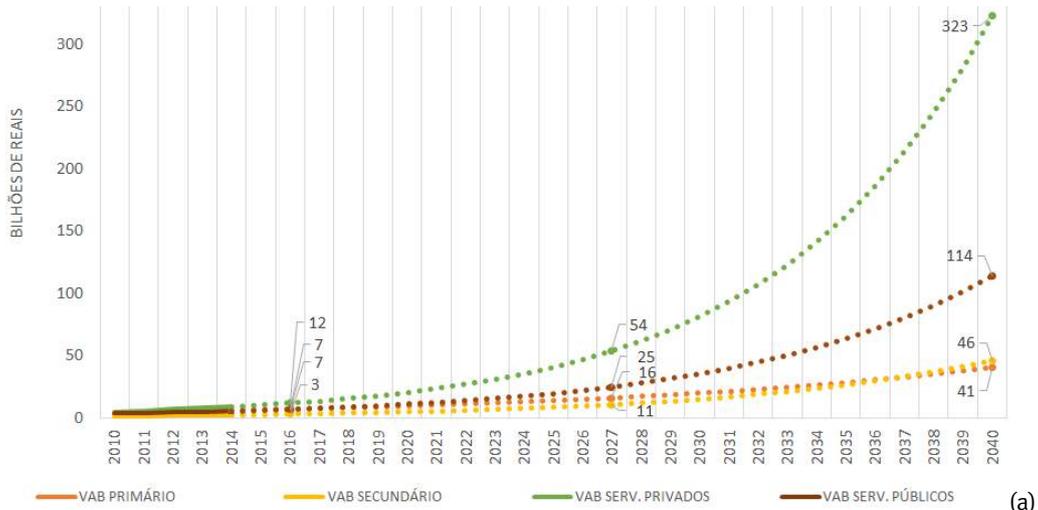
Quadro 9 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Setor primário							
VAB do setor primário (bilhões de reais)	7,3*	16,1	40,7	14,7	34,0	13,4	28,3
Áreas de lavoura temporária (km ²)	26.693*	33.729	44.473	30.866	36.968	28.959	32.369
Áreas de lavoura permanente (km ²)	378,7*	415,7	464,0	405,3	440,2	399,1	426,4
Extração vegetal (milhões de reais)	146,5*	75,9	34,9	81,7	40,7	87,9	47,4
Produtividade	-	↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Setor secundário							
VAB do setor secundário (bilhões de reais)	3,2*	10,9	46,3	9,4	35,1	8,2	26,6
CFEM (milhões de reais)	2,1	3,5	6,6	2,8	4,2	2,6	3,5
Setor terciário							
VAB dos serviços públicos (bilhões de reais)	6,9*	25,0	113,9	26,9	131,4	31,0	174,4
VAB dos serviços privados (bilhões de reais)	11,9*	54,0	323,1	49,7	273,3	45,6	230,8
Renda							
IFDM emprego e renda	0,46*	0,53	0,61	0,57	0,62	0,59	0,66

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA/IBGE, com cálculos Nemus

Figura 7 – Projeções dos VAB do Médio SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)

B) Infra-estruturas

Quadro 10 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Modal ferroviário	-	↑	→	↑	→	↑	→
Modal rodoviário	-	↑	→	↑	→	↑	→
Modal hidroviário	-	→	→	↑	→	↑	→
Serviços de saneamento	-	↓	↓	→	→	↑	↑↑
Produção de energia	-	↑↑	↑↑	↑	↑	↑	→

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

C) Ambiente institucional

Quadro 11 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Conflitos fundiários	-	→	→	→	↓	→	↓
Conflitos entre usuários	-	↑	↑	→	→	→	↓
Ação das instituições públicas	-	↓	↓	↑	↑	↑	↑↑
Direitos de propriedade	-	→	→	→	↑	→	↑

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

D) Dimensão ambiental

Quadro 12 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Médio SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Uso e ocupação do solo							
Áreas ocupadas por usos naturais (km ²)	153.275	141.435	128.615	144.896	135.583	147.840	141.664
Áreas de uso agropecuário (km ²)	90.674	108.783	134.901	100.262	112.909	97.560	106.375
Áreas de silvicultura (km ²)	26,1	132,1	984,8	34,7	53,2	29,0	35,9
Áreas urbanas		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Áreas degradadas		↑	↑	→	→	↓	↓
Desmatamento		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Clima							
Impactos da ocorrência de eventos extremos		↑	↑	→	→	↓	↓
Desertificação		↑	↑	→	→	↓	↓
Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas (IVDNS)		0,365 Moderada a Alta		→	→	↓	↓
Preservação do ambiente							
Erosão dos solos		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Poluição							
Qualidade da água		↓	↓	→	→	↑	↑
Contaminação do solo		↑	↑	→	→	↓	↓
Biodiversidade							
		↓	↓	→	→	→	↑
Recursos hídricos							
Disponibilidade hídrica superficial (m ³ /s) ⁽²⁾	371,4	371,4	→	371,4	→	→	↑
Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s) ⁽³⁾	170,4	170,4	→	170,4	→	→	↑

Notas:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

(2) Disponibilidade hídrica superficial dada pela vazão Q_{95} (vazão típica de uma situação de estiagem, notadamente a vazão que é excedida em 95% do tempo, utilizada nos PRH-SF 2004-2013 e 2016-2025 para calcular a razão entre a demanda de retirada e a disponibilidade hídrica) regularizada estimada no PRH-SF 2016-2025 (CBHSF, 2016); o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica superficial estimada na situação atual nos balanços hídricos em relação a cada cenário estudado (2025 e 2035).

(3) Disponibilidade de água subterrânea dada pela vazão explotável, estimada em 20% da recarga média anual (parte da recarga não está disponível para utilização porque contribui para o escoamento de base dos cursos de água superficiais ou para níveis mais profundos das unidades hidrogeológicas) no PRH-SF 2016-2025; na compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados (2025 e 2035), o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica subterrânea estimada na situação atual (CBHSF, 2016).

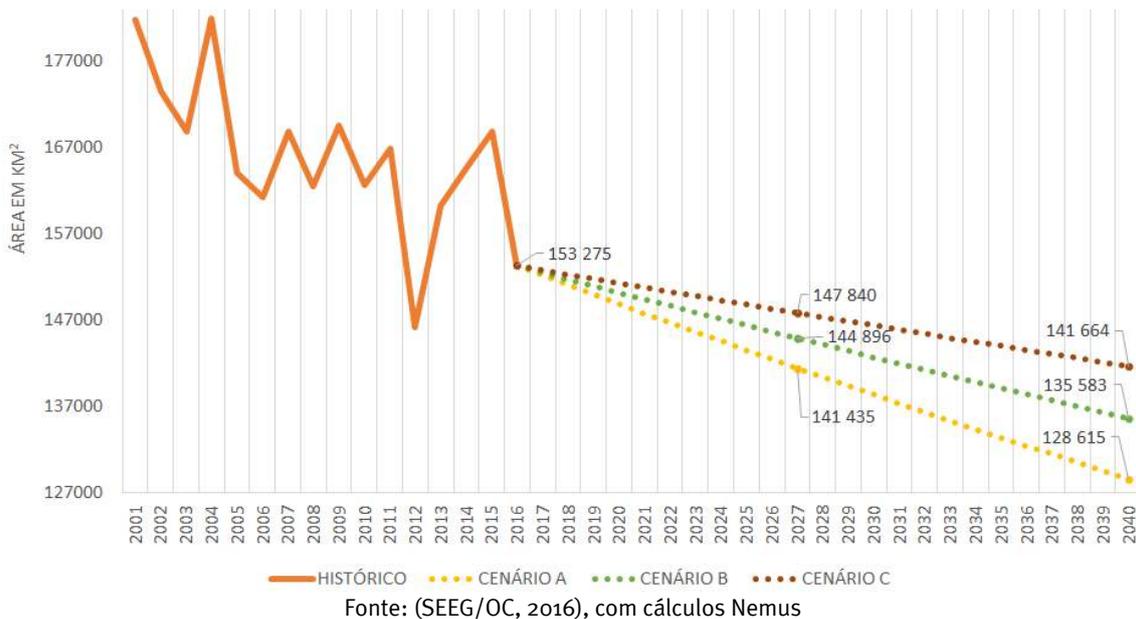


Figura 8 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Médio SF até 2040

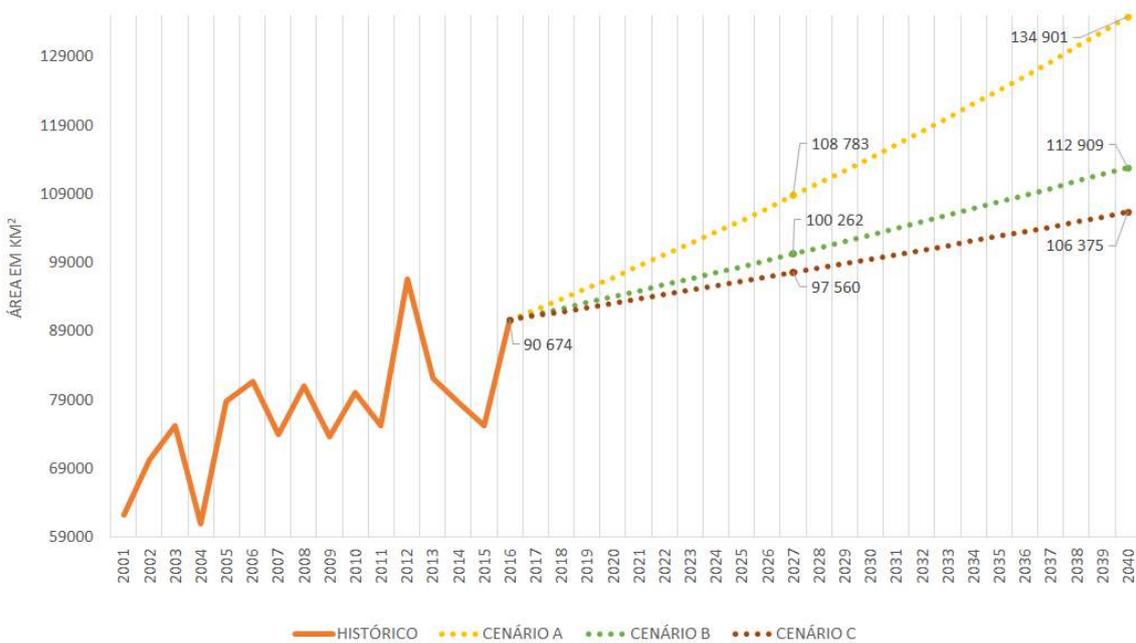


Figura 9 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Médio SF até 2040

E) Desenvolvimento sociodemográfico

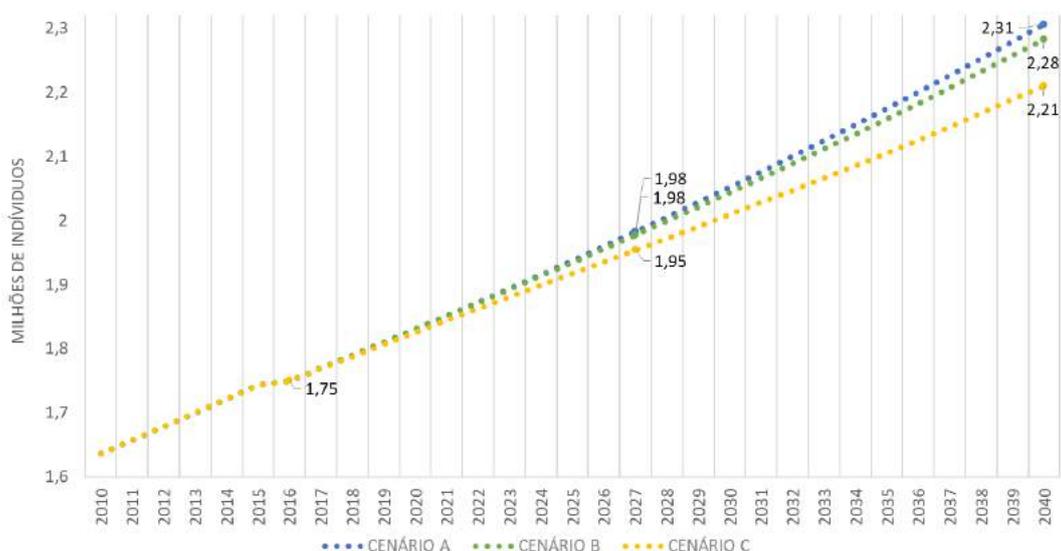
Quadro 13 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Médio SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Demografia							
População (milhares indivíduos)	1.750	1.983	2.307	1.978	2.283	1.954	2.210
Densidade populacional (n.º ind. / km²)	7	8	9	8	9	8	9
Condições de vida							
IFDM geral	0,52*	0,66	0,82	0,69	0,87	0,70	0,89
IFDM educação	0,67*	0,81	0,96	0,84	0,98	0,85	0,99
IFDM saúde	0,56*	0,74	0,92	0,78	0,94	0,79	0,96
Patrimônio e cultura							
População autodeclarada indígena (milhares ind.)	2,2*	1,4	0,8	1,4	0,8	1,5	1,0
Comunidades tradicionais		→	→	→	→	↑	↑
Ecoturismo		→	→	↑	↑	↑	↑↑
Educação ambiental		→	→	↑	↑	↑	↑↑

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Censos Demográficos de 2010 e Estimativas da população – IBGE, com cálculos Nemus

Figura 10 – Projeção da população do Médio SF até 2040

4.2.3. Submédio São Francisco

Nos Quadros e gráficos seguintes sistematiza-se a evolução dos eixos, variáveis e indicadores da dinâmica econômica, ambiental e social da região, estimada para cada cenário prospectivo e respectivos horizontes de tempo. Apresenta-se também, para comparação, os respectivos valores para a situação atual, dados pelos valores observados em 2016, quando disponíveis, ou estimados com base na projeção tendencial (os valores estimados encontram-se assinalados com *).

A) Desenvolvimento econômico

Quadro 14 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Setor primário							
VAB do setor primário (bilhões de reais)	1,9*	3,9	8,7	3,6	7,	3,2	5,8
Áreas de lavoura temporária (km2)	3.631*	2.391	1.459	2.230	1.261	2.178	1.201
Áreas de lavoura permanente (km2)	1.159*	1.076	986	1.067	970	1.059	954
Extração vegetal (milhões de reais)	57,5*	166,2	582,2	133,0	366,1	118,8	289,4
Produtividade	-	↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Setor secundário							
VAB do setor secundário (bilhões de reais)	3,0*	5,7	12,4	5,3	10,7	5,1	9,9
CFEM (milhões de reais)	4,1	7,2	14,1	6,1	9,8	5,4	7,6
Setor terciário							
VAB dos serviços públicos (bilhões de reais)	8,7*	30,9	137,8	32,5	152,1	33,6	163,2
VAB dos serviços privados (bilhões de reais)	11,8*	51,7	297,5	50,1	278,7	48,5	260,9
Renda							
IFDM emprego e renda	0,46*	0,52	0,60	0,56	0,61	0,57	0,64

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

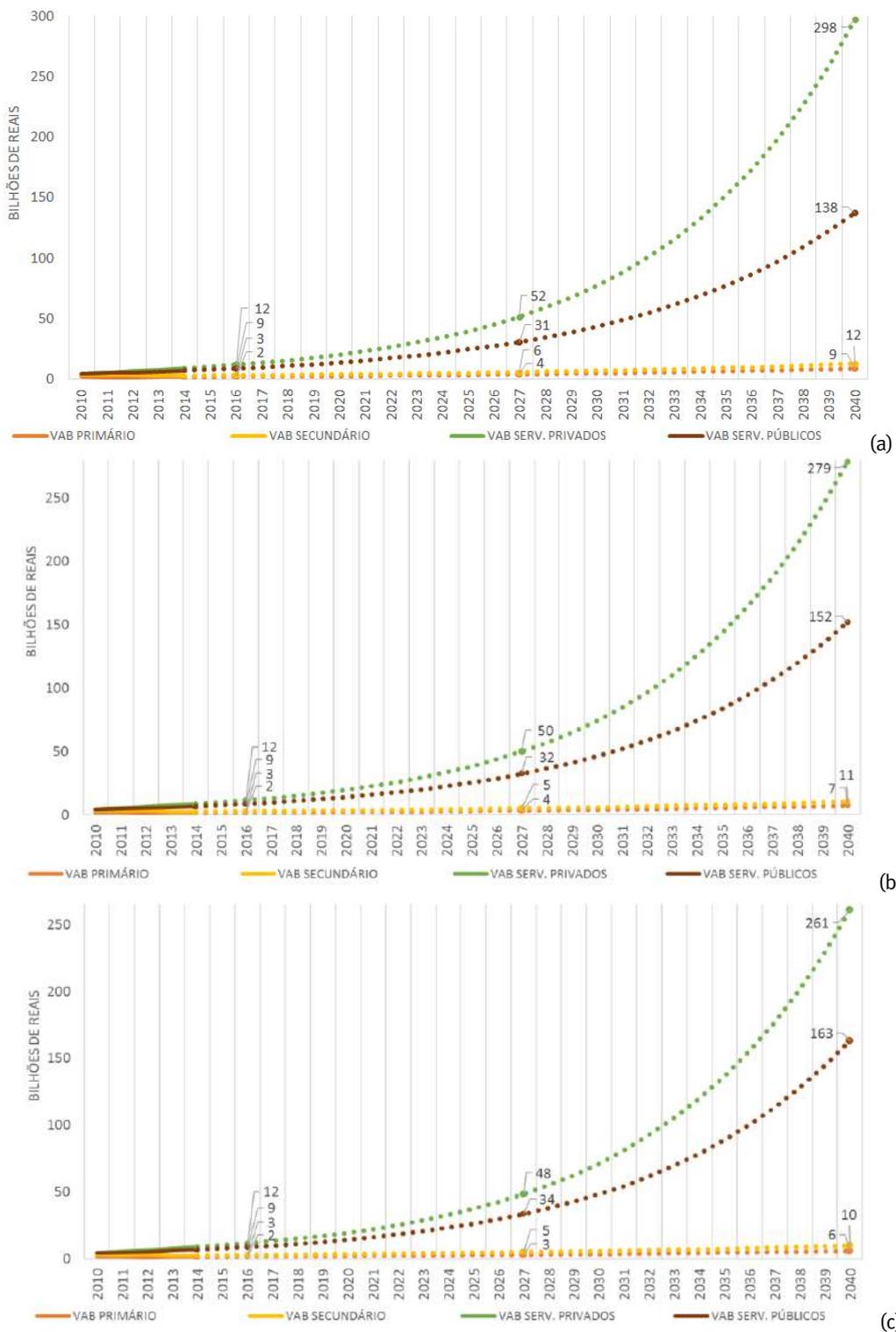


Figura 11 – Projeções dos VAB do Submédio SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)

B) Infra-estruturas

Quadro 15 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Modal ferroviário	-	↑	→	↑	→	↑	→
Modal rodoviário	-	↑	→	↑	→	→	→
Modal hidroviário	-	→	→	→	→	↑	→
Serviços de saneamento	-	→	→	→	→	↑	↑↑
Produção de energia	-	↑↑	↑↑	↑	↑	↑	→

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

C) Ambiente institucional

Quadro 16 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Conflitos fundiários	-	→	→	→	↓	→	↓
Conflitos entre usuários	-	↑	↑	→	→	→	↓
Ação das instituições públicas	-	↓	↓	↑	↑	↑	↑↑
Direitos de propriedade	-	→	→	→	↑	→	↑

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

D) Dimensão ambiental

Quadro 17 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Submédio SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

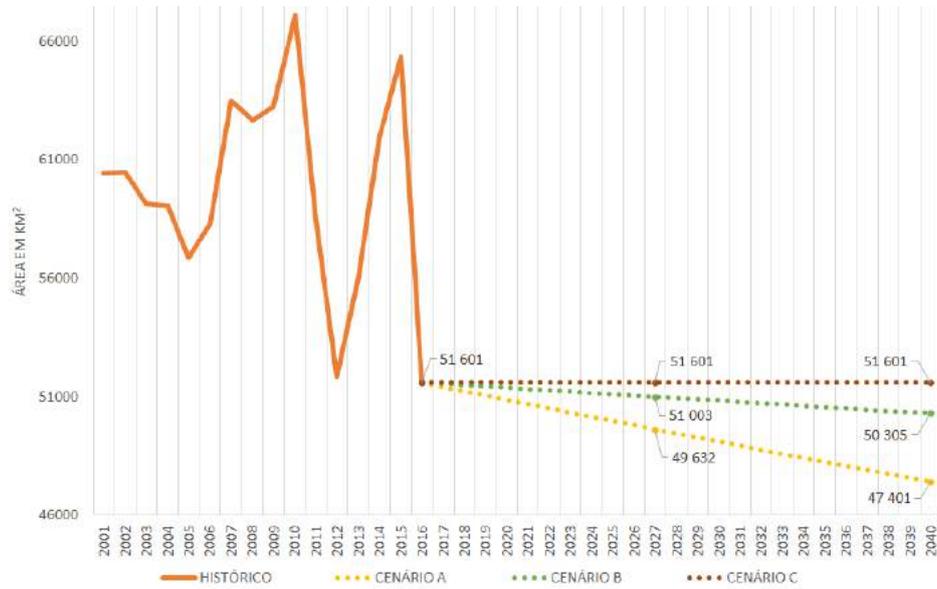
Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Uso e ocupação do solo							
Áreas ocupadas por usos naturais (km ²)	51.601	49.632	47.401	51.003	50.305	51.601	51.601
Áreas de uso agropecuário (km ²)	51.775	53.732	56.140	53.236	55.017	52.941	54.353
Áreas de silvicultura (km ²)	0,883	0,943	0,867	0,937	0,853	0,930	0,840
Áreas urbanas	514	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Áreas degradadas	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Desmatamento	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Clima							
Impactos da ocorrência de eventos extremos	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Desertificação	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas (IVDNS)		0,347 Moderada		↑	↑	→	→
Preservação do ambiente							
Erosão dos solos	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Poluição							
Qualidade da água	-	↓	↓	→	→	↑	↑
Contaminação do solo	-	↑	↑	→	→	↓	↓
Biodiversidade							
		↓	↓	→	→	→	↑
Recursos hídricos							
Disponibilidade hídrica superficial (m ³ /s) ⁽²⁾	23,0	23,0	↓	23,0	→	→	→
Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s) ⁽³⁾	27,5	27,5	↓	27,5	→	→	→

Notas:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

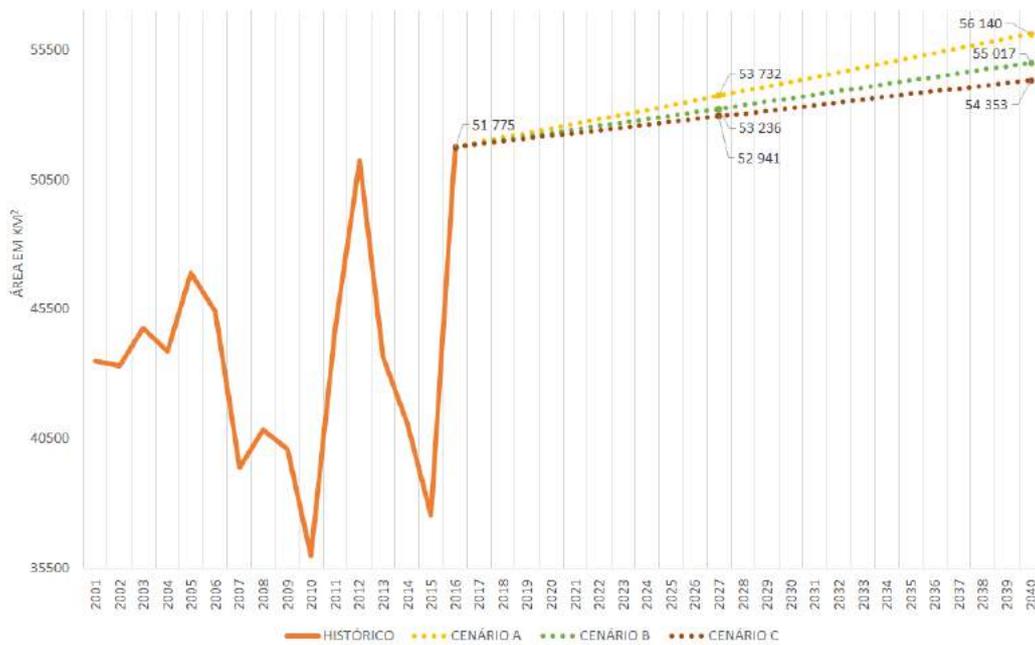
(2) Disponibilidade hídrica superficial dada pela vazão Q_{95} (vazão típica de uma situação de estiagem, notadamente a vazão que é excedida em 95% do tempo, utilizada nos PRH-SF 2004-2013 e 2016-2025 para calcular a razão entre a demanda de retirada e a disponibilidade hídrica) regularizada estimada no PRH-SF 2016-2025 (CBHSF, 2016); o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica superficial estimada na situação atual nos balanços hídricos em relação a cada cenário estudado (2025 e 2035).

(3) Disponibilidade de água subterrânea dada pela vazão explotável, estimada em 20% da recarga média anual (parte da recarga não está disponível para utilização porque contribui para o escoamento de base dos cursos de água superficiais ou para níveis mais profundos das unidades hidrogeológicas) no PRH-SF 2016-2025; na compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados (2025 e 2035), o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica subterrânea estimada na situação atual (CBHSF, 2016).



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 12 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Submédio SF até 2040



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 13 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Submédio SF até 2040

E) Desenvolvimento sociodemográfico

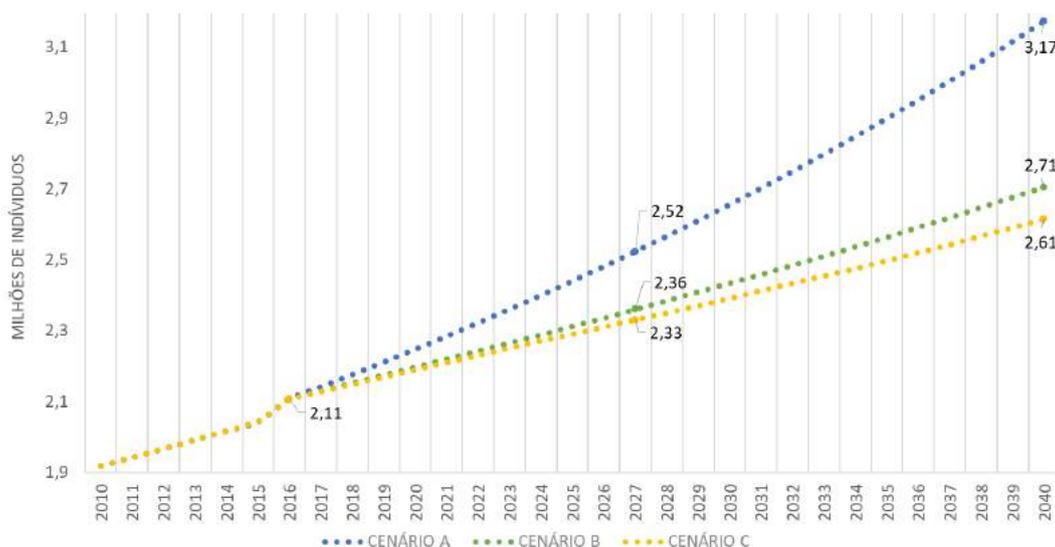
Quadro 18 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Submédio SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Demografia							
População (milhares indivíduos)	2.108	2.523	3.174	2.360	2.705	2.331	2.615
Densidade populacional (n.º ind. / km²)	20	24	30	22	26	22	25
Condições de vida							
IFDM geral	0,62*	0,73	0,86	0,76	0,91	0,78	0,93
IFDM educação	0,68*	0,79	0,92	0,81	0,95	0,82	0,96
IFDM saúde	0,68*	0,82	0,97	0,84	0,99	0,85	0,99
Patrimônio e cultura							
População autodeclarada indígena (milhares ind.)	57*	81,5	124,4	81,5	124,4	81,5	124,4
Comunidades tradicionais	-	→	→	→	→	↑	↑
Ecoturismo	-	→	→	↑	↑	↑	↑↑
Educação ambiental		→	→	↑	↑	↑	↑↑

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Censos Demográficos de 2010 e Estimativas da população – IBGE, com cálculos Nemus

Figura 14 – Projeção da população do Submédio SF até 2040

4.2.4. Baixo São Francisco

Nos Quadros e gráficos seguintes sistematiza-se a evolução dos eixos, variáveis e indicadores da dinâmica econômica, ambiental e social da região, estimada para cada cenário prospectivo e respectivos horizontes de tempo. Apresenta-se também, para comparação, os respectivos valores para a situação atual, dados pelos valores observados em 2016, quando disponíveis, ou estimados com base na projeção tendencial (os valores estimados encontram-se assinalados com *).

A) Desenvolvimento econômico

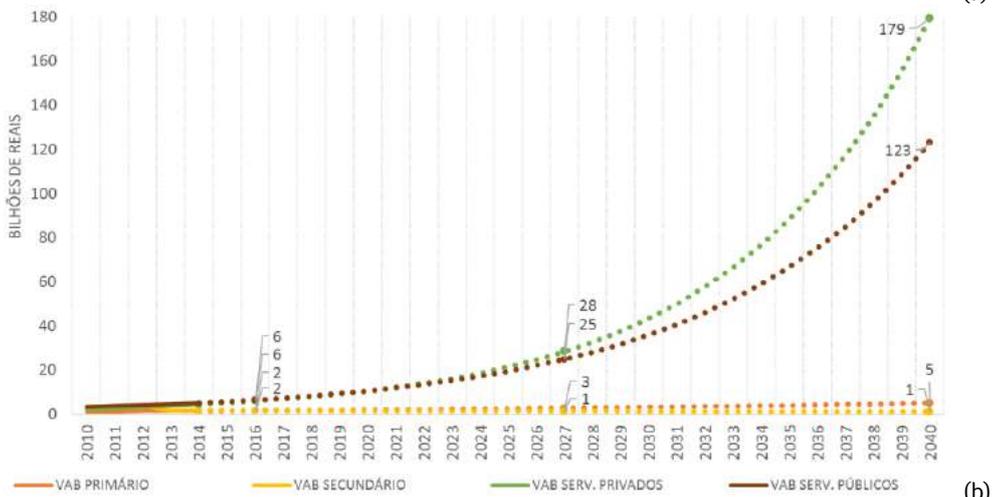
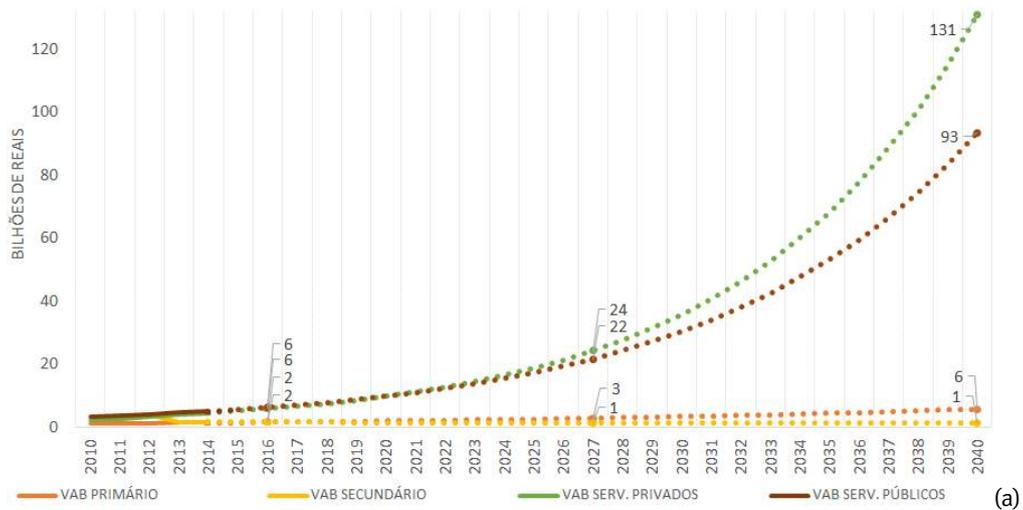
Quadro 19 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Setor primário							
VAB do setor primário (bilhões de reais)	1,6*	2,9	5,8	2,7	5,0	2,5	4,1
Áreas de lavoura temporária (km2)	2.135*	1.595	1.130	1.701	1.292	1.756	1.381
Áreas de lavoura permanente (km2)	220*	204	187	207	193	209	197
Extração vegetal (milhões de reais)	3,8*	3,1	2,4	3,2	2,7	3,4	3,1
Produtividade	-	↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Setor secundário							
VAB do setor secundário (bilhões de reais)	1,6*	1,5	1,3	1,3	1,1	1,2	0,9
CFEM (milhões de reais)	0,4	1,3	5,1	1,2	4,6	1,2	4,5
Setor terciário							
VAB dos serviços públicos (bilhões de reais)	6,3*	21,7	93,4	24,9	122,9	28,5	161,3
VAB dos serviços privados (bilhões de reais)	5,8*	24,3	131,0	28,4	179,4	33,2	244,8
Renda							
IFDM emprego e renda	0,42*	0,50	0,58	0,54	0,60	0,55	0,63

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA/IBGE, com cálculos Nemus

Figura 15 – Projeções dos VAB do Baixo SF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)

B) Infra-estruturas

Quadro 20 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Modal ferroviário	-	↑	→	→	→	→	→
Modal rodoviário	-	↑↑	↑	↑	↑	→	→
Modal hidroviário	-	→	→	→	→	↑	→
Serviços de saneamento	-	↓	↓	→	→	↑	↑↑
Produção de energia	-	↑	↑	↑	↑	↑	→

Nota:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

C) Ambiente institucional

Quadro 21 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Conflitos fundiários	-	→	→	→	↓	→	↓
Conflitos entre usuários	-	↑↑	↑↑	↑	↑	→	↓
Ação das instituições públicas	-	→	→	↑	↑	↑	↑↑
Direitos de propriedade	-	→	→	→	↑	→	↑

Nota:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

D) Dimensão ambiental

Quadro 22 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, no Baixo SF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

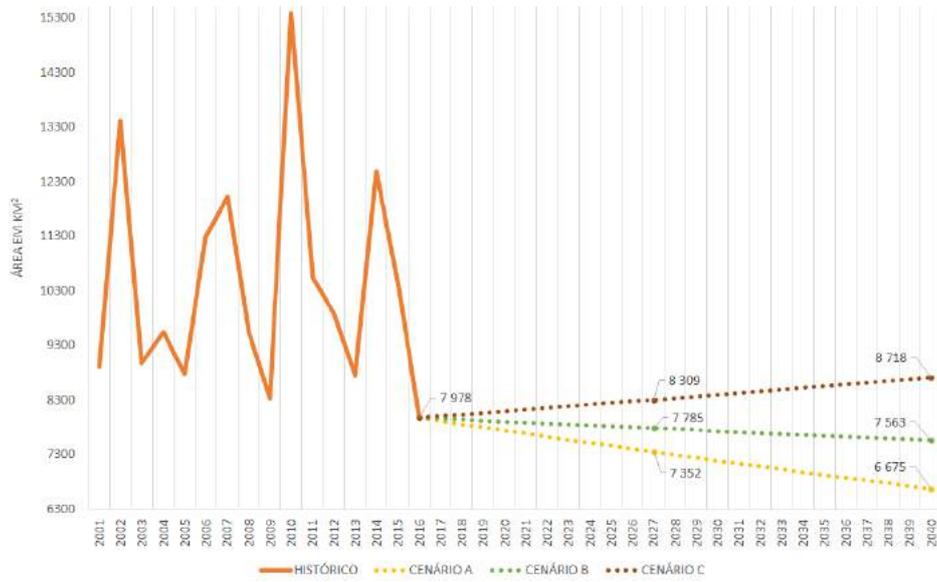
Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Uso e ocupação do solo							
Áreas ocupadas por usos naturais (km ²)	7.978	7.352	6.675	7.785	7.563	8.309	8.718
Áreas de uso agropecuário (km ²)	21.179	21.912	22.810	21.616	22.144	20.964	20.712
Áreas de silvicultura (km ²)	0,11	0,07	0,04	0,09	0,06	0,11	0,11
Áreas urbanas	225	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Áreas degradadas		↑	↑	→	→	↓	↓
Desmatamento		↑	↑	→	→	→	→
Clima							
Impactos da ocorrência de eventos extremos		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Desertificação		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas (IVDNS)		0,467 Moderada a Alta		↑	↑	→	→
Preservação do ambiente							
Erosão dos solos		↑	↑	→	→	→	→
Poluição							
Qualidade da água		↓	↓	→	→	↑	↑
Contaminação do solo		↑	↑	→	→	↓	↓
Biodiversidade							
		↓	↓	→	→	→	→
Recursos hídricos							
Disponibilidade hídrica superficial (m ³ /s) ⁽²⁾	7,0	7,0	↓	7,0	→	→	→
Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s) ⁽³⁾	11,9	11,9	↓	11,9	→	→	→

Notas:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

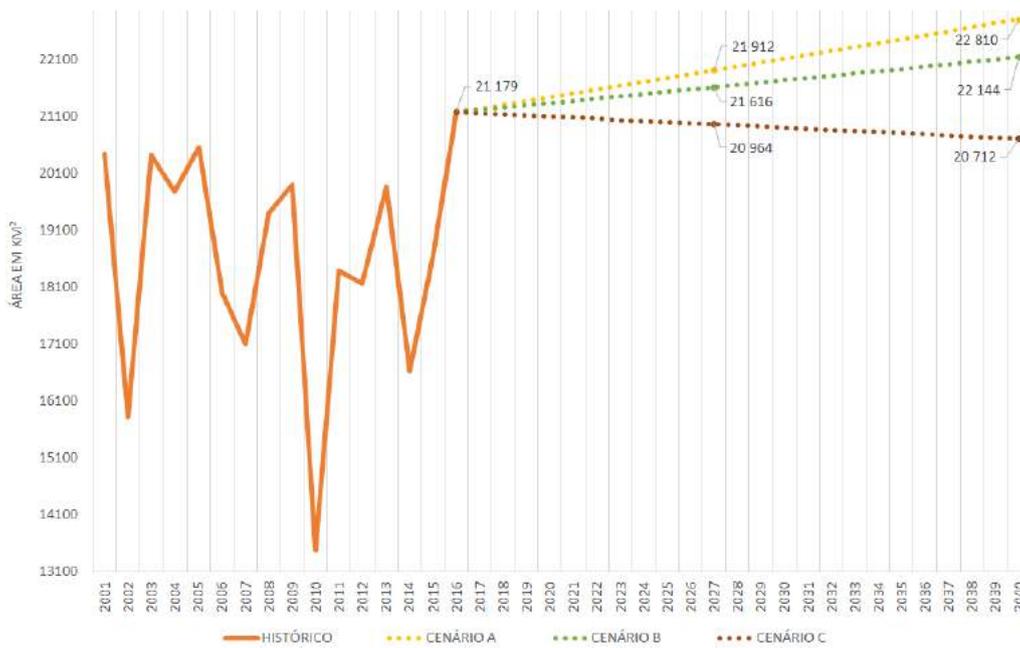
(2) Disponibilidade hídrica superficial dada pela vazão Q_{95} (vazão típica de uma situação de estiagem, notadamente a vazão que é excedida em 95% do tempo, utilizada nos PRH-SF 2004-2013 e 2016-2025 para calcular a razão entre a demanda de retirada e a disponibilidade hídrica) regularizada estimada no PRH-SF 2016-2025 (CBHSF, 2016); o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica superficial estimada na situação atual nos balanços hídricos em relação a cada cenário estudado (2025 e 2035).

(3) Disponibilidade de água subterrânea dada pela vazão explotável, estimada em 20% da recarga média anual (parte da recarga não está disponível para utilização porque contribui para o escoamento de base dos cursos de água superficiais ou para níveis mais profundos das unidades hidrogeológicas) no PRH-SF 2016-2025; na compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados (2025 e 2035), o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica subterrânea estimada na situação atual (CBHSF, 2016).



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 16 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais no Baixo SF até 2040



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 17 – Projeções das áreas de uso agropecuário no Baixo SF até 2040

E) Desenvolvimento sociodemográfico

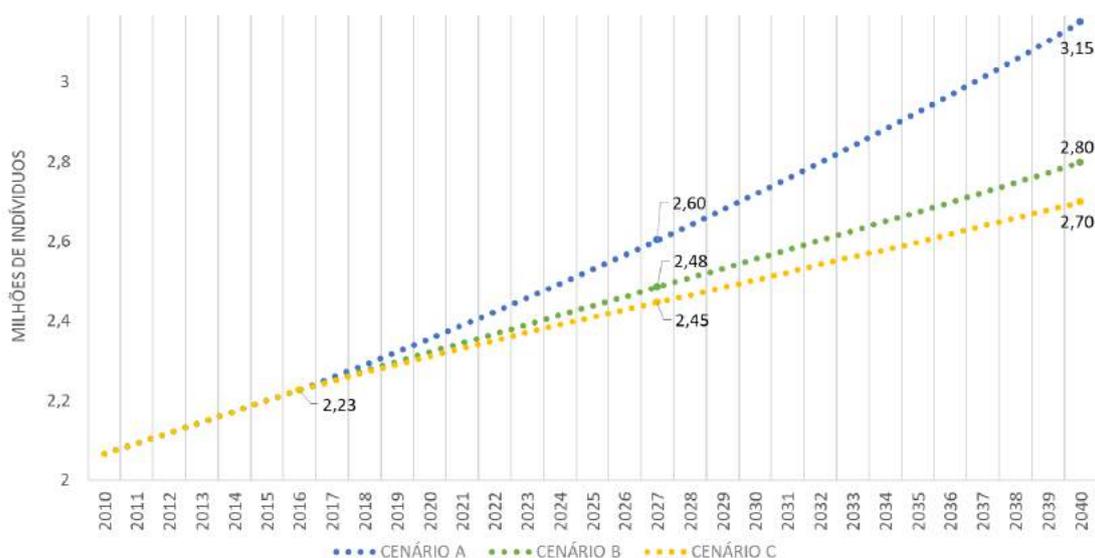
Quadro 23 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, no Baixo SF, em cada um dos cenários e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Demografia							
População (milhares indivíduos)	2.227	2.603	3.150	2.484	2.797	2.447	2.698
Densidade populacional (n.º ind. / km²)	75	87	105	83	94	82	90
Condições de vida							
IFDM geral	0,52*	0,65	0,81	0,67	0,84	0,70	0,87
IFDM educação	0,61*	0,76	0,92	0,80	0,96	0,81	0,97
IFDM saúde	0,65*	0,79	0,94	0,80	0,96	0,82	0,97
Patrimônio e cultura							
População autodeclarada indígena (milhares ind.)	30,8*	42,2	61,1	42,2	61,1	42,2	61,1
Comunidades tradicionais		→	→	→	→	↑	↑
Ecoturismo		↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑↑	↑↑↑
Educação ambiental		→	→	↑	↑	↑	↑↑

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Censos Demográficos de 2010 e Estimativas da população – IBGE, com cálculos Nemus

Figura 18 – Projeção da população do Baixo SF até 2040

4.2.5. Resultados dos cenários ao nível da BHSF

A) Comparação dos cenários para a bacia (2027 e 2040)

No Quadro seguinte sistematiza-se a evolução dos eixos, variáveis e indicadores da dinâmica econômica, ambiental e social da bacia estimada para cada cenário prospectivo e respectivos horizontes de tempo. Apresenta-se também, para comparação, os respectivos valores para a situação atual, dados pelos valores observados em 2016, quando disponíveis, ou estimados com base na projeção tendencial (os valores estimados encontram-se assinalados com *).

A.1 Desenvolvimento econômico

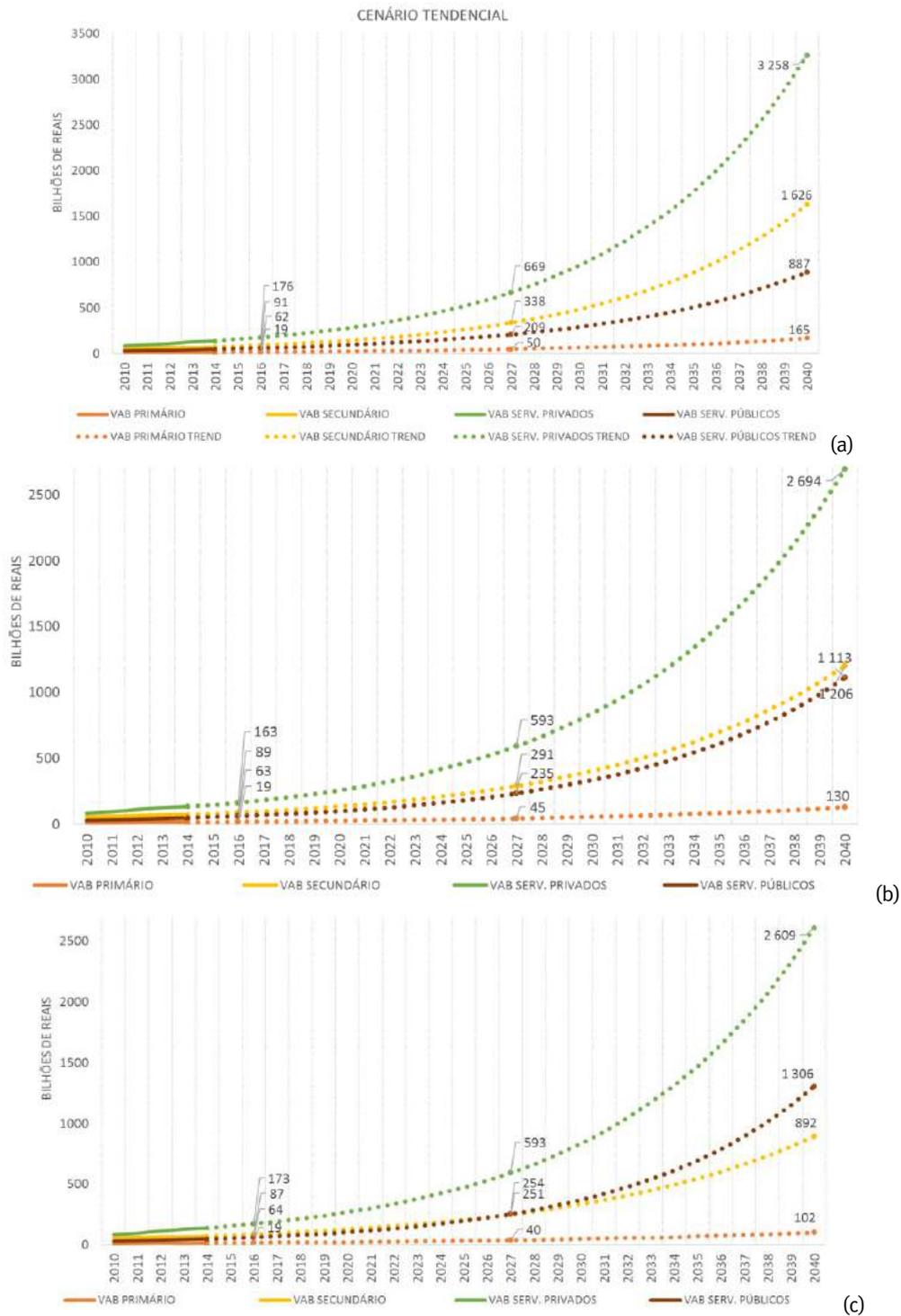
Quadro 24 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento econômico”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Setor primário							
VAB do setor primário (bilhões de reais)	19,2*	49,9	164,8	44,7	130,5	39,8	102,5
Áreas de lavoura temporária (km ²)	45.540*	54.615	69.778	50.529	59.221	47.990	53.029
Áreas de lavoura permanente (km ²)	2.774*	2.932	3.202	2.932	3.202	2.901	3.127
Extração vegetal (milhões de reais)	246,6*	264,6	628,1	240,6	421,3	234,7	353,7
Produtividade	-	↑	↑	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Setor secundário							
VAB do setor secundário (bilhões de reais)	91*	338	1.626	291	1.206	251	892
CFEM (milhões de reais)	432	2.237	15.742	2.236	15.736	1.835	10.754
Setor terciário							
VAB dos serviços públicos (bilhões de reais)	62*	209	887	235	1.113	254	1.306
VAB dos serviços privados (bilhões de reais)	176	669	3.258	593	2.694	593	2.609
Renda							
IFDM emprego e renda	0,60*	0,61	0,61	0,57	0,62	0,59	0,65

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios – SIDRA/IBGE, com cálculos Nemus

Figura 19 – Projeções dos VAB da BHSF até 2040, nos cenários A (a), B (b) e C (c)

A.2 Infra-estruturas

Quadro 25 – Comportamento das variáveis do eixo “Infraestruturas”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Modal ferroviário	-	↑	→	↑	→	↑	→
Modal rodoviário	-	↑	→	↑	→	→	→
Modal hidroviário	-	→	→	↑	→	↑	→
Serviços de saneamento	-	↓	↓	→	→	↑	↑↑
Produção de energia	-	↑↑	↑↑	↑	↑	↑	→

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

A.3 Ambiente institucional

Quadro 26 – Comportamento das variáveis do eixo “ambiente institucional”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Conflitos fundiários	-	→	→	→	↓	→	↓
Conflitos entre usuários	-	↑	↑	→	→	→	↓
Ação das instituições públicas	-	↓	↓	↑	↑	↑	↑↑
Direitos de propriedade	-	→	→	→	↑	→	↑

Nota:
Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

A.4 Dimensão ambiental

Quadro 27 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “dimensão ambiental”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

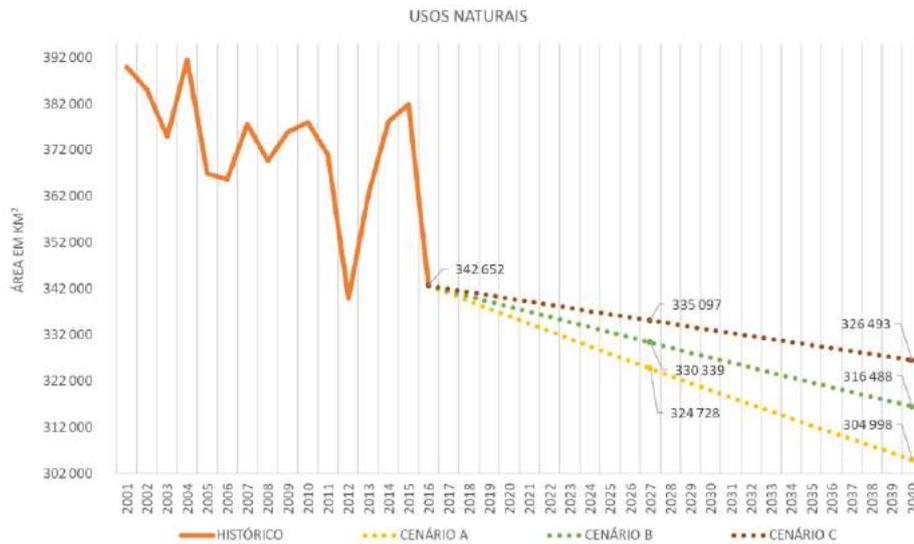
Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Uso e ocupação do solo							
Áreas ocupadas por usos naturais (km ²)	342.652	324.728	304.998	330.339	316.488	335.097	326.493
Áreas de uso agropecuário (km ²)	276.853	296.607	324.810	285.233	296.626	281.430	287.673
Áreas de silvicultura (km ²)	6.835	77.535	1.369.728	10.201	16.375	7.825	9.182
Áreas urbanas	3.161	↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Áreas degradadas		↑	↑	→	→	↓	↓
Desmatamento		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Clima							
Impactos da ocorrência de eventos extremos		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Desertificação		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Índice de Vulnerabilidade aos Desastres Naturais relacionados às Secas (IVDNS)		0,361 Moderada a Alta		↑	↑	→	→
Preservação do ambiente							
Erosão dos solos		↑↑	↑↑	↑	↑	→	→
Poluição							
Qualidade da água		↓	↓	→	→	↑	↑
Contaminação do solo		↑	↑	→	→	↓	↓
Biodiversidade							
		↓	↓	→	→	→	↑
Recursos hídricos							
Disponibilidade hídrica superficial (m ³ /s) ⁽²⁾	997,3	997,3	↓	997,3	→	→	→
Disponibilidade hídrica subterrânea (m ³ /s) ⁽³⁾	365,6	365,6	↓	365,6	→	→	→

Notas:

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

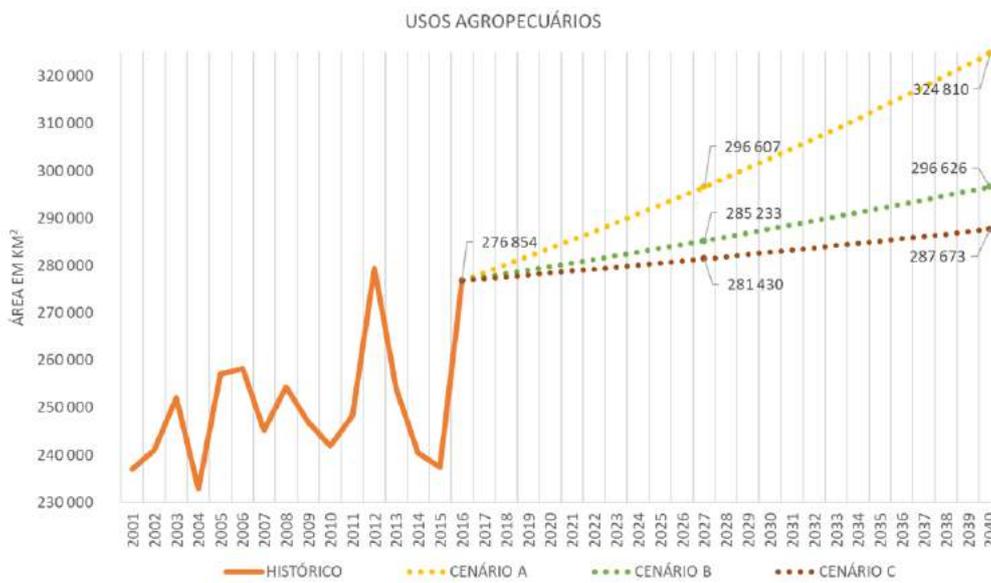
(2) Disponibilidade hídrica superficial dada pela vazão Q_{95} (vazão típica de uma situação de estiagem, notadamente a vazão que é excedida em 95% do tempo, utilizada nos PRH-SF 2004-2013 e 2016-2025 para calcular a razão entre a demanda de retirada e a disponibilidade hídrica) regularizada estimada no PRH-SF 2016-2025 (CBHSF, 2016); o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica superficial estimada na situação atual nos balanços hídricos em relação a cada cenário estudado (2025 e 2035).

(3) Disponibilidade de água subterrânea dada pela vazão explorável, estimada em 20% da recarga média anual (parte da recarga não está disponível para utilização porque contribui para o escoamento de base dos cursos de água superficiais ou para níveis mais profundos das unidades hidrogeológicas) no PRH-SF 2016-2025; na compatibilização do balanço hídrico com os cenários estudados (2025 e 2035), o PRH-SF 2016-2025 optou por manter a disponibilidade hídrica subterrânea estimada na situação atual (CBHSF, 2016).



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 20 – Projeções das áreas ocupadas por usos naturais na BHSF até 2040



Fonte: (SEEG/OC, 2016), com cálculos Nemus

Figura 21 – Projeções das áreas de uso agropecuário na BHSF até 2040

A.5 Desenvolvimento sociodemográfico

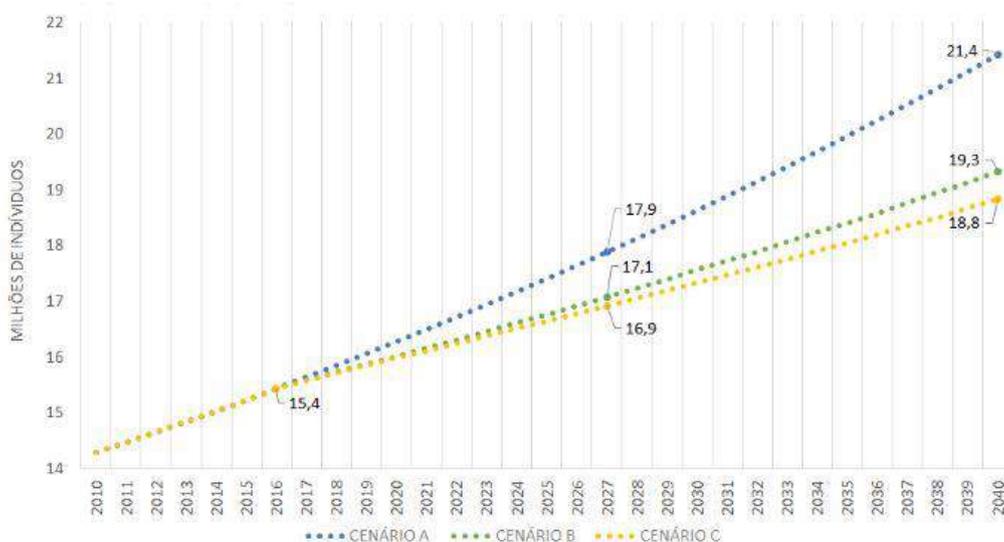
Quadro 28 – Comportamento das variáveis / indicadores do eixo “desenvolvimento sociodemográfico”, na BHSF, em cada um dos cenários prospectivos e horizontes temporais

Variáveis relevantes -> Indicadores	Situação atual (2016)	Cenários Prospectivos					
		A		B		C	
		2027	2040	2027	2040	2027	2040
Demografia							
População (milhares indivíduos)	15.448	17.892	21.430	17.086	19.330	16.926	18.834
Densidade populacional (n.º ind. / km²)	24	28	34	27	30	27	30
Condições de vida							
IFDM geral	0,65*	0,71	0,80	0,72	0,87	0,74	0,90
IFDM educação	0,69*	0,79	0,92	0,82	0,95	0,83	0,96
IFDM saúde	0,67*	0,75	0,87	0,81	0,95	0,83	0,97
Patrimônio e cultura							
População autodeclarada indígena (milhares ind.)	105,6*	135,9	193,3	135,9	193,3	136,8	194,7
Comunidades tradicionais		→	→	→	→	↑	↑
Ecoturismo		→	→	↑	↑	↑	↑↑
Educação ambiental		→	→	↑	↑	↑	↑↑

Notas:

* – Valores estimados de acordo com o cenário A;

Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓) da variável/indicador no cenário; evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.



Fonte: Censos Demográficos de 2010 e Estimativas da população – IBGE, com cálculos Nemus

Figura 22 – Projeção da população da BHSF até 2040

B) Potenciais impactos dos cenários nos serviços ecossistêmicos fornecidos pela bacia

Dos serviços ecossistêmicos produzidos/impactados pelas dinâmicas existentes e projetadas para a bacia, foram destacados a disponibilidade e qualidade da água, a produção de alimentos, a manutenção da biodiversidade, o combate à erosão, a regulação de cheias, a prática de ecoturismo, a produção de energias limpas e o fornecimento de produtos florestais. É nesses serviços que se analisa a interferência dos exercícios de cenarização prospectiva apresentados, com base no panorama de futuro tecido.

Para a presente análise, qualitativa, do potencial impacto dos cenários nos serviços ecossistêmicos fornecidos pela bacia consideraram-se, também, os **cenários de mudanças climáticas** propostos pelos modelos globais do IPCC, em particular a sua interferência sobre a disponibilidade hídrica e o índice de aridez na bacia, através dos dados disponibilizados pelo Projeto Adaptação do Planejamento e da Operação dos Recursos Hídricos à Variabilidade e Mudanças Climáticas na Bacia Estendida do São Francisco (ANA, 2015).

Quadro 29 – Potencial evolução dos serviços ecossistêmicos prestados pela bacia em cada um dos cenários prospectivos e respectivos horizontes temporais

Serviços ecossistêmicos	Cenários Prospectivos					
	A		B		C	
	2027	2040	2027	2040	2027	2040
Produção de alimentos	↑	↑↑↑	↑	↑↑↑	↑	↑↑
Produção de energias limpas	↑	↑	↑	↑↑	↑	↑↑
Disponibilidade hídrica	→	→ (ASF e MSF) ↓ (SMSF e BSF)	→	→	→	↑ (ASF e MSF) → (SMSF e BSF)
Qualidade da água	↓	↓	→	↑	↑	↑
Manutenção da biodiversidade	↓	↓	→	→	→	↑
Combate à erosão	↓	↓	→	→	↑	↑
Regulação de cheias	↓	↓	→	→	→	↑
Prática de ecoturismo	→/↑ (BSF)	→/↑ (BSF)	↑/↑↑ (BSF)	↑/↑↑ (BSF)	↑/↑↑ (BSF)	↑↑
Fornecimento de produtos florestais	↑↑ (ASF e MSF) → (SMSF e BSF)	↑↑↑ (ASF e MSF) → (SMSF e BSF)	↑ (ASF e MSF) → (SMSF e BSF)	↑ (ASF e MSF) → (SMSF e BSF)	→	→

Notas: ASF = Alto SF; MSF = Médio SF; SMSF = Submédio SF; BSF = Baixo SF; Evolução positiva (↑), estabilização (→) ou evolução negativa (↓); evolução mais (↑↑ ou ↓↓) ou menos (↑ ou ↓) acentuada.

C) Potenciais impactos dos cenários nas comunidades tradicionais da bacia

As comunidades tradicionais na BHSF consistem em diferentes grupos como povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto e as comunidades de terreiro. Existem populações tradicionais em quase toda a BHSF: comunidades indígenas presentes em 17 municípios; comunidades remanescentes de quilombos distribuídas por 139 municípios; pescadores artesanais (61,90 mil) e assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (58,4 mil assentados).

Tendo em conta a situação tendencial (**cenário A**), poder-se-á dizer que a existência de uma maior produção agrícola (maior produção de alimentos, conferir ponto anterior) impactará de forma positiva a segurança alimentar das comunidades tradicionais. Contudo, o cenário A antecipa situações negativas que, a ocorrer, afetarão de forma significativa, as comunidades tradicionais e a sua segurança alimentar: diminuição da disponibilidade hídrica no Submédio e Baixo São Francisco; diminuição da qualidade de água; aumento da desertificação; e aumento dos conflitos fundiários (aumento da produção agrícola através do aumento substancial de áreas produtivas).

Espera-se que a longo prazo, o **cenário B** contribua para um aumento da segurança alimentar das comunidades tradicionais, assente na garantia dos seus direitos, menor pressão econômica e menores conflitos fundiários.

O **cenário C**, a ocorrer, impactará de forma muito positiva as comunidades tradicionais, não só pela garantia dos seus direitos, pela menor pressão econômica e menores conflitos fundiários, mas também por uma melhoria generalizada na evolução dos serviços ecossistêmicos. Este impacto será mais significativo no Submédio e Baixo São Francisco, onde se concentram a maioria das comunidades tradicionais na BHSF.

4.3. Espacialização dos resultados dos cenários

A espacialização dos resultados dos cenários visa adaptar o exercício de cenarização apresentado anteriormente às especificidades geográficas da BHSF, considerando as realidades locais no que respeita a variáveis como uso do solo, densidade demográfica, atividades econômicas mais importantes, entre outras. Esta tarefa torna-se especialmente crítica tendo em conta a dimensão da BHSF (636 mil km²) e o fato de se estender por mais de 500 municípios de seis diferentes Estados e parte do Distrito Federal.

Para a espacialização dos cenários prospectivos, o território da BHSF foi dividido em áreas iguais de 100 km² cada (“células”), como é possível verificar na Figura 23. No total, foram criadas 6 772 células com atributos diferenciados, nomeadamente no que se refere ao uso do solo, à densidade demográfica, município(s) em que se encontra, entre outros.

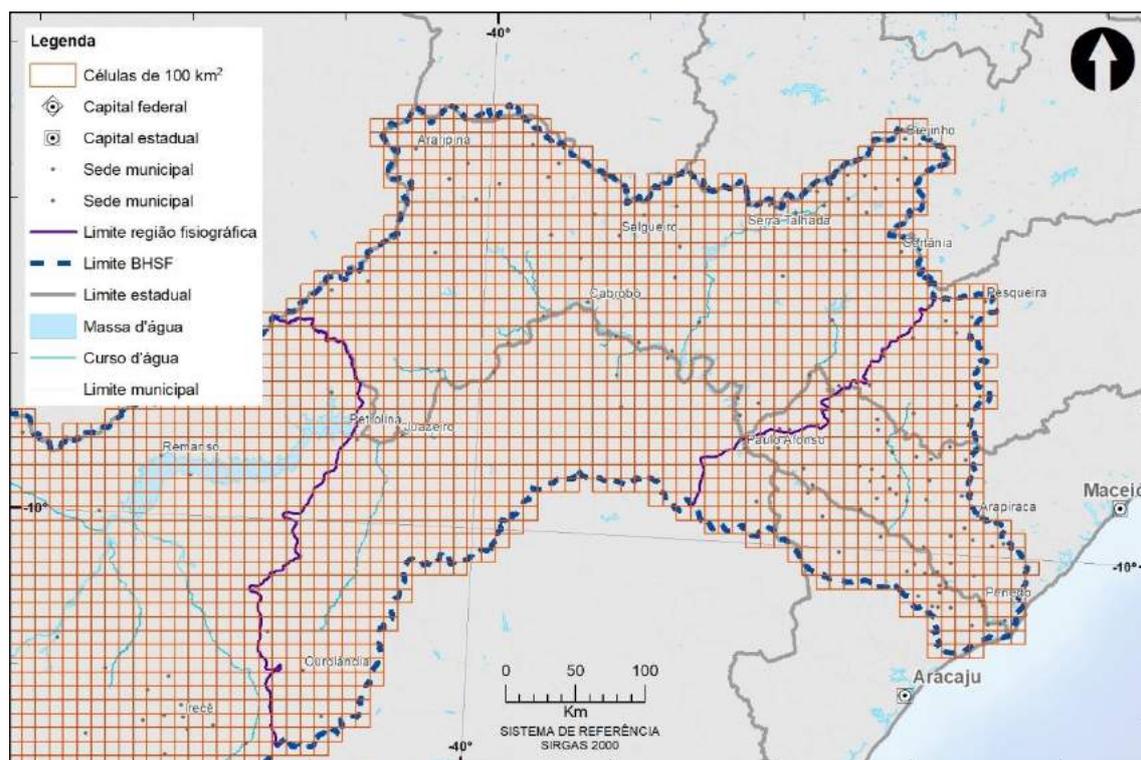


Figura 23 – Exemplo da divisão do território da BHSF em células de 100 km²

A espacialização dos resultados dos cenários prospectivos centra-se em quatro variáveis dos seguintes três eixos temáticos:

- Dimensão ambiental – dinâmica de conversão de uso e ocupação do solo:
 - Áreas ocupadas por usos agropecuários;

- Áreas ocupadas por usos naturais;
- Desenvolvimento sociodemográfico:
 - Densidade populacional;
- Desenvolvimento econômico:
 - Produto interno bruto *per capita*.

Para projetar a expansão das **áreas de uso agropecuário** foram utilizados dados históricos das atividades agropecuárias nas microrregiões da BHSF, nomeadamente:

- Área plantada ou destinada à colheita das lavouras temporárias e permanentes, de 1990 a 2016, nas 68 microrregiões da BHSF (IBGE, 2017b);
- Efetivo total de bovinos, de 1990 a 2016, nas 68 microrregiões da BHSF – *proxy* da evolução da atividade pecuária (aumento do efetivo bovino como determinante direto da maior área ocupada pela pecuária) (IBGE, 2017c).

A projeção das **áreas ocupadas por usos naturais** para cada uma das células corresponde ao remanescente do crescimento agropecuário (em relação às áreas ocupadas por usos naturais sem declive, em 2016), adicionando ainda as áreas ocupadas por usos naturais com declive superior a 15% e as Unidades de Conservação (nestas duas classes é assumido o pressuposto que não são efetuadas alterações no uso do solo).

Para projetar a variável **densidade populacional**, a taxa de crescimento populacional de cada célula foi correspondida à taxa de crescimento da população do município que maior área ocupa no seu território. O ponto de partida (população na célula em 2010) tem como fonte a Grade Estatística disponibilizada pelo IBGE para os resultados do Censos 2010 (IBGE, 2017a).

Para projetar o crescimento da variável **produto interno bruto *per capita*** foram utilizados dados históricos relativos aos 505 municípios integrantes da BHSF, notadamente:

- Produto interno bruto dos 505 municípios integrantes da BHSF, de 2002 a 2014 (IBGE, 2017d), corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna;
- População estimada dos 505 municípios integrantes da BHSF, de 2002 a 2014 (IBGE, 2017e).

A diferenciação entre os cenários A, B e C resulta de duas variáveis distintas: previsões efetuadas para as áreas ocupadas por usos agropecuários; indústria extrativa.

Os mapas com os resultados da espacialização dos cenários prospectivos para 2027 são apresentados em anexo (Mapas 1 a 12 – Anexo II).

4.3.1. Dimensão ambiental

Como já tinha sido verificado anteriormente, existe uma dinâmica instalada na BHSF de aumento das **áreas ocupadas por usos agropecuários**. Isso mesmo é possível desvendar nas projeções espacializadas dos cenários prospectivos:

- No cenário A, em 2027, em uma área correspondente a 12% da BHSF, as áreas ocupadas por usos agropecuários superam os 80%, fazendo com que as Reservas Legais sejam inferiores a 20% (limite legal) (cf. Figura 24);
- O cenário B assume que, de 2016 para 2027, não há um aumento do número de células que não cumpre o limite de 20% da Reserva Legal. Em 2040, assume que todas as células cumprem esse limite. Desta forma, elimina a possibilidade de as áreas de uso agropecuário ocuparem mais de 80% da área de cada célula em 2040.
- O cenário C tem pressupostos mais restritivos do que o cenário B: assume o cumprimento de Reserva Legal igual a 30% em toda a BHSF já em 2027 e, ainda, a imposição de um limite de 40% em 2040. Em resultado, elimina a possibilidade de as áreas de uso agropecuário ocuparem mais de 70% da área de cada célula em 2027, e mais de 60% em 2040.

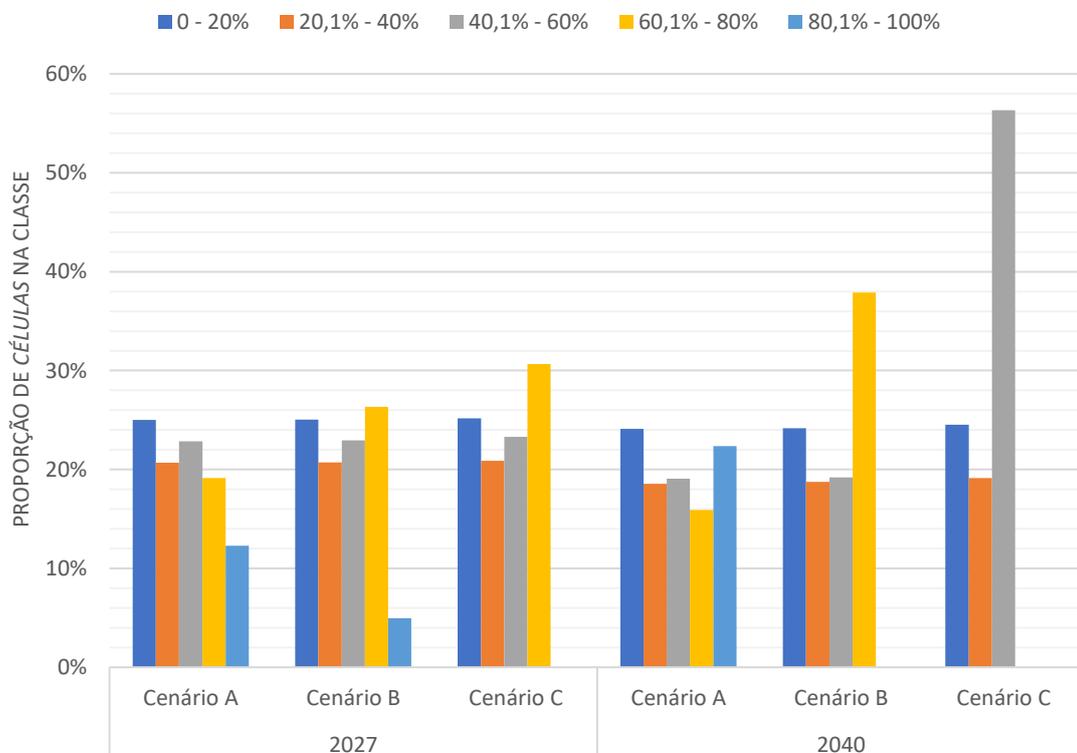


Figura 24 – Áreas ocupadas por usos agropecuários por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)

Pelo lado contrário, em relação às previsões das **áreas ocupadas por usos naturais** para 2027, denota-se uma semelhança entre os cenários A, B. Contudo, a imposição no cenário C de Reservas Legais de 30% (2027) e de 40% (2040) resulta em uma diminuição substancial da classe 0%-20% (e um aumento considerável na classe de 20,1% a 40%).

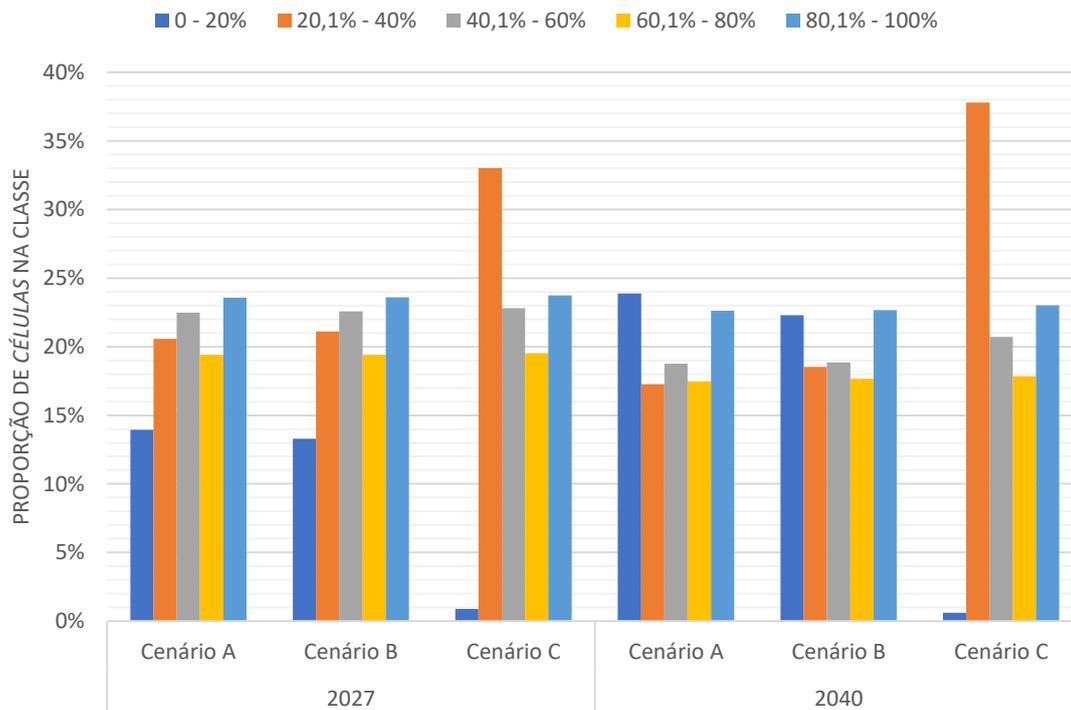


Figura 25 – Áreas ocupadas por usos naturais por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)

Apenas o cenário C, em 2040, apresenta um perfil distinto, com um grande crescimento da classe 20,1%-40%, em resultado do pressuposto colocado (Reserva Legal mínima de 40%).

Estes resultados são consistentes com os cenários para a área de abrangência do bioma Cerrado, obtidos no âmbito do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado (MMA, FUNBIO, 2014).

4.3.2. Desenvolvimento sociodemográfico

Os resultados da projeção espacializada da **densidade populacional** podem ser verificados na Figura 26. Nos cenários B e C, o crescimento populacional é mais limitado do que aquilo que ocorre no cenário A. Em resultado disso, a densidade populacional média é inferior no cenário C em relação ao cenário B, e destes em relação ao cenário A.

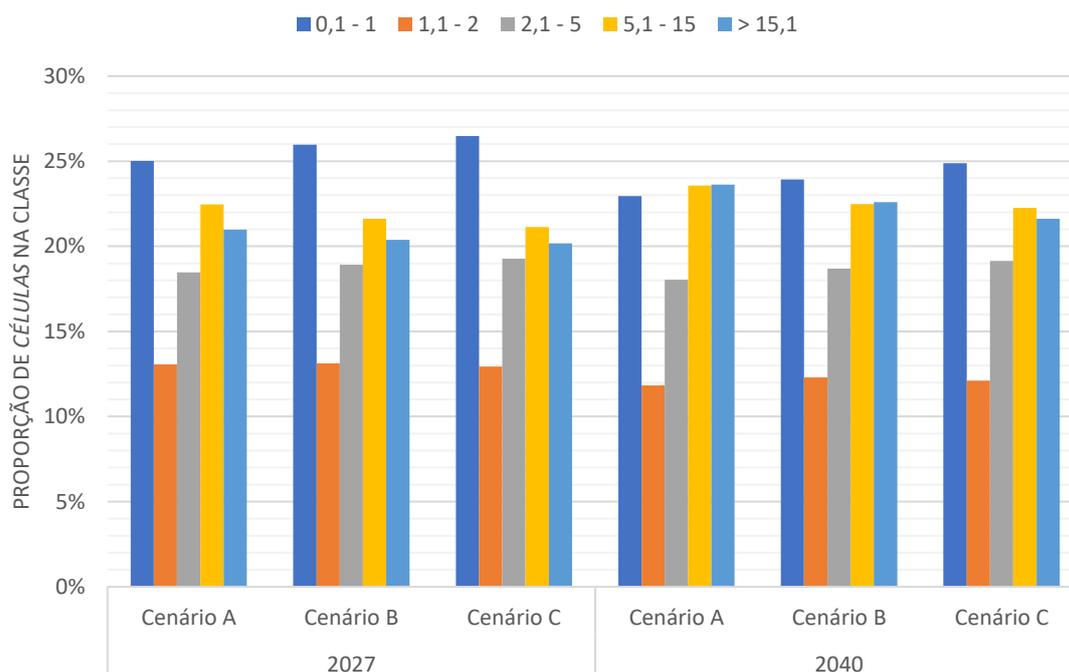


Figura 26 – Densidade populacional por cenário em 2027 e 2040 (proporção de células por classe)

4.3.3. Desenvolvimento econômico

Os resultados da projeção espacializada da variável **produto interno per capita** podem ser verificados na Figura 27 (2027) e na Figura 28 (2040).

Para 2027, as diferenças entre os cenários A e B são pouco notórias. Contudo, denota-se uma diferença entre estes cenários e o cenário C, principalmente no que se refere às classes médias.

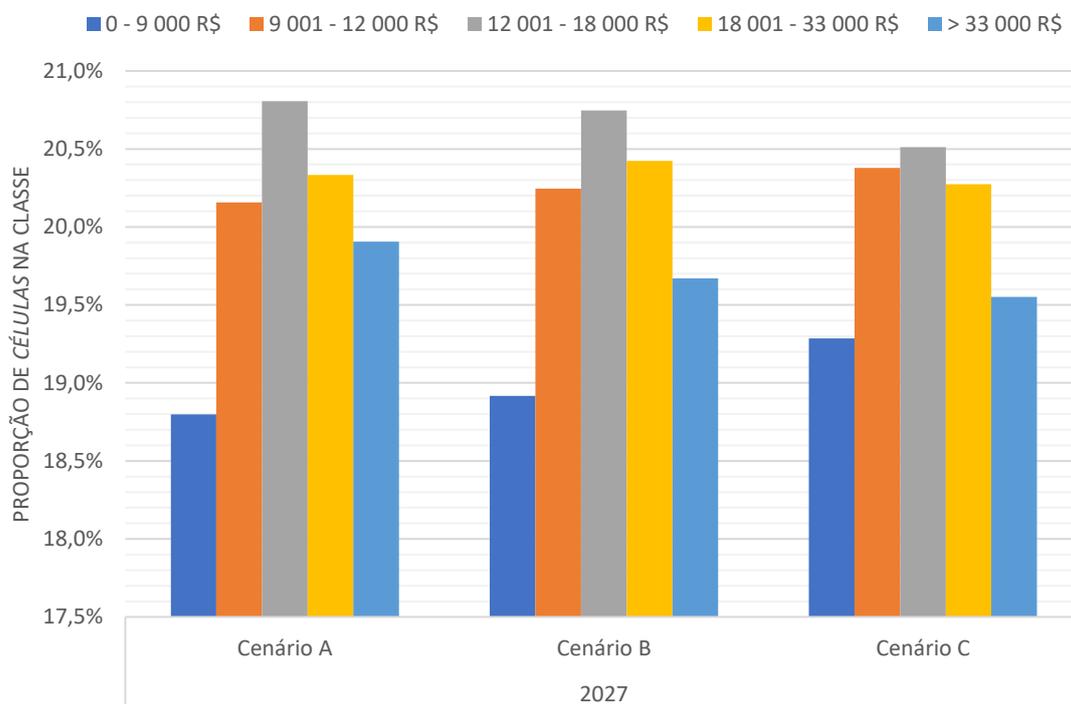


Figura 27 – Produto interno bruto *per capita* por cenário em 2027 (proporção de células por classe)

É em 2040, contudo, que se assiste a uma diferença mais vincada entre os três cenários. Nas previsões efetuadas, os cenários B e C apresentam uma maior importância relativa da classe central (22 501 – 36 000 R\$) em relação ao que ocorre no cenário A. A redução de rendimentos que ocorre no cenário C em relação aos cenários B e A, ocorre principalmente nos rendimentos mais elevados (classes superiores) e menos nas classes inferiores (até 22 500 R\$).

Em suma, nas previsões efetuadas, o cenário C (em particular) mas também o cenário B promovem uma maior igualdade de rendimentos, ao mesmo tempo que promovem a sustentabilidade ambiental.

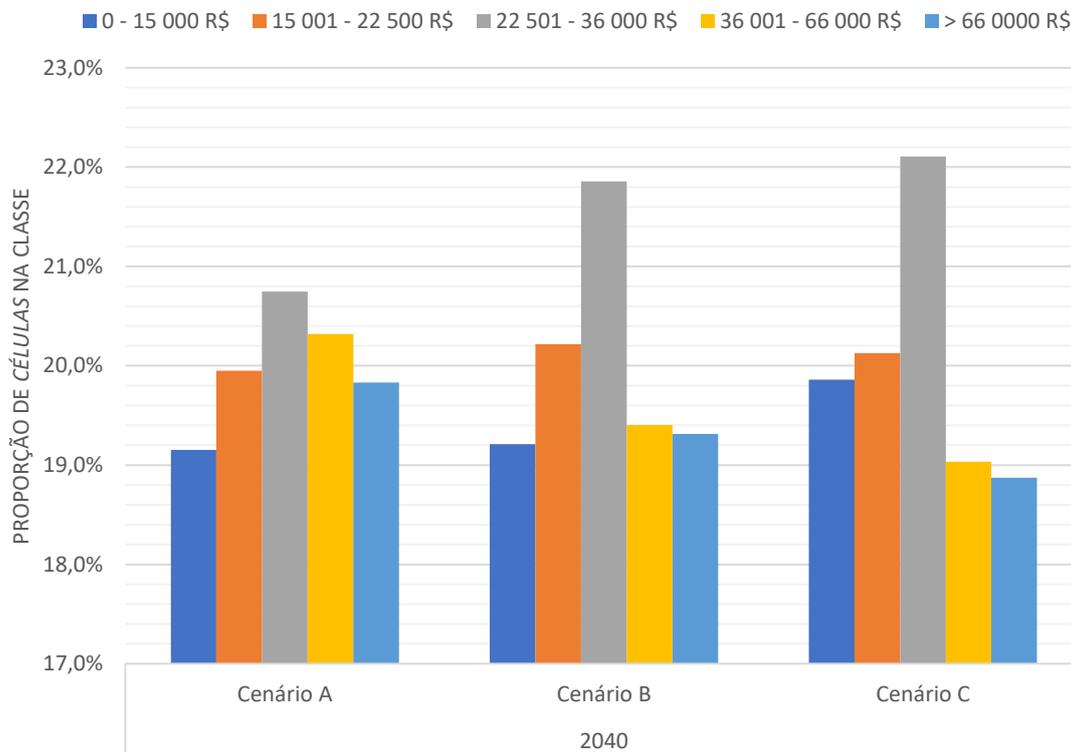


Figura 28 – Produto interno bruto *per capita* por cenário em 2040 (proporção de células por classe)

5. Proposta de gestão para a BHSF

Foram delimitadas **4 macrozonas e 24 zonas ecológico-econômicas** (cf. subcapítulo 5.1), tendo estas sido caracterizadas através de fichas, por zona, contendo o respectivo enquadramento geográfico-administrativo, caracterização ambiental, social e econômica (de que se apresenta uma síntese no subcapítulo 5.3).

Após a caracterização das zonas foram apresentadas as **diretrizes gerais**, para o desenvolvimento sustentável de toda a área (cf. subcapítulo 5.2).

Em seguida, as **diretrizes específicas** que se propõe associar a cada uma das zonas ecológico-econômicas foram apresentadas mais uma vez através de fichas, por zona (de que se destacam as apresentadas no subcapítulo 5.3).

As temáticas tratadas pelas ações propostas vão ao encontro das questões estruturantes que foram definidas quando da etapa de planejamento do MacroZEE da BHSF e que se refletiram, quer nos temas prioritários da análise integrada realizada pela atualização e complementação do diagnóstico (MMA, 2017), quer nos temas considerados na análise estratégica do presente prognóstico e subsídios à implementação do MacroZEE da BHSF, vindo balizando todo o processo:

- infraestrutura e modais logísticos;
- agricultura, pecuária e silvicultura;
- indústria e mineração: riscos e impactos sobre a qualidade da água;
- preservação e conservação ambiental;
- expansão urbana e saneamento;
- patrimônio físico-cultural;
- matriz energética;
- conflitos de usos do rio São Francisco.

Ao passo que foram levantadas as questões estruturantes para a BHSF a partir das problemáticas atuais da bacia, ressurge de forma propositiva, medidas estratégicas e diretrizes de ação visando a melhoria do planejamento territorial e gestão dos ecossistemas, em especial pela concretização das orientações político-institucionais.

5.1. Proposta final do mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)

Uma primeira agregação dos municípios em função dos critérios definidos (cf. seção 2.2.1) resultou na definição das seguintes macrozonas ecológico-econômicas (cf. Figura 29: **Proposta final do mapa de gestão – macrozonas ecológico-econômicas** e Mapa 13 – Anexo):

- **Zona I** – Região Metropolitana de Belo Horizonte e cabeceira da bacia hidrográfica do rio São Francisco, bem como as respectivas áreas de influência, até onde o índice ecológico-econômico apresenta classes médias a elevadas (3 a 5), incluindo a região do reservatório de Três Marias;
- **Zona II** – Região das maiores áreas de agroindústria da bacia (região noroeste de Minas Gerais – sub-bacias dos rios Paracatu e Urucuia – e região Oeste da Bahia), como é o caso da produção de soja e milho, bem como as respectivas áreas de influência, até onde o índice ecológico-econômico apresenta classes elevadas (4 ou 5);
- **Zona III** – Restantes áreas da bacia em Minas Gerais e na Bahia e ainda a maior parte da área de Pernambuco na bacia, praticamente coincidentes com a área de influência do bioma (caatinga) e com a delimitação do Semiárido brasileiro e onde o índice ecológico-econômico assume predominantemente valores baixos (1 e 2);
- **Zona IV** – Regiões da Foz do rio São Francisco (onde se manifesta a presença do bioma mata atlântica, à semelhança da cabeceira do rio) e do entorno do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, e respectivas áreas de influência, onde o índice ecológico-econômico apresenta majoritariamente classes médias a elevadas (3 a 5).

Estas macrozonas possuem características muito distintas quando observado os subíndices utilizados para a sua delimitação, sendo estas desagregadas em 24 zonas ecológico-econômicas (cf. Figura 30: **Proposta final do mapa de gestão – zonas ecológico-econômicas** e Mapa 13 – Anexo).

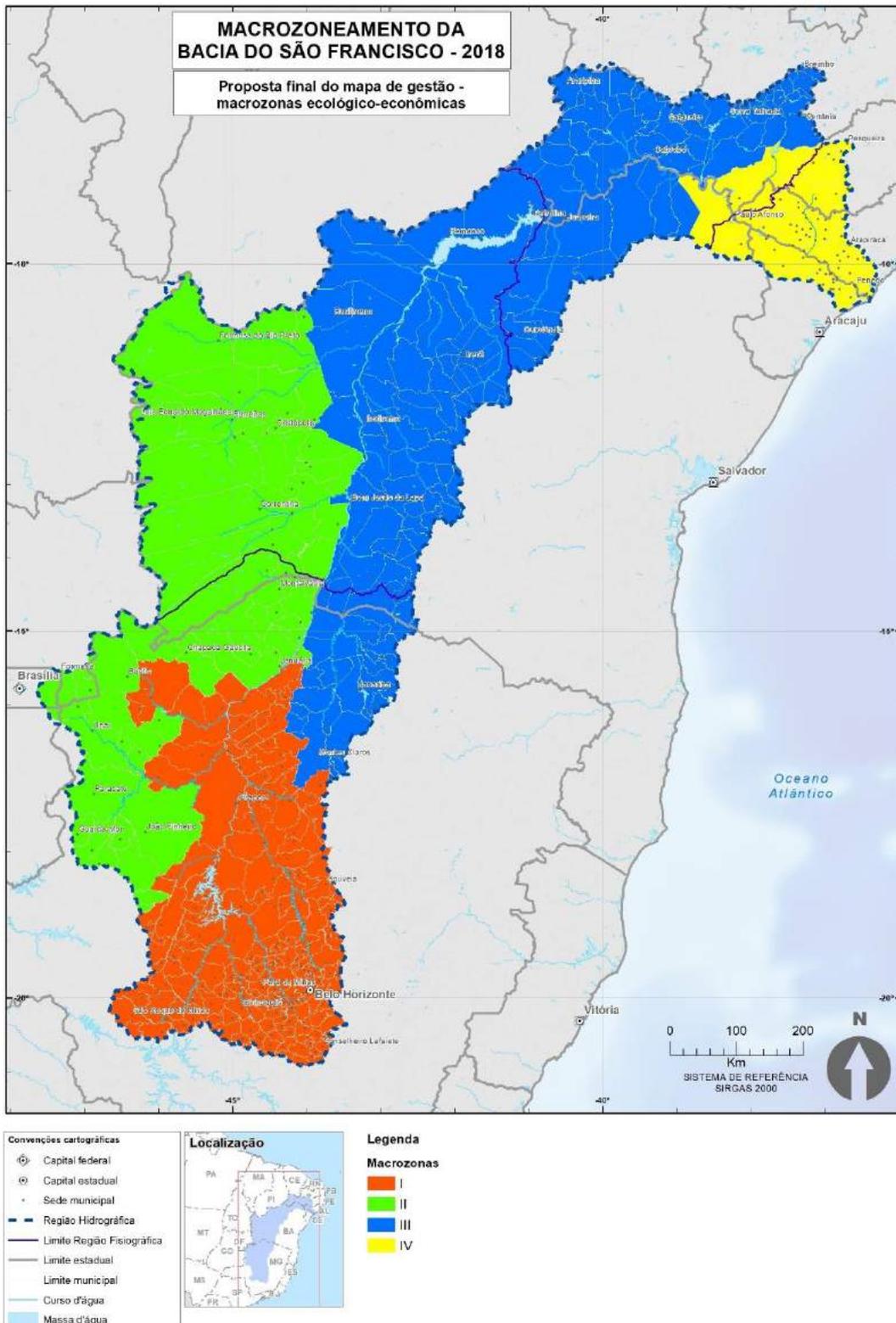


Figura 29 – Proposta final do mapa de gestão – macrozonas ecológico-econômicas na Bacia do Rio São Francisco

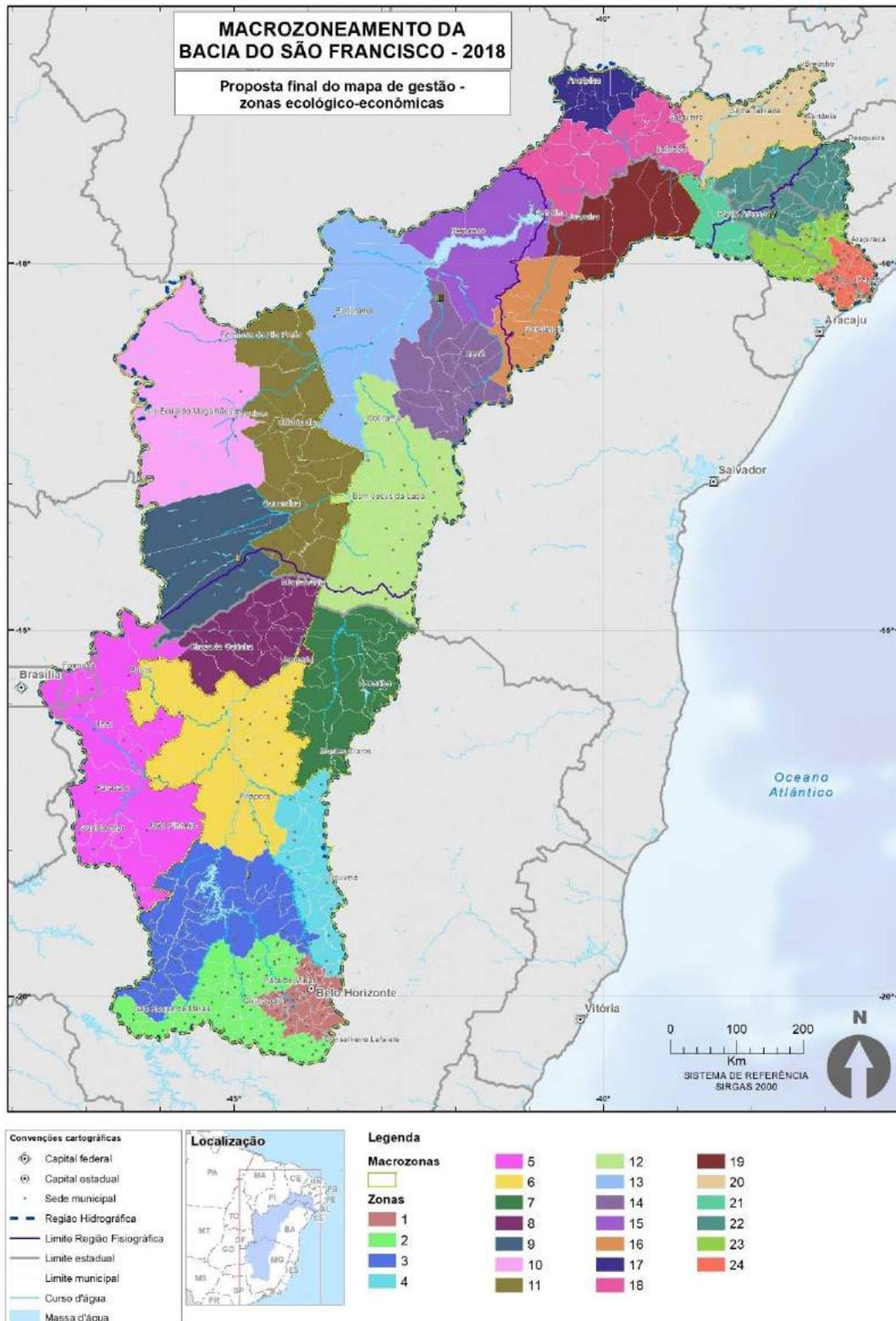


Figura 30 – Proposta final do mapa de gestão – zonas ecológico-econômicas

No quadro seguinte apresenta-se a correspondência entre as macrozonas e as zonas ecológico-econômicas e uma síntese do enquadramento em termos geográfico-administrativos.

Quadro 30 – Identificação, enquadramento e correspondência entre as macrozonas e zonas que compõem a proposta final do mapa de gestão para a BHSF

Macrozona	Zonas	Estado(s)	Região(ões) fisiográfica(s)	Área (km²)
I	1, 2, 3, 4 e 6	Minas Gerais	Alto São Francisco	134 038
II	5 e 8 a 11	Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás e Bahia	Alto e Médio São Francisco	200 908
III	7 e 12 a 20	Minas Gerais, Bahia e Pernambuco	Alto, Médio e Submédio São Francisco	258 137
IV	21, 22, 23 e 24	Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas	Submédio e Baixo São Francisco	42 413

5.2. Definição de diretrizes gerais

De acordo com as “Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil” (MMA, 2006), “Dadas as dimensões regionais, a **definição de diretrizes terá um caráter indicativo e geral**, e (...) **compreender as dimensões físico-territoriais, socioeconômicas e político-institucionais**, a saber:

- Diretrizes físico-territoriais: contribuem para ordenar a ocupação compatibilizando as ações governamentais com a dinâmica do processo de ocupação e apropriação do território, a partir das potencialidades de uso (...);
- Diretrizes sociais e econômicas: contribuem para promover a melhoria da qualidade de vida e incentivar as atividades sustentáveis. (...) Além disso, podem disciplinar as atividades extrativas (garimpo, pesca, madeira)(...);
- Diretrizes político-institucionais: contribuem para sustentar as [restantes] diretrizes (...), tanto em relação à responsabilidade política de sua implementação e fiscalização, bem como o envolvimento (...) da sociedade civil em geral.”

A) Diretrizes físico-territoriais – foram definidas 30 diretrizes, entre as quais se destacam:

- Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial;
- Produzir Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação existentes e adotar nos Planos ações voltadas a preservação dos mananciais;
- Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação;
- Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, notadamente a recuperação de áreas degradadas, incluindo as matas ciliares, a conexão de remanescentes florestais em corredores ecológicos e a compensação ambiental;
- Melhorar o monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos;
- Estudar alternativas para o incremento da disponibilidade hídrica em afluentes do rio São Francisco – transposições, obras de reserva para regularização de vazão, diminuição das demandas, etc. (CBHSF, 2016);
- Dotar todas as cidades e distritos de saneamento básico: sistema de tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água potável;
- Implementar planos de bacia e de revitalização de rios estratégicos, buscando, quando necessário, fontes de recursos complementares aos da cobrança do uso da água;

- Realizar estudos para a definição da vazão ambiental nos trechos da calha principal do rio do Alto, Médio e Submédio São Francisco, à semelhança dos realizados para o Baixo Trecho do Rio São Francisco por Medeiros *et al.* (2010) (CBHSF, 2016);
- Promover a implantação de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todas as propriedades e posses rurais com vistas à sua regularização ambiental;
- Realizar inventários da biodiversidade (com foco nos maiores remanescentes) e monitorar a avifauna;
- Promover a manutenção das cheias naturais do rio São Francisco, bem como a fiscalização às drenagens das lagoas marginais.

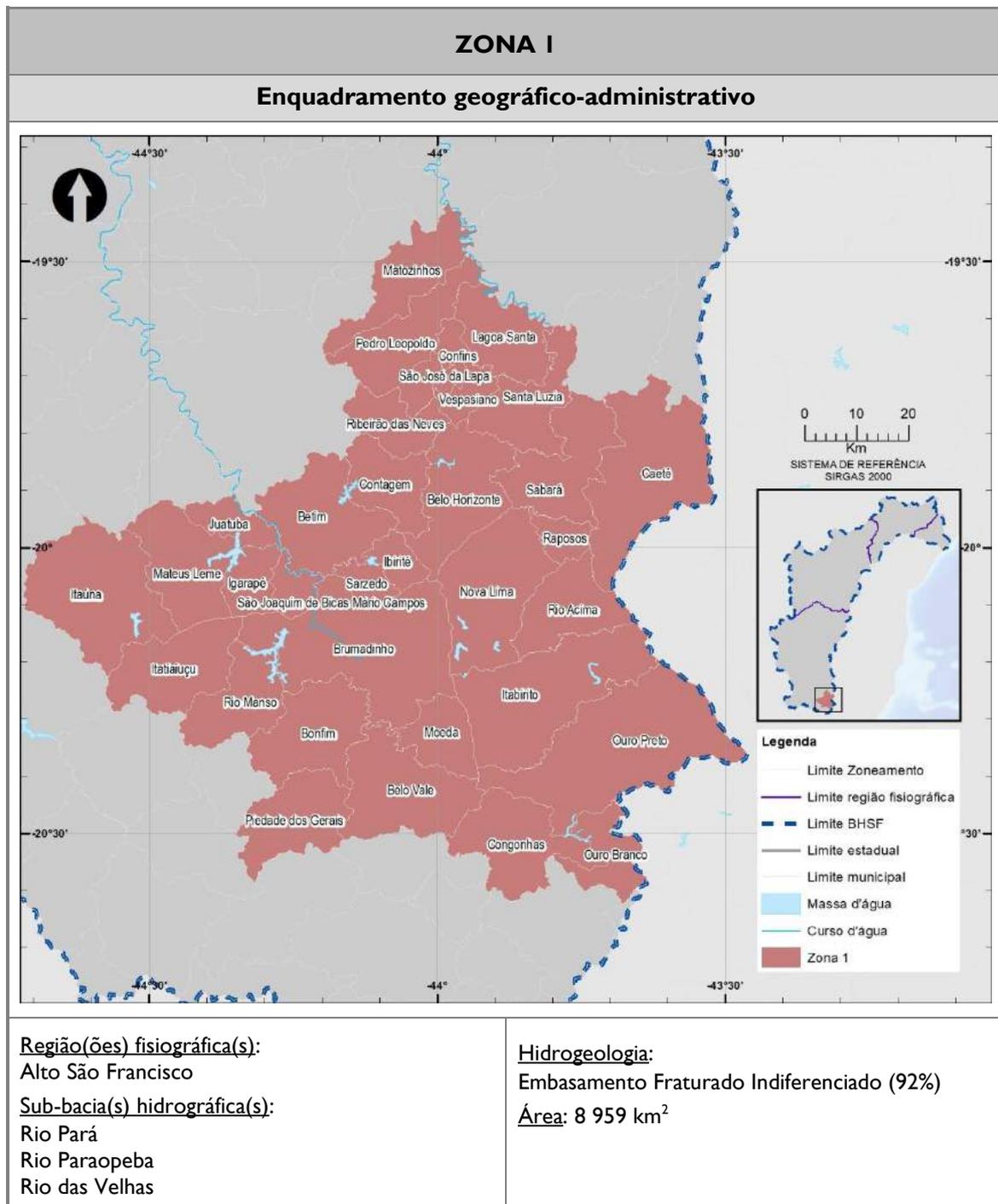
B) Diretrizes sociais e econômicas – foram definidas 18 diretrizes, das quais se destacam:

- Reconhecer, delimitar e efetuar a regularização fundiária dos territórios das populações tradicionais;
- Ampliar o apoio às populações tradicionais, visando a melhoria das condições de vida e da produção em seus territórios;
- Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda;
- Promover a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais;
- Agregar valor aos produtos da agropecuária, pela estruturação de cadeias produtivas, qualificação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização;
- No setor produtivo florestal, incentivar abordagens de gestão em pequena escala, a nível comunitário;
- Fortalecer a infraestrutura logística de transporte, promovendo a multimodalidade, de modo a tornar a produção mais competitiva;
- Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;
- Estimular a diversificação da matriz energética da bacia aproveitando o potencial de fontes alternativas.

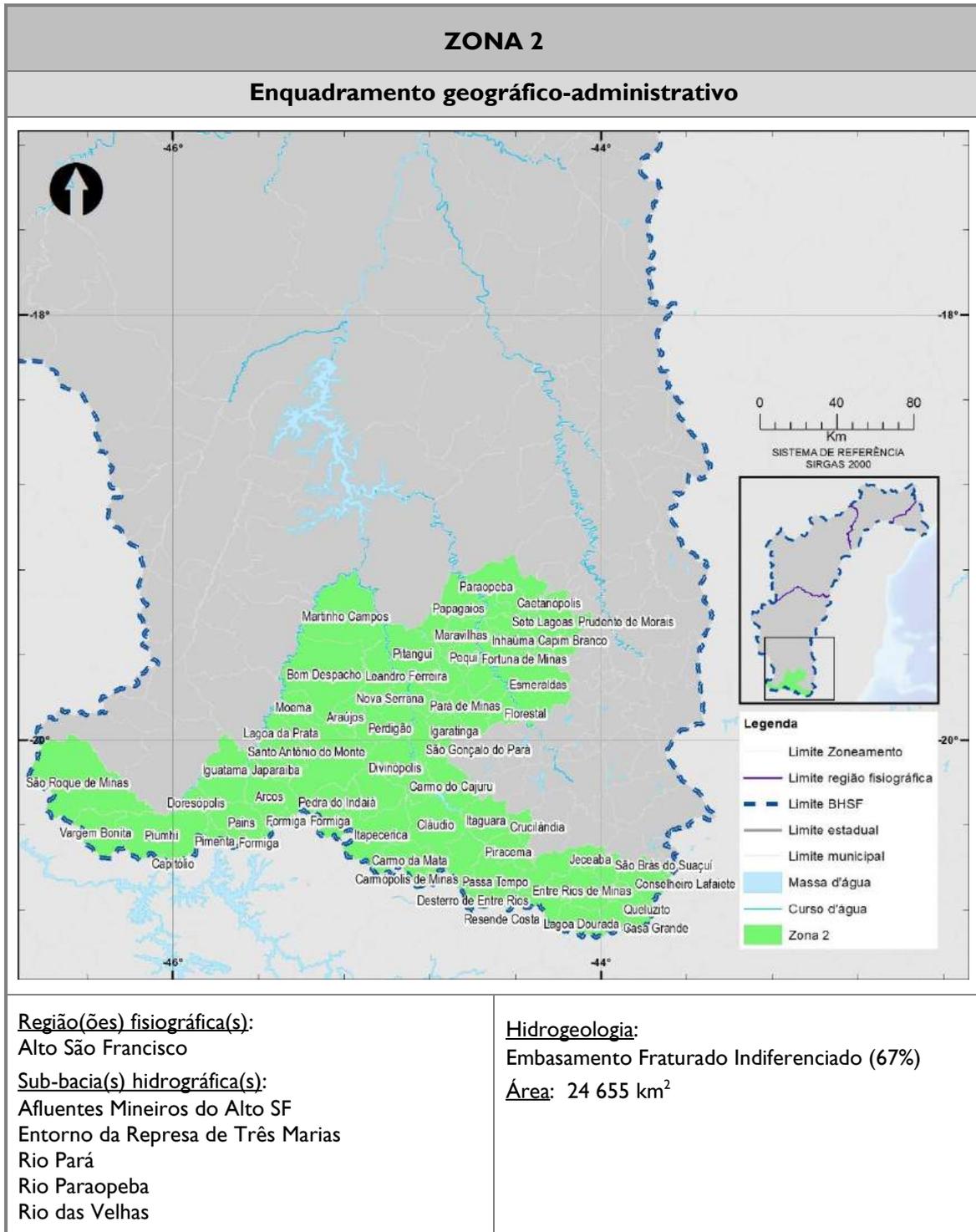
C) Diretrizes político-institucionais – foram definidas 31 diretrizes, das quais se destacam:

- Promover a regulamentação, a nível federal e estadual, das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (“Novo Código Florestal” – Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio);
- Formular políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais;
- Incentivar os arranjos produtivos locais (APLs), com a alocação de investimentos públicos visando consolidar atividades produtivas, gerar emprego e renda e articular redes produtivas para fomentar a inclusão social produtiva;
- Promover a adoção de padrões e certificações de produção sustentável para produtos do bioma Cerrado;
- Implementar políticas de prevenção e remediação dos impactos da mineração, articuladas a ações e programas de monitoramento;
- Incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e das áreas de recarga de aquíferos, por exemplo, através da criação/elaboração e do fortalecimento (para os existentes) de instrumentos de gestão de recursos hídricos, como os planos e os comitês de bacias hidrográficas;
- Promover a “Articulação Institucional Prioritária” proposta pelo Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025, assente no estabelecimento de um Pacto das Águas entre os estados federados da bacia e a União (CBHSF, 2016);
- Implementar políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional;
- Fiscalizar/controlar o cumprimento das diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (DPCD/SMCQ/MMA, 2016) e do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC);
- Implementar medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, em particular medidas de atenuação dos efeitos de fenômenos climáticos extremos como secas e estiagens, cheias e inundações;
- Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental;
- Desenvolver e implementar políticas sustentáveis de turismo ou ecoturismo;
- Apoiar a articulação interinstitucional, a gestão e governança territoriais fortalecendo instâncias participativas, colegiados de Políticas Públicas e outros mecanismos de controle social;
- Incentivar ações de mobilização social, sensibilização, capacitação e educação ambiental.

5.3. Zonas ecológico-econômicas: caracterização e diretrizes específicas



ZONA I
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo ondulado a forte-ondulado (76% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (quase 50%), seguido das Formações Florestais Naturais (36%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (26% da área). Embora 58% da zona tenha sido desmatada, cerca de 40% está ocupada por uma mancha contínua de floresta estacional semidecidual montana. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 5 457 mil pessoas e a densidade em 609 pessoas/km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 7 771 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 14 mil ha (principais culturas: milho; tangerina; mandioca; cana-de-açúcar). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 28,7% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 0,3%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 34 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 17 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC, nas áreas classificadas como APCB, com prioridade para as áreas não desmatadas (com remanescentes de Cerrado), promovendo o contato entre áreas protegidas (criação do <i>continuum</i> ecológico); • Produzir Plano de Manejo para todas as UC existentes e fortalecer a sua gestão; • Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF; • Incentivar o turismo espeleológico (considerando o elevado número de cavernas na zona); • Incentivo a projetos de educação ambiental; • Priorizar o desenvolvimento das áreas de produção agrosilvopastoril em áreas já alteradas; • Fomentar o Cadastro Ambiental Rural em municípios com grande atividade agropecuária como Belo Vale, Bonfim, Piedade dos Gerais, Itaúna e Rio Manso (cf. Mapa 14 – Anexo); • Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária; • Mapear, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, principalmente do minério de ferro e em municípios como Nova Lima, Congonhas, Itabirito, Ouro Preto e Brumadinho (cf. Mapa 15 – Anexo); • Investimento no aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Nova Lima; Sabará; Santa Luzia; Ribeirão das Neves; Ibirité; Vespasiano; Betim) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 2

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo ondulado a suave-ondulado (79% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (56%), seguido das Formações Florestais Naturais (36%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (3% da área). Menos de um quinto da área desta zona possui vegetação natural e subsistem três áreas com vegetação de cerrado associada a floresta-de-galeria. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

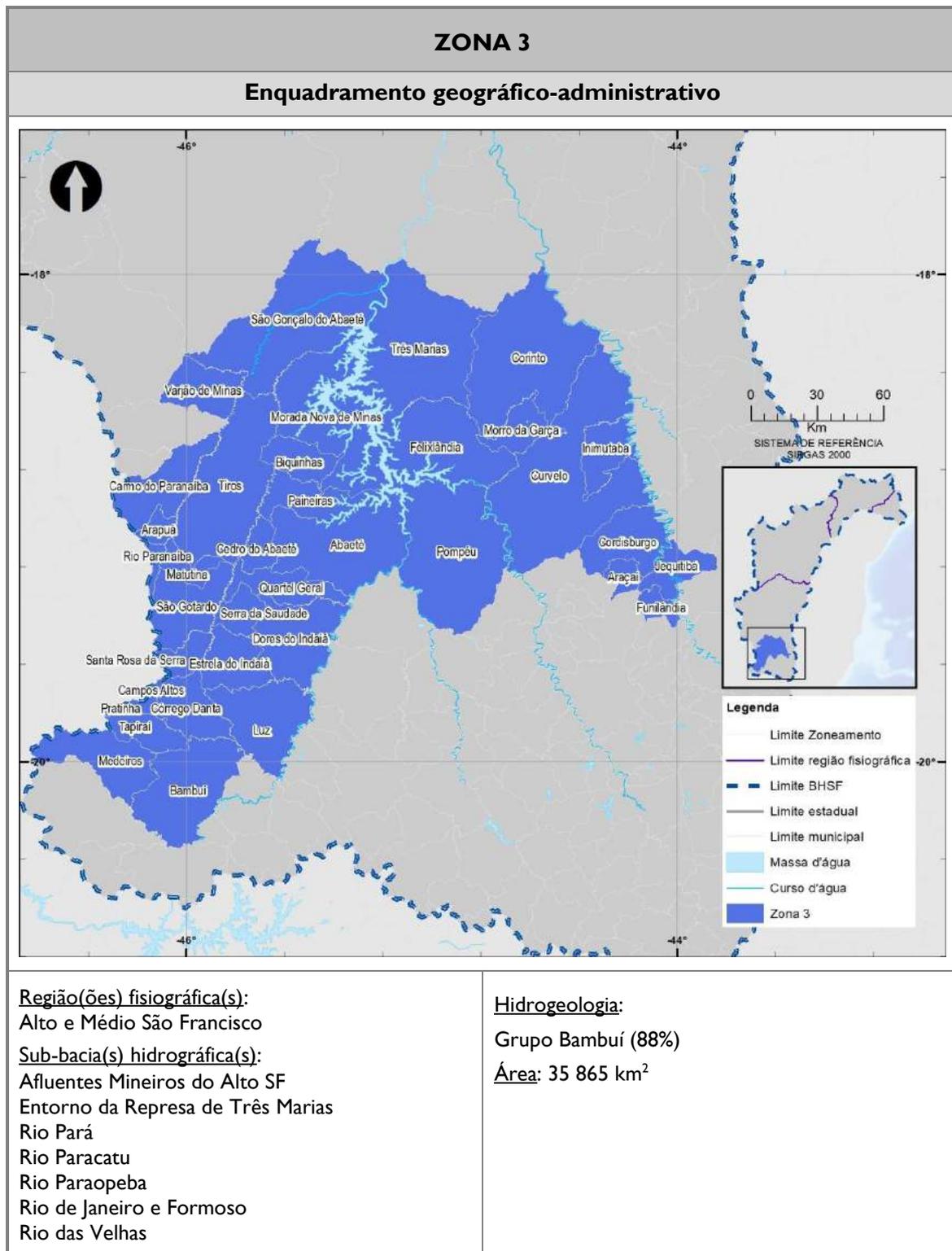
Caracterização social: a população é estimada em 1 495 mil pessoas e a densidade em 61 pessoas/km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 1 024 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 133 mil ha (principais culturas: milho; cana-de-açúcar; café e feijão). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 27,5% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 5,3%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 22 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 15 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo (em particular onde houver desmatamento);
- Incentivar o turismo espeleológico (considerando o elevado número de cavernas na zona);
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Crucilândia, Cristiano Ottoni, Santo Antônio do Monte, Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios e Piracema (cf. Mapa 14 – Anexo);
- Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais, em particular em municípios com grande atividade industrial como Sete Lagoas, Divinópolis, Nova Serrana e Pará de Minas (cf. Mapa 15 – Anexo);
- Criação de UC, nas áreas classificadas como APCB, para proteger os fragmentos de remanescentes de Cerrado que ainda existem nesta zona;
- Recuperação de áreas degradadas/desmatadas, nas áreas classificadas como APCB – Recuperação e cercamento das APP (foco deve ser nas matas ciliares);
- Investimento no aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Divinópolis; Conselheiro Lafaiete e Nova Serrana) e em municípios com índice inferior a 50% (Esmeraldas; Capim Branco; Conceição do Pará; São José da Varginha; Prudente de Moraes; Inhaúma; Martinho Campos; Onça de Pitangui) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 3

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a ondulado (75% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (43%), seguido das Formações Florestais Naturais (41%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (0,2% da área). A vegetação é dominada por fitofisionomias do cerrado associada a floresta-de-galeria. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

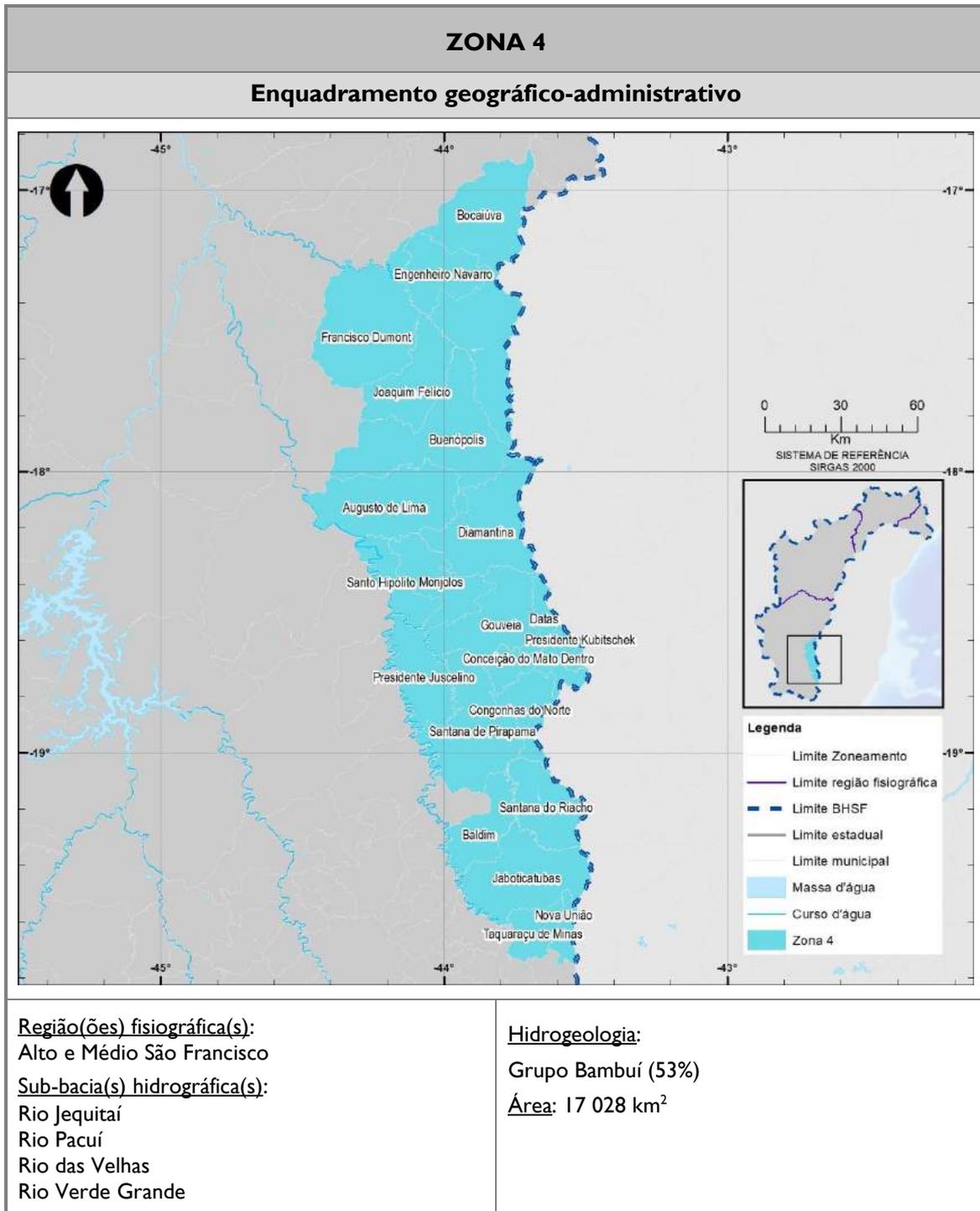
Caracterização social: a população é estimada em 369 mil pessoas e a densidade em 11 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 315 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 172 mil ha (principais culturas: milho; cana-de-açúcar; café e soja). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 19,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 19,6%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 20 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 23 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Criação de UC, nas áreas APCB, para assegurar a proteção das áreas remanescentes e promover a sua conexão em corredores ecológicos;
- Proteção e recuperação das APP (matas ciliares, vegetação ribeirinha, veredas e nascentes);
- Priorizar a manutenção dos remanescentes de bioma Cerrado localizados em APCB e UC;
- Elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) de Três Marias, com vista ao ordenamento da ocupação;
- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Fomentar o Cadastro Ambiental Rural, em municípios com grande atividade agropecuária (cf. Mapa 14 – Anexo);
- Promover/Fomentar a agricultura sustentável e da atividade de aquicultura;
- Promover o turismo ecológico sustentável;
- Investimento no aumento da população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Felixlândia; Carmo do Paranaíba; Corinto; Pompéu) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Investimento no aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Abaeté; Felixlândia, Corinto; Três Marias; Curvelo; Carmo do Paranaíba e Pompéu) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 4

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a ondulado (74% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (42%), seguido das Formações Florestais Naturais (35%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (25% da área). A vegetação que subsiste é dominada por fitofisionomias do cerrado associada a floresta-de-galeria. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a elevada.

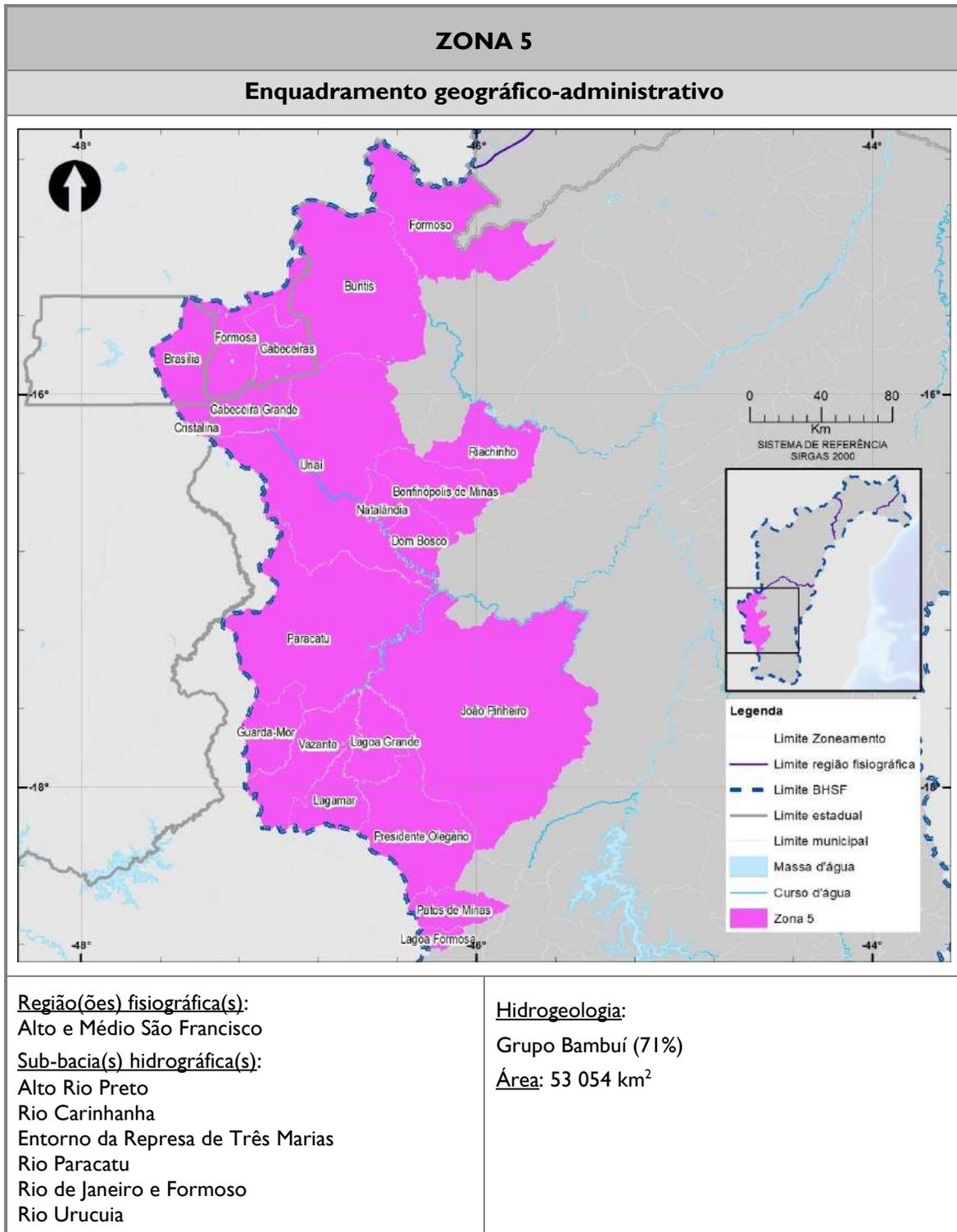
Caracterização social: a população é estimada em 166 mil pessoas e a densidade em 10 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 52 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 21 mil ha (principais culturas: milho; cana-de-açúcar; feijão e banana). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 14,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 14,0%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 11 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 15 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo das ações que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Priorizar o desenvolvimento e expansão das áreas ocupadas pelas produções agrosilvopastoris em áreas já alteradas;
- Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Santana de Pirapama, Presidente Juscelino e Santo Hipólito (cf. Mapa 14 – Anexo);
- Controle da poluição proveniente da mineração e agricultura intensiva;
- Promover o turismo ecológico sustentável;
- Políticas específicas para aumento da população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas e Gouveia) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Investimento no aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas, Gouveia e Bocaiúva) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Criação de UC, nas APCB mais a Leste na Zona 4, que permitirá assegurar a proteção dos remanescentes de vegetação.,
- Criação de UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca;
- Elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Cabral;
- Recuperação das APP presentes na zona.



ZONA 5

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (75% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (quase 50%), seguido das Formações Florestais Naturais (36%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (5% da área). A vegetação que subsiste é dominada por cerrado (savana parque com floresta-de-galeria). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

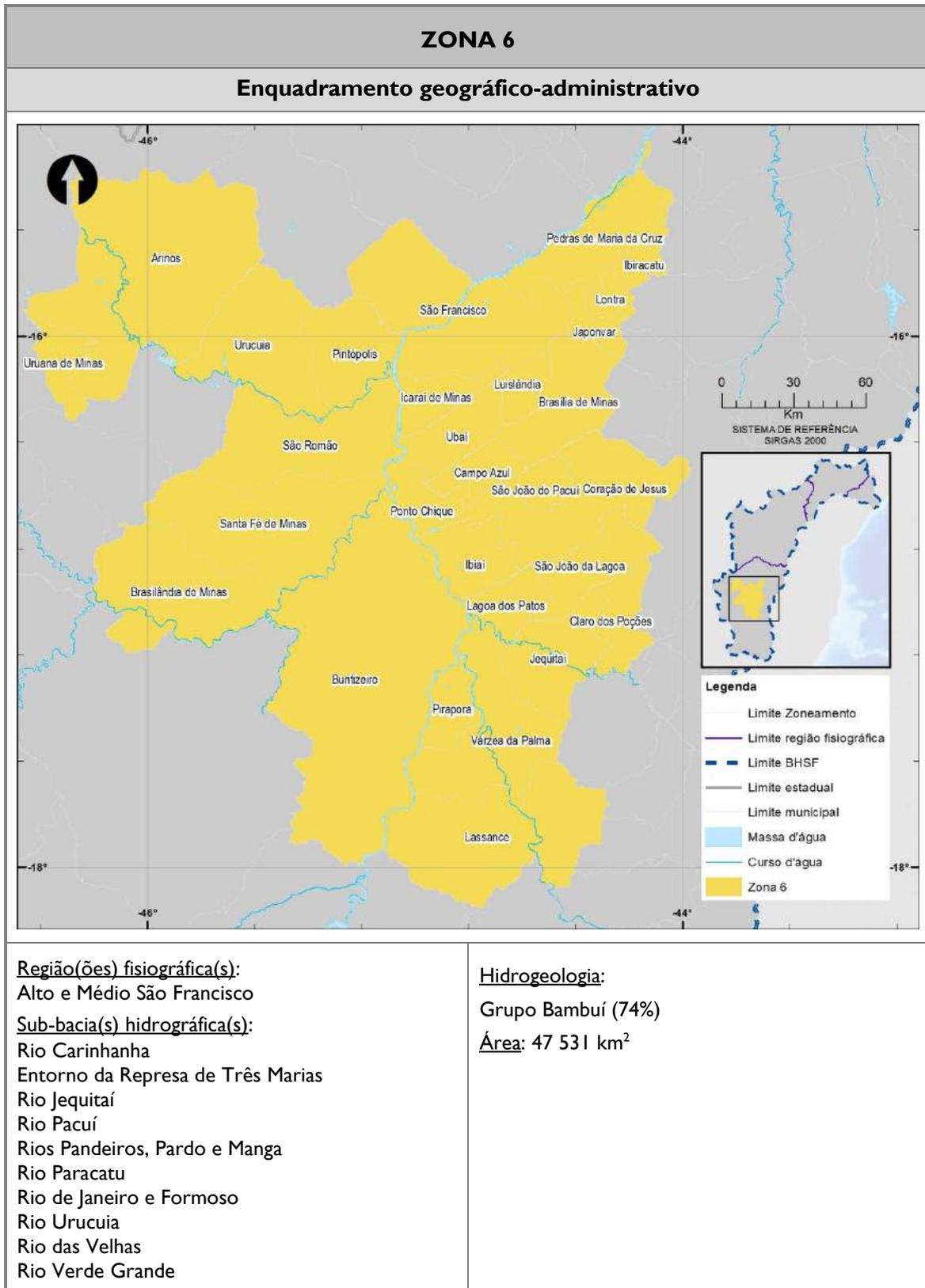
Caracterização social: a população é estimada em 457 mil pessoas e a densidade em 9 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 488 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 891 mil ha (principais culturas: soja; milho; feijão e cana-de-açúcar). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 19,8% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 20,2%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 26 mil.

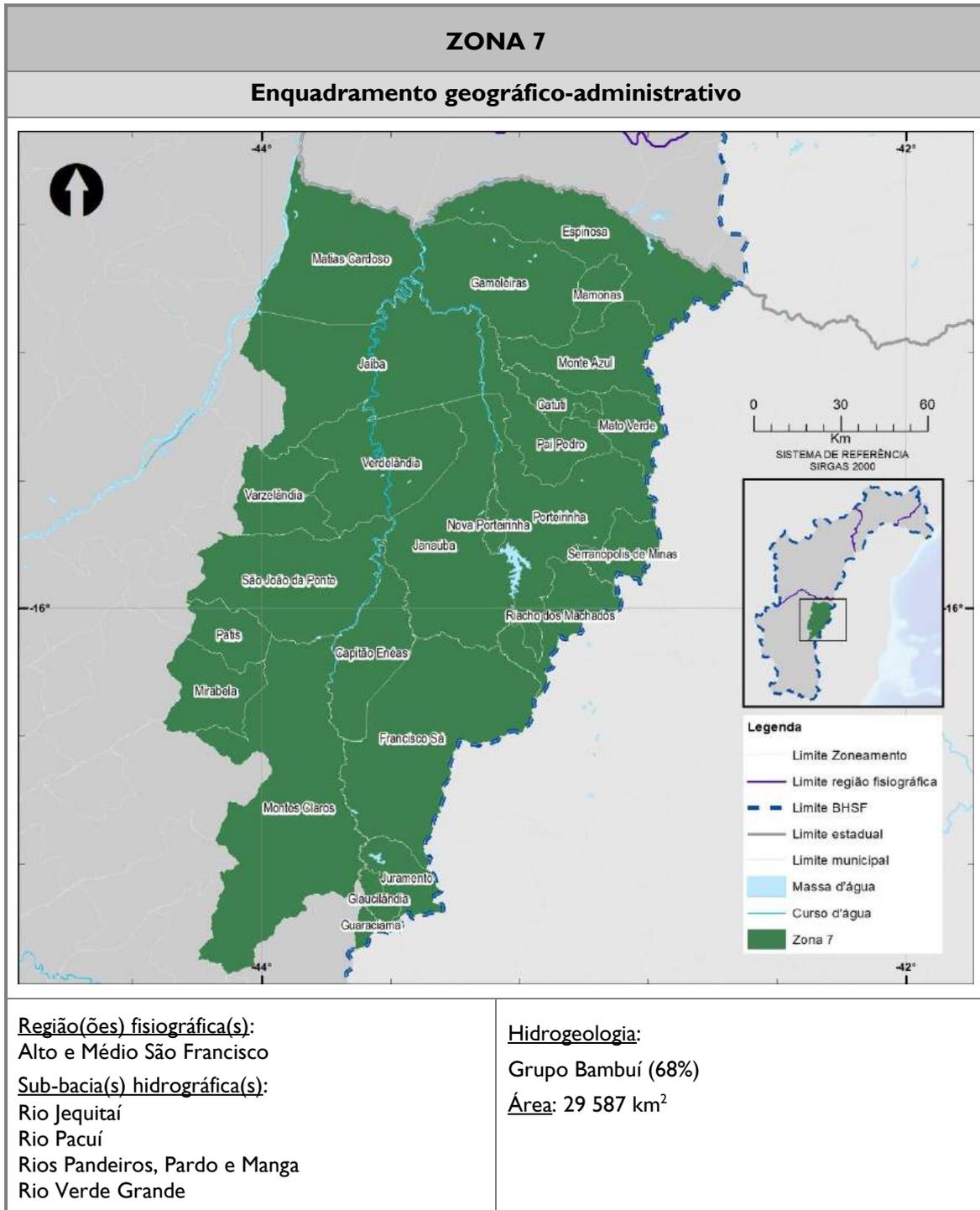
Diretrizes específicas

Foram definidas 22 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Fortalecimento da gestão das UC, notadamente da Estação Ecológica de Sagarana;
- Incentivar os projetos hidroambientais, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Dinamizar o CAR nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Criação de UC nas áreas APCB, que permitirá assegurar a proteção das áreas remanescentes;
- Delimitação e recuperação de APP, considerando a extensão de área degradada (56%);
- Implementação e gestão efetiva e integrada das áreas protegidas existentes;
- Criar plano de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais da mineração que provocam problemas de saúde em parte da população (cf. Mapa 15 – Anexo);
- Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração;
- Investimento no aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Buritis, João Pinheiro, Presidente Olegário, Cristalina, Vazante e Paracatu) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Investimento no aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Presidente Olegário, Buritis, Cristalina – GO, João Pinheiro, Vazante, Paracatu, Unai e Formosa – GO) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 6
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (83% da área). Os usos do solo dominantes são o agropecuário e as Formações Florestais Naturais (ambos com 42%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (2% da área). A maior parte da vegetação é cerrado A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 437 mil pessoas e a densidade em 9 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 202 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 124 mil ha (principais culturas: milho; soja; feijão e cana-de-açúcar). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 16,3% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 11,7%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 11 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 22 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas UC de proteção integral nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca; e nos locais de ocorrência dos peixes anuais; • Ampliar as UC existentes, elaborar planos de manejo das UC e fortalecer a sua gestão; • Desenvolver e implementar programas de educação ambiental; • Fomentar o Cadastro Ambiental Rural em municípios com grande atividade pecuária como São Francisco, Arinos, Buritizeiro e Várzea da Palma (cf. Mapa 14 – Anexo); • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em áreas com extensa atividade; • Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária; • Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais, em particular em municípios com grande atividade industrial como Pirapora e Várzea da Palma (cf. Mapa 15 – Anexo); • Aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Arinos, São Francisco, Brasília de Minas, e Várzea da Palma) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Investimento para aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Várzea da Palma, São Francisco, Brasília de Minas, Arinos e Pirapora) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubaí) (cf. Mapa 30 – Anexo).



ZONA 7

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (76% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (quase 50%), seguido das Formações Florestais Naturais (39%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (6% da área). Esta é uma zona de transição, por isso ocorrem nesta zona dois tipos distintos de vegetação: savana-estépica e vegetação do cerrado. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a elevada.

Caracterização social: a população é estimada em 799 mil pessoas e a densidade em 27 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 957 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 80 mil ha (principais culturas: milho; banana; cana-de-açúcar e feijão). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 17,6% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 5,1%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 15 mil.

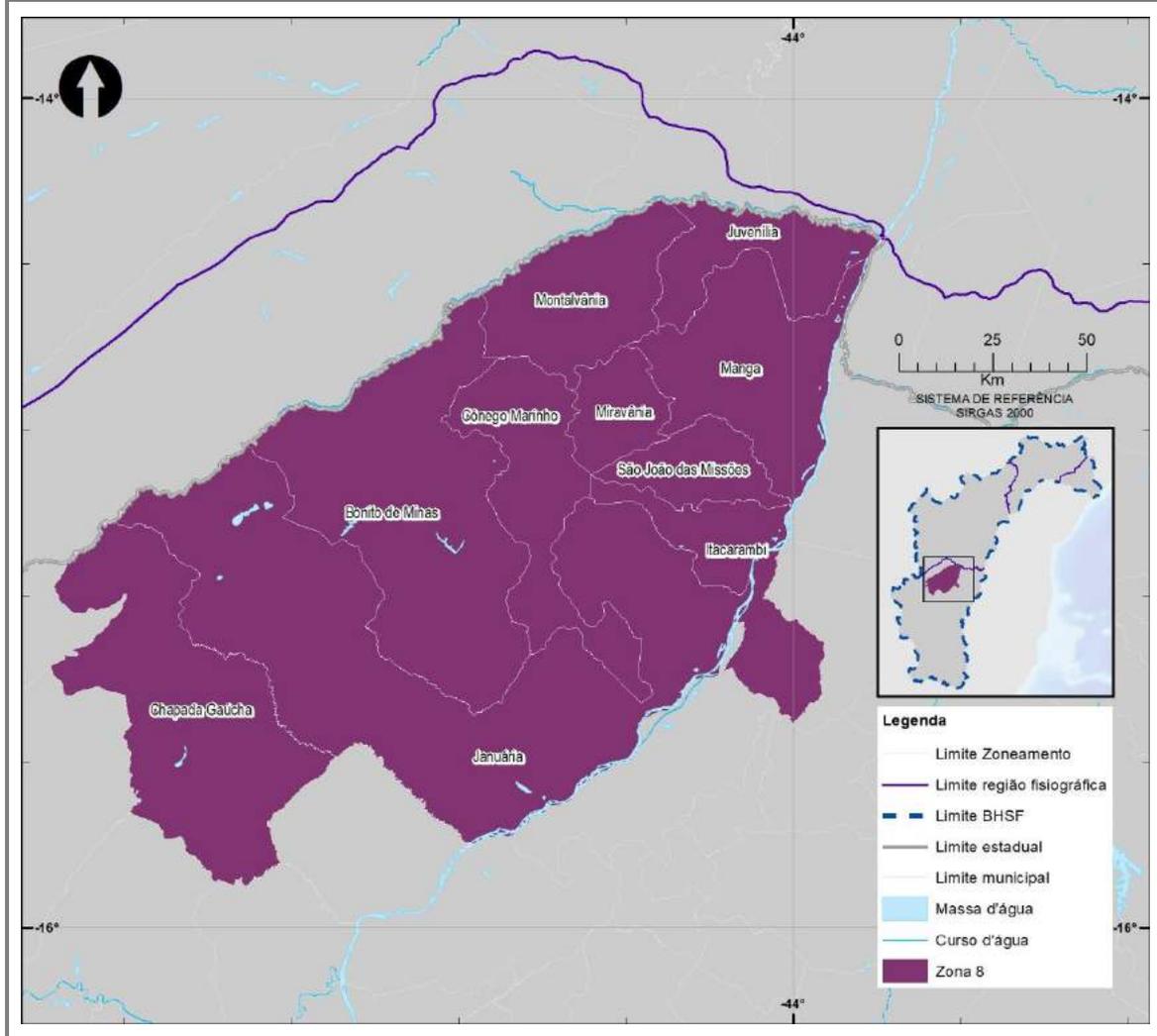
Diretrizes específicas

Foram definidas 26 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Recuperação e delimitação das APP das áreas extensas degradadas (63%);
- Criação de UC de proteção integral nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca;
- Elaborar plano de manejo das UC em falta e fortalecer a sua gestão;
- Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga e criação de corredores ecológicos;
- Incentivar os projetos hidroambientais;
- Desenvolver e implementar programas de educação ambiental;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Mapear, monitorar e fiscalizar o parcelamento e uso irregular do solo;
- Incentivar o manejo sustentável de atividades extrativistas;
- Aumentar a população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e atendimento inferior a 80% (Jaíba, Porteirinha, Monte Azul, Espinosa, Francisco Sá, Mirabela e Capitão Enéas) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Investimento para aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e atendimento inferior a 80% (Espinosa, Monte Azul, Jaíba, Porteirinha, Janaúba, Capitão Enéas, Mirabela e Francisco Sá) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.

ZONA 8

Enquadramento geográfico-administrativo



Região(ões) fisiográfica(s):

Médio São Francisco

Sub-bacia(s) hidrográfica(s):

Rio Carinhanha

Rios Pandeiros, Pardo e Manga

Rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro

Rio Urucuia

Rio Verde Grande

Hidrogeologia:

Grupo Urucuia

Área: 22 478 km²

ZONA 8

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (91% da área). O uso do solo dominante é o das Formações Florestais Naturais (54%), seguido do agropecuário (28%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (44% da área). Domina a vegetação do cerrado (savana arborizada e savana parque), ocorrendo manchas menores de vegetação da savana estépica, nas formas florestada e arborizada. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a elevada.

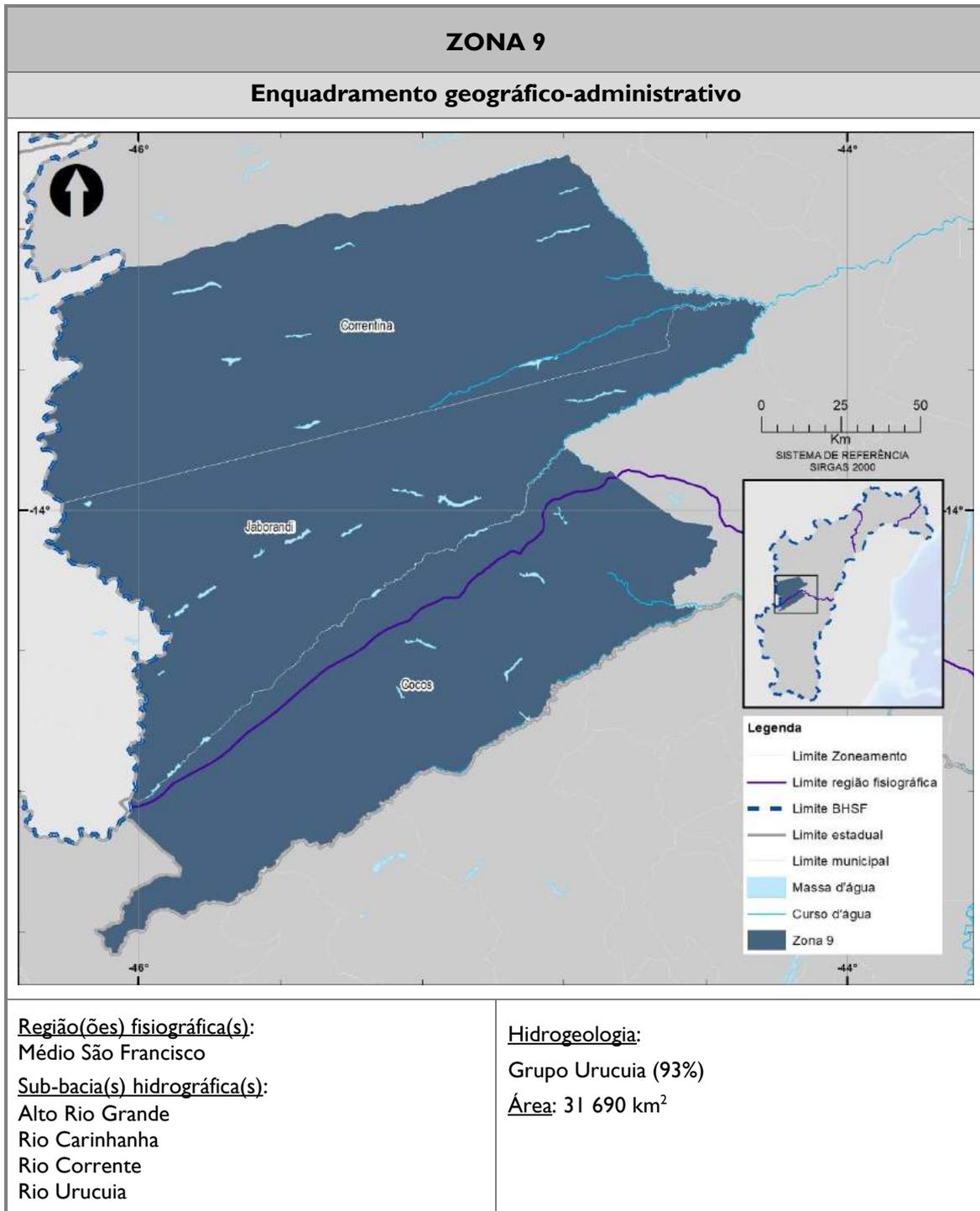
Caracterização social: a população é estimada em 177 mil pessoas e a densidade em 8 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 8 361 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 53 mil ha (principais culturas: soja; milho; feijão e banana). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 5,5% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 10,3%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 8 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 15 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Recuperação de áreas degradadas, estando o desmatamento concentrado em uma área que deveria ser considerada APP e a prioridade deve ser: a delimitação de APP; e recuperação da vegetação nesta área;
- Criar novas UC nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca;
- Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga e criação de corredores ecológicos;
- Realização de planos de manejo florestais;
- Implementação e gestão efetiva e integrada das áreas protegidas existentes;
- Realizar um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares;
- Implementar as propostas da ANA (2017) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado;
- Desenvolver e implementar programas de educação ambiental;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região;
- Incentivar ações de assistência técnica continuada aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta;
- Desenvolvimento de medidas para aumento da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) (cf. Mapas 16 e 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Januária e Manga) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 9

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (96% da área). O uso do solo dominante é o das Formações Florestais Naturais (41%), seguido das Formações Naturais não Florestais (29%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (8% da área). Domina a vegetação de cerrado, notadamente savana arborizada. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a média.

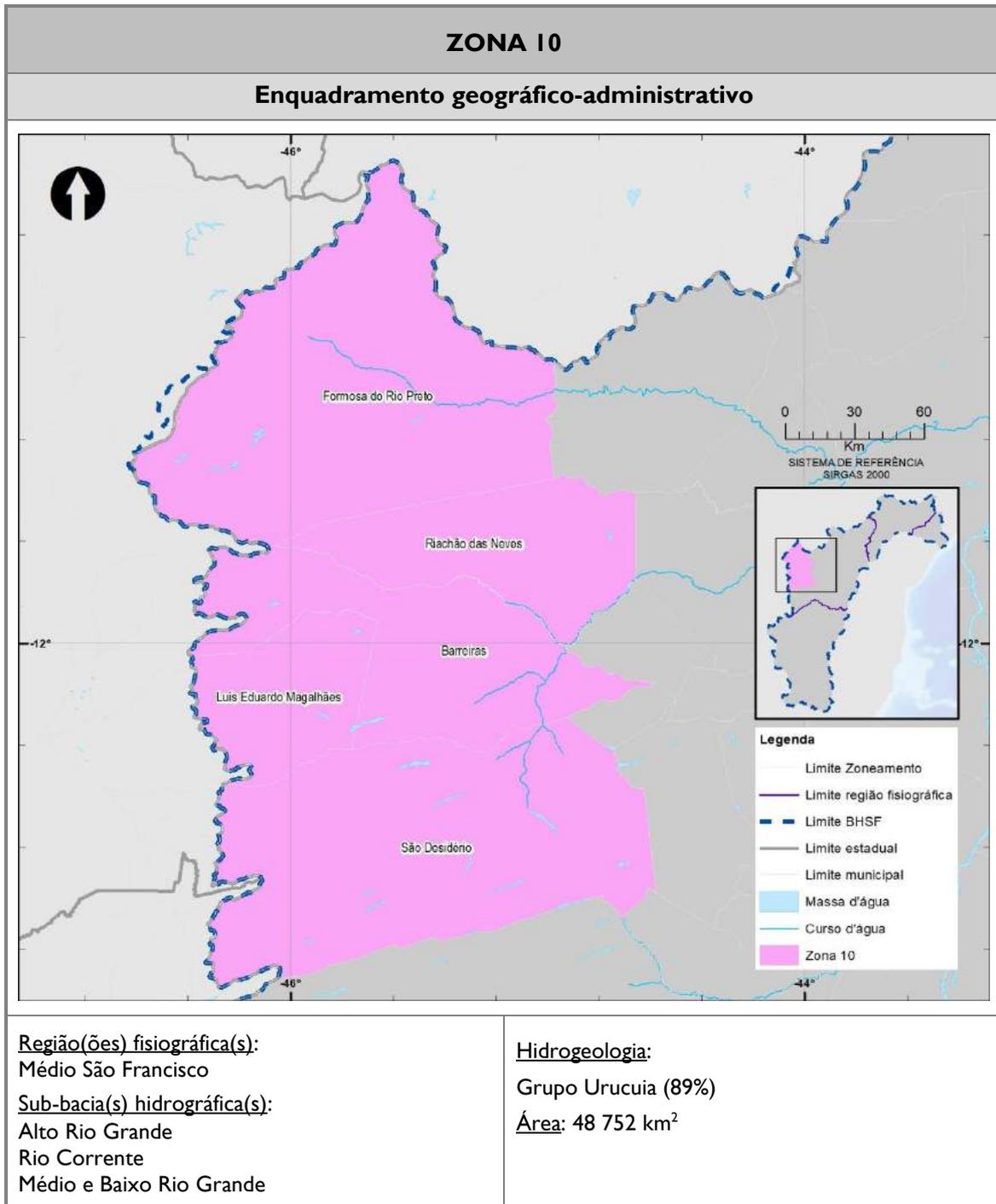
Caracterização social: a população é estimada em 62 mil pessoas e a densidade em 2 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 65 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 434 mil ha (principais culturas: soja; milho; algodão e feijão). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 6,6% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 52,6%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 34 mil.

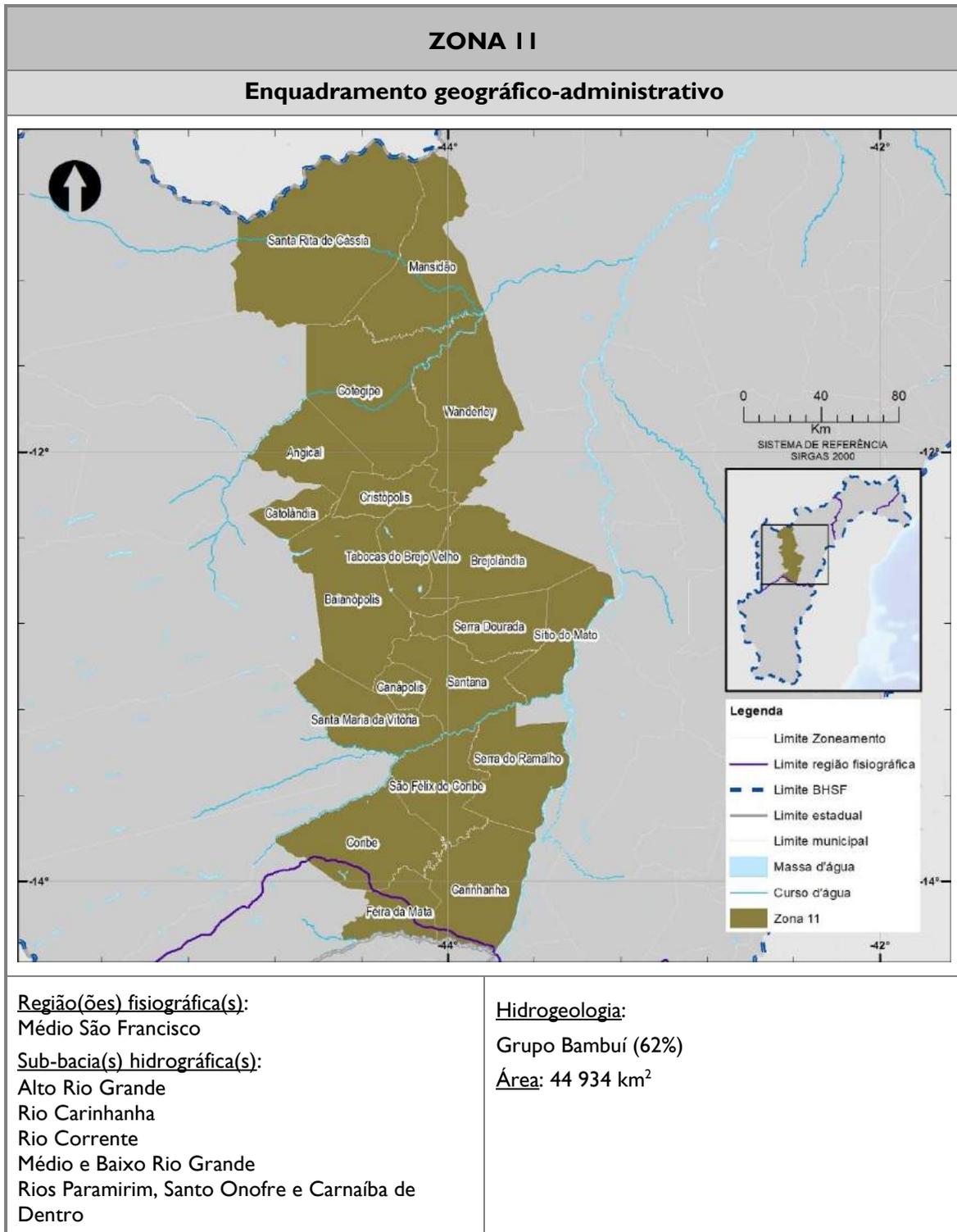
Diretrizes específicas

Foram definidas 15 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

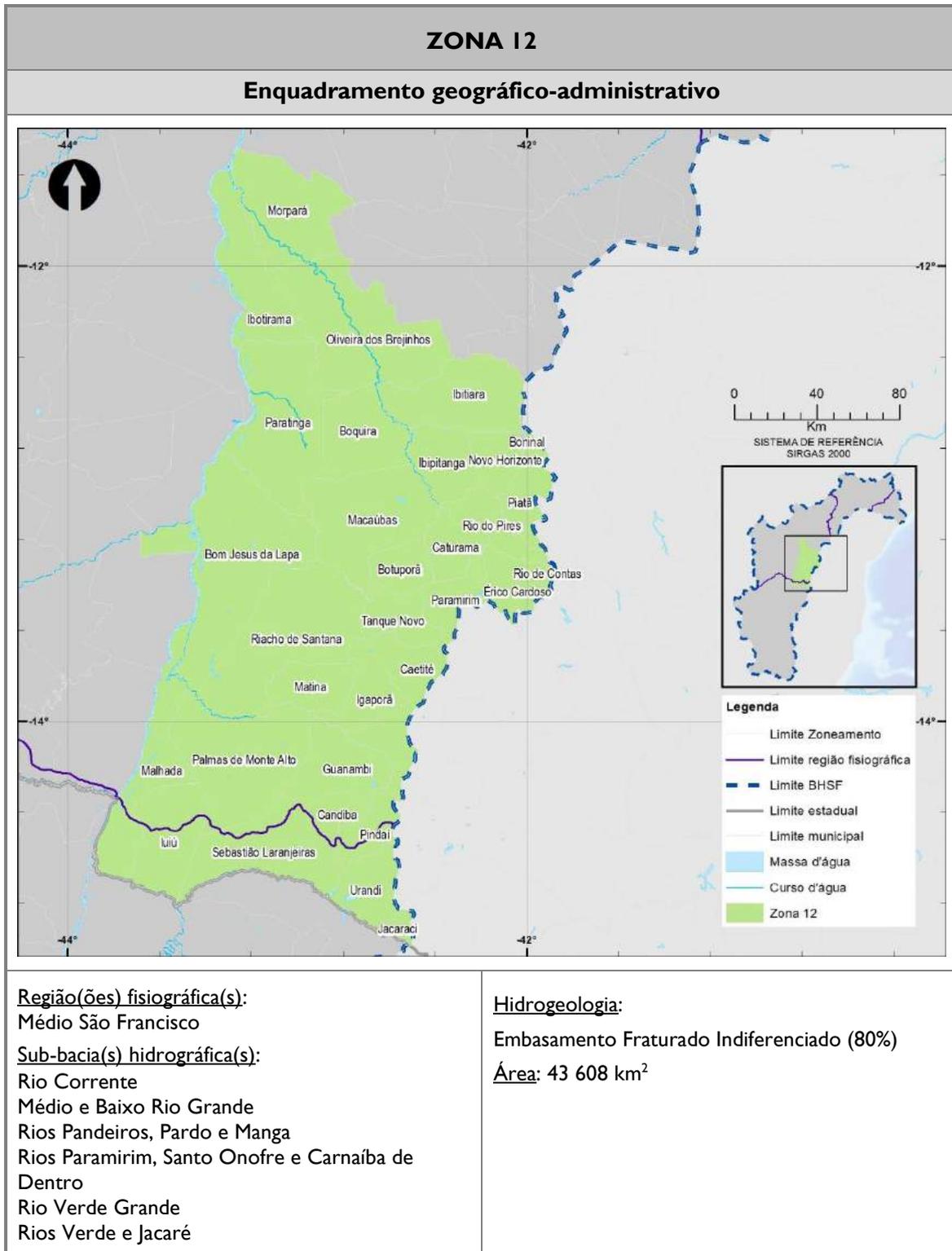
- Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas;
- Implementar as propostas da ANA (2017) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle);
- Desenvolver e implementar programas de educação ambiental;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento;
- Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento (em termos de saúde humana, por forma a evitar a elevada utilização de agroquímicos);
- Recuperar áreas desmatadas com delimitação de APP e recuperação da vegetação nesta área;
- Criação de UC nas áreas APCB que ainda possuem vegetação;
- Implementação e gestão efetiva e integrada das áreas protegidas existentes;
- Revisão da categoria da UC Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano para outra mais restritiva e sua ampliação incorporando a Bacia do Rio Arrojado;
- Desenvolvimento de medidas para aumento da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Correntina)(cf. Mapas 16 e 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Correntina) (cf. Mapa 18 – Anexo).



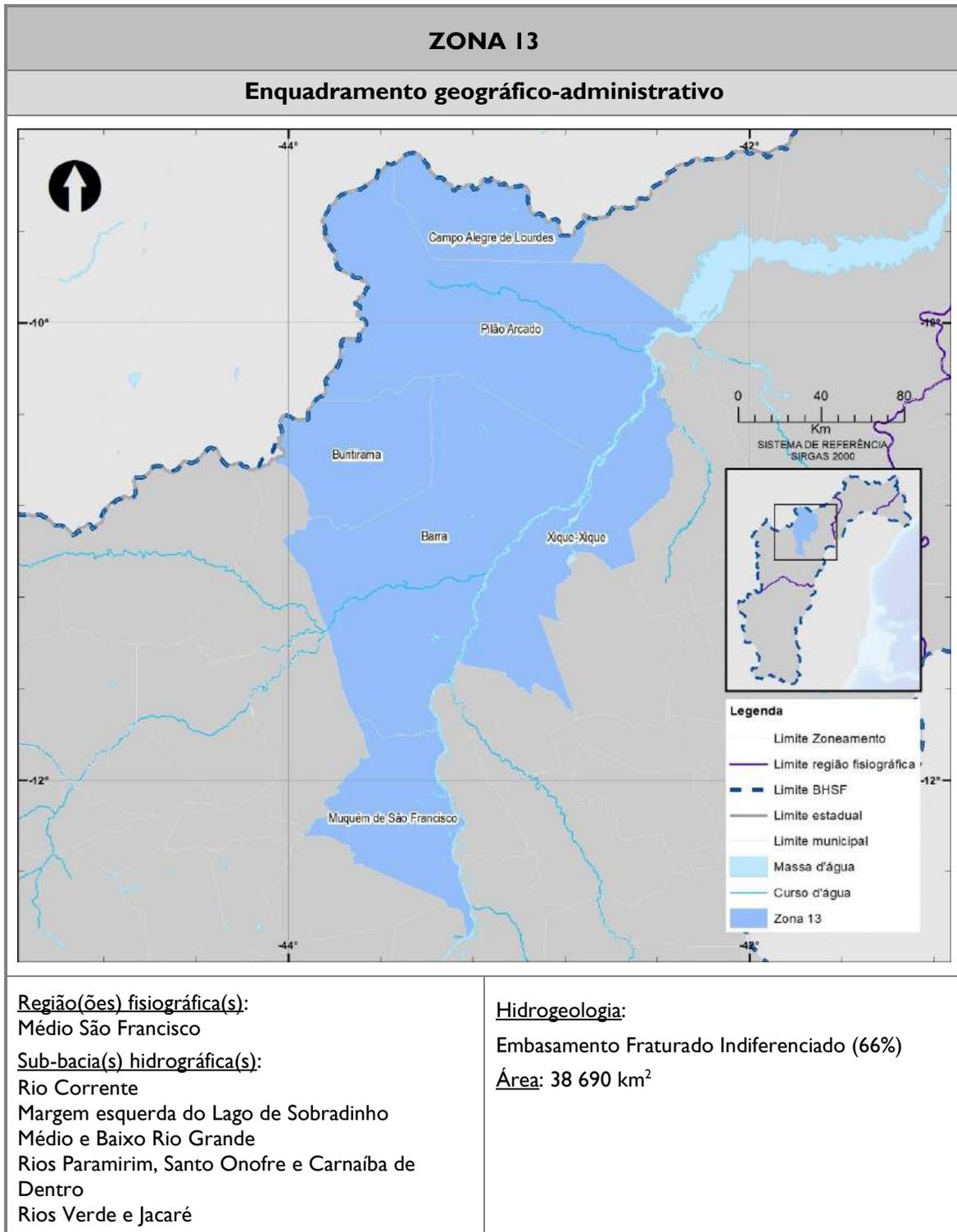
ZONA 10
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (94% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (44%), seguido das Formações Florestais Naturais (39%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (26% da área). Embora domine a vegetação de cerrado, ocorre também vegetação de outros dois tipos: floresta estacional e caatinga. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 312 mil pessoas e a densidade em 6 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 456 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 558 mil ha (principais culturas: soja; algodão; milho e sorgo). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 13,4% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 37,9%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 42 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 20 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar as propostas da ANA (2017) de áreas do Sistema Aquífero Urucuia; • Desenvolver e implementar programas de educação ambiental; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas grandes explorações de culturas de rendimento; • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento; • Promover o emprego temporário legal; • Recuperar áreas desmatadas, na delimitação de APP e recuperação da vegetação nesta área; • Criação de UC na APCB, devido à presença de grandes remanescentes de mata seca; • Criação de áreas protegidas e gestão efetiva e integrada das áreas protegidas existentes; • Elaboração de plano de manejo das UC em falta e fortalecer a sua gestão; • Desenvolvimento de medidas para aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Investimento para aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério) (cf. Mapa 18 – Anexo).



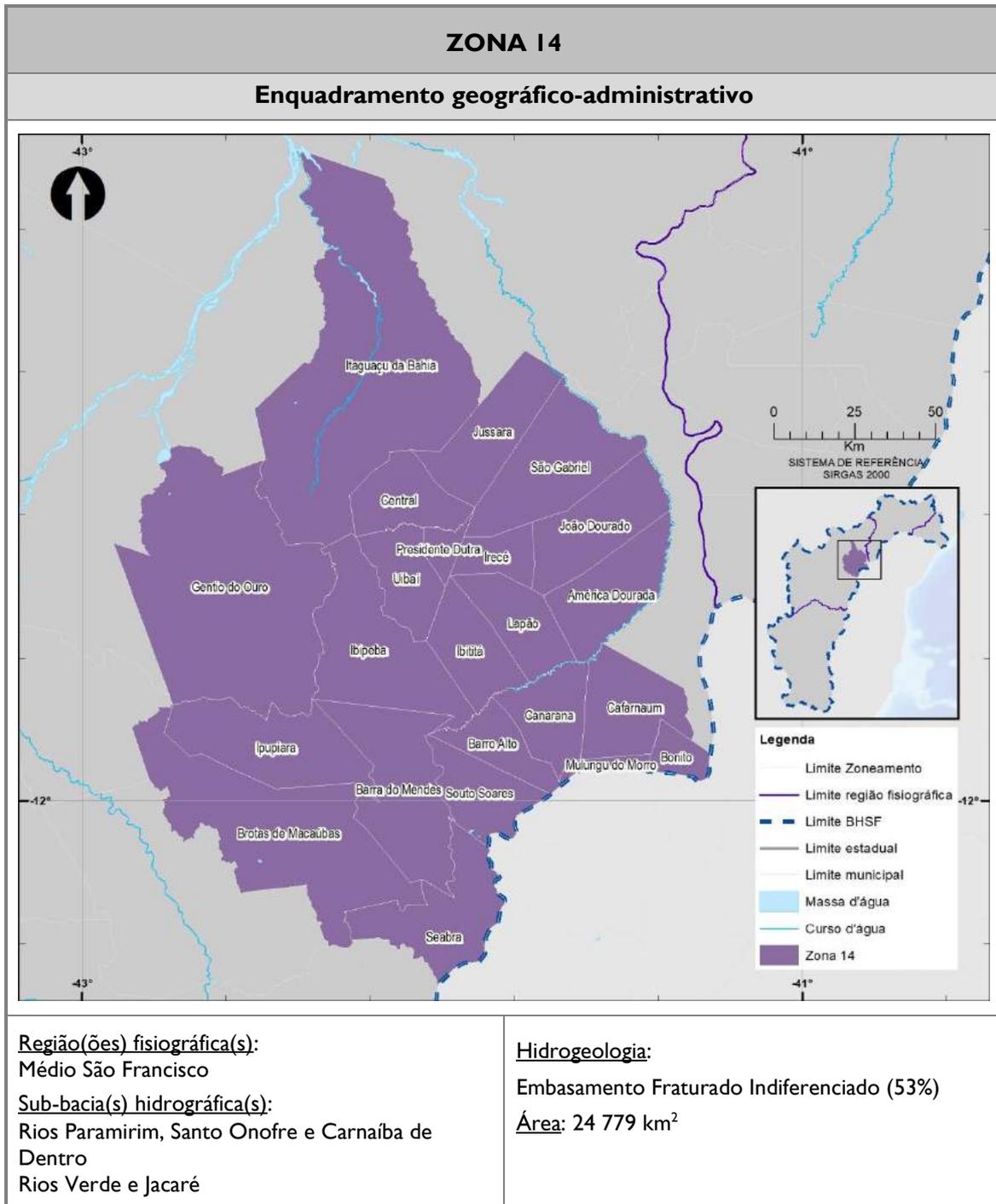
ZONA II
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (91% da área). O uso do solo dominante é das Formações Florestais Naturais (56%), seguido do agropecuário (33%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (5% da área). Embora domine a vegetação de cerrado, ocorre também vegetação de outros tipos: floresta estacional, caatinga e ainda áreas de tensão ecológica. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a média.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 353 mil pessoas e a densidade em 8 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 349 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 128 mil ha (principais culturas: milho; feijão; soja e cana-de-açúcar). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 5,2% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 22,9%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 8 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 23 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar as propostas da ANA (2017) na região do Sistema Aquífero Urucuia; • Desenvolver e implementar programas de educação ambiental; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego; • Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária; • Criação de UC, nas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes; • Implementação e gestão das áreas protegidas existentes e criação novas áreas protegidas; • Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB; • Investimento no aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Santa Rita de Cássia, Santana e Santa Maria da Vitória) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Criação de medidas para aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e São Félix do Coribe) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada) (cf. Mapa 18 – Anexo); • Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região.



ZONA 12
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (75% da área). O uso do solo dominante é das Formações Florestais Naturais (44%), seguido do agropecuário (40%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (< 2% da área). Zona dominada por vegetação mista de áreas de tensão ecológica (savana e floresta estacional). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é baixa a média.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 638 mil pessoas e a densidade em 15 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 1 215 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 124 mil ha (principais culturas: milho; feijão; sorgo e mandioca). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 10,9% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 11,1%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 8 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 23 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC nas APCB ainda não protegidas, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes; e de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca; • Elaboração de planos de manejo para as UC em falta; • Criação de corredores ecológicos; • Recuperação de APP e de áreas ocupadas por pastagens na APA da Serra do Barbado; • Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo das ações dos que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Incentivo a projetos de educação ambiental; • Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária, e promoção de uma pecuária alternativa; • Promoção do aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Paratinga, Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto e Caetité) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Criação de medidas para aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Bom Jesus da Lapa, Caetité, Guanambi, Ibotirama, Macaúbas, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga e Riacho de Santana) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (Candiba, Oliveira dos Brejinhos, Novo Horizonte, Urandi e Jacaraci) (cf. Mapa 18 – Anexo); • Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.



ZONA 13
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (93% da área). O uso do solo dominante é das Formações Florestais Naturais (quase 50%), seguido do agropecuário (29%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (31% da área). Embora domine a vegetação mista de áreas de tensão ecológica (savana e floresta estacional), ocorre ainda uma área de caatinga (savana estépica florestada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 202 mil pessoas e a densidade em 5 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 177 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 42 mil ha (principais culturas: sorgo; milho; feijão e mandioca). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 6,0% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 14,3%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 6 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 20 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar as propostas da ANA (2017) na região do Sistema Aquífero Urucuia; • Desenvolver e implementar programas de educação ambiental; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego; • Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural; • Criação de UC, nas APCB ainda não protegidas, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes; • Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica; • Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica; • Implementação e gestão efetiva e integrada das áreas protegidas existentes; • Proteção e recuperação de áreas de APP; • Melhoria na fiscalização de prevenção ao desmatamento; • Desenvolvimento de medidas para aumento da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Barra e Buritirama) (cf. Mapa 18 – Anexo); • Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região.



ZONA 14

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (77% da área). O uso do solo dominante é das Formações Florestais Naturais (47%), seguido do agropecuário (39%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (< 2% da área). Embora domine a vegetação mista de áreas de tensão ecológica (savana e floresta estacional), ocorre ainda uma área de caatinga (savana estépica florestada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

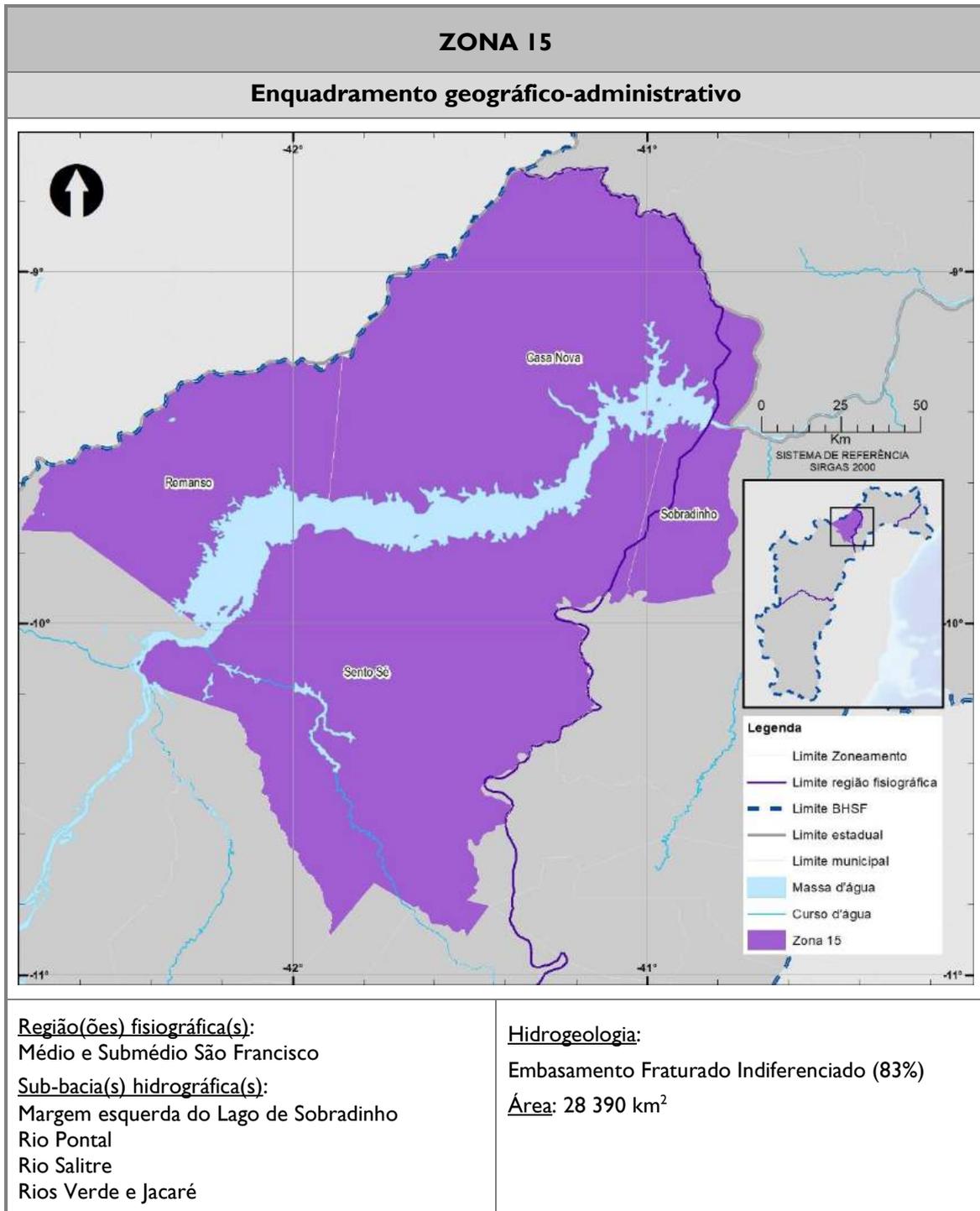
Caracterização social: a população é estimada em 400 mil pessoas e a densidade em 16 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 414 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 106 mil ha (principais culturas: milho; mamona; feijão e café). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 6,8% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 9,7%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 8 mil.

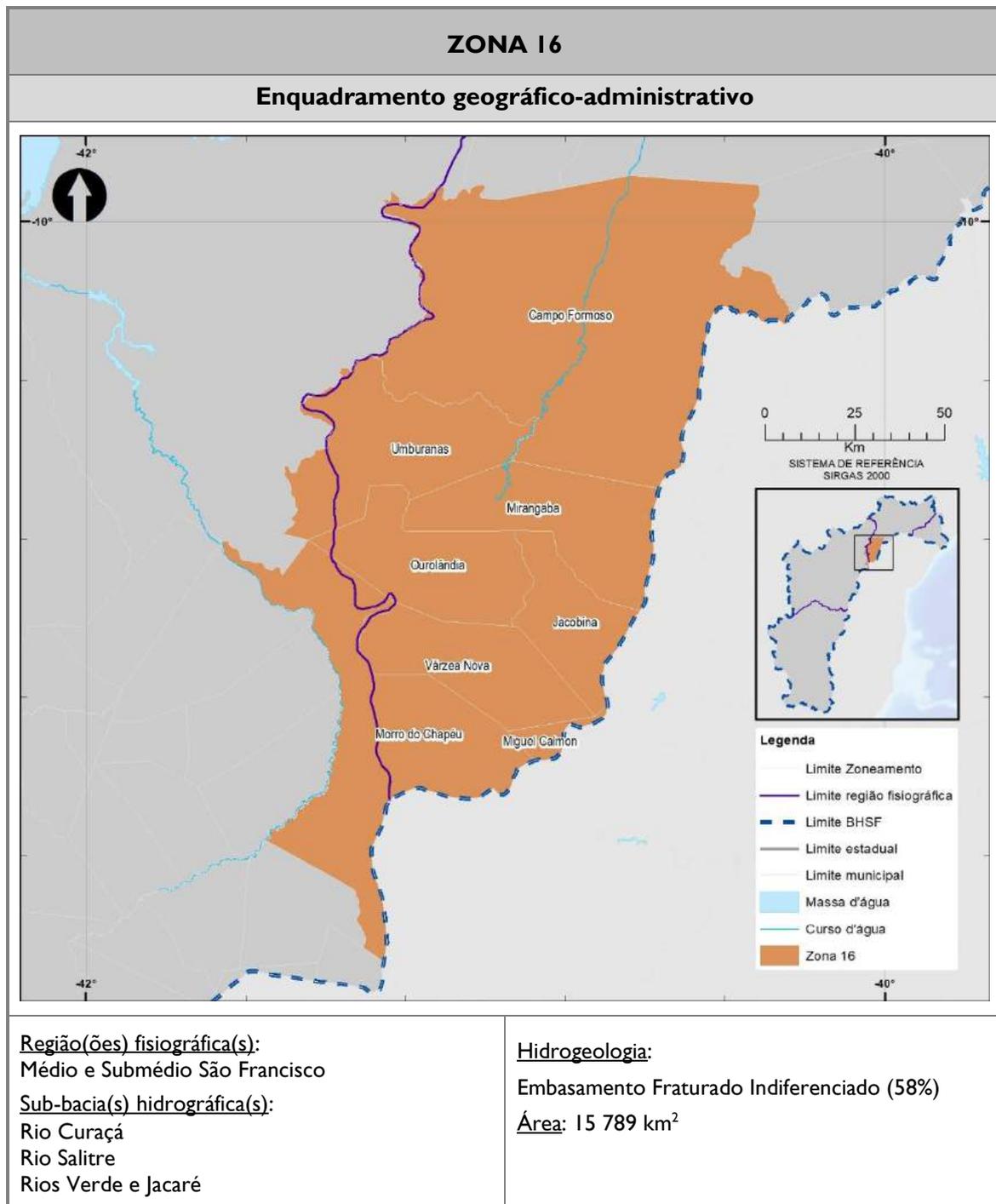
Diretrizes específicas

Foram definidas 17 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural, nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Criação de UC, nas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA;
- Promoção do aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Cafarnaum, Canarana e Ibipeba) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Investimento no aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão e São Gabriel) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: América Dourada e Lapão) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região.



ZONA 15
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (85% da área). O uso do solo dominante é das Formações Florestais Naturais (39%), seguido do agropecuário (37%). É uma zona com elevado número de áreas protegidas (39% da área). Zona dominada por vegetação de caatinga (savana estépica arborizada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 182 mil pessoas e a densidade em 6 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 255 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 21 mil ha (principais culturas: cebola; milho; feijão e manga). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 20,8% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 16,5%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 9 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 19 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego; • Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural; • Fomentar e monitorar a atividade de aquicultura de forma sustentável; • Promover o turismo ecológico sustentável; • Criação de UC, nas áreas APCB, de forma a assegurar proteção de áreas remanescentes; • Elaboração/revisão/implementação do plano de manejo da APA de Sobradinho; • Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares; • Incentivo a outros projetos de educação ambiental; • Promoção do aumento da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Remanso e Sento Sé) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Investimento no aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Sobradinho) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Remanso) (cf. Mapa 18 – Anexo); • Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região.



ZONA 16

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (85% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (44%), seguido das Formações Florestais Naturais (39%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (3% da área). Embora domine a vegetação caatinga, (savana estépica florestada e arborizada), ocorrem também áreas de tensão ecológica (savana e floresta estacional). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

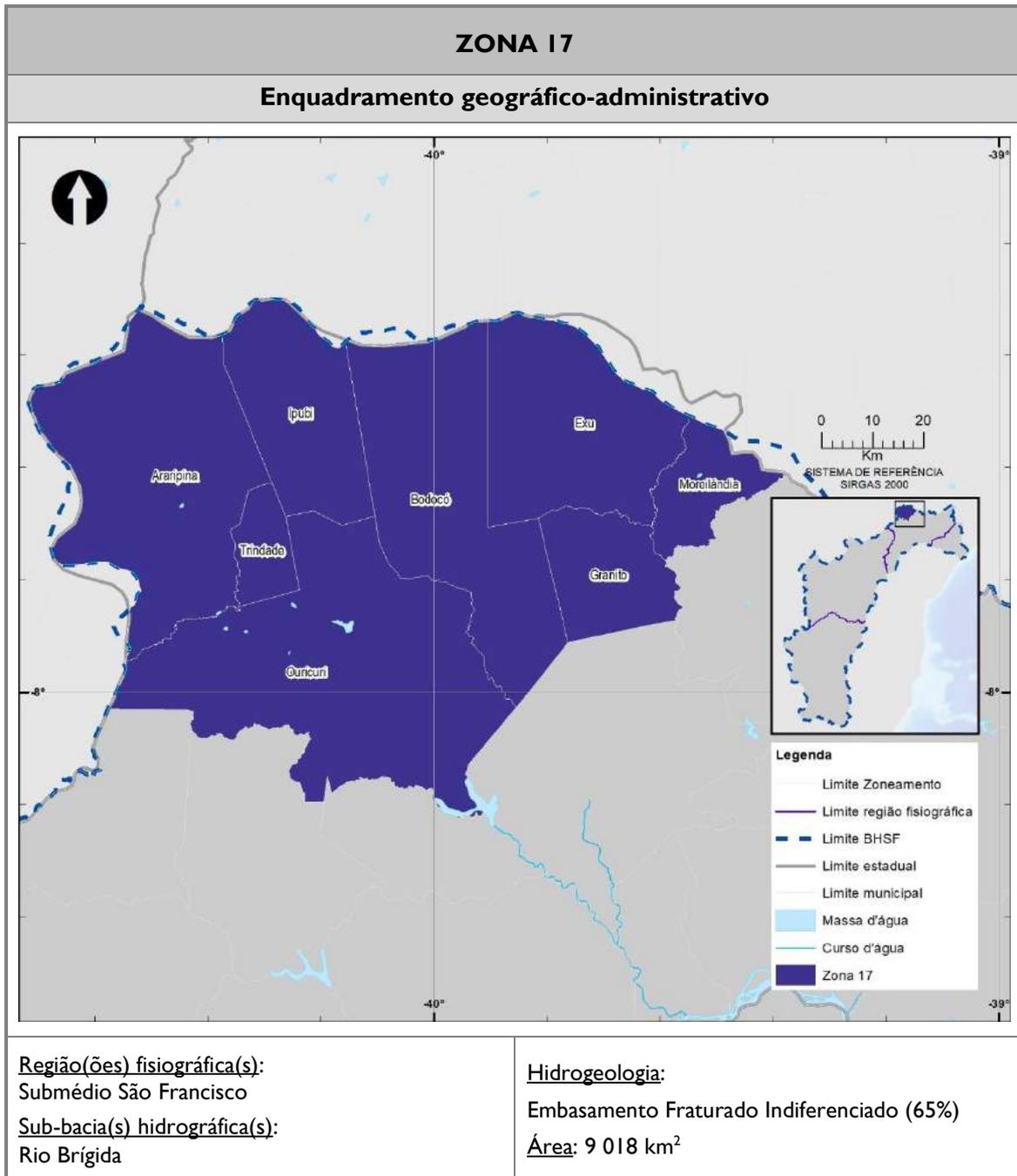
Caracterização social: a população é estimada em 107 mil pessoas e a densidade em 7 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 184 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 117 mil ha (principais culturas: sisal; milho; feijão e mamona). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 15,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 9,2%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 8 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 21 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo das ações executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas;
- Criação de UC, nas áreas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Ampliação da proteção na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho e de outras UC já criadas;
- Implementação do plano de manejo do Parque Estadual do Morro do Chapéu; e outros planos de recuperação ambiental;
- Incentivo a outros projetos de educação ambiental;
- Criar plano para o desenvolvimento de culturas agrícolas sustentáveis;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Investimento no aumento da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) (cf. Mapas 16 e 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Ouroândia) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.



ZONA 17

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (89% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (59%), seguido das Formações Florestais Naturais (32%). É uma zona com uma única área protegida (cobre 33% da área). A vegetação que subsiste é do tipo savana estépica arborizada. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

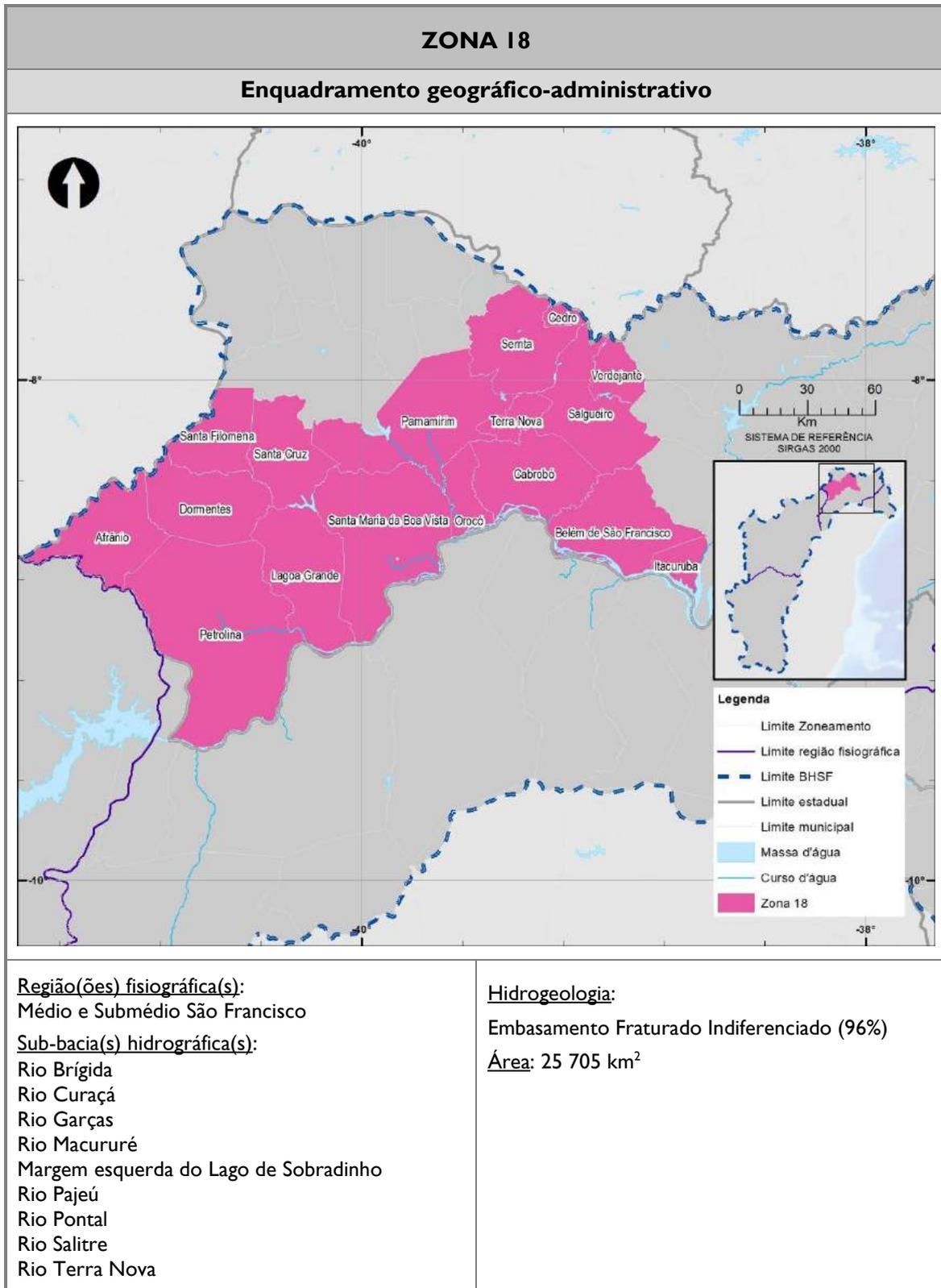
Caracterização social: a população é estimada em 290 mil pessoas e a densidade em 32 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 92 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 79 mil ha (principais culturas: milho; feijão e mandioca). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 11,5% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 4,7%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 8 mil.

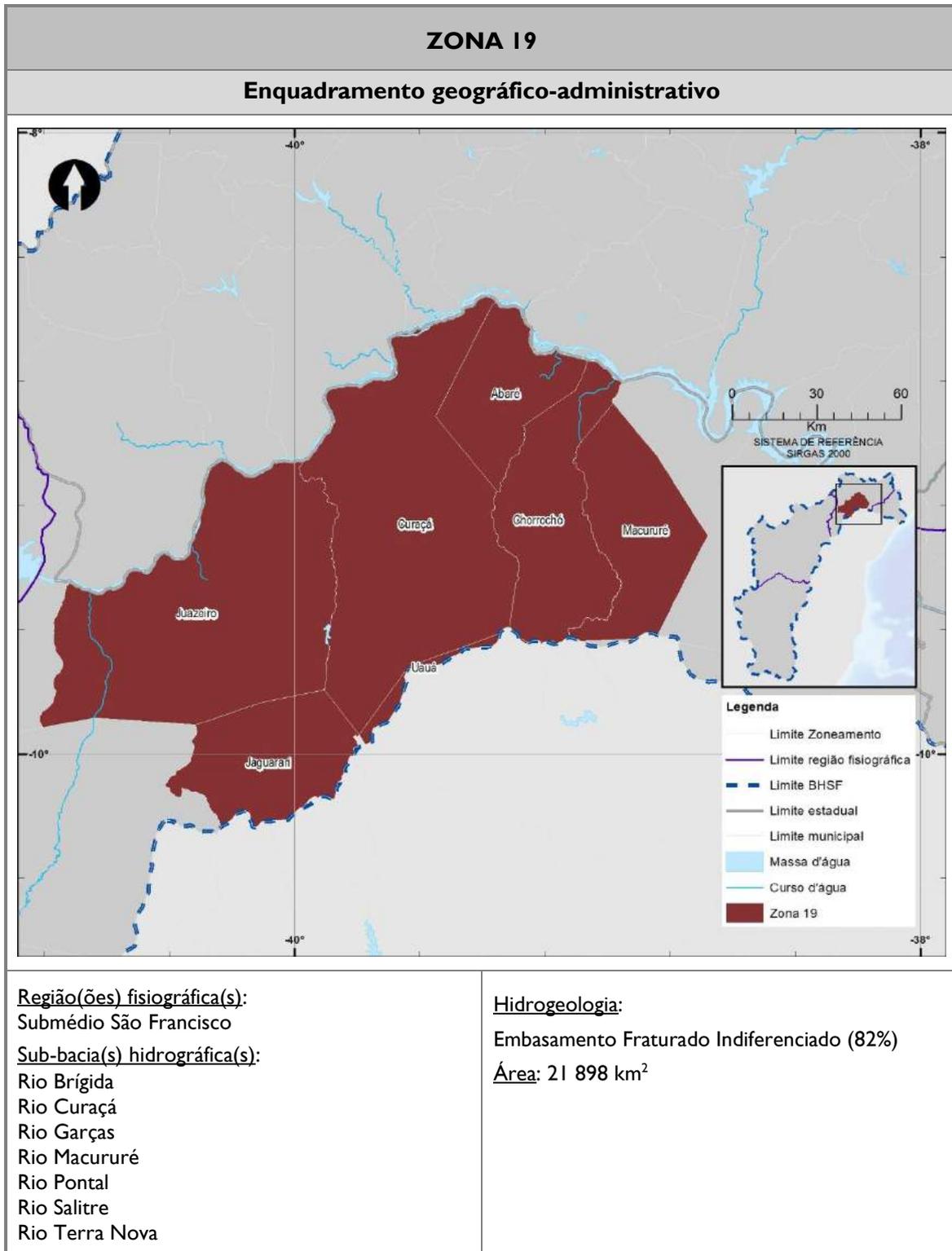
Diretrizes específicas

Foram definidas 15 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Criação de UC, nas áreas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Fortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe;
- Promoção de uma pecuária alternativa;
- Regularização ambiental da atividade (de mineração de calcificação de gesso) do chamado “Pólo Gesseiro”;
- Criar um programa de manejo florestal sustentável da Caatinga;
- Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração, em particular em municípios com grande atividade industrial como Araripina e Ouricuri (cf. Mapa 15 – Anexo);
- Investimento no aumento da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Araripina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) (cf. Mapas 16 e 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Araripina e Bodocó) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 18
Caracterização
<p>Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (91% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (45%), seguido das Formações Florestais Naturais (35%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (< 1% da área). Domina a vegetação de caatinga, (fisionomia savana estépica arborizada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.</p> <p>Caracterização social: a população é estimada em 683 mil pessoas e a densidade em 27 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 8 131 pessoas.</p> <p>Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 86 mil ha (principais culturas: milho; feijão; manga e uva). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 12,9% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 12,9%. A zona apresenta um PIB <i>per capita</i> de R\$ 13 mil.</p>
Diretrizes específicas
<p>Foram definidas 26 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF; • Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação; • Incentivo a projetos de educação ambiental; • Recuperar áreas desmatadas: com a delimitação e recuperação da vegetação nas áreas de APP; • Criação de UC em toda a área de APCB, para impedir que mais área seja desmatada; • Fortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe; • Promoção de ações de monitoramento e fiscalização, controle e vigilância ambiental na agricultura de rendimento; • Promover ações de manejo sustentável da caatinga; • Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio; • Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Belém do São Francisco) (cf. Mapa 16 – Anexo); • Investimento no aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Belém do São Francisco, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista) (cf. Mapa 17 – Anexo); • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Santa Cruz e Parnamirim) (cf. Mapa 18 – Anexo); • Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.



ZONA 19

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (95% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (53%), seguido das Formações Florestais Naturais (26%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (< 2% da área). A vegetação é dominada por fitofisionomias de caatinga (savana estépica arborizada, florestada e parque), ocorrendo ainda áreas de savana e floresta estacional. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

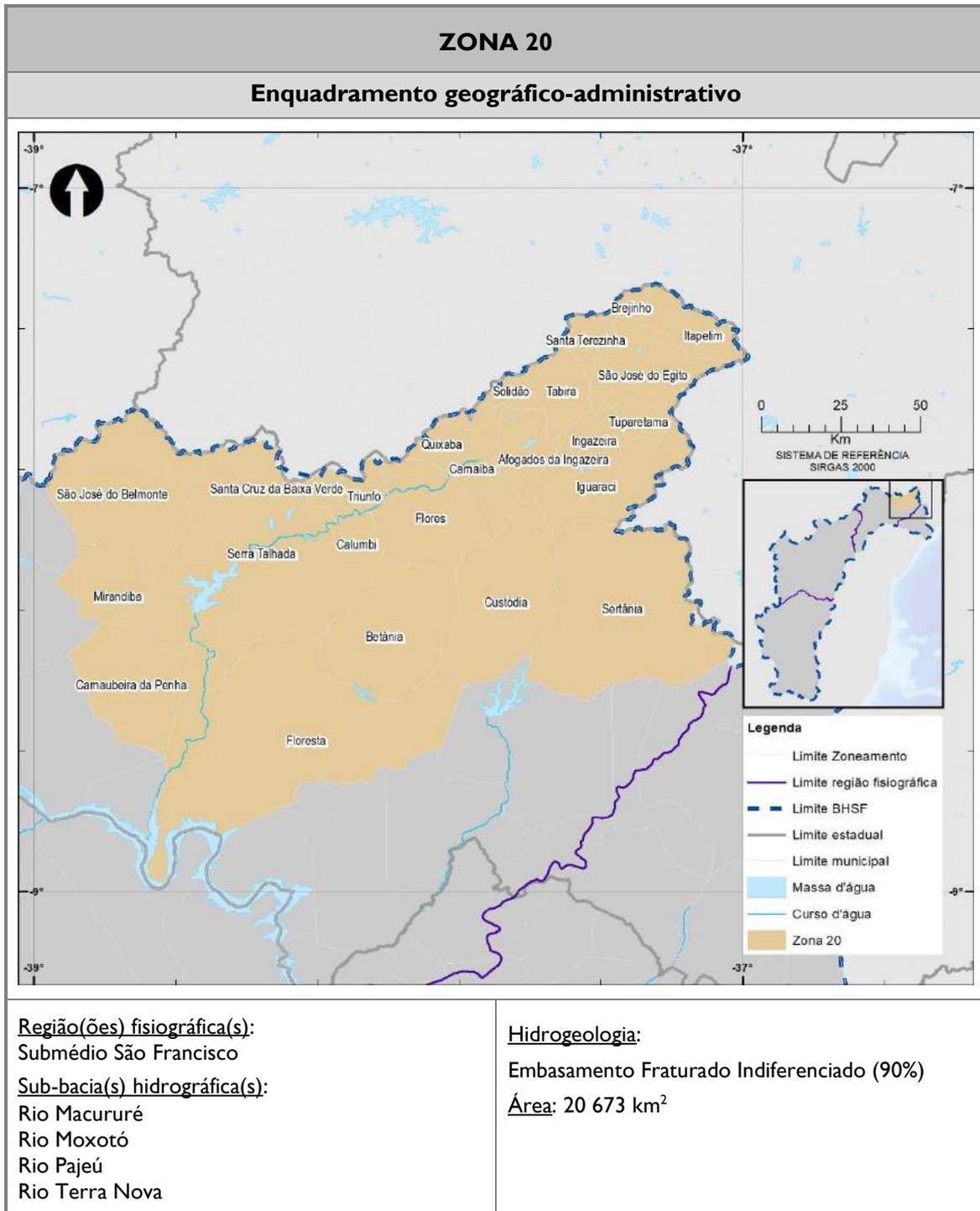
Caracterização social: a população é estimada em 319 mil pessoas e a densidade em 15 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 2 070 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 35 mil ha (principais culturas: cana-de-açúcar; milho; feijão e manga). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 14,0% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 6,4%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 12 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 21 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar dos projetos hidroambientais, a exemplo das ações que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Promoção de ações de monitoramento e fiscalização, controle e vigilância ambiental na agricultura de rendimento;
- Criação de UC, nas áreas APCB que ainda não foram desmatadas, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Implementação de planos de recuperação ambiental;
- Incentivo a outros projetos de educação ambiental;
- Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio;
- Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas;
- Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Abaré) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Abaré, Curaçá, Juazeiro) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Curaçá) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica.



ZONA 20

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (83% da área). O uso do solo dominante é o das Formações Florestais Naturais (44%), seguido do agropecuário (41%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (< 1% da área). Domina a vegetação de savana estépica arborizada. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

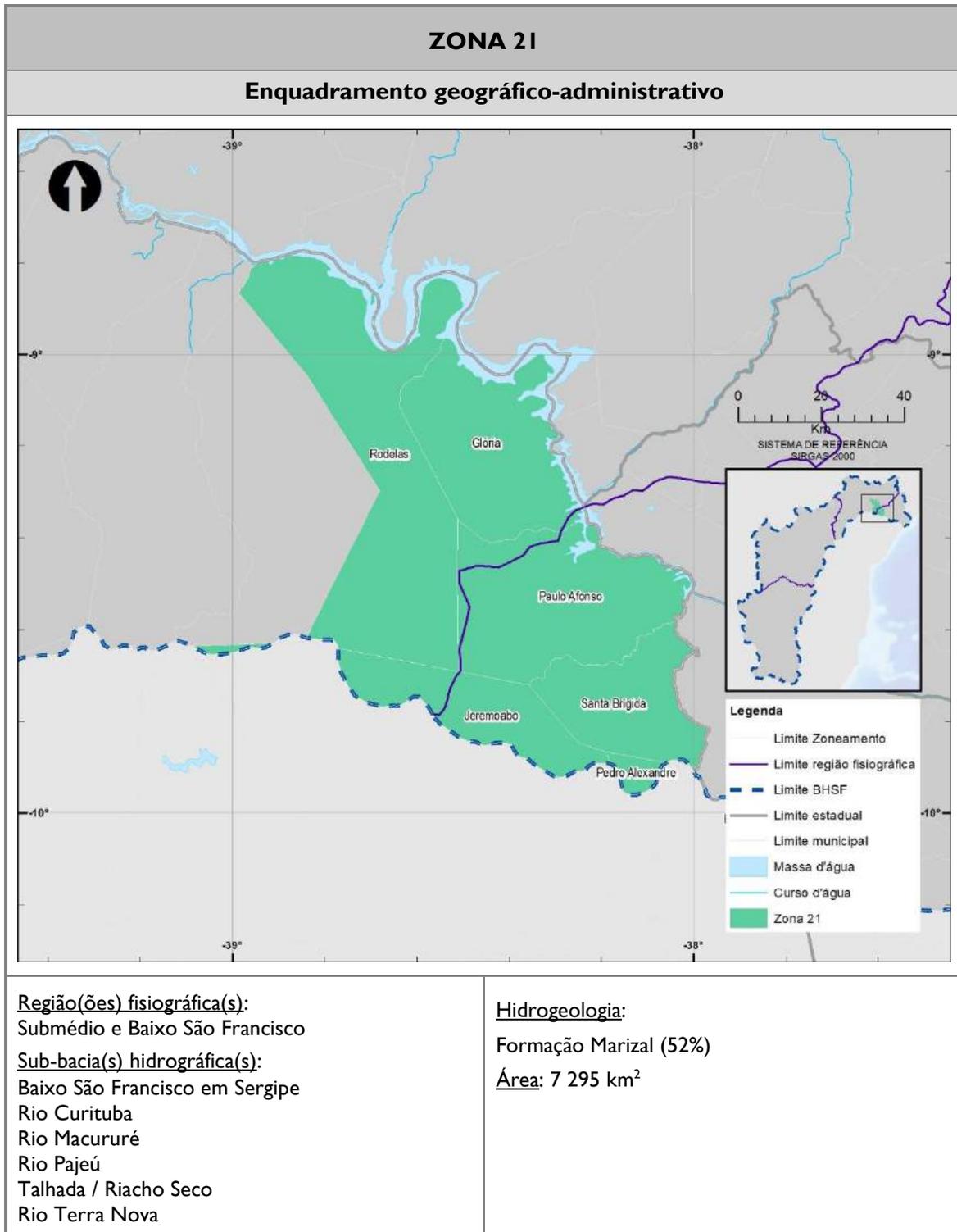
Caracterização social: a população é estimada em 502 mil pessoas e a densidade em 24 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 7 377 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 146 mil ha (principais culturas: milho e feijão). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 9,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 4,0%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 9 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 18 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo das ações que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Promover ações de manejo sustentável da caatinga;
- Criação de UC, nas áreas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Implementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, da RPPN Reserva Ecológica Maurício Dantas e da RPPN Cantidiano Valgueiro de Carvalho Barros;
- Manutenção e preservação de áreas de biodiversidade, notadamente o Parque Estadual Mata da Pimenteira e o Parque Nacional do Catimbau;
- Elaboração de planos de recuperação ambiental;
- Incentivo a outros projetos de educação ambiental;
- Fomentar e monitorar a atividade de aquicultura de forma sustentável;
- Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Belmonte, São José do Egito) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Egito, Floresta, Tabira, São José do Belmonte) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São José do Egito e Sertânia) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 21

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (92% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (63%), seguido das Formações Florestais Naturais (28%). É uma zona com número razoável de áreas protegidas (12% da área). A vegetação predominante é de savana e floresta estacional, ocorrendo ainda áreas de vegetação da caatinga (savana estépica florestada e arborizada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

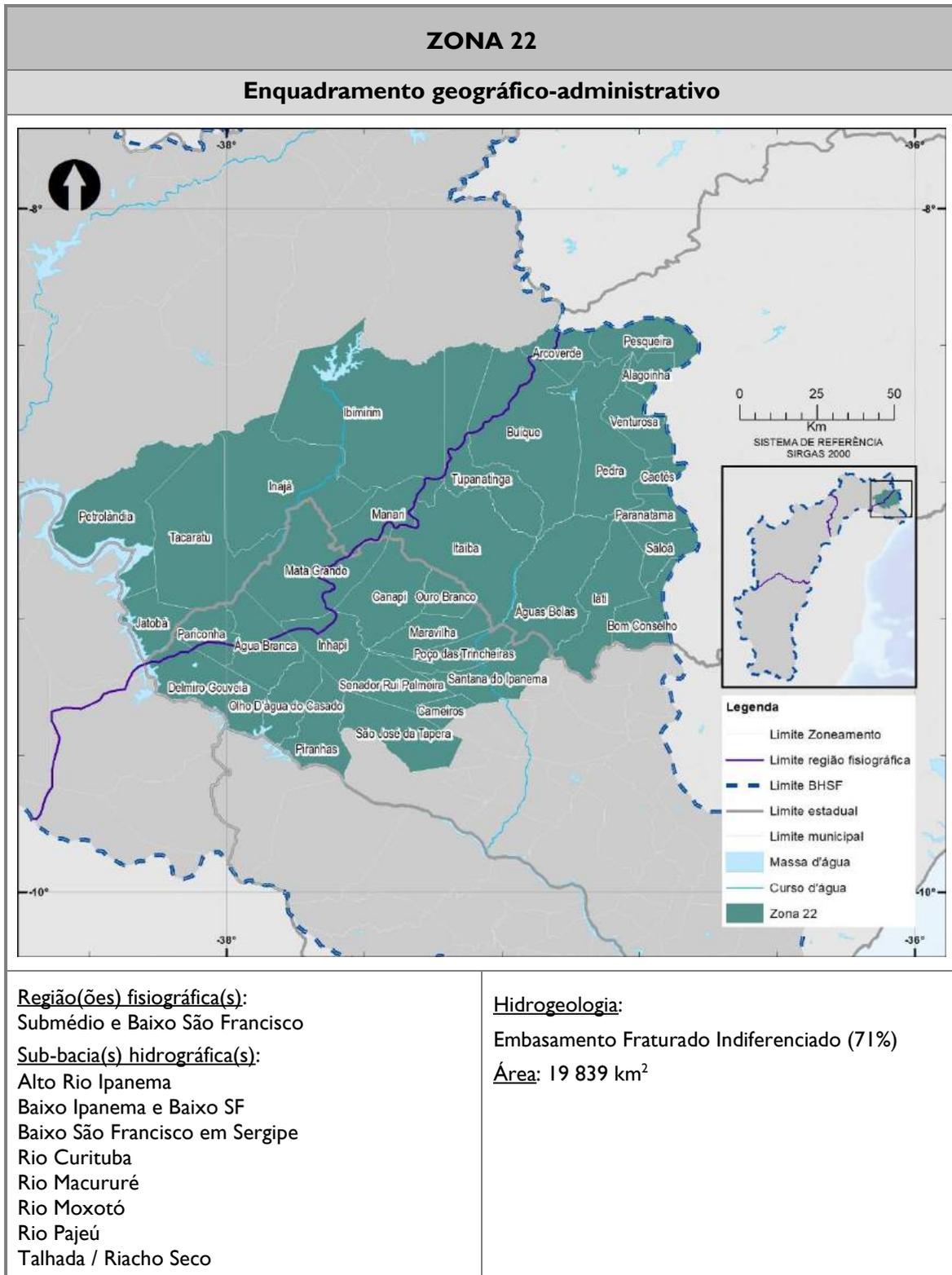
Caracterização social: a população é estimada em 165 mil pessoas e a densidade em 23 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 3 179 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 22 mil ha (principais culturas: milho; feijão e coco-da-baía). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 42,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 5,3%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 16 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 22 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, de forma a envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia;
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Criação de UC, nas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Fortalecimento, ampliação e implementação da Estação Ecológica Raso da Catarina;
- Criação de medidas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear;
- Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio;
- Fomentar e monitorar a atividade de aquicultura de forma sustentável;
- Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais;
- Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária;
- Promover o turismo ecológico sustentável;
- Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas com população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54% (cf. Mapa 16 – Anexo), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Santa Brígida) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 22

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (79% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (67%), seguido das Formações Florestais Naturais (23%). É uma zona com número razoável de áreas protegidas (8% da área). A vegetação dominante é caatinga, (savana estépica arborizada). A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

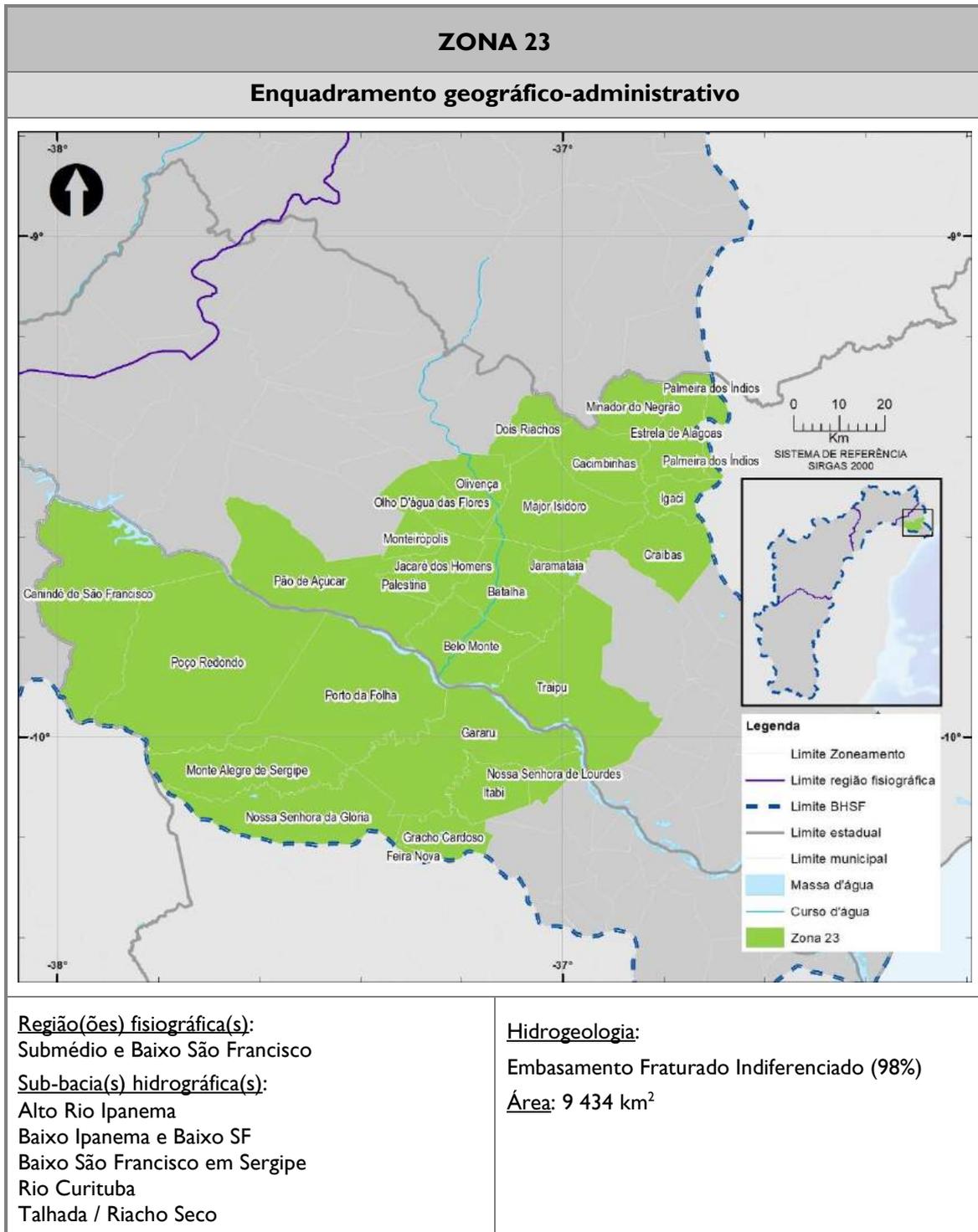
Caracterização social: a população é estimada em 840 mil pessoas e a densidade em 42 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 31 938 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 133 mil ha (principais culturas: milho; feijão; mandioca e banana). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 13,1% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 8,4%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 8 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 25 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo das ações que vêm sendo executadas pelo CBHSF, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego;
- Investimento em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (incentivo a novas culturas);
- Criação de UC, nas áreas APCB, de forma a assegurar proteção das áreas remanescentes;
- Fortalecimento e elaboração do plano de manejo da UC na região da hidrelétrica de Xingó
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Fomentar e monitorar a atividade de aquicultura de forma sustentável;
- Promover o turismo ecológico sustentável;
- Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e atendimento inferior a 80% (Águas Bela, Buíque, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Águas Belas, Buíque, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Delmiro Gouveia, Piranhas, Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e cobertura inferior a 80% (Mata Grande (AL) e Itaíba (PE)) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.



ZONA 23

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (81% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (67%), seguido das Formações Florestais Naturais (19%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (<2% da área). A vegetação de caatinga predomina. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

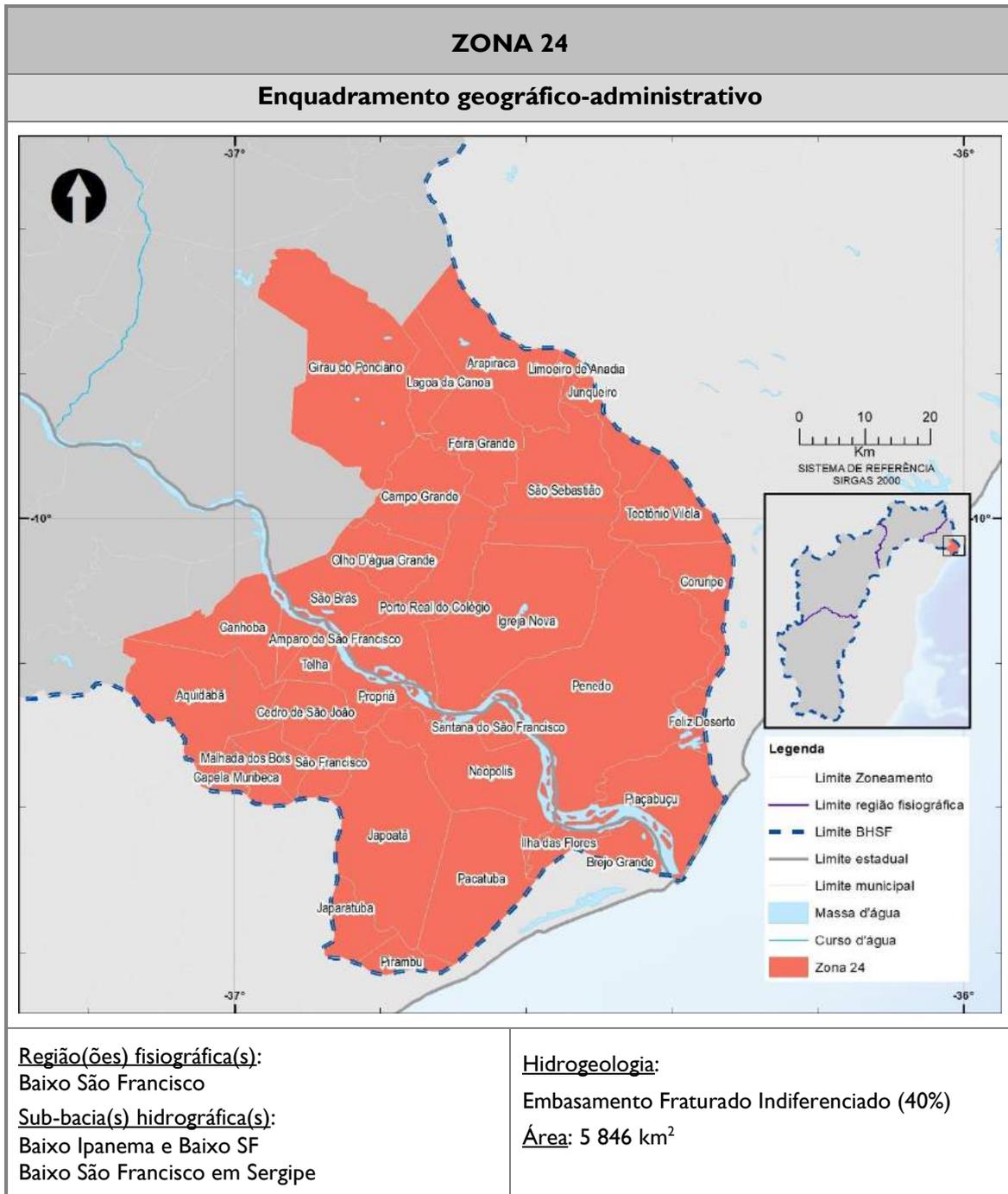
Caracterização social: a população é estimada em 377 mil pessoas e a densidade em 40 pessoas/ km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 706 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 40 mil ha (principais culturas: milho; feijão; mandioca e fumo). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 28,5% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 11,7%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 10 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 17 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Incentivar os projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Incentivo a projetos de educação ambiental;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural, nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Recuperar áreas desmatadas, pela delimitação de APP, que está classificada como APCB;
- Criação de UC em toda a área de APCB para impedir que mais área seja desmatada;
- Criação de UC de proteção integral dos remanescentes de Floresta Estacional de Sergipe;
- Monitorar a expansão acelerada da agricultura na região;
- Aumentar a produtividade da atividade pecuária;
- Promover o turismo ecológico sustentável;
- Investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Batalha e Major Isidoro (AL), Canindé de São Francisco (SE)) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Aumento da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar (AL), Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha (SE) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e taxa de cobertura inferior a 80% (Major Isidoro (AL)) (cf. Mapa 18 – Anexo).



ZONA 24

Caracterização

Caracterização ambiental: predomina o relevo suave-ondulado a plano (75% da área). O uso do solo dominante é o agropecuário (78%), seguido das Formações Florestais Naturais (13%). É uma zona com reduzido número de áreas protegidas (6% da área). A vegetação predominante é constituída por formações pioneiras (restinga), situada na faixa marítima. A fragilidade do ponto de vista dos recursos hídricos é média a elevada.

Caracterização social: a população é estimada em 652 mil pessoas e a densidade em 112 pessoas/km² (2017). Em 2010 a população autodeclarada indígena era de 3 163 pessoas.

Caracterização econômica: destaca-se que a área total plantada ou destinada à colheita é de 118 mil ha (principais culturas: cana-de-açúcar; coco-da-baía; mandioca e feijão). O Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial representa 10,4% do VAB total, enquanto o Agropecuário representa 16,0%. A zona apresenta um PIB *per capita* de R\$ 12 mil.

Diretrizes específicas

Foram definidas 22 diretrizes específicas (cf. Produto R07), das quais se destacam:

- Delimitação e recuperação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB;
- Criação de UC em toda a área de APCB para impedir que mais área seja desmatada;
- Criação de UC de proteção integral dos remanescentes de Floresta Estacional de Sergipe;
- Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação;
- Incentivar os projetos hidroambientais;
- Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação e dessalinização;
- Apoiar as atividades econômicas afetadas pelo avanço da cunha salina;
- Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural, nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária;
- Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária;
- Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e atendimento inferior a 80% (Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Piaçabuçu e São Sebastião (AL) e Neópolis (SE)) (cf. Mapa 16 – Anexo);
- Aumento da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índices de atendimento residuais (Arapiraca, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Penedo, Piaçabuçu e São Sebastião (AL), Aquidabã, Neópolis e Propriá) (cf. Mapa 17 – Anexo);
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e t cobertura inferior a 80% (exemplo: Piaçabuçu (AL)) (cf. Mapa 18 – Anexo);
- Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis.

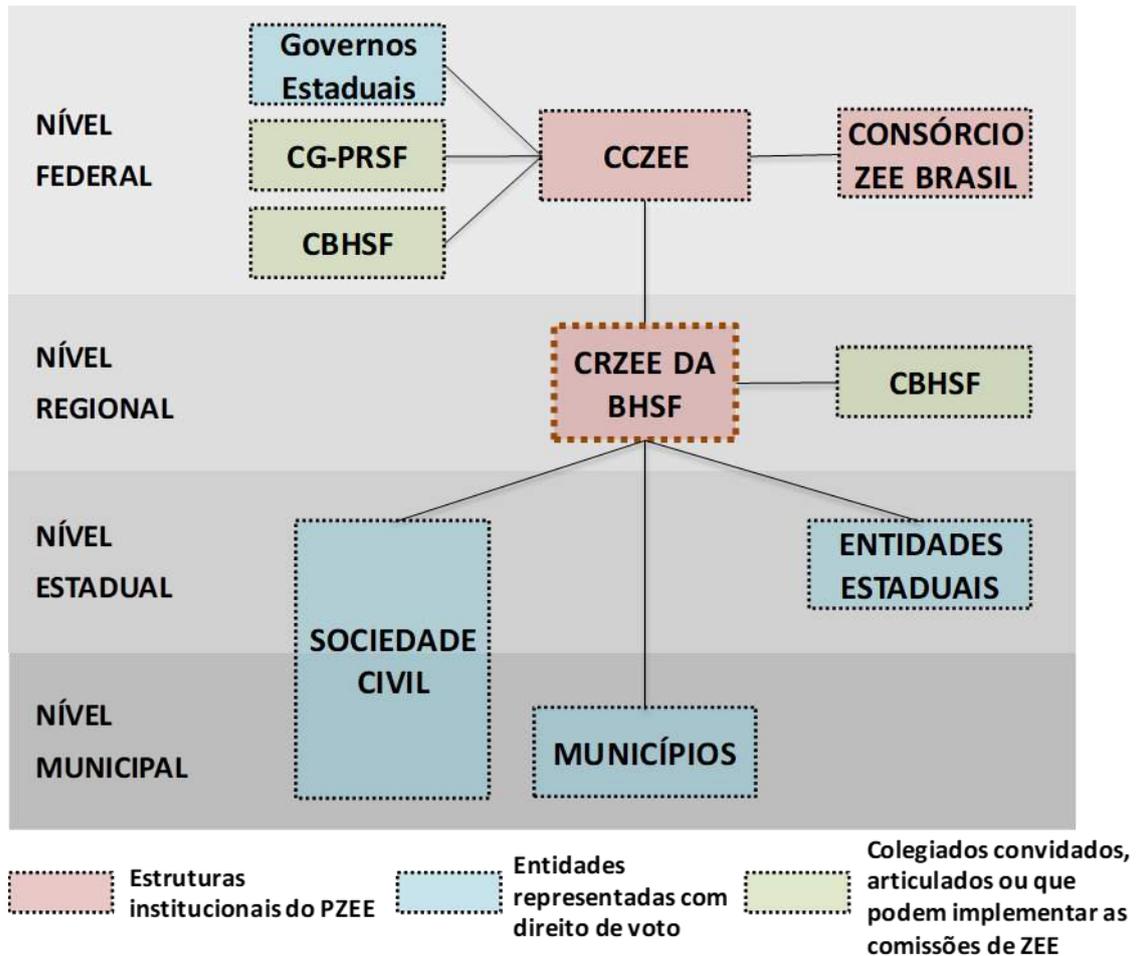
6. Plano de ação para a implementação do MacroZEE da BHSF

Como se referiu anteriormente, o plano de ação inclui os seguintes elementos:

- **Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF**, considerando a necessidade de envolvimento dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil (cf. subcapítulo 6.1);
- **Políticas, planos, programas e projetos** dos governos federal e estaduais **que contribuem para viabilizar as diretrizes de ação** definidas na proposta de gestão do MacroZEE da BHSF, identificando os órgãos responsáveis por tais ações e suas respectivas fontes de recursos (cf. subcapítulo 6.2);
- Proposta de **estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos** que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território, notadamente, o licenciamento ambiental, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, o Cadastro Ambiental Rural e os Programas de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos (cf. subcapítulo 6.3);
- Desenvolvimento de indicadores e de proposta de **sistema de monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF**, considerando tanto parâmetros de qualidade ambiental da BHSF quanto as diretrizes de ação definidas na proposta de gestão e no plano de ação (cf. subcapítulo 6.4);
- Recomendação da **periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF** (cf. subcapítulo 6.5).

6.1. Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF

Para o MacroZEE da BHSF, o arranjo institucional de gestão reflete a complexidade dos atores com atuação na BHSF e é proposto na Figura 31.



Legenda: CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico; CRZEE da BHSF – Comissão Regional do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do São Francisco; CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco; CG-PRSF – Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Figura 31 – Arranjo institucional de gestão do MacroZEE da BHSF

Ao nível federal atuam a CCZEE e o Consórcio ZEE Brasil, tal como definido no arranjo institucional do PZEE.

No nível regional atua a Comissão Regional do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CRZEE da BHSF), que poderá ser criada como um novo colegiado ou ser articulada/implementada junto aos colegiados existentes, nomeadamente ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF).

Ao nível estadual atuam a sociedade civil e as entidades estaduais e, ao nível municipal, a primeira, em conjunto com os municípios, que deverão estar representados na CRZEE da BHSF.

No que diz respeito ao **modelo de gestão** do MacroZEE da BHSF, é composto pelas seguintes instâncias: gestão e coordenação (CRZEE); e execução e implementação.

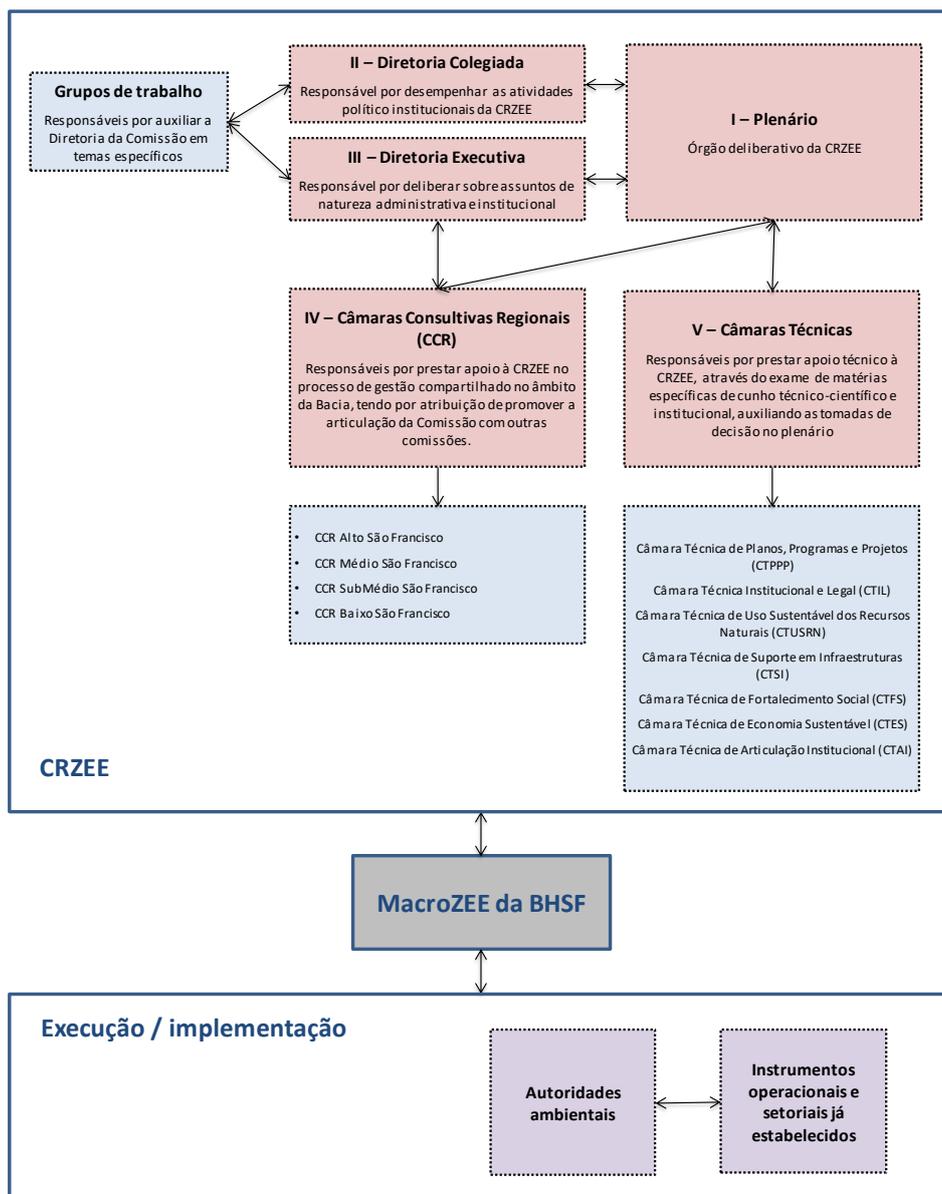


Figura 32 – Proposta de modelo de gestão do MacroZEE da BHSF

Através do modelo de gestão proposto ficam garantidos a abrangência espacial de todo o território da BHSF, o comprometimento de grande parte dos atores com atuação na BHSF, a participação da sociedade civil e a possibilidade de parcerias entre os representantes das diversas instâncias. Fica também estabelecida uma base conceptual que possibilitará a discussão em torno da implementação da CRZEE da BHSF e das instituições que a podem compor.

6.2. Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar as diretrizes propostas

6.2.1. Identificação de políticas, planos, programas e projetos; órgãos responsáveis e fontes de recursos

No Produto Ro8 (Relatório de plano de ação) identificam-se as políticas públicas, planos, programas e projetos de âmbito federal e estadual que poderão contribuir para viabilizar as diretrizes propostas, os respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos. Esses instrumentos de política, respectivos órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis são também relacionados com as diretrizes gerais e específicas que permitirão viabilizar, em dois quadros que se reproduzem em anexo (Anexo III).

As diretrizes gerais foram organizadas de acordo com as dimensões físico-territoriais, socioeconômicas e político-institucionais, bem como segundo os seguintes aspectos:

- Diretrizes físico-territoriais
 - Cultura e patrimônio;
 - Biodiversidade e florestas;
 - Recursos hídricos;
 - Abastecimento de água, saneamento e resíduos;
 - Desertificação;
 - Agricultura e pecuária;
 - Pesca e aquicultura;
- Diretrizes sociais e econômicas
 - Comunidades tradicionais;
 - Desenvolvimento econômico, agricultura, pecuária e floresta;
 - Transportes;
 - Pesca e aquicultura;
 - Energia;
 - Educação;
- Diretrizes político-institucionais
 - Políticas, planos, programas e projetos;
 - Investimentos;
 - Outorga e instrumentos de gestão da água;
 - Governança e educação;
 - Monitoramento, fiscalização e controle.

6.2.2. Ações complementares

As políticas, planos, programas e projetos existentes, identificados anteriormente, permitirão, de um modo geral, viabilizar as diretrizes gerais e específicas propostas.

Nos casos em que foram identificadas lacunas ao nível dos instrumentos de política disponíveis, foram propostas diretrizes político-institucionais a elas dirigidas.

Para a formulação de políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais, em particular, seria importante a aprovação de uma **Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA)**, objeto de projetos de lei em 2013 e 2015.

Também “o avanço na formulação e estruturação da PNOT (**Política Nacional de Ordenamento Territorial**) e da PNDR (**Política Nacional de Desenvolvimento Regional**) pode cobrir algumas das lacunas identificadas, principalmente na fase de implementação do ZEE, orientando de forma mais clara como o ZEE deve ser utilizado, bem como quais outros instrumentos podem ter sinergia com o zoneamento com vistas a apoiar sua implementação”; “na ausência de uma (...) (PNOT), o ZEE (...) tem se apresentado como o principal instrumento capaz de sistematizar e planejar indicações que focam a ocupação e o uso do território de forma integrada, (...) exercendo um papel relevante na consolidação da (...) (PNDR), promovendo a articulação entre as diversas políticas setoriais” (MMA, 2016).

Ainda no contexto dos planos de desenvolvimento territorial, entre outros instrumentos correlatos que dizem respeito a bacia do rio São Francisco, merece referência o **Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco – PLANVASF** (CODEVASF/SUDENE/OEA, 1989), cuja revisão/atualização seria de equacionar.

Para além de lacunas, poderão ocorrer potenciais conflitos na implementação de instrumentos de políticas públicas, considerando as três esferas da federação e iniciativas de instituições não-governamentais.

Em ambos os casos, considera-se que o **arranjo institucional de gestão** proposto, complementado pelas ações de articulação institucional sugeridas ao nível das diretrizes gerais, na proposta de gestão para a BHSF, permitirão acompanhar e efetivar a implementação do programa de gestão para a BHSF e do respectivo plano de ação, bem como dirimir possíveis conflitos na implementação de instrumentos de política.

6.3. Estratégias e mecanismos de integração do ZEE com outros instrumentos

Os instrumentos abordados nos subcapítulos seguintes podem colaborar efetivamente no fluxo de informações da gestão do MacroZEE, de forma a garantir que as diretrizes propostas sejam seguidas. Estes instrumentos, principalmente os atos autorizativos relacionados à ocupação e ao uso do solo e de seus recursos naturais, de cunho permanente e com rotinas estabelecidas nos órgãos federais e estaduais, serão incorporados no processo de implantação do MacroZEE como aliados e se somarão de forma ativa ao modelo de gestão, na instância de ‘execução e implementação’ (cf. Capítulo 2).

De facto, as diretrizes gerais e específicas que constituem a proposta de gestão do MacroZEE da BHSF devem ser consideradas pelas instâncias responsáveis, no escopo dos processos de outorga, licenciamento e Cadastramento Ambiental Rural, de forma a garantir a implementação da proposta de gestão.

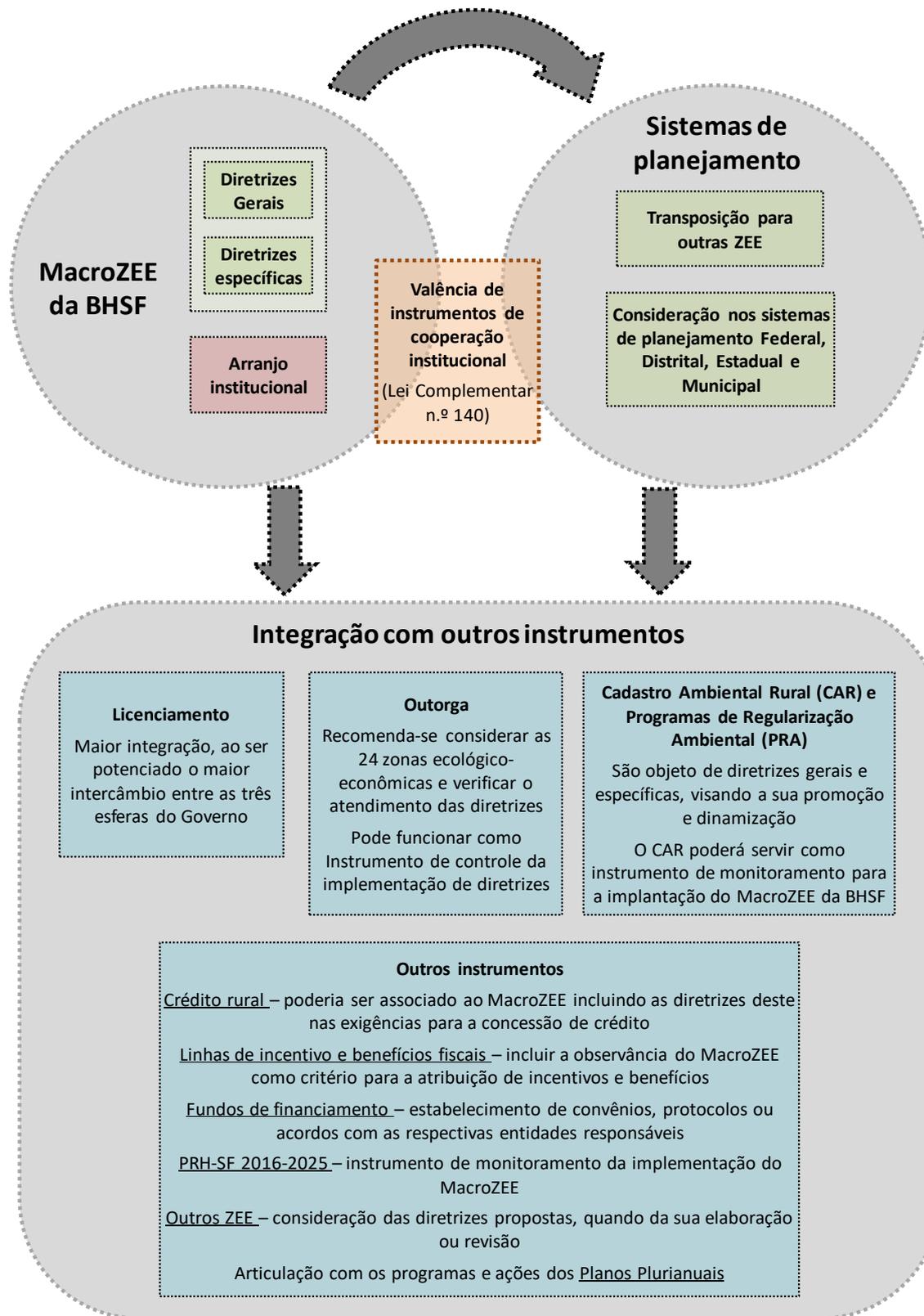


Figura 33 – Integração do MacroZEE da BSF com outros instrumentos

6.3.1. Licenciamento ambiental

A relação entre o licenciamento ambiental e o ordenamento do território é estabelecida, notadamente, pelo Art. 10.º da Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, que determina que “No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo (...)”.

Considerando-se que o ZEE é um instrumento da política ambiental e o plano de bacia hidrográfica é um instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, que “constituem a base para o ordenamento territorial a nível Estadual”, “se houvesse uma maior integração do licenciamento com estes instrumentos, este processo seria seguramente mais expedito, na medida em que se tornaria mais fácil a identificação dos condicionantes ambientais para a localização dos empreendimentos” (Moraes, 2010).

Esta integração só se dará com um maior intercâmbio entre as três esferas de governo, para que seus instrumentos específicos não se sobreponham uns aos outros, mas sim se compatibilizem e se complementem. As diretrizes e o arranjo institucional proposto pretendem contribuir para esse intercâmbio, notadamente através de “parcerias entre as três esferas de governo” e do “fortalecimento da gestão ambiental municipal” (entre outras diretrizes gerais propostas), bem como da participação de representantes das três esferas de governo ao nível da gestão e coordenação do MacroZEE da Bacia do São Francisco, na respectiva Comissão Regional (CRZEE da BHSF – cf. Capítulo 2).

6.3.2. Outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei n.º 9.433, de 1997), constituindo uma “autorização do uso de recursos hídricos para intervenções que promovam a alteração na quantidade, na qualidade, ou no regime dos mesmos” [ANA, 2014 apud (CBHSF, 2016)].

É um ato administrativo no qual o poder público outorgante (União, Estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso de recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato [ANA, 2016b apud (CBHSF, 2016)]. A Constituição Federal define a **dominialidade** das águas brasileiras entre os Estados e a União: são de domínio estadual, por exemplo, as águas subterrâneas e os rios que nascem e desaguam no próprio estado (ANA, 2017b); as restantes águas superficiais são de domínio federal.

Apesar de todos os estados terem legislação própria para emissão de outorgas, nem todos aplicam em plenitude este instrumento. É um processo que apresenta estágios diferentes de implementação nos diferentes estados da bacia [ANA, 2011a apud (CBHSF, 2016)].

Assim, a “revisão dos procedimentos e critérios de análise dos pedidos de outorga”, bem como a “melhoria da eficiência do procedimento de outorga, por exemplo, através de um processo de cadastramento conjunto, visando a criação de um cadastro unificado, incluindo outorgas federais e estaduais, outorgas de águas subterrâneas e de lançamento de efluentes”, são diretrizes do plano de recursos hídricos 2016-2025 para a outorga na bacia (CBHSF, 2016).

Neste contexto, seria de aproveitar o processo de revisão do procedimento de outorga na BHSF no sentido de considerar também as peculiaridades de cada zona ecológico-econômica, verificando o atendimento de diretrizes gerais e específicas. Com efeito, a outorga configura-se como um instrumento capaz de contribuir de forma relevante para balizar o desenvolvimento sustentável da bacia, na medida em que integre critérios de eficiência do uso dos recursos hídricos e de sustentabilidade ambiental, adequados às características de clima e solo de cada região, razão pela qual algumas das diretrizes para o instrumento de outorga definidas pelo plano de bacia foram reforçadas por diretrizes gerais do programa de gestão proposto para a BHSF.

Por outro lado, o próprio cadastro de outorga pode funcionar como instrumento de controle da implementação dessas e de outras diretrizes do MacroZEE da BHSF.

6.3.3. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programas de Regularização Ambiental (PRA)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), é um “registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento” (Art.º 29.º da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012).

A Lei de proteção da vegetação nativa, também designada por “Novo Código Florestal” (Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio), torna a inscrição no CAR obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tendo o prazo para a requerer sido recentemente prorrogado até 31 de dezembro de 2018 (Decreto n.º 9.395, de 30 de maio de 2018).

A inscrição no CAR é realizada por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), sob a responsabilidade do Ministério de Meio Ambiente e do IBAMA, funcionando como um banco de dados estratégicos sobre os imóveis rurais, que abrange informações relativas a “localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal” (Art.º 29.º da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012).

O atual Código Florestal determina ainda a implantação de **Programas de Regularização Ambiental (PRA)** (Art.º 59.º da Lei n.º 12.651). Os PRA foram regulamentados por meio do Decreto n.º 8.235, de 5 de maio de 2014: “Realizada a inscrição no CAR, os proprietários ou os possuidores de imóveis rurais com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito poderão proceder à regularização ambiental mediante adesão aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal” (Art.º 3.º).

Ambos os instrumentos contribuem para o combate ao desmatamento e para a promoção de iniciativas de preservação ambiental, constituindo ferramentas para a recuperação dos principais biomas abrangidos pela bacia: o cerrado e a caatinga.

Neste contexto e por se tratar de um importante banco de dados, o CAR poderá servir como instrumento de controle para a implantação do MacroZEE da BHSF.

6.3.4. Outros instrumentos que contribuem para orientar o processo de ocupação e uso do território

Mesmo no contexto específico do ordenamento do uso e ocupação do território, um conjunto de instrumentos contribuem ou poderão contribuir para orientar o processo (para além dos identificados nos subcapítulos anteriores), sendo de considerar a sua integração com o MacroZEE da BHSF, por exemplo:

- O **crédito rural**; a concessão de crédito rural poderia ser atrelada ao MacroZEE incluindo a observância das suas diretrizes nas exigências para a concessão de crédito, como é feito no Estado do Rio de Janeiro (Governo do Rio de Janeiro, 2016);
- As **linhas de incentivo e os benefícios fiscais** serão importantes fontes de recurso para a viabilização das diretrizes propostas; também neste caso, outra forma de integrar ambos os instrumentos seria incluir a observância do MacroZEE como critério para a atribuição de incentivos e benefícios;
- Os **fundos de financiamento**, a que o programa de gestão para a BHSF propõe recorrer, por exemplo no incentivo a projetos de educação ambiental e/ou patrimonial, podendo ser estabelecidos convênios, protocolos ou acordos com as respectivas entidades responsáveis;
- O próprio **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco** (CBHSF, 2016), que com as suas diretrizes, não só ao nível dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, mas também da articulação interinstitucional, contribuirá para os objetivos do próprio MacroZEE, razão pela qual este reforça um conjunto de diretrizes do plano; e, este, por sua vez, poderá servir como instrumento de controle da implementação do MacroZEE, dado possuir o seu próprio esquema de monitoramento e avaliação;
- Outros **Zoneamentos Ecológico-Econômicos**, principalmente ZEE estaduais ainda não desenvolvidos (mas também os restantes, quando vierem a ser revistos), que deverão considerar as diretrizes propostas, em particular as atividades que se propõe desenvolver e as restrições a impor nas zonas ecológico-econômicas abrangidas pelos respectivos Estados;
- Finalmente, será “fundamental a articulação com os programas e ações dos **Planos Plurianuais**” (MMA, 2006), o que mais uma vez se espera conseguir através do presente plano de ação e da articulação entre as três esferas de governo, no arranjo institucional de gestão proposto.

6.4. Monitoramento e avaliação da implementação do MacroZEE da BHSF

6.4.1. Sistema de monitoramento e avaliação

A implementação do MacroZEE da BHSF deverá ser acompanhada por um sistema de monitoramento e avaliação que contribua para uma gestão articulada, integrada e participada, permitindo quantificar, qualificar e avaliar o seu grau de execução e os seus efeitos na BHSF e nas diferentes zonas ecológico-econômicas definidas, através de um conjunto de indicadores de apoio à avaliação.

Propõe-se que o acompanhamento do sistema de monitoramento e avaliação seja garantido através da criação de um banco de dados e da realização de reuniões anuais, ambos promovidos pela CRZEE da BHSF, que será instituída no âmbito do CBHSF.

O **banco de dados** deverá permitir a articulação entre os principais atores com interferência direta e indireta na BHSF, no escopo do MacroZEE, possibilitando a disponibilização e partilha de informação relevante para o monitoramento e avaliação do plano, notadamente:

- Dados espaciais;
- Dados para o monitoramento regular;
- Resultados do monitoramento regular.

As **reuniões anuais** terão como finalidade:

- Apreciar as evoluções da área MacroZEE da BHSF;
- Obter dados para o monitoramento regular;
- Analisar os resultados do monitoramento regular.

O modelo de monitoramento proposto deverá integrar as seguintes **etapas**:

- Definição de indicadores a monitorar (indicadores de qualidade ambiental e de resultado das diretrizes e ações definidas);
- Recolha da informação necessária ao cálculo dos indicadores de monitoramento;
- Tratamento da informação e cálculo dos indicadores;
- Análise e apresentação dos resultados do monitoramento;
- Avaliação do MacroZEE da BHSF.

O monitoramento é baseado em **indicadores qualitativos e quantitativos**, das seguintes tipologias:

- Indicadores de qualidade ambiental – para avaliar a evolução da qualidade ambiental na BHSF, verificando os efeitos da implementação do MacroZEE;
- Indicadores de resultado – para verificar o grau de concretização das diretrizes de ação estabelecidas, permitindo acompanhar a sua evolução.

A recolha da informação de base para os indicadores deverá ser periódica de modo a permitir o monitoramento anual, assim como ser efetuada através de informação já sistematizada pelas entidades ou por protocolos a serem celebrados com outras entidades.

A informação deverá ser disponibilizada pelas próprias entidades no banco de dados, servindo de base à avaliação, pelo menos de quatro em quatro anos, do grau de execução do MacroZEE da BHSF, bem como, posteriormente, à sua revisão.

6.4.2. Indicadores

Indicadores são informações quantificadas, de cunho científico, mas de fácil compreensão, usadas nos processos de decisão em todos os níveis da sociedade, úteis como ferramentas de avaliação de determinados fenômenos, apresentando suas tendências e progressos que se alteram ao longo do tempo. Permitem a simplificação do número de informações para se lidar com uma dada realidade por representar uma medida que ilustra e comunica um conjunto de fenômenos que levem a redução de investimentos em tempo e recursos financeiros. **Indicadores ambientais** são estatísticas selecionadas que representam ou resumem alguns aspectos do estado do meio ambiente, dos recursos naturais e de atividades humanas relacionadas (MMA, 2018b).

Nos quadros seguintes apresentam-se os **indicadores de qualidade ambiental** da BHSF, os **indicadores de resultado das diretrizes gerais** e os **indicadores de resultado das diretrizes específicas** de ação.

São considerados **estratégicos** para o monitoramento gerencial por parte do Governo Federal: os indicadores que permitem avaliar a evolução da qualidade ambiental na BHSF bem como as modificações determinadas pelo MacroZEE da BHSF; os indicadores que permitem verificar o grau de concretização das diretrizes gerais de ação estabelecidas, permitindo acompanhar a evolução do MacroZEE de uma forma global.

Quadro 31 – Indicadores de qualidade ambiental da BHSF

Indicadores de qualidade ambiental – Agricultura
<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Agrotóxico Comercializado por Classe de Periculosidade Ambiental (Tonelada de ingrediente ativo (I.A.)) • Índice de produção sustentável (%) • Taxa de evolução da renda de produtores rurais (%) • Índice de agregação de valor (%)
Indicadores de qualidade ambiental – Comunidades tradicionais
<ul style="list-style-type: none"> • N.º de povos e comunidades tradicionais atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural
Indicadores de qualidade ambiental – Recursos hídricos
<ul style="list-style-type: none"> • Reservas de Água Doce (%) • Relação entre demanda total e oferta de água superficial (%) • Índice de qualidade da água (IQA) dos rios e bacias hidrográficas em função do lançamento de esgotos domésticos (adimensional) • Balanço hídrico qualitativo dos rios e bacias hidrográficas • Situação da oferta de água para abastecimento humano urbano (adimensional) • Acesso à água – Percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede (%) • População urbana com acesso a sistemas adequados de abastecimento de água (%) • Uso Eficiente da Água (avaliação da oferta/demanda do abastecimento urbano de água)
Indicadores – Conservação da natureza, biodiversidade e florestas
<ul style="list-style-type: none"> • Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (n.º) • Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção (n.º) • Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação para Recuperação e Conservação (%) • Índice de Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação (%) • Número de Ações de Fiscalização Executadas nas Unidades de Conservação (n.º) • Número de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação criados na esfera federal (n.º) • Percentual de Espécies da Fauna/Flora Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação ou outros Instrumentos para Recuperação e Conservação (%) • Percentual do território coberto por Unidades de Conservação (%) • Cobertura vegetal nativa remanescente (ha, %) • Desmatamento anual por bioma (ha) • Área de Floresta Pública com Uso Comunitário (ha) • Área de Florestas Públicas (ha) • Área de Florestas Públicas Federais sob Concessão Florestal (ha)

Indicadores de qualidade ambiental – Mudanças do clima
<ul style="list-style-type: none"> • Emissões de gases de efeitos de Estufa (GEE) por fontes antrópicas (toneladas) • Emissões setoriais de gases de efeitos de Estufa (GEE) (toneladas)
Indicadores de qualidade ambiental – Desertificação/seca
<ul style="list-style-type: none"> • Estado de cobertura terrestre das áreas suscetíveis à desertificação (ASD) (ha e %)
Indicadores de qualidade ambiental – Energia
<ul style="list-style-type: none"> • Participação de energia produzida a partir de fontes renováveis na matriz energética (toneladas equivalentes de petróleo, %)
Indicadores de qualidade ambiental – Saneamento
<ul style="list-style-type: none"> • População urbana com acesso a serviços de coleta de esgotos sanitários (% – população urbana atendida/população urbana total) • População urbana com acesso a serviços de tratamento de esgotos sanitários (% – m³/ano de esgoto tratado / m³/ano de água consumida)
Indicadores de qualidade ambiental – Resíduos sólidos
<ul style="list-style-type: none"> • Coleta per capita de resíduos sólidos domiciliares (RDO) (Kg/hab.dia) • Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana (%)
Indicadores de qualidade ambiental – Transportes
<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de poluentes atmosféricos por fontes móveis (toneladas)
Indicadores de qualidade ambiental – Educação ambiental
<ul style="list-style-type: none"> • Número de participantes alcançados por ações e iniciativas de informação e formação com conteúdo de desenvolvimento sustentável (n.º)

Nota: Indicadores adaptados de (MMA, Indicadores Ambientais, 2018b), (MMA, 2014), (Ministério da Agricultura, s.d.), (Ministério da Cultura, 2018), (IBGE, 2010) e Portal ODS (<http://portalods.com.br/>)

Quadro 32 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes gerais de ação

Indicadores de execução das diretrizes físico-territoriais
<ul style="list-style-type: none"> • Ações empreendidas para preservar e valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico (n.º) • Ações empreendidas para valorizar o patrimônio natural e a biodiversidade (n.º) • Serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente resultantes da compensação ambiental (n.º) • Áreas regularizadas de Reserva Legal nos remanescentes dos biomas Cerrado e Caatinga (n.º) • Planos de manejo produzidos para Unidades de Conservação existentes (n.º) • Planos de manejo produzidos que incluem ações voltadas a preservação dos mananciais (n.º) • Planos de manejo para as cavernas elaborados (n.º) • Ações empreendidas para prevenir e mitigar a introdução de espécies invasoras (n.º) • Estudos desenvolvidos relacionados a águas subterrâneas (n.º) • Novas ações sistemáticas de monitorização da quantidade e qualidade dos recursos hídricos (n.º) • Implementação de sistema de alerta precoce para o monitoramento de áreas susceptíveis a processos de desertificação (sim/não) • Soluções para incremento da disponibilidade hídrica estudadas e implementadas em afluentes do rio São Francisco (n.º) • Projetos implementados tendo em vista melhorar a eficiência de uso da água (n.º) • Ações de recuperação hidroambiental implementadas (n.º) • Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de tratamento de esgotos (n.º) • Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de destinação de resíduos sólidos (n.º) • Cidades e distritos de saneamento básico onde foram implementados sistemas de abastecimento de água potável (n.º) • Ações empreendidas para proteção das águas de nascente (n.º) • Ações de planos de bacia e de revitalização de rios estratégicos implementadas (n.º) • Estudos realizados para definição da vazão ambiental (n.º) • PRAs implementados (n.º) • Propriedades e posses rurais inscritas no CAR (n.º) • Ações de recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio (n.º/ha) • Ações de fiscalização empreendidas (n.º) • Estudos empreendidos sobre a dinâmica das lagoas marginais, reprodução artificial de peixes nativos e peixamento (n.º) • Parque Aquícolas implementados (n.º) • Novas ações sistemáticas de monitorização da atividade de piscicultura em tanques-rede (n.º)

Indicadores de execução das diretrizes sociais e econômicas

- Ações de regularização fundiária empreendidas nos territórios das populações tradicionais (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio às populações tradicionais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Realização de oficinas de participação e envolvimento de comunidades tradicionais (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para promover a educação/capacitação profissional (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações de assistência técnica aos agricultores (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para melhoramento dos processos produtivos da agricultura orgânica, agropecuária e floresta (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações associadas ao setor de transportes, com vista a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Ações destinadas ao fortalecimento da infraestrutura logística de transporte (n.º, investimento efetuado)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações associadas aos recursos pesqueiros e sistemas aquáticos (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para energias alternativas e para estimular a eficiência energética (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes político-institucionais

- CRA regulamentadas (n.º de estados/federal)
- Políticas públicas de pagamento por serviços ambientais sancionadas (n.º de estados, n.º de municípios)
- Programas e respectivas ações implementadas para convivência com a seca (n.º, investimento efetuado)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivar os arranjos produtivos locais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Certificações de produção sustentável para produtos do bioma Cerrado (n.º de certificações atribuídas)
- Políticas sancionadas e regulamentadas (n.º de estados)
- Ações político-institucionais para incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e áreas de recarga de aquíferos (n.º por estado e a nível federal)
- Ações para promover a “Articulação Institucional Prioritária” (n.º)
- Propostas de redução de vazões do rio São Francisco implementadas (n.º)
- Reuniões e oficinas realizadas para acompanhamento dos projetos (n.º)
- Processos de outorga respeitando a priorização definida, bem como a consideração de parâmetros e metas para a melhoria da eficiência no uso da água (n.º por estado e no nível federal)
- Medidas implementadas para reforço do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos, incluindo legislativas (n.º)
- Medidas implementadas para reforço de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais, incluindo legislativas (n.º)
- Políticas sancionadas para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas (n.º de estados e federal)
- Políticas sancionadas para promoção da segurança alimentar e nutricional (n.º de estados e federal)
- Fundos e financiamentos disponíveis utilizados com os incêndios florestais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados relacionados com mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Programas estaduais e municipais de educação ambiental criados e implementados (n.º de estados, n.º de municípios)
- Políticas sancionadas relacionadas com o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural (n.º de estados e federal)
- Políticas e regulamentações sancionadas de turismo ou ecoturismo sustentáveis (n.º de estados e federal)
- Colegiados de ZEE a nível estadual e regional (n.º, ações de reforço)
- Realização de oficinas de participação e envolvimento da sociedade, bem como de programas de educação ambiental (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com as energias alternativas (n.º de estados e federal)

Quadro 33 – Indicadores de resultado: execução das diretrizes específicas de ação

Indicadores de execução das diretrizes específicas – TODAS AS ZONAS
<ul style="list-style-type: none"> • UC e corredores ecológicos criados ou ampliados de acordo com as diretrizes para cada zona (n.º, área) • Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos e programas de educação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) • Infraestruturas de abastecimento público de água (população servida) • Infraestruturas de esgotamento sanitário (população servida) • Infraestruturas e sistemas de coleta de resíduos sólidos domiciliares (população servida, taxa de cobertura) • Ações de monitoramento, de fiscalização e de controle com vista ao cumprimento das diretrizes (n.º)
Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º) • RPPN criadas e ampliadas (n.º, área) • Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído) • Fundos e financiamentos utilizados para apoio à conservação das cavernas e ao turismo espeleológico (n.º, valor disponível, valor atribuído) • Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções agropastoris em áreas já alteradas e a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído) • Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º) • Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído) • Recuperação de passivos ambientais e ações de mitigação da contaminação aplicando a receita da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais referente ao minério de ferro (n.º, valor) • Fundos e financiamentos utilizados para ações que visem a preservação do patrimônio histórico (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 2

- Fundos e financiamentos utilizados para apoio à conservação das cavernas e ao turismo espeleológico (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 3

- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área)
- Elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) de Três Marias
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de agricultura sustentável e culturas tradicionais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Ações de fiscalização destinadas à identificação de áreas ilegais de garimpo (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 4

- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções agropastoris em áreas já alteradas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Ações de fiscalização destinadas à identificação de áreas ilegais de garimpo (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 5

- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- RPPN criadas e ampliadas (n.º, área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área)
- Desenvolvimento de plano de promoção da agricultura sustentável
- Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário
- Desenvolvimento de plano de mitigação da contaminação do solo e da água

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 6

- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área)
- Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)
- Manutenção da Deliberação que restringiu o desmatamento da mata seca da situação (sim/não)
- Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (área)
- Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Mecanismos desenvolvidos para reforçar o controle do cultivo de eucalipto (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 7

- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas e mantidas em APCB (área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Manutenção da Deliberação que restringiu o desmatamento da mata seca da situação (sim/não)
- Mecanismos desenvolvidos para reforçar o controle do cultivo de eucalipto (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º)
- Estratégias de manejo implementadas para a preservação de áreas consideradas em desertificação (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais que promovam recuperação de áreas degradadas e agropecuária de conservação (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 8

- Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carenciadas (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas e pequenas propriedades familiares (n.º)
- Ações de assistência técnica continuada aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta desenvolvidas (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- Elaboração de planos de manejo florestal (n.º)
- Pastagens degradadas recuperadas através de métodos agroecológicos (n.º, área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Realização do inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares (sim/não)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 9

- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês)
- Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I0

- Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês)
- Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Criação do plano de manejo da cultura da soja na região
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Propriedades em que foi aumentada a Reserva legal (n.º, área)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo ao emprego temporário legal (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I1

- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Realização do inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares na região sudoeste do município de Feira da Mata (sim/não)
- Áreas degradadas/desmatadas em APCB recuperadas (área)
- Ações efetivas para o fortalecimento da governança nos comitês de bacias hidrográficas (n.º de ações, n.º de comitês)
- Áreas de controle e proteção dos sistemas aquíferos implementadas (n.º)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I2

- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos ambientais (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- RPPN criadas e ampliadas (n.º, área)
- Realização do inventário de mastofauna na região do município de Riacho de Santana (sim/não)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I3

- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP recuperadas (área)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Áreas de controle e proteção do sistema aquífero implementadas (n.º)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Fundos e financiamentos utilizados em programas de assistência técnica e extensão rural (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para pequenas propriedades familiares (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I4

- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carenciadas (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I5

- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Planos de recuperação ambiental associados à reintrodução da Ararinha-azul elaborados (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carenciadas (n.º de municípios)
- Fundos e financiamentos utilizados em programas de assistência técnica e extensão rural (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 16

- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Certificações atribuídas a comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (n.º de certificações atribuídas)
- Elaboração/revisão de planos de manejo com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Realização do inventário de biodiversidade (sim/não)
- Criação do plano de desenvolvimento de culturas adaptadas às condições dos solos e clima regional
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 17

- Elaboração de planos de manejo ou revisão dos existentes com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Implementação de Programa de Regularização Ambiental
- Criação do plano de manejo florestal sustentável da Caatinga (sim/não)
- Fundos e financiamentos utilizados para ações de mitigação da contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA I8

- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas e comunidades remanescentes de quilombos em Cabrobó e Salgueiro (n.º)
- Certificações atribuídas a comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (n.º de certificações atribuídas)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APP ou UC recuperadas (área)
- Elaboração/revisão de planos de manejo com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- RPPN preservadas (n.º, área)
- Selos de sustentabilidade e certificação internacional criados (n.º)
- Ações de manejo sustentável da caatinga implementadas (n.º, investimento, área)
- Fundos/ financiamentos utilizados para o controle da salinização do solo (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Ações para desenvolvimento do processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 19

- Planos de recuperação ambiental associados à reintrodução da Ararinha-azul elaborados (n.º)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Certificações atribuídas a comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (n.º de certificações atribuídas)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Ações desenvolvidas para ordenamento da extração e uso do angico (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação sustentáveis (n.º)
- Selos de sustentabilidade e certificação internacional criados (n.º)
- Fundos/ financiamentos utilizados para o controle da salinização dos solos (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Ações para desenvolvimento do processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas, bem como a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 20

- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carentes (n.º de municípios)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas em Carnaubeira da Penha, Floresta e Mirandiba (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Ações de manejo sustentável da caatinga implementadas (n.º, investimento, área)
- Elaboração/revisão de planos de manejo com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Planos de recuperação ambiental associados à reintrodução da Ararinha-azul elaborados (n.º)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 21

- Medidas criadas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear (n.º, área)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de compensação ambiental e de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas consideradas desertificação (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de irrigação alimentada por sistemas locais de energia (n.º)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas em Glória, Paulo Afonso e Rodelas (n.º)
- Certificações atribuídas a comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (n.º de certificações atribuídas)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Investimentos efetuados na fruticultura irrigada em pequenas e médias propriedades (n.º, valor)
- Ações para desenvolvimento do processamento de produtos agrícolas (n.º, investimento)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio ao atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Políticas sancionadas relacionadas com capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (n.º de estados ou municípios)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis e alternativas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 22

- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de irrigação alimentada por sistemas locais de energia (n.º)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a boas práticas e ao desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Políticas sancionadas relacionadas com redistribuição de renda, criação de emprego, qualificação e educação continuada para desenvolver as populações mais carenciadas (n.º de municípios)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a comunidade indígena (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas em municípios como Pesqueira, Tacaratu, Águas Belas, Pariconha e Jatobá (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Investimento efetuados em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (n.º, valor)
- Elaboração/revisão de planos de manejo com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- Planos de recuperação ambiental associados à reintrodução da Ararinha-azul elaborados (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a aquicultura sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Políticas sancionadas relacionadas com capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (n.º de estados ou municípios)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 23

- Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área)
- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Oficinas e ações de promoção de irrigação alimentada por sistemas locais de energia (n.º)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (n.º)
- Oficinas e ações de promoção da agricultura familiar junto de comunidades tradicionais (n.º)
- Políticas sancionadas relacionadas com capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (n.º de estados ou municípios)
- Desenvolvimento de plano de promoção da sustentabilidade do negócio pecuário
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)

Indicadores de execução das diretrizes específicas – ZONA 24

- Fundos/financiamentos utilizados para apoio a projetos de requalificação ambiental (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estratégias de manejo implementadas para preservação de áreas em desertificação (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a ações de controle da intrusão das águas oceânicas e a atividades econômicas afetadas (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Oficinas e ações de promoção de técnicas de irrigação e dessalinização alimentadas por sistemas locais de energia (n.º)
- Áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP recuperadas (área)
- Elaboração/revisão de planos de manejo com vista à gestão efetiva e integrada das UC (n.º)
- RPPN preservadas/recuperadas (n.º, área)
- Políticas sancionadas relacionadas com capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (n.º de estados ou municípios)
- Propriedades e posses rurais sujeitas a CAR (n.º)
- Indicação pelo ZEE estadual de aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades (Sim/Não)
- Fundos e financiamentos utilizados para incentivo a produções pecuárias sustentáveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Municípios que pagam por serviços ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a projetos de turismo ecológico sustentável (n.º, valor disponível, valor atribuído)
- Estudos desenvolvidos para avaliação da viabilidade da implantação de ações voltadas à manutenção da navegabilidade no rio São Francisco (n.º)
- Fundos e financiamentos utilizados para apoio a geração de energia a partir de fontes renováveis (n.º, valor disponível, valor atribuído)

6.5. Periodicidade de revisão e atualização do MacroZEE da BHSF

O Decreto Federal n.º 4.297, de 10 de julho de 2002, que estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, define, no seu artigo 19, que a alteração dos produtos do ZEE, bem como mudanças nos limites das zonas e indicação de novas diretrizes gerais e específicas, poderão ser realizadas após decorrido prazo mínimo de dez anos de conclusão do ZEE, ou de sua última modificação.

Apesar de ser definido, no mesmo artigo, que este prazo não é exigível na hipótese de ampliação do rigor da proteção ambiental da zona a ser alterada ou de atualizações decorrentes de aprimoramento técnico-científico, propõe-se que **a revisão do MacroZEE seja efetuada no prazo de 10 anos.**

No entanto, este prazo poderá ser antecipado, caso os resultados do monitoramento do MZEE da BHSF determinem a necessidade de mudanças nos limites das zonas ecológico-econômicas ou de novas diretrizes gerais e específicas.

Propõe-se que a **atualização do MacroZEE da BHSF** seja iniciada **2 anos antes da sua revisão.**

Para além da atualização e revisão do MacroZEE da BHSF, será necessária a atualização anual de informação do MacroZEE que tende ficar desatualizada, principalmente as leis e decretos identificados que estabelecem políticas e planos.

Esta página foi deixada propositadamente em branco

7. Considerações finais

O **zoneamento ecológico-econômico (ZEE)**, instrumento de planejamento territorial da Política Nacional do Meio Ambiente (lei nº 6.938/1981), regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, tem como finalidade viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros e dos serviços por eles prestados.

O **MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, integrado ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e ao Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, é competência do Poder Público Federal, por se tratar de ZEE regional, tendo “por objeto (...) territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal” (art. 6º do decreto n.º 4.297/2002).

O presente produto R10 insere-se na fase de **Prognóstico e dos Subsídios à Implementação do MacroZEE da BHSF**, constituindo o resultado da Atividade 301 – preparação de resumo executivo referente a esta fase do MacroZEE da BHSF.

Nesse sentido, foram apresentadas informações provenientes dos exercícios de **cenarização prospectiva** da bacia [aprovadas com o Produto Ro4], da **proposta de gestão para a BHSF** (zonas e subzonas ecológico-econômicas e suas diretrizes gerais e específicas) [Produto Ro7] e do **plano de ação para a implementação do MacroZEE da BHSF** [Produto Ro8].

Foram em particular expostos os principais aspectos da **metodologia** (capítulo 2), dos **procedimentos utilizados** (capítulo 3) e dos **resultados alcançados** (capítulos 4, 5 e 6) ao longo da execução do trabalho, tanto quanto possível de forma sintética e em linguagem simples e objetiva, contendo elementos gráficos que facilitassem o entendimento da informação.

Esta atividade insere-se na **última etapa – sistematização e divulgação de resultados** – da prestação de serviços, seguindo-se a atividade 302 – apresentação dos resultados do trabalho realizado em seminário com duração de um dia em Brasília/DF.

Esta página foi deixada propositalmente em branco

8. Referências bibliográficas

- ANA. (2015). *Projeto de Adaptação do Planejamento e da Operação dos Recursos Hídricos à Variabilidade e Mudanças Climáticas na Bacia Estendida do São Francisco*. Agência Nacional das Águas.
- ANA. (2017). *Estudos hidrogeológicos e de vulnerabilidade do Sistema Aquífero Urucuia e proposição de modelo de gestão integrada compartilhada*. Brasília: Agência Nacional de Águas.
- ANA. (2017b). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017: relatório pleno*. Brasília: Agência Nacional de Águas.
- Banco Mundial. (1999). *OP/BP 4.01 - Avaliação Ambiental*. Acesso em 05 de fevereiro de 2018, disponível em <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/OP401Portuguese.pdf>
- Banco Mundial. (2005). *OP 4.10 - Povos indígenas*. Acesso em 05 de fevereiro de 2018, disponível em <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/21161055-op-bp-4-10-povos-indigenas.pdf>
- Banco Mundial. (2013a). *OP 4.04 - Habitats Naturais*. Acesso em 05 de fevereiro de 2018, disponível em <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/090224bo822f74ac.pdf>
- Banco Mundial. (2013b). *OP 4.36 - Florestas*. Acesso em 05 de fevereiro de 2018, disponível em <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/090224bo822f8a50.pdf>
- Buarque, S. C. (2003). *Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais*. IPEA.
- CBHSF. (18 de Maio de 2012). *Comitê inicia ações para recuperação hidroambiental na Bacia*. Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/comite-inicia-acoes-para-recuperacao-hidroambiental-na-bacia/>

- CBHSF. (2016). *Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025*.
- CBHSF. (13 de Março de 2018). *São Francisco receberá dinheiro de multa ambiental para recuperação de sua Bacia*. Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/sao-francisco-recebera-dinheiro-de-multa-ambiental-para-recuperacao-de-sua-bacia/>
- CBHSF. (s.d.). *Ações e Projetos de CBHSF - Projetos de recuperação hidroambiental do Comitê do São Francisco*. Fonte: CBHSF | Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/acoes-e-projetos-do-cbhsf/projetos-hidroambientais-cbhsf/>
- CCZEE/GTAL. (2010). *MacroZEE da Amazônia Legal - Estratégias de Transição para a Sustentabilidade*. Aprovado pelo Decreto-Lei nº 7.378, de 1 de Dezembro de 2010, Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional; Grupo de Trabalho para a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal; Consórcio ZEE Brasil.
- Codevasf, Fundação Getúlio Vargas. (2011). *Cenários prospectivos para os vales do São Francisco e do Parnaíba: 2009 a 2028*. Brasília: Codevasf. doi:ISBN 978-85-89503-10-5
- DPCD/SMCQ/MMA, M. P. (2016). *Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado 2016-2020 - Documento base: Contexto e análises. Versão Preliminar aprovada pelo GPTI. Documento final em processo de diagramação*.
- EMBRAPA. (2014). *Relatório final do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão - Produto 4*. Embrapa Monitoramento por Satélite; Embrapa Cocais, Campinas, SP.
- Estado de Goiás. (2009). *Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado de Goiás. MacroZAE – Um novo olhar sobre o território goiano*. Convênio MMA/SICAM nº 44.045/2009, Estado de Goiás, SICAM.
- Governo de Brasília. (2017). *Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal. Caderno Técnico - Zoneamento Final - Parte 3*. Aprovado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002.

Governo do Estado da Bahia. (2014). *Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar do Estado da Bahia. Volume 1 – Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia*. Salvador: SEPLAN, Secretaria de Planejamento; SEMA, Secretaria do Meio Ambiente.

Governo do Estado de Minas Gerais. (2008). *Zoneamento ecológico-econômico do Estado de Minas Gerais: zoneamento e cenários exploratórios*. Lavras: Editora UFLA. Fonte: <http://www.zee.mg.gov.br/>

Governo do Rio Janeiro. (2016). *Elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro. Modelo de Gestão e Monitoramento do ZEE/RJ. Revisão 1. 21/10/2016. Concorrência SEA n.º 06/2013*. <http://200.20.53.16/Produto/SolicitaBaixar/371>.

Heidjen, K. v. (2005). *Scenarios: The Art of Strategic Conversation*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd.

IBGE. (2017a). *Divisão Regional do Brasil*. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm

IBGE. (2017a). *Grade Estatística*. Fonte: <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>

IBGE. (2017b). Fonte: Produção Agrícola Municipal: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>

IBGE. (2017c). Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016>

IBGE. (2017d). Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>

IBGE. (2017e). Fonte: Estimativas de População - EstimaPop: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>

MEDEIROS, Y., PINTO, I. M., STIFELMAN, G. M., FARIA, A. S., PELLI, J. C., RODRIGUES, R. F., . . . SILVA, E. B. (2010). *Participação social no processo de alocação de água, no Baixo Curso do Rio São Francisco. Relatório final. Projeto Ecovazão*.

MMA. (2006). *Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

- MMA. (2011). *Diagnóstico do macrozoneamento ecológico-econômico da Bacia*. Brasília: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/Departamento de Zoneamento Territorial/Ministério do Meio Ambiente.
- MMA. (2016). *O zoneamento ecológico-econômico na Amazônia Legal - Trilhando o caminho do futuro*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Departamento de Zoneamento Territorial. .
- MMA. (2017). *Atualização e Complementação do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da BHSF*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.
- MMA. (2018b). *Indicadores Ambientais*. <http://www.mma.gov.br/informacoes-ambientais/indicadores-ambientais>.
- MMA, FUNBIO. (2014). *Elaboração de cenários para a área de abrangência do bioma Cerrado, contribuindo para as diretrizes e estratégia de gestão ambiental e territorial do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado - Produto 4 - Cenários Prospectivos Consolidados*. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.
- MMA/FUNBIO. (2014). *Elaboração de cenários para a área de abrangência do Bioma Cerrado, contribuindo para as diretrizes e estratégias de gestão ambiental e territorial do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado. Produto 5 - Proposta de Macrozonas e de Diretrizes*. São Paulo: Arcadis Logo.
- Moraes, V. R. (2010). *Licenciamento ambiental e ordenamento do território no Estado do Rio de Janeiro: é possível uma integração?* Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. Fonte: http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/vanessa_riccioppo.pdf
- Órgão Gestor da PNEA. (2014). *Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA - 4.^a Edição: Educação Ambiental Por um Brasil Sustentável -* Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - Departamento de Educação Ambiental. Fonte: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf
- SEEG/OC, S. E. (2016). *MapBiomias - Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil*. Fonte: <http://mapbiomas.org/>
- SNIS. (2018). *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento*. Fonte: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos>

Sudene. (2011). *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Fonte: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste:
http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PRDNE_-_Junho_2011-Final.pdf

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Anexos

- Anexo I – Lista de instituições identificadas, com atuação na BHSF
- Anexo II – Mapas
 - Anexo II.1 – Mapas de espacialização dos cenários prospectivos
 - Anexo II.2 – Mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)
 - Anexo II.3 – Mapas de espacialização de diretrizes específicas
- Anexo III – Políticas, planos, programas e projetos, respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos que contribuirão para viabilizar as diretrizes gerais e específicas propostas

Esta página foi deixada propositadamente em branco

**Anexo I – Lista de instituições identificadas, com atuação na
BHSF**

Esta página foi deixada propositalmente em branco

Quadro 34 – Instituições federais identificadas com atuação na BHSF

Instituição
Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico- Econômico do Território Nacional (CCZEE)
Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA)
Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO)
Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO)
Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLO)
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR)
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Agência Nacional de Águas (ANA)
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)
Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas (AGB Peixe Vivo)
Ministério da Integração Nacional (MIN)
Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)
Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH)
Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF)
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
Ministério de Minas e Energia (MME)
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Operador Nacional do Sistema Elétrico Interligado (ONS)
Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)
Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Ministério das Cidades (MC)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)
Ministério do Turismo (MIT)
Ministério da Saúde (MS)
Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

Instituição
Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRA)
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Empresa Brasileira de Pesquisa Energética (EPE)
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Quadro 35 – Instituições estaduais identificadas com atuação na BHSF

Instituição
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)
Instituto Estadual de Florestas (IEF)
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE)
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU)
Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)
Secretaria do Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG)
Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)
Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos (CERB)
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI)
Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)
Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS)
Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA)
Secretaria do Turismo da Bahia (SETUR/BA)
Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA)
Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)
Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)
Secretaria das Cidades (SECID)
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) – Alagoas
Secretaria da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI) – Sergipe
Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL)
Secretarias do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) – Alagoas e Sergipe
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA)
Consórcio entre a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a Companhia Energética de Brasília (CEB)
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos - SRHE
Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC

Instituição
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco - CRH
Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
Instituto de Tecnologia de Pernambuco - ITEP
Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável de Diamantina
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas - ITERAL
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER/MG
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe - EMDAGRO
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Companhia Energética de Alagoas – CEAL (Eletrobrás Alagoas)
Companhia Energética de Goiás
Companhia Energética de Brasília
Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco
Energias Sergipe Distribuidora de Energia S.A.
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Quadro 36 – Produtores privados representativos dos produtores com atuação na BHSF

Instituição
Anglogold Ashanti Brasil Mineração Ltda.
Arcelor Mittal Brasil S.A.
Gerdau S.A.
Holcim Brasil S.A.
Rima Industrial S.A.
Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
V&M do Brasil S.A.
Votorantim Metais Zinco S.A.
Vale S.A.
Samarco Mineração S.A.
Ferrous Resources do Brasil S.A.
DIJ - Distrito de Irrigação de Jaíba Ltda.
AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia
Comercial Agrícola Ltda.
Associação dos Produtores de Boa Sorte Ltda.
Galvani Indústria, Comércio e Serviços Ltda.
Cotton Placas Ltda.
Mineração 2000 Ltda.
Agropecuária Lambrunie Ltda.
CAJ-BA – Cooperativa Agrícola de Juazeiro Ltda.
Frutivale S.A.
Jofra Agrícola Ltda.
Metaexport S.A.
Timbaúba Agrícola Ltda.
Vale das Uvas Ltda.
Agrobrás S.A.
Sechi Agrícola Ltda.
Pritam Fruit Exportação Ltda.

Quadro 37 – Representantes da sociedade civil com atuação na BHSF

Instituição
Arca AmaSerra
Associação Comunitária de Recuperação da Bacia da Pampulha
Caminhos da Serra, Ambiente, Educação e Cidadania
EKOS - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável
Instituto Miguel Fernandes Torres
Procittá - Instituto de Estudos Pró-Cidadania
Sos Rio das Velhas - Instituto Guaicuy
Sociedade Mineira dos Engenheiros
ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração
Sindiextra - Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
ACOMCHAMA - Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha
Sinfersi - Sindicato das Indústrias de Ferro Ligas e Silício Metálico
Sindifer - Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais
Quilombo do Riacho da Sacutiaba
Associação dos Pequenos Produtores de Água Boa
AMINA - Barreiras
Associação Bioeste
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wanderley
Associação dos Moradores Várzea Comprida
Tapuia Sarapó
Instituto Oparará
Movimento Ecológico São Francisco de Assis
Associação Ambientalista do Alto São Francisco
Associação Comunitária dos Apicultores de Engenho Navarro
Associação Comunitária de Estiva II
Instituto Guaicuy
Associação Comunitária Sobradinho II
Associação de Desenvolvimento Sustentável
Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas - CAATINGA
Instituto Ecoengenho
Instituto Vila Flor
Fundação Mamíferos Aquáticos
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte

Instituição
WWF Brasil
The Nature Conservancy - TNC
Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA
Associação Brasileira de Produtores de Milho - ABRAMILHO
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC
Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Fundação Rural Mineira - RURALMINAS
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB
Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco - FAEPE
Federação da Agricultura do Estado de Sergipe - FAESE
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL
Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas - EMATER/AL
Indústria Brasileira de Árvores - IBA
Associação Brasileira de Silvicultura - SBS
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável - GTPS
União da Indústria da Cana-de-Açúcar - UNICA
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF
Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA
Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG
Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu
Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA
Agro Indústrias do Vale São Francisco S/A - Agrovale
Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte - AFAF
Cooperativa dos Produtores Agropecuários do Projeto Glória Ltda - COOPAG
Associação dos Irrigantes da Boa Vista
Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó - UNIVALE
Distrito de Irrigação do projeto Cotinguiba/Pindoba - DICOP
Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará
Consórcio e Associação dos Municípios do Lago de Três Marias - COMLAGO
Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - AMMESF
Confederação Nacional dos Municípios - CNM
Instituto Pólis

Instituição
Associação das Indústrias Sucrenergéticas do Estado de Minas Gerais
Bambuí Bioenergia
Confederação Nacional da Indústria - CNI
Federação de Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA
Federação de Indústrias do Estado de Sergipe - FIES
Federação das Indústrias do Distrito Federal
Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Sindicato das Indústrias Mineral do Estado de Minas Gerais - SINDIEXTRA
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG
Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB
Bahia Mineração S.A
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
Associação Nacional de Ações Indigenistas (ANAI)
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - MOPIC
Comunidade Quilombola Carrapato Tabatinga
Comunidade Quilombola Mangal Barro Vermelho
Tuxá
Pankará
Xukuru Kariri
Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais - FEPAMG
Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia (FEBESBA)
Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu
Colônia de Pescadores Z-60 de Juazeiro
Colônia de Pescadores Z-39
Colônia de Pescadores Nossa Senhora Aparecida da Serrinha
Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas - FEPEAL
Federação de Pescadores de Sergipe (FEPESE)
Colônia de Pescadores Z-12
Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATMA
Associação da Bacia do São Pedro
Comissão Pastoral da Terra - CPT

Anexo II – Mapas

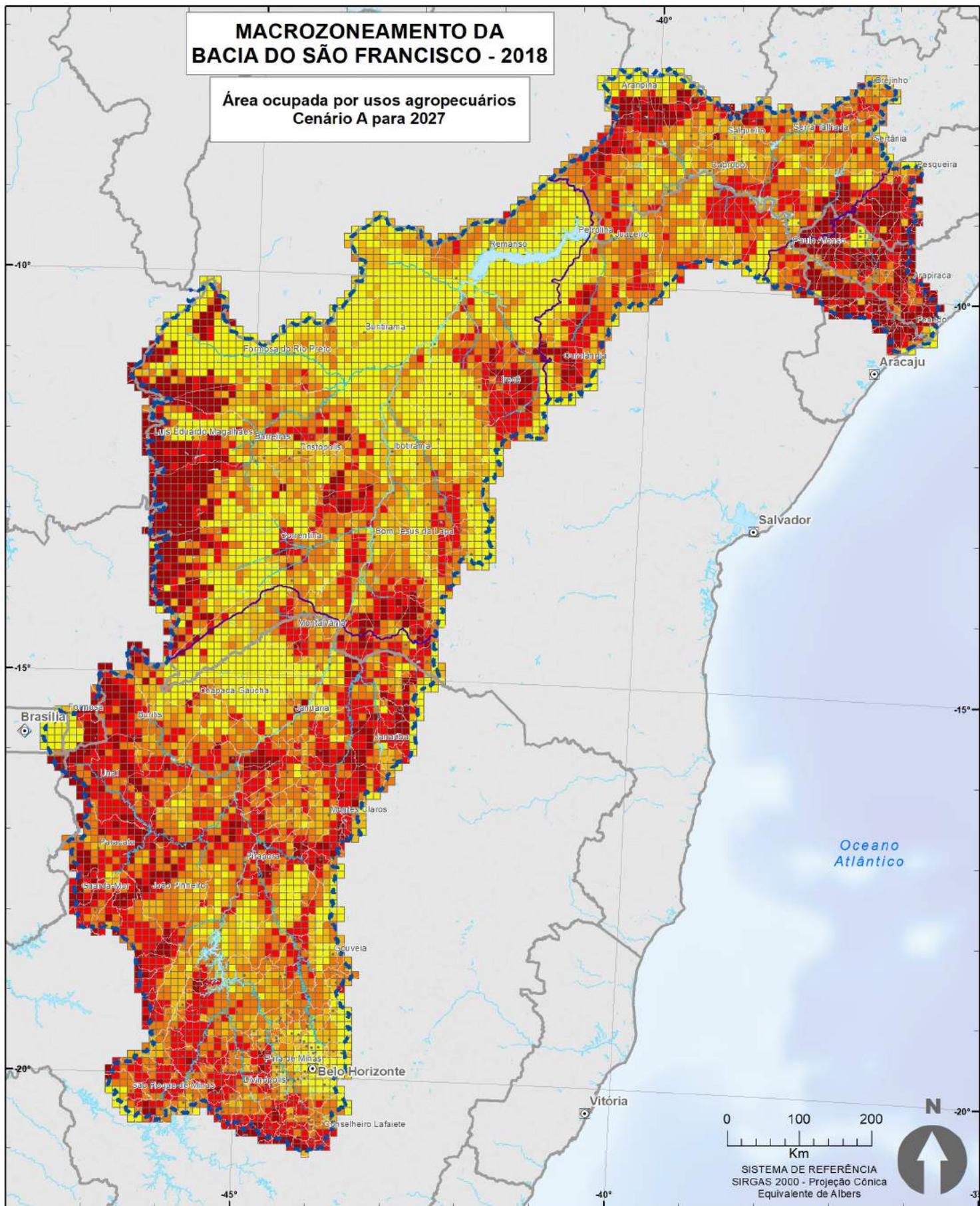
Esta página foi deixada propositalmente em branco

Anexo II.1 – Mapas de espacialização dos cenários prospectivos

Esta página foi deixada propositalmente em branco

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos agropecuários
Cenário A para 2027



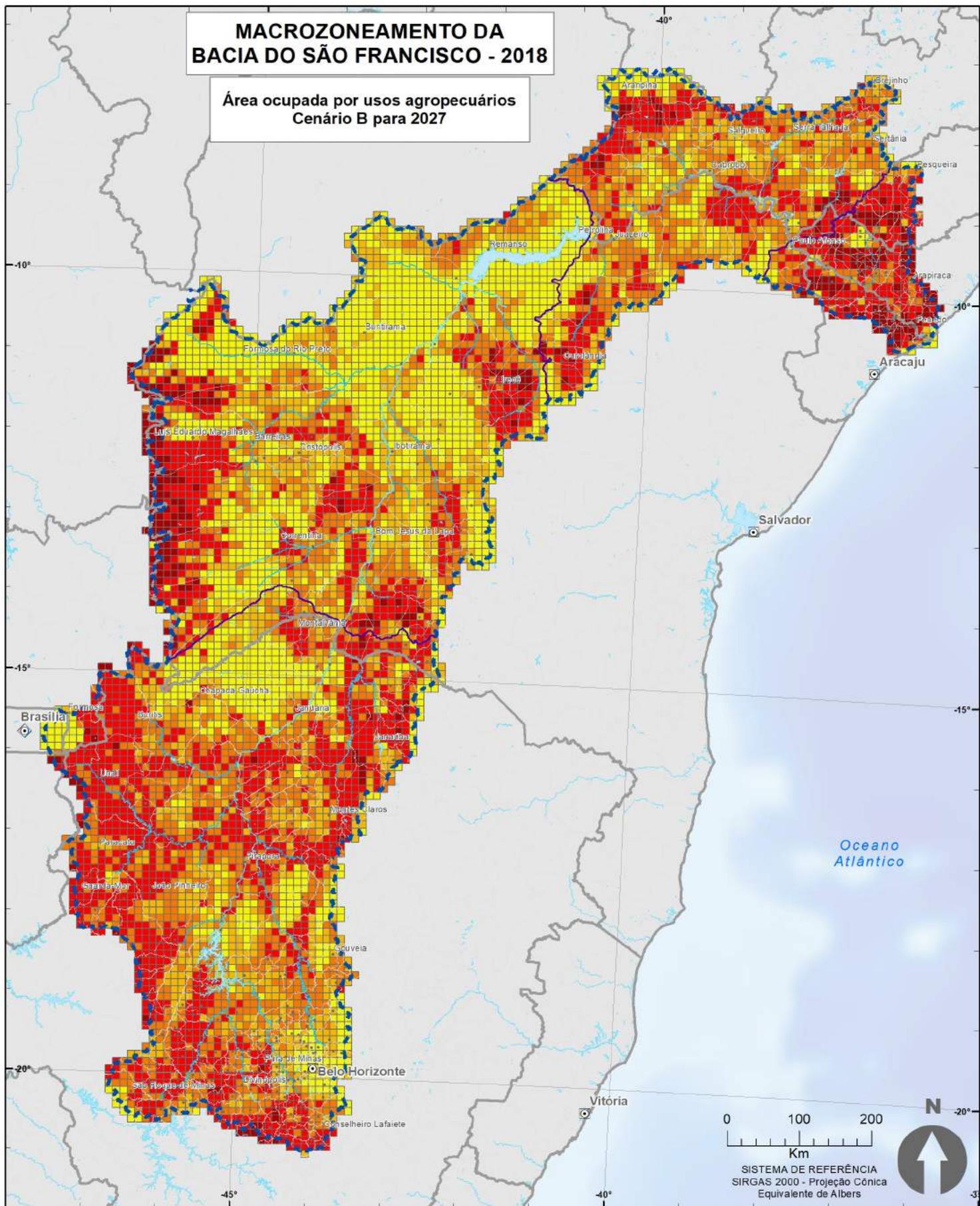
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Área ocupada por usos agropecuários (% do total)**
- 0 - 20%
 - 20.1 - 40%
 - 40.1 - 60%
 - 60.1 - 80%
 - 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos agropecuários
Cenário B para 2027



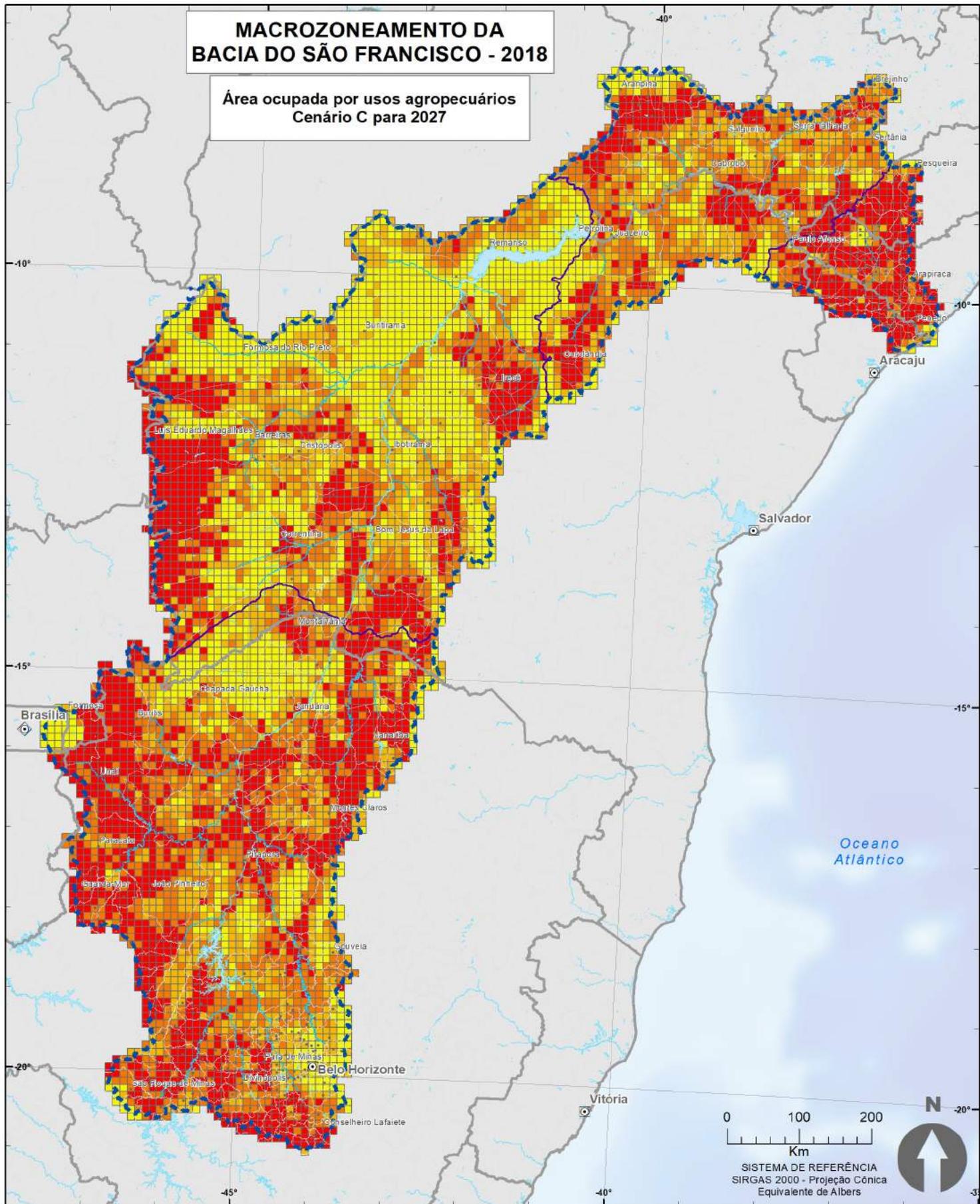
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Área ocupada por usos agropecuários (% do total)**
- 0 - 20%
 - 20.1 - 40%
 - 40.1 - 60%
 - 60.1 - 80%
 - 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos agropecuários
Cenário C para 2027



Convenções cartográficas

- Capital federal
- Capital estadual
- Sede municipal
- Região Hidrográfica
- Limite Região Fisiográfica
- Limite estadual
- Limite municipal
- Curso d'água
- Massa d'água

Localização



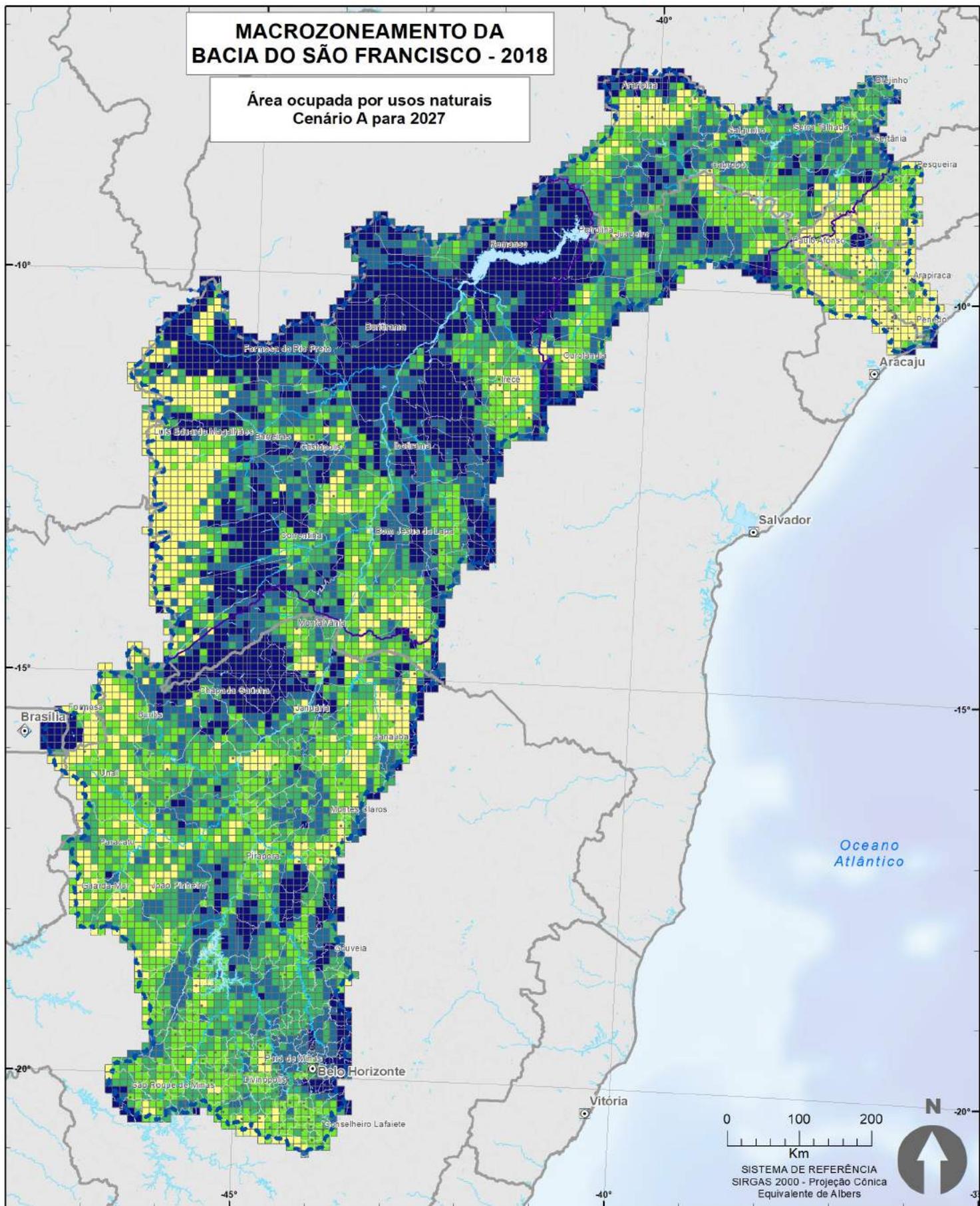
Legenda

Área ocupada por usos agropecuários (% do total)

- 0 - 20%
- 20.1 - 40%
- 40.1 - 60%
- 60.1 - 80%
- 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos naturais
Cenário A para 2027



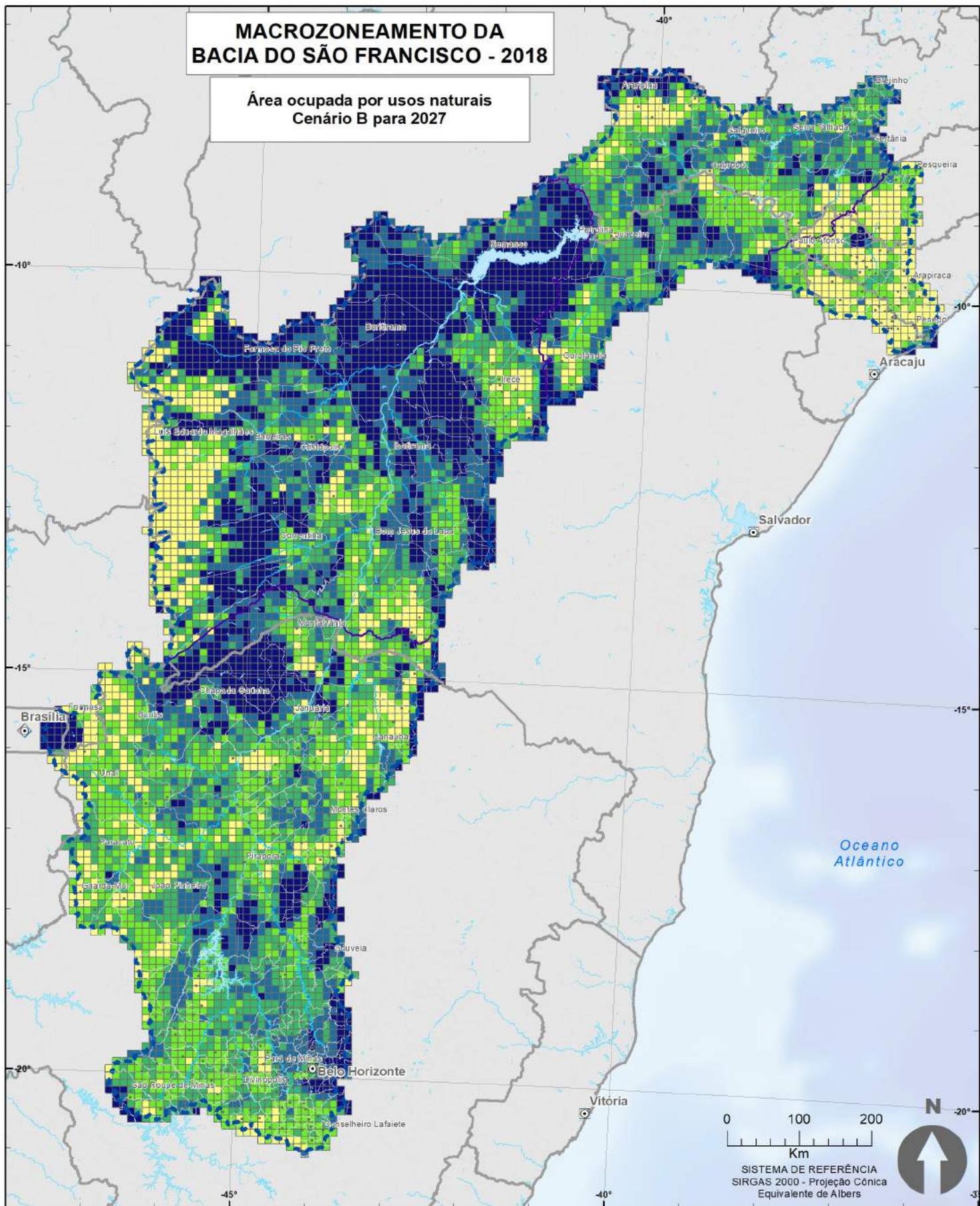
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Área ocupada por usos naturais (% do total)**
- 0 - 20%
 - 20.1 - 40%
 - 40.1 - 60%
 - 60.1 - 80%
 - 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos naturais
Cenário B para 2027



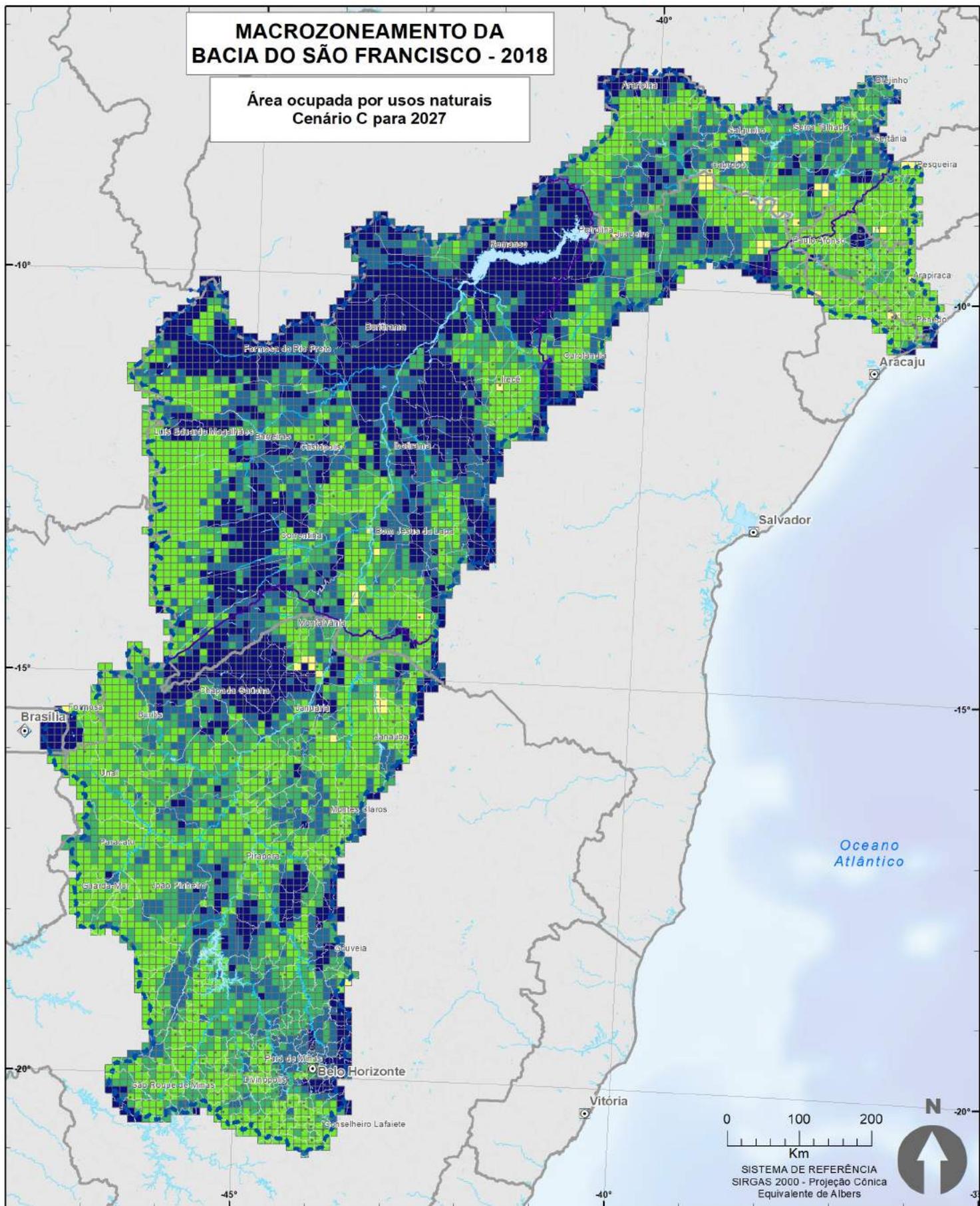
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Área ocupada por usos naturais (% do total)**
- 0 - 20%
 - 20.1 - 40%
 - 40.1 - 60%
 - 60.1 - 80%
 - 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Área ocupada por usos naturais
Cenário C para 2027



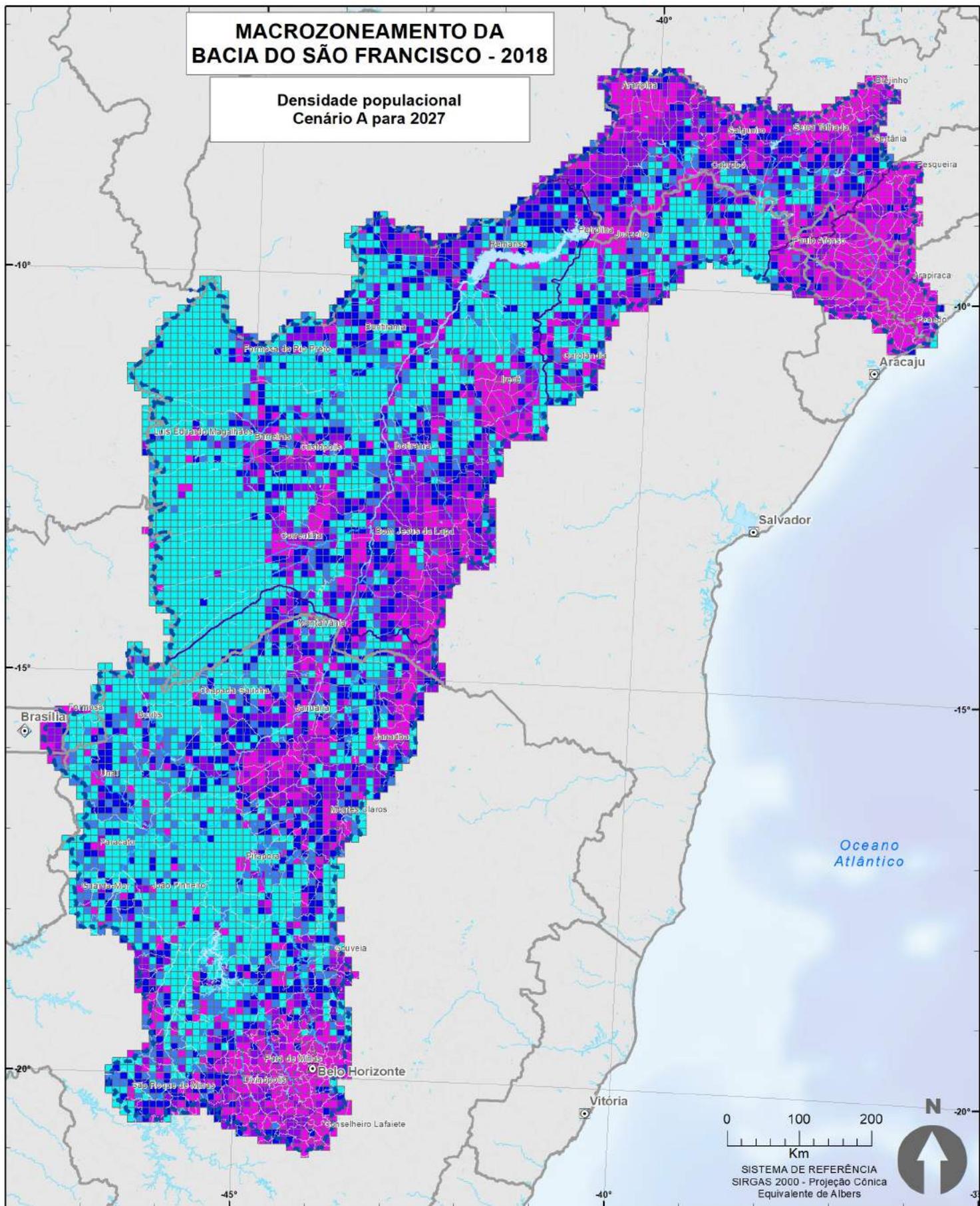
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Área ocupada por usos naturais (% do total)**
- 0 - 20%
 - 20.1 - 40%
 - 40.1 - 60%
 - 60.1 - 80%
 - 80.1 - 100%

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Densidade populacional
Cenário A para 2027



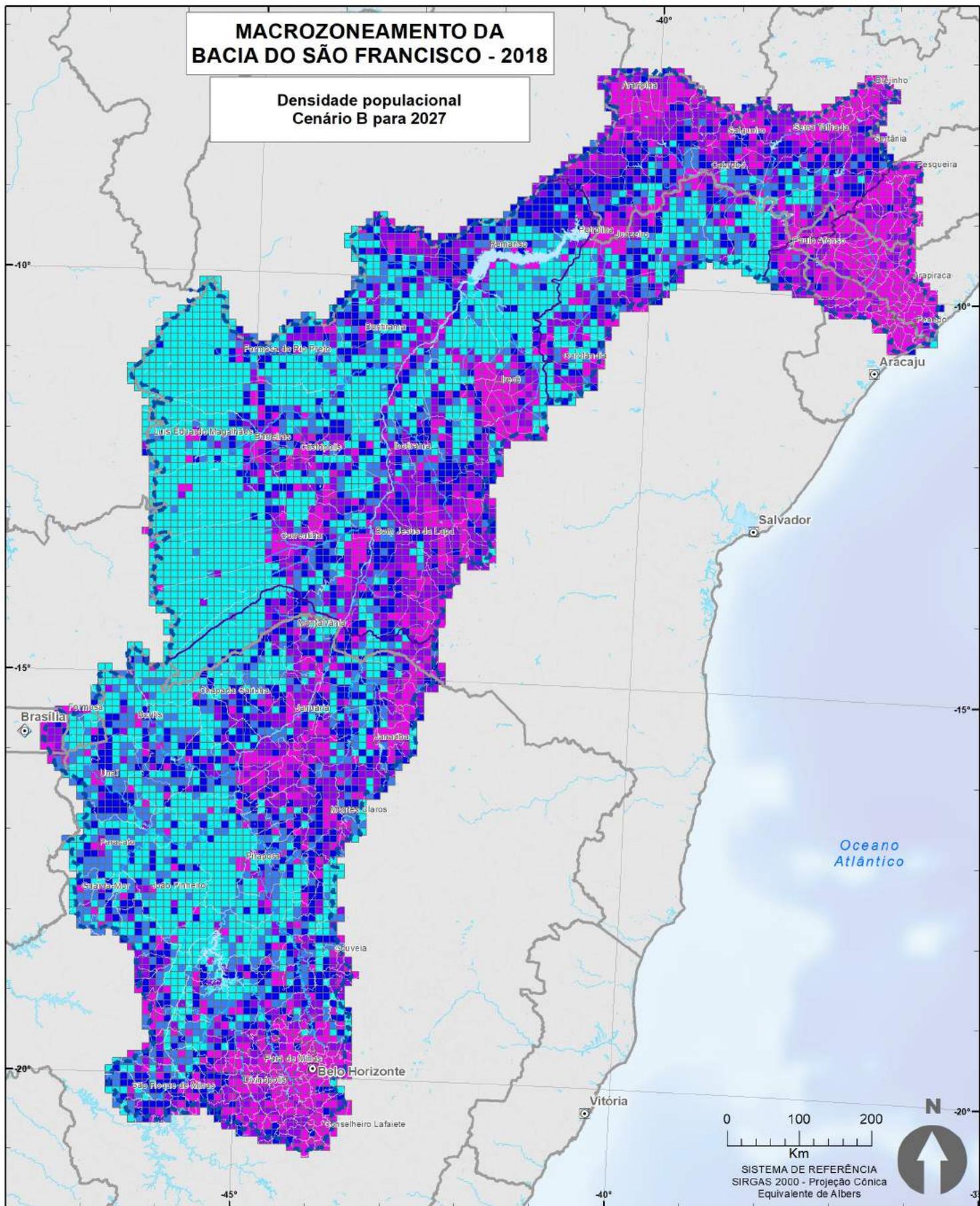
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Densidade Populacional (Pessoas/km²)**
- 0.0 - 1.0
 - 1.1 - 2.0
 - 2.1 - 5.0
 - 5.1 - 15.0
 - > 15.0

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Densidade populacional
Cenário B para 2027



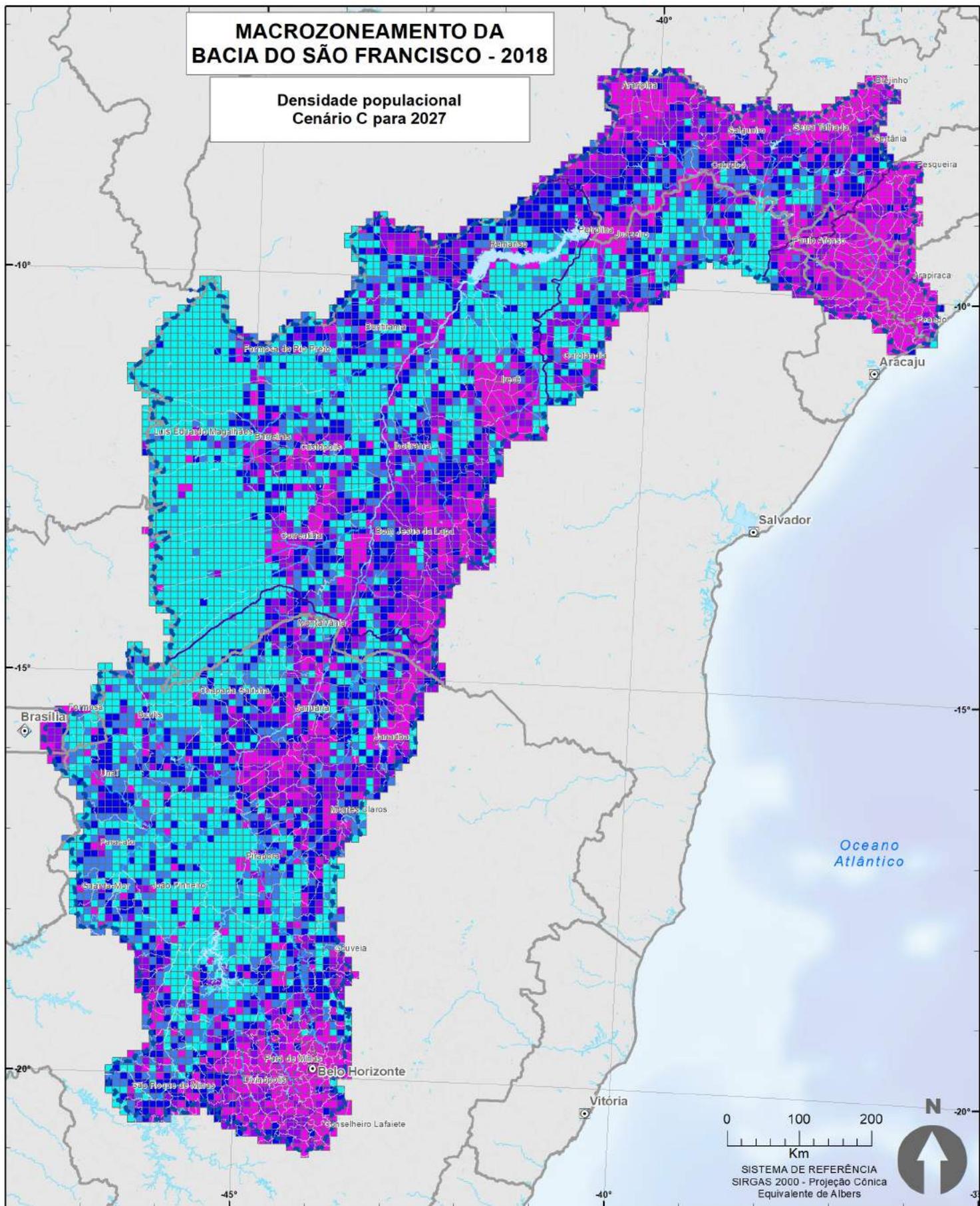
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Densidade Populacional (Pessoas/km²)**
- 0.0 - 1.0
 - 1.1 - 2.0
 - 2.1 - 5.0
 - 5.1 - 15.0
 - > 15.0

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Densidade populacional
Cenário C para 2027



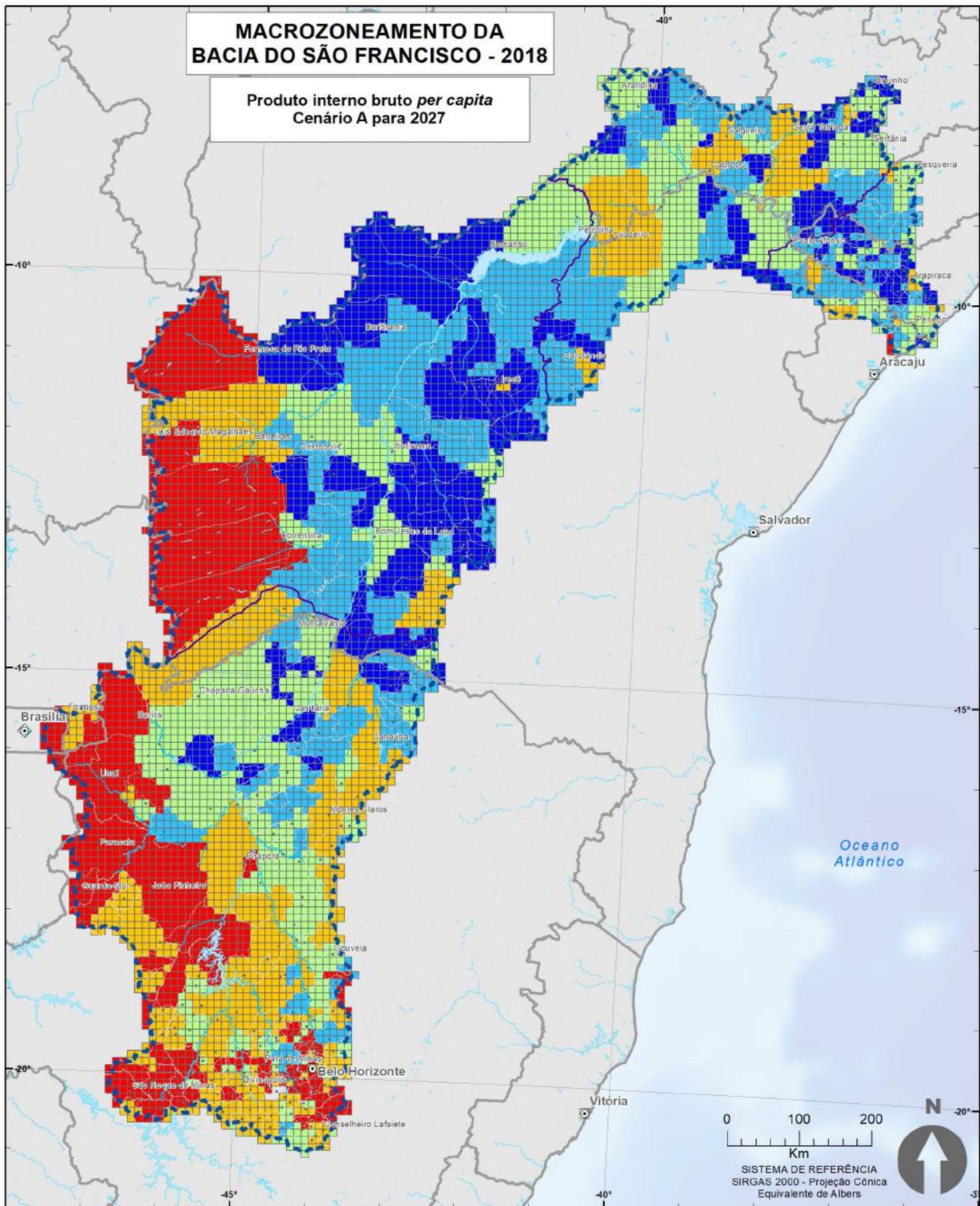
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Densidade Populacional (Pessoas/km²)**
- 0.0 - 1.0
 - 1.1 - 2.0
 - 2.1 - 5.0
 - 5.1 - 15.0
 - > 15.0

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Produto interno bruto per capita
Cenário A para 2027



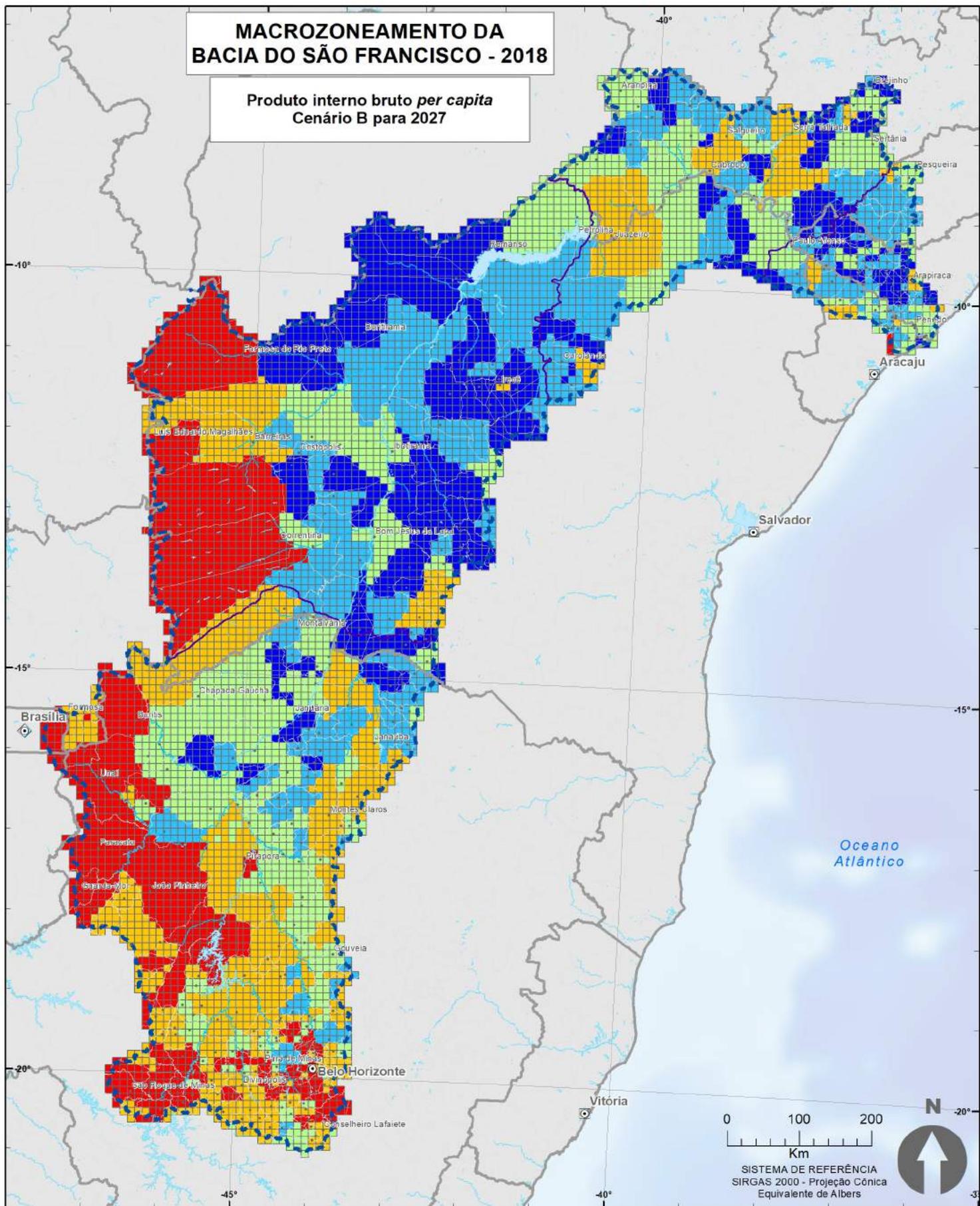
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊠ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- PIB per capita (R\$ a preços constantes de 2010)**
- 0 - 9000
 - 9001 - 12000
 - 12001 - 18000
 - 18001 - 33000
 - > 33000

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Produto interno bruto per capita
Cenário B para 2027



Convenções cartográficas

- Capital federal
- Capital estadual
- Sede municipal
- Região Hidrográfica
- Limite Região Fisiográfica
- Limite estadual
- Limite municipal
- Curso d'água
- Massa d'água

Localização



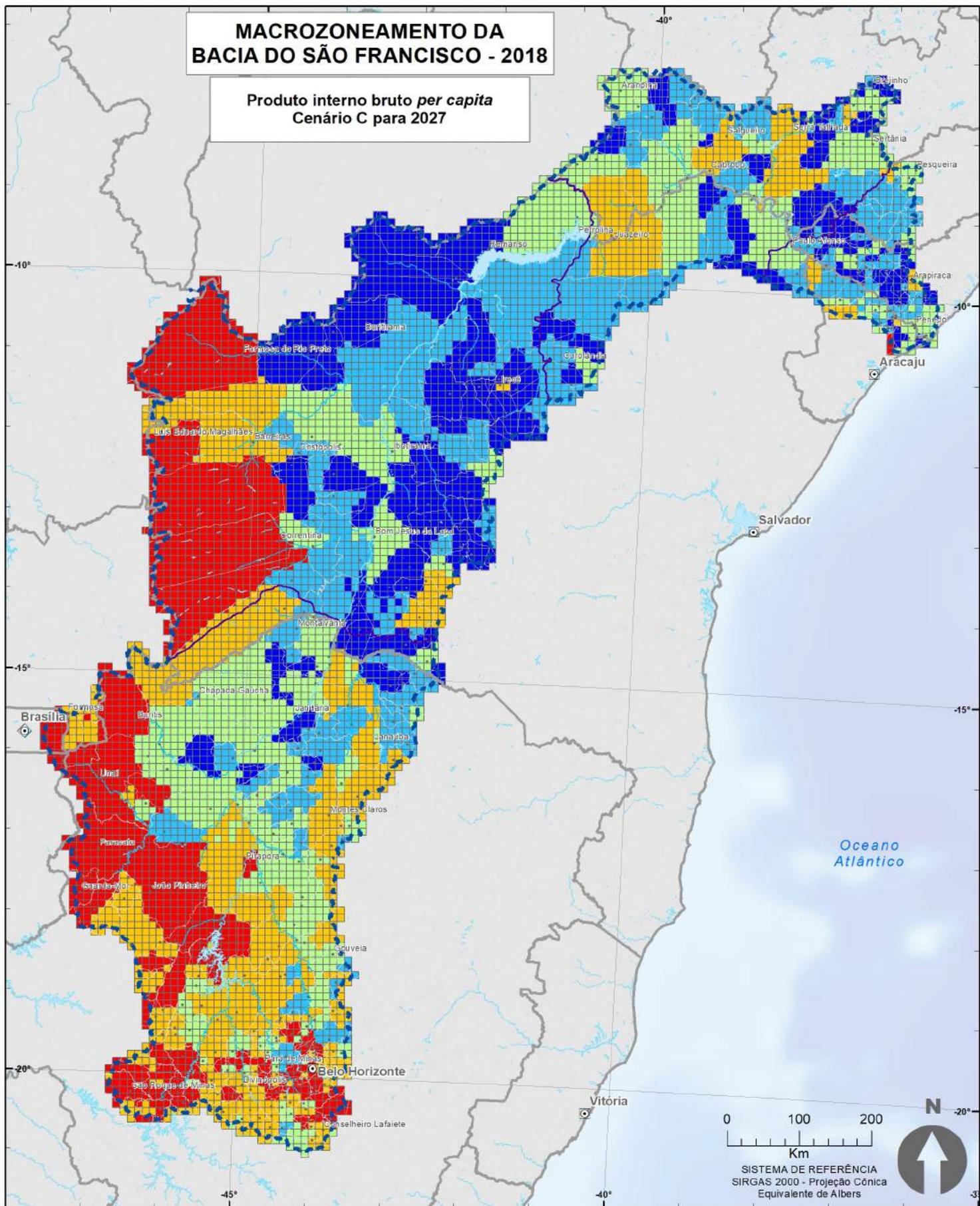
Legenda

PIB per capita (R\$ a preços constantes de 2010)

- 0 - 9000
- 9001 - 12000
- 12001 - 18000
- 18001 - 33000
- > 33000

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Produto interno bruto per capita
Cenário C para 2027



- Convenções cartográficas**
- ◉ Capital federal
 - ◉ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



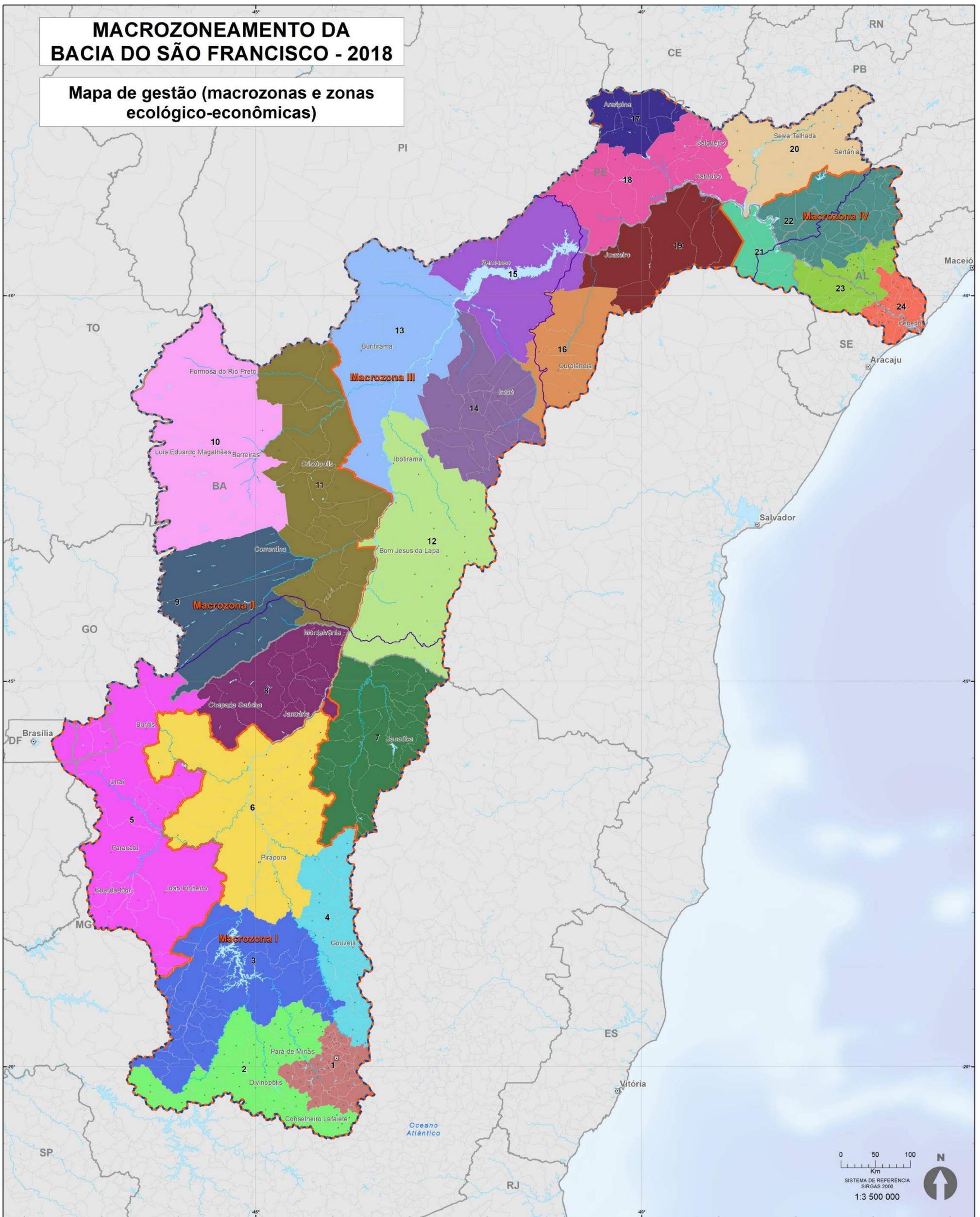
- Legenda**
- PIB per capita (R\$ a preços constantes de 2010)**
- 0 - 9000
 - 9001 - 12000
 - 12001 - 18000
 - 18001 - 33000
 - > 33000

Anexo II.2 – Mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)

Esta página foi deixada propositalmente em branco

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Mapa de gestão (macrozonas e zonas ecológico-econômicas)



Convenções cartográficas

- Capital federal
- Capital estadual
- Sede municipal
- Região Hidrográfica
- Limite Região Fisiográfica
- Limite estadual
- Limite municipal
- Curso d'água
- Massa d'água

Localização



Legenda

Macrozonas



Zonas

- Macrozona I**
- 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 6

- Macrozona II**
- 7
 - 8
 - 9
 - 10
 - 11

- Macrozona III**
- 12
 - 13
 - 14
 - 15

- 16
- 17
- 18
- 19
- 20

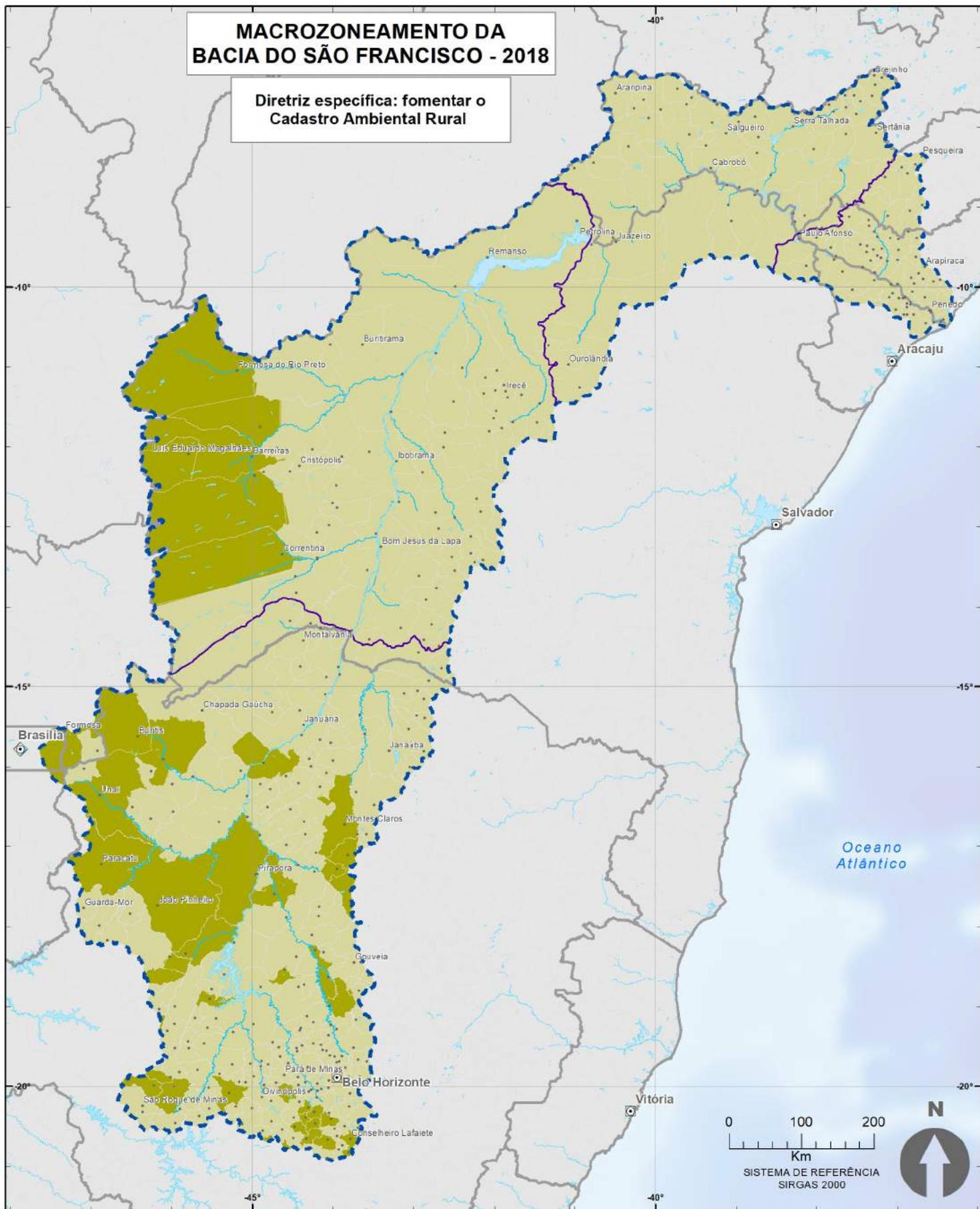
- Macrozona IV**
- 21
 - 22
 - 23
 - 24

Anexo II.3 – Mapas de espacialização de diretrizes específicas

Esta página foi deixada propositadamente em branco

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Diretriz específica: fomentar o Cadastro Ambiental Rural



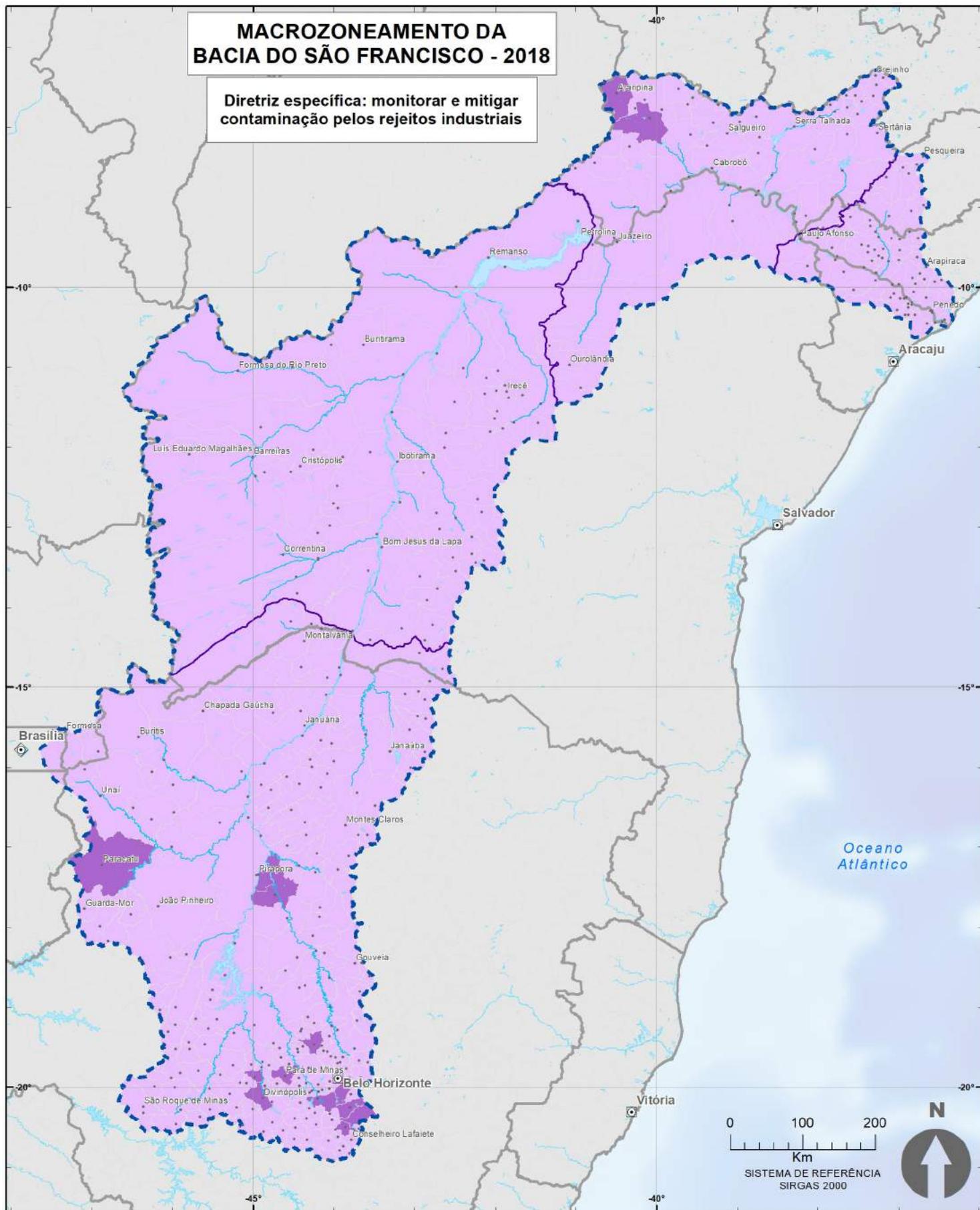
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Fomentar o Cadastro Ambiental Rural**
- Municípios prioritários
 - Restantes municípios

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Diretriz específica: monitorar e mitigar contaminação pelos rejeitos industriais



Convenções cartográficas

- ◊ Capital federal
- ⊠ Capital estadual
- Sede municipal
- Região Hidrográfica
- Limite Região Fisiográfica
- Limite estadual
- Limite municipal
- Curso d'água
- Massa d'água

Localização



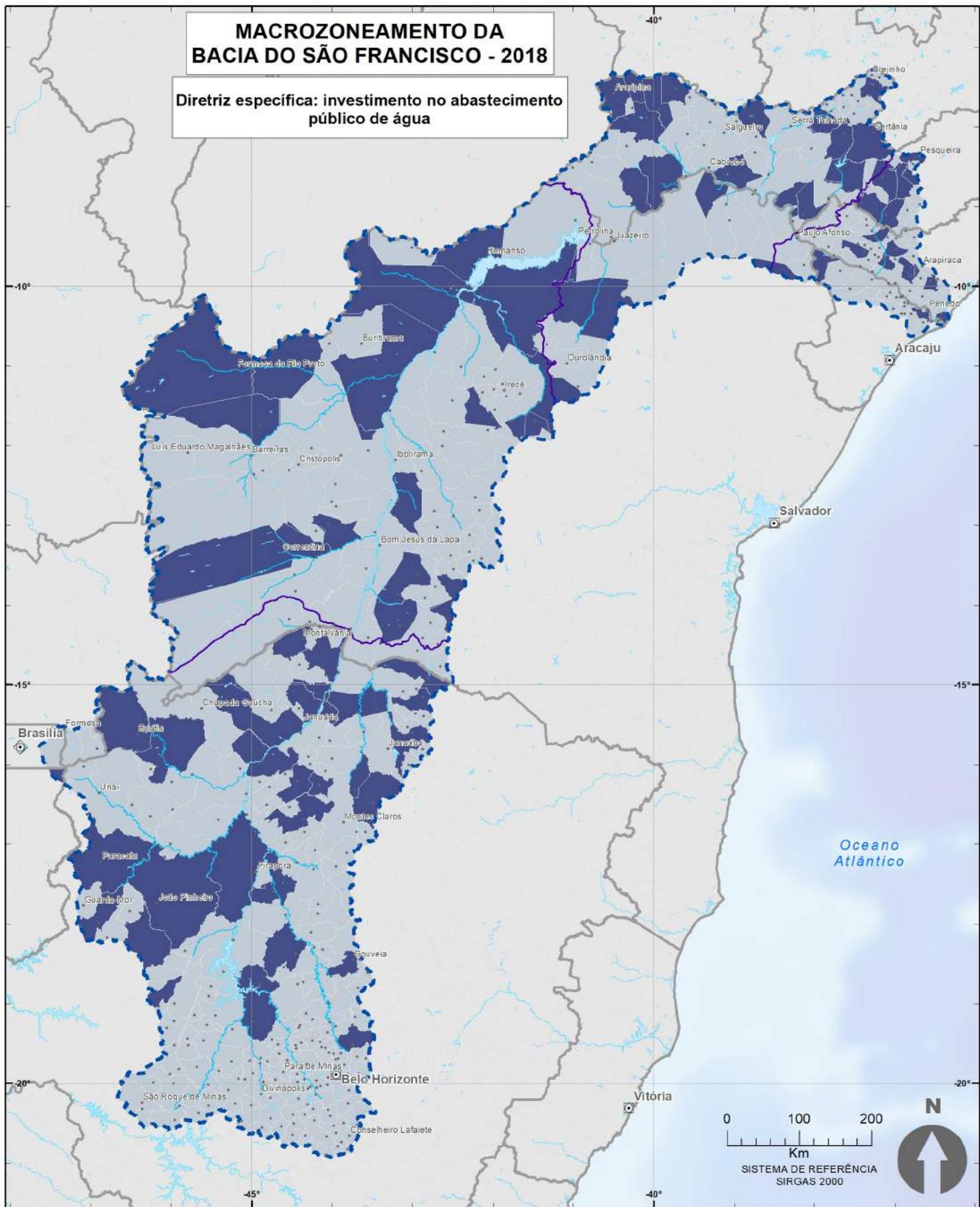
Legenda

Monitorar e mitigar contaminação pelos rejeitos industriais

- Municípios prioritários
- Restantes municípios

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Diretriz específica: investimento no abastecimento público de água



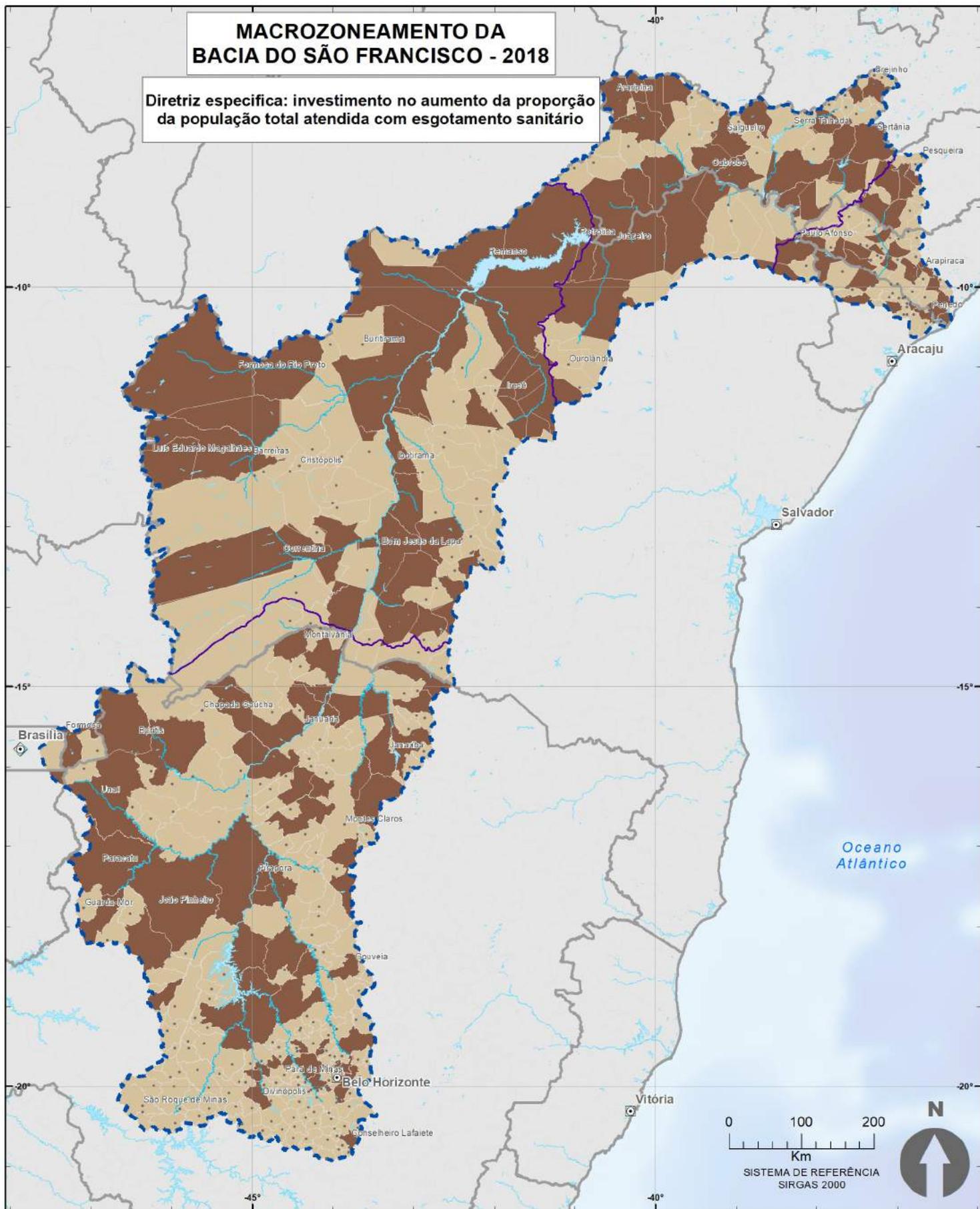
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Investimento no abastecimento público de água**
- Municípios prioritários
 - Restantes municípios

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Diretriz específica: investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário



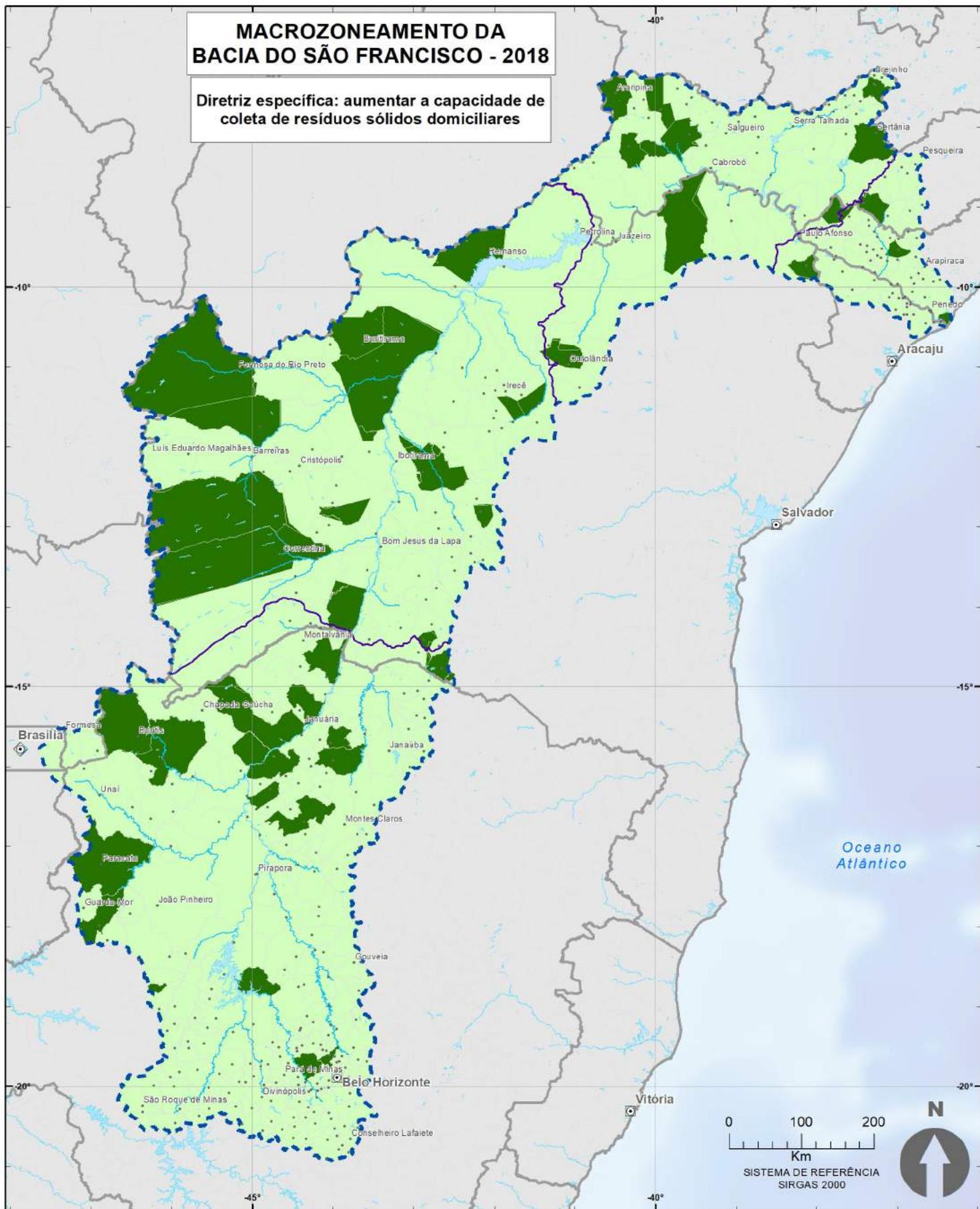
- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Aumento da proporção da população atendida com esgotamento sanitário**
- Municípios prioritários
 - Restantes municípios

MACROZONEAMENTO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO - 2018

Diretriz específica: aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares



- Convenções cartográficas**
- ◊ Capital federal
 - ⊙ Capital estadual
 - Sede municipal
 - Região Hidrográfica
 - Limite Região Fisiográfica
 - Limite estadual
 - Limite municipal
 - Curso d'água
 - Massa d'água



- Legenda**
- Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares**
- Municípios prioritários
 - Restantes municípios

Anexo III – Políticas, planos, programas e projetos, respectivos órgãos responsáveis e fontes de recursos que contribuirão para viabilizar as diretrizes gerais e específicas propostas

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Quadro 38 – Implementação das diretrizes gerais: políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Diretrizes físico-territoriais				
Cultura e patrimônio				
I. Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none">
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) 	<ul style="list-style-type: none">
	(I)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) Incentivo Fiscal Fundo Nacional da Cultura (FNC)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura – Administração Direta Fundação Cultural Palmares Instituto Brasileiro de Museus (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional de Cultura Fundação Biblioteca Nacional – BN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Nacional de Artes Agência Nacional do Cinema
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Conselho Estadual de Política Cultural (Consec) 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pontos de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de educação patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Secretaria de Estado de Educação (SEE) 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Meio Ambiente da Bahia (Lei n.º 10.431/2006, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 12.377 de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 14.024/2012, de 6 de junho de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Cultura e Identidades 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia Fundo de Cultura da Bahia Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Secretaria da Cultura
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Cultura
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0367 – Valorizar as expressões da cultura popular, por meio de ações de fomento, difusão e fruição das manifestações culturais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0929 – Ampliação, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Pernambuco (1ª minuta) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Cultura de Pernambuco (SECULT/PE) Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura PE)
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Cultura, esporte e lazer 	*	<ul style="list-style-type: none"> SECULT DITEAL Fundo de Desenvolvimento de Ações Culturais SELAJ Fundo Especial de Desenvolvimento dos Esportes
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Cultura 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0009 - Cultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Desenvolvimento Cultural e Artístico – FUNCART Secretaria de Estado da Casa Civil Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Cultura

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente (Sergipe) Plano Estadual do Meio Ambiente (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital Cultura Viva 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio à Cultura – FAC Fundo de Política Cultural - FPC Patrocínio privado direto Patrocínio incentivado Orçamento direto
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6219 - Capital Cultural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Apoio à Cultura
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1013 - Programa Apoio, Promoção e Fortalecimento da Cultura Goiana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cultura Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1020 - Programa Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cultura Fundo de Arte e Cultura do estado de Goiás - Fundo Cultural
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura e Desporto 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Cultura e Identidades 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Cultural do Estado da Bahia Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia Fundo de Cultura da Bahia Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Secretaria da Cultura
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Biodiversidade e florestas				
<p>1. Preservar e valorizar o patrimônio natural e o patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico e arqueológico, material e imaterial</p> <p>2. Produzir Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação existentes e adotar nos Planos ações voltadas a preservação dos mananciais</p> <p>3. Fortalecer a gestão das Unidades de Conservação</p> <p>4. Elaborar planos de manejo para as cavernas</p> <p>5. Promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, notadamente a recuperação de áreas degradadas, incluindo as matas ciliares, a conexão de remanescentes florestais em corredores ecológicos e a compensação ambiental, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e/ou de instrumentos econômicos como as políticas de Pagamento por Serviços Ambientais ou o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017)</p>	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(1, 5, 7, 9)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1, 2, 3, 4)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(1, 5, 6, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas
	(1, 2, 3, 4, 8, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(8)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>6. Prevenir e mitigar a introdução de espécies invasoras</p> <p>7. O desmatamento, quando legal, deve priorizar as áreas de menor importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, priorizando a conectividade ecológica e a criticidade dos recursos hídricos</p> <p>8. Priorizar a regularização das áreas de Reserva Legal nos remanescentes dos biomas Cerrado e Caatinga, se necessário por meio de Cotas de Reserva Ambiental (CRA)</p> <p>9. Realizar inventários da biodiversidade (com foco nos maiores remanescentes) e monitorar a avifauna</p> <p>10. Aumentar a fiscalização para o controle da caça e do extrativismo vegetal e para o tráfico de animais silvestres</p>	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(2, 3)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(2, 3)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Serviço Florestal Brasileiro – SFB Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA IBAMA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 143 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> COPAM - Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) 	
	(1, 2, 3, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Planos de manejo das Unidades de Conservação 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	(1, 2, 3, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de manejo florestal sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Plano de Suprimento Sustentável – PSS 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Estadual de Florestas (IEF) Gerência de Produção e Reposição Florestal (GPRF) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado: Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Mata Branca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Corredores Ecológicos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> INEMA 	
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Meio Ambiente (Lei n.º 10.431/2006, de 20 de dezembro, alterada pela Lei n.º 12.377 de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 14.024/2012, de 6 de junho de 2012) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Fomento Florestal Integrado (Lei nº 6.569 de 17 de janeiro de 1994) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Pronaf Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas; Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA)
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recomposição de Matas Ciliares 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias atribuídas pelo Governo do Estado na fonte (Tesouro) Créditos especiais abertos por fonte (recursos externos); Convênios, contratos, contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais Conta específica, conforme previsão em Lei Florestal do Estado
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Plano Estadual do Meio Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(1)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual do Meio ambiente: Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(1, 5, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo Florestal Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade – PEPB 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – Pernambuco: Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA CPRH ICMBio Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA IBAMA Ministério Público Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos por pagamento de Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais, entre outros
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política florestal do Estado de Pernambuco: Planos de Manejo Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado, através da SEMAS, poderá participar de consórcios e celebrar convênios com municípios, Estados e a União, com os demais entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros e internacionais
	(1, 3, 5, 7, 8)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC: Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM SEMARH IMA ICMBio Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) IBAMA Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais Fundo de Compensação Ambiental
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Meio Ambiente (IMA) 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal (REFLORESTAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e EMATER-DF 	
	(1, 5, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da diversidade genética 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 5)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Florestal (FDF)
	(1, 5, 6, 7, 8, 9, 10)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA-DF World Resources Institute (WRI) União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) 	<ul style="list-style-type: none"> UKaid Norwegian Ministry of Climate and Environment

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Recursos hídricos				
11. Desenvolver estudos no sentido de se conhecer as potencialidades de ocorrência de águas subterrâneas na BHSF e as suas condições de exploração	(11, 12, 14, 16, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(11, 12, 13, 14,	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	
12. Melhorar o monitoramento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
13. Estudar alternativas para o incremento da disponibilidade hídrica em afluentes do rio São Francisco – transposições, obras de reserva para regularização de vazão, diminuição das demandas, etc. – que deverão ser comparadas entre si, visando selecionar aquela que apresente o melhor equilíbrio entre os custos de implantação, benefícios hidrológicos e impactos socioambientais (CBHSF, 2016)	(11, 13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(11, 12, 15, 16, 17, 18, 20)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 15, 16, 17, 18, 20)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(13, 14)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(11, 13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
14. Priorizar projetos que demonstrem maior racionalidade na utilização dos recursos hídricos, tendo em vista melhorar a eficiência de uso da água (CBHSF, 2016)		<ul style="list-style-type: none"> Plano Nascente São Francisco: Plano de Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Codevasf 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) MMA/Fundo Nacional de Meio Ambiente Comitês de Bacia Hidrográfica – via recursos de cobrança pelo uso da água Iniciativa privada
15. Proteger e/ou melhorar progressivamente a qualidade das águas superficiais e subterrâneas	(12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22)			
16. Promover o uso sustentável das águas das nascentes no meio rural, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016)	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(13, 18, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
17. Promover o uso adequado do solo em áreas de recarga de nascentes, conforme vem sendo incentivado pela Codevasf (2016)	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>18. Promover o manejo sustentável dos solos, métodos conservacionistas (como o terraceamento e seus complementos, como bacias de contenção das águas) e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo a processos de degradação física (erosão, arenização, desertificação) e química (salinização, contaminação), disciplinem e favoreçam a infiltração de água no solo (como o Sistema Plantio Direto); ações que têm foco a recuperação hidroambiental da bacia, incluindo o controle de processos erosivos, visando o aumento/manutenção da água na bacia, também têm sido incentivadas pela Codevasf, em particular no âmbito do Projeto Novo Chico lançado pelo Governo Federal (Decreto n.º 8.834 de 09 de agosto de 2016)</p> <p>19. Implementar planos de bacia e a revitalização de rios estratégicos, buscando, quando necessário, fontes de recursos complementares aos da cobrança do uso da água</p>	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MIN – Administração Direta DNOCS CODEVASF Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 120 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 122 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água 	*	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 206 – Cultivando água boa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitês de bacia hidrográfica (CBH) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Conservação de Água (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> IGAM 	<ul style="list-style-type: none"> FHIDRO
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Estadual de Recursos Hídricos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Bacias Hidrográficas (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Monitora (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> INEMA FIEB 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>20. Foco na recuperação, pautada na garantia de suprimento hídrico, por exemplo através do incentivo às ações para recuperação hidroambiental da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF desde 2012 – “Ações pontuais, de caráter demonstrativo, (...) que cumprem o objetivo de proteger as nascentes e controlar a erosão, contribuindo, efetivamente, para aumentar a quantidade e a qualidade da água” (CBHSF, 2012); as principais ações incluem o reperfilamento dos terrenos segundo as curvas de nível, “a construção de (...) paliçadas, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais; melhorias ecológicas nas estradas vicinais; recomposição vegetal; cercamento de nascentes, além da mobilização das comunidades em torno de iniciativas de educação ambiental” (CBHSF, s.d.); de início custeadas “com os recursos originários da cobrança pelo uso da água”, em 2018 estas ações contarão também “com o dinheiro arrecadado com multas por crime ambiental” (CBHSF, 2018), no âmbito do Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017 (que institui o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama”); ações de recuperação são urgentes e prioritárias ao longo dos cursos d’água que já apresentam situação crítica entre demanda e disponibilidade hídrica</p>	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta COMPESA
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> APAC
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Pernambuco: Planos Diretores de recursos hídricos Plano Estadual de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH) Comitês de Bacia Hidrográfica – COBH Órgão gestor de recursos hídricos do Estado (APAC e Secretaria de Infraestrutura) Órgãos executores do SIGRH/PE; Organizações civis de recursos hídricos Agências de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> FEHIDRO
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL); Planos Diretores de Bacias Hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/AL)
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Recursos Hídricos
	(11, 20, 21, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica (Buarque, 2003) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Distrito Federal (GDF) Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Recursos Hídricos (Alagoas): Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos do Governo Federal, que podem ser orçamentários ou de programas especiais de apoio aos estados e municípios Orçamento estadual e do municipal Apoio financeiro do Banco Mundial, do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil
	(11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cidades e Meio Ambiente (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>21. Realizar estudos para a definição da vazão ambiental nos trechos da calha principal do rio do Alto, Médio e Submédio São Francisco, à semelhança dos realizados para o Baixo Trecho do Rio São Francisco por Medeiros et al. (2010) (CBHSF, 2016)</p> <p>22. Promover a manutenção das cheias naturais do rio São Francisco, bem como a fiscalização às drenagens das lagoas marginais</p>				

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Abastecimento de água, saneamento e resíduos				
<p>23. Dotar todas as cidades e distritos de saneamento básico: sistema de tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água potável – obras como as que vêm sendo executadas pela Codevasf pelo menos desde 2004 (Codevasf, 2016)</p> <p>24. Desenvolver novas tecnologias nas áreas de saúde e saneamento ambiental voltadas para a convivência com o semiárido (Sudene, 2011)</p>	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) Ministério da Saúde (MS) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Avançar Cidades – Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2068 – Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta CODEVASF Fundação Nacional de Saúde
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 145 – Saneamento é vida 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento Básico (CESB) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (Semad) Fundação João Pinheiro (FJP) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (ARSAE) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB)
(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Municípios e os gerenciadores Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços e demais fontes geradoras previstas em regulamento. 		

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Bahia) (Lei nº 13.572, de 30 de agosto de 2016) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido (composto por Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, por meio da SEAF e demais órgãos vinculados, através da criação da Diretoria de Convivência com o Semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> ProÁgua 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 7420-BR)
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Núcleo Estadual de Bahia (Secretaria do Meio Ambiente) 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR SEMA 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO COMPESA Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS) Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) 	<ul style="list-style-type: none"> CONSEMA SECTMA CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas unidades de tratamento e destinação final Taxas advindas de serviços prestados a terceiros pelas unidades de tratamento e destinação final dos resíduos Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de meio ambiente Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria prima reciclada no seu processo produtivo
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Saúde e Saneamento 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA CASAL FES LIFAL
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> CASAL SEINFRA ARSAL 	<ul style="list-style-type: none"> As atividades regulatórias das ações de saneamento básico serão financiadas pela transferência obrigatória, do prestador do serviço à Agência Reguladora, de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor arrecadado anualmente, observados os critérios estabelecidos nos respectivos Convênios de Cooperação ou Consórcios Públicos.

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Fundos nacional, estadual e municipal de meio ambiente e de resíduos sólidos, ou de áreas afins Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria-prima reciclada no seu processo produtivo
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Administração Estadual do Meio Ambiente Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe Fundo Estadual de Recursos Hídricos Companhia de Saneamento de Sergipe
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Novacap Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Brasília Limpa 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Água para Todos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Casa Civil Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Municipais de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento – CESAN vinculado à Secretaria de Estado das Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> OGU
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH 	
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, em articulação com as demais secretarias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
	(23, 24)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1048 - Programa Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cidades Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS)
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	
	(23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE). 	
Desertificação				
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
25. Implantar um sistema de alerta precoce para o monitoramento de áreas susceptíveis a processos de desertificação (Sudene, 2011)	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Coordenação de Combate à Desertificação SEDVAN/IDENE Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Órgãos Colegiados: EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA Fundo Estadual de Meio Ambiente Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB Plano de Aceleração do Crescimento – PAC Fundo Nacional de Meio Ambiente Ministério da Integração Nacional (MIN) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Banco do Nordeste do Brasil (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, BID, JBIC – Japan Bank for International Cooperation Fundos internacionais: WWF – World Wildlife Fund, EU – European Union, OMT – Organização Meteorológica Mundial
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca: Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE 	<ul style="list-style-type: none"> SECTMA 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca Subsídios e incentivos fiscais e financeiros para elaboração e implantação de pesquisas, projetos e ações voltados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e à convivência socioambiental sustentável como semiárido Incentivos fiscais e financeiros para a criação e implementação de Unidades de Conservação voltadas à proteção do Bioma Caatinga
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no estado de Alagoas: Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Combate à Desertificação 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação – PAE- Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Combate à Desertificação 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação (Goiás) 		

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Agricultura e pecuária				
<p>18. Promover o manejo sustentável dos solos, métodos conservacionistas (como o terraceamento e seus complementos, como bacias de contenção das águas) e práticas agrícolas adequadas aos diferentes agroecossistemas, que reduzam a vulnerabilidade do solo a processos de degradação física (erosão, arenização, desertificação) e química (salinização, contaminação), disciplinem e favoreçam a infiltração de água no solo (como o Sistema Plantio Direto); ações que têm foco a recuperação hidroambiental da bacia, incluindo o controle de processos erosivos, visando o aumento/manutenção da água na bacia, também têm sido incentivadas pela Codevasf, em particular no âmbito do Projeto Novo Chico lançado pelo Governo Federal (Decreto n.º 8.834 de 09 de agosto de 2016)</p> <p>26. Monitorar a ampliação de pastagens e estimular a recuperação de pastagens degradadas ou com sobrepastoreio, por exemplo através de métodos agroecológicos</p>	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Agrícola e Pecuário / Plano Safra (PAP 2018/19) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
27. Promover a implantação de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de todas as propriedades e posses rurais com vistas à sua regularização ambiental	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 062 – Infraestrutura rural 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 064 – Barragens de minas 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola: Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Ministério da Integração Nacional Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Pecuária 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Ruralminas 	<ul style="list-style-type: none"> dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais recursos advindos de parcerias entre União, Estado e o setor privado recursos oriundos de outras fontes
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf) Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado Recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações Fundo de Erradicação da Miséria – FEM Outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais (UNICAFES-MG) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEAMG) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF-MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA - MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas; Embrapa Solos UEP Recife 	Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL ITERAL EMATER SEINFRA
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Alagoas Mais Ovinos (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa do Leite (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	<ul style="list-style-type: none"> Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Desenvolve (Agência de Fomento de Alagoas)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Raízes e tubérculos (inhame) (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Palma e sorgo forrageiro (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL 	<ul style="list-style-type: none"> EMATER/AL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mecanização Agrícola (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP (execução e supervisão são da SEAGRI/EMDAGRO)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura irrigada (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura Familiar (Pronaf) (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa fortalecimento das cadeias produtivas (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO sob a coordenação da SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Defesa Sanitária (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) sob a coordenação da SEAGRI 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição da Produção da Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI EMATER/DF 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF) Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal – (CAO-DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) Prospera
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF) Sociedade Civil, por meio do Grupo de Trabalho Agricultura Urbana (GT-AU) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Nutricional 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Meio ambiente e Recursos Hídricos Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Agricultura Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária 	*	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Agricultura Irrigada/Plano Diretor de Irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Irrigação (CEI) 	
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Agricultura Familiar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(18, 26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Pesca e aquicultura				
<p>28. Fomentar estudos sobre a dinâmica das lagoas marginais, como subsídio para a manutenção dos berçários naturais dos peixes nativos</p> <p>29. Incrementar os estudos de reprodução artificial de peixes nativos e peixamento, como os que vêm sendo realizados pela Codevasf (desenvolvimento de pesquisas, produção de alevinos, ações de repovoamento) através dos seus Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (Codevasf, 2017b)</p> <p>30. Implementar Parques Aquícolas e monitorar a atividade de piscicultura em tanques-rede praticada nos braços do São Francisco, para ordenar a piscicultura na bacia</p>	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Recuperação de Lagoas Marginais 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR) Banco de Brasília S/A (BRB)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Proteção à Fauna e à Flora Aquáticas e de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura no Estado: Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL ITERAL EMATER SEINFRA 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(28, 29, 30)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
Diretrizes sociais e econômicas				
Comunidades tradicionais				
<p>31. Reconhecer, delimitar e efetuar a regularização fundiária dos territórios das populações tradicionais</p> <p>32. Ampliar o apoio às populações tradicionais, visando a melhoria das condições de vida e da produção em seus territórios com base em sistemas alternativos de uso sustentável dos recursos naturais</p> <p>33. Envolver as comunidades tradicionais no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos resultados das medidas a aplicar em seus territórios, seja na identificação de medidas de conservação adequadas, no gerenciamento de áreas protegidas e outros habitats naturais ou no monitoramento e avaliação de projetos específicos</p>	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Regularização de Territórios Quilombolas 	<ul style="list-style-type: none"> INCRA 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs)
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 15.634, de 6 de novembro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) 	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) 	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de convênios, contratos, acordos e instrumentos similares de cooperação entre o Estado de Pernambuco e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como com entidades privadas e organizações não governamentais que tenham reconhecida atuação no tema

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Econômica Federal FUNCEP
	(31, 32, 33)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Habitacional para Comunidades Tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA) Agência Goiana de Habitação (Agehab) Caixa Econômica Federal. 	
Desenvolvimento econômico, agricultura, pecuária e floresta				
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
<p>34. Promover a inclusão socioeconômica, o combate à pobreza e a geração de trabalho e renda, com ênfase no incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária e ao cooperativismo e com prioridade para a população de alta vulnerabilidade social</p> <p>35. Promover o adensamento dos arranjos produtivos locais competitivos, incluindo a capacitação em relação à estruturação da cadeia produtiva, promovendo a verticalização da produção no APL (Sudene, 2011)</p>	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Ministério do Desenvolvimento Social – Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>36. Incentivar ações de assistência técnica aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta</p> <p>37. Promover a adoção de sistemas produtivos sustentáveis tanto por parte da agricultura familiar, quanto pelos médios e grandes produtores rurais, por exemplo pela difusão de informações que orientem os produtores no acesso a recursos financeiros e crédito para ampliação de suas atividades de forma sustentável</p> <p>38. Agregar valor aos produtos da agropecuária, pela estruturação de cadeias produtivas, qualificação dos processos de produção, beneficiamento e comercialização</p> <p>39. Fomentar a diversificação produtiva no bioma Cerrado e a agricultura orgânica familiar</p> <p>40. No setor produtivo florestal, incentivar abordagens de gestão em pequena escala, a nível comunitário, onde o potencial das florestas é melhor aproveitado para reduzir a pobreza de uma forma sustentável</p> <p>41. Desenvolver novos mercados e acordos de comercialização de produtos florestais não-madeireiros, bens e serviços florestais, considerando a gama completa de bens e serviços ambientais capazes de serem obtidos a partir de florestas bem geridas</p>	<p>(36, 40, 41)</p> <p>(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) ○ Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Aquisição de Alimentos – PAA <ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional sobre Mudança do Clima <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) • Estados e municípios <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) • Ministério do Meio Ambiente (MMA) <ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) • Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) • Ministério da Fazenda (MF) • Ministério de Minas e Energia (MME) • Ministério da Justiça (MJ) • Ministério da Integração Nacional (MI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD • Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF • Fundo Amazônia • Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA • Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF <ul style="list-style-type: none"> • Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(36, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Fundo Nacional de Saúde
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 012 – Ensino Técnico para o Agronegócio 	*	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 	*	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 062 – Infraestrutura rural 	*	
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 064 – Barragens de minas 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 068 – Assistência técnica e extensão rural para o estado de minas gerais 	*	
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Coordenação de Desenvolvimento Agrário
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER (Lei n.º 13.272 de 23 de dezembro de 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas vinculadas à Secretaria Apoio do Estado Federal
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais 	*	<ul style="list-style-type: none"> ITERPE
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1030 – Melhoria da infraestrutura e dos serviços básicos no meio rural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) 2016/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE) Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PE) Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual responsáveis pela implementação dos programas e ações integrantes do PLANESAN Órgãos e entidades municipais e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, Distrito Estadual de Fernando de Noronha e Municípios que aderirem ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SESANS)
	(34, 35, 37, 38, 39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar (PROATER-PE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (SEAF) 	<ul style="list-style-type: none"> Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
	(34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agronegócio 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI ADEAL
Transportes				
<p>42. Promover a integração territorial, a eficiência econômica e a redução dos impactos socioambientais do setor de transportes</p> <p>43. Fortalecer a infraestrutura logística de transporte, promovendo a multimodalidade, de modo a tornar a produção mais competitiva; complementar e reforçar, em particular, os grandes corredores de logística do Nordeste (e.g. aumentar a participação dos modais ferroviário e hidroviário na matriz de transportes de cargas, bem como sua integração aos demais modais) (Sudene, 2011)</p>	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário 2022 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis vinculada ao Ministério de Minas e Energia (SPG/MME) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT 2007-2023) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) Ministério da Defesa (MD) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Investimentos em Logística (PIL 2015-2018) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI 2015-2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Logística (PNL) (horizonte 2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Planejamento e Logística (EPL) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2086 – Transporte Aquaviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Portos Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante – FMM
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2087 – Transporte Terrestre 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias do Estado da Bahia – PREMAR-II 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> BIRD – Banco Mundial

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0268 – Desenvolvimento de infraestrutura em municípios e no distrito de Fernando de Noronha 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0265 – Apoio à construção de obras federais no estado na área de transportes 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0342 – Desenvolvimento do sistema de transporte aeroviário do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Transportes - Administração Direta Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0927 – Ampliação e melhoramento da malha viária do estado - Caminhos da integração 	*	<ul style="list-style-type: none"> DER-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0132 – Melhoria operacional do sistema metroviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco - COPERTRENS
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0134 – Reativação de trens de passageiros de médio percurso 	*	<ul style="list-style-type: none"> COPERTRENS
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0657 – Melhoria da circulação do tráfego 	*	<ul style="list-style-type: none"> Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-PE
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1031 – Melhoria da mobilidade urbana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta; Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, por intermédio das Secretarias Estaduais (Secretaria das Cidades) 	<ul style="list-style-type: none"> O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para inclusão dos programas e ações que comporão a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta no Plano Plurianual e nos Orçamentos do Estado de Pernambuco.
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Infraestrutura, logística e transporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> ARSAL SEINFRA SEDETUR SETRAND DER
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0018 -Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito (PDTU/DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília, através Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Mobilidade Urbana do Distrito Federal – Circula Brasília 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília, através da Secretaria de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Política de mobilidade urbana cicloviária de incentivo ao uso da bicicleta 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo, garantida a participação de usuários, de representantes da sociedade civil organizada e de profissionais com atuação voltada para essa área 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Mobilidade por bicicleta no DF 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê de Mobilidade Urbana por Bicicleta (sociedade civil e órgãos do Governo do DF: secretarias de Educação, Esporte, Governo, Habitação, Meio Ambiente, Obras, Segurança Pública, Transporte e Turismo, além de Novacap, Departamento de Estradas de Rodagem – DER e Departamento de Trânsito – Detran) 	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6216 - Mobilidade Integrada e Sustentável 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1045 - Programa Infraestrutura de Transportes e Mobilidade Urbana 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Superintendência Executiva de Infraestrutura Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Superintendência Executiva de Cidades Fundo Especial de Implantação do Programa Veículo Leve Sobre Trilhos (FVLT) Metrobus Transporte Coletivo S/A (METROBUS)
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1061 - Programa Trânsito Consciente e Responsável 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1066 - Programa Aeroportuário 	*	
	(42, 43)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1068 - Programa Rodovia 	*	
Pesca e aquicultura				
<p>44. Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos</p> <p>45. Implementar programas voltados à cadeia produtiva piscatória, destacando-se pescadores e extrativistas tradicionais, com formação, assistência técnica e extensão pesqueira</p>	(44, 45)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(44, 45)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
Energia				
<p>46. Estimular a diversificação da matriz energética da bacia aproveitando o potencial de fontes alternativas, renováveis e de autogeração elétrica sustentável de pequeno porte</p> <p>47. Estimular a eficiência energética nos sistemas produtivos, especialmente na indústria</p>	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2033 – Energia Elétrica 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia – Administração Direta Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> MME – Administração Direta Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de Fazenda (SEF), de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto de Desenvolvimento Integrado Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica em Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geração e Aproveitamento de Energia Solar no Estado 	
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0544 – Expansão da rede de distribuição de gás natural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS
(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Administração Direta 	
(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e com a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE 	<ul style="list-style-type: none"> AGEFEPE 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI SEDETUR AFAL
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1046 - Programa Garantia de Energia 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiásgás) Celg Geração e Transmissão S.A. (CELG G T)
	(46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiás Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Goiás Fomento Linha de crédito FCO SOL Fundo de Incentivo à Microgeração e Minigeração Distribuída a partir de Fontes Renováveis do Estado de Goiás (FIMER Goiás)
Educação				
48. Investir na qualidade da educação em todos os níveis, especialmente para capacitação profissional, e na melhoria dos serviços públicos, com ênfase em saúde, segurança, infraestrutura, entre outros	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Instituto Estadual de Florestas (IEF) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saúde (Lei 8.080/1990) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Educação Ambiental da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA Órgão gestor dirigido pelos Secretários do Meio Ambiente e da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos privados Recursos públicos, inclusive de Fundo Especiais
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SEMAS 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) (SEMAS, 2015)
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Educação Ambiental de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Educação Ambiental do Distrito Federal: Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), entre outros
	(48)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiano de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) 	
Diretrizes político-institucionais				
Políticas, planos, programas e projetos				
<p>49. Integrar a dimensão ambiental nas políticas, planos, programas e projetos federais, de forma a promover o uso sustentável dos recursos naturais e o respectivo ordenamento territorial, priorizando o fortalecimento da gestão ambiental municipal, o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades sociais</p> <p>50. Promover a regulamentação, a nível federal e estadual, das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) previstas na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (“Novo Código Florestal” – Lei n.º 12.651/2012, de 25 de maio)</p> <p>51. Formular políticas públicas estaduais e municipais de pagamento por serviços ambientais</p> <p>52. Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário</p> <p>53. Implementar políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional</p> <p>54. Implementar políticas de prevenção e remediação dos impactos da mineração, articuladas a ações e programas de monitoramento</p>	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(49, 50, 51, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (ICMBio/MMA) 	
	(49, 50)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Conectividade de Paisagens 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Global Environmental Facility (GEF) Conversão de multas

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
55. Incentivar ações de proteção dos recursos hídricos e das áreas de recarga de aquíferos, por exemplo, através da criação/elaboração e do fortalecimento (para os existentes) de instrumentos de gestão de recursos hídricos, como os planos e os comitês de bacias hidrográficas	(49, 50, 51, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(49, 50, 51, 56)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	
	(52)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
56. Promover políticas de desenvolvimento urbano para compatibilizar o uso e a ocupação do solo e a dinâmica socioeconômica com a preservação dos ecossistemas, isto é, para evitar os efeitos negativos da expansão urbana desordenada e do adensamento populacional no entorno dos centros urbanos	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(49, 51, 52, 53, 56, 57, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
57. Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014)	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) Agentes públicos e privados 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) 	
	(49, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	
58. Implementação de políticas públicas para o fortalecimento das instituições de educação e formação de jovens e adultos no meio rural, a exemplo dos Centros de Formação de Agricultores em Agroindústria (Cefas), contribuindo para a sustentabilidade da agricultura familiar (Órgão Gestor da PNEA, 2014)	(49, 52, 53, 55, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(49, 55, 56)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
59. Desenvolver e implementar políticas sustentáveis de turismo ou ecoturismo	(49, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Comissão Nacional de Energia Nuclear Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
60. Construir uma política que viabilize as fontes alternativas de energia, incentivando o financiamento das iniciativas econômicas que utilizem fontes de energias renováveis (Sudene, 2011)	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
	(49, 52)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2050 – Mudança do Clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> MCTIC – Administração Direta MMA – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo – Administração Direta Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MIN – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda CODEVASF DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
	(49, 50, 51, 56, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Serviço Florestal Brasileiro – SFB Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA IBAMA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 55, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MIN – Administração Direta DNOCS CODEVASF Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG Minas Gerais 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(49, 54)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão de Desenvolvimento Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Sustentável – PMS 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Serviço Social da Indústria (SESI) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Controle da Poluição por Veículos em Uso – PCPV 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) Fundação Estadual do Meio Ambiente Polícia Civil do Estado de Minas Gerais Departamento de Trânsito de Minas Gerais 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) Conselho Estadual de Turismo 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) Infraero Secretarias estaduais e municipais de turismo Unidades executoras dos estados e municípios (UEE e UEM) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Banco do Nordeste (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia (Lei n.º 13.214 de 29 de dezembro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Secretaria de Turismo Agência de Fomento do Estado da Bahia Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Centro Industrial de Subaé Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Secretaria da Administração Departamento Estadual de Trânsito
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Vida Melhor 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Bahia Pesca S/A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Secretaria de Desenvolvimento Rural

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Infraestrutura Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Companhia de Transportes do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Companhia de Gás da Bahia Secretaria da Administração
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde Secretaria de Infraestrutura Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Secretaria de Relações Institucionais Gabinete do Governador Secretaria de Comunicação Social Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia Empresa Gráfica da Bahia Procuradoria Geral do Estado Fundo de Modernização da Procuradoria Geral do Estado Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia Secretaria da Administração Departamento Estadual de Trânsito

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Gestão Participativa 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais Superintendência de Atendimento ao Cidadão da Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Secretaria da Educação Secretaria da Fazenda Casa Civil Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Secretaria do Planejamento
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo (PMGT) (Lei n.º 12.933, de 09 de janeiro de 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (Projeto Pernambuco 2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Planejamento e Gestão, mais especificamente, Instituto de Gestão PE e Agência Condepe/Fidem); Movimento Brasil Competitivo – MBC (Consórcio Pernambuco do Amanhã – Consultorias TGI, CEPLAN e Macroplan) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Criança e da Juventude Secretaria de Educação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Saúde Secretaria de Defesa Social Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) Secretaria Executiva de Ressocialização Secretaria das Cidades Secretaria de Infraestrutura COMPESA Secretaria das Cidades/ Companhia de Habitação e Obras (SECID/CEHAB) Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) CPRH SEMAS Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária SESDSH/Secretaria da Mulher Secretaria de Administração (SAD) Assembleia Legislativa do Estado
	(49, 54, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI SEDETUR AFAL
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
	(49, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0018 -Infraestrutura logística e desenvolvimento urbano 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Departamento de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 54, 56)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0021 - Desenvolvimento produtivo, ciência, tecnologia e inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Sergipe Gás S.A. – SERGÁS Fundo Aval do Estado de Sergipe Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnológica Junta Comercial de Sergipe Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica de Sergipe Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe Fundo de Apoio a Industrialização Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
	(49, 50, 51, 55, 56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual do Meio Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária (SMPES) Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária (CDEPS) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo distrital de fomento à economia popular e solidária
	(49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Goiás 2030 (GO) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> EMPETUR Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR/PE) EMPETUR 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de Suporte ao Financiamento do Plano: Prefeitura Municipal de Ipojuca Prefeitura Municipal de Recife Prefeitura Municipal de Olinda CTI Nordeste
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas 	
	(49, 50, 51, 52, 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Inclusão produtiva 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL INMEQ/AL SETE SEDETUR AFAL
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0023 - Turismo e esporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado do Turismo
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAG, com apoio da SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), instituição vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo do Distrito Federal (SETUR/DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital para a ampliação, qualificação e promoção da oferta turística existente na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), disponíveis em âmbito internacional, nacional e distrital Fundo de Fomento à Indústria do Turismo do Distrito Federal (FITUR/DF)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1063 - Programa Desenvolvimento Turístico 	*	
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Incentivo à Geração de Energia Limpa em prédios residenciais ou não (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(49, 55)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6210 - Infraestrutura e Sustentabilidade Socioambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM/DF)
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6208 - Território da Gente 	*	
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6211 - Direitos Humanos e Cidadania 	*	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa temático 6207 - Brasília Competitiva 	*	
	(49, 54)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1038 - Programa Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Fomento a Mineração (FUNMINERAL)
	(49, 50, 51, 52, 53, 56, 58, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1040 - Programa Desenvolvimento Regional 	*	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete do Secretário da Casa Civil Superintendência Executiva de Desenvolvimento Regional Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) Superintendência Executiva de Cidades Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia (FUNDEMETRO)
	(49, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Goiás 2016-2019: 1046 - Programa Garantia de Energia 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Infraestrutura Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiásgás) Celg Geração e Transmissão S.A. (CELG G T)
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Turismo (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Turismo Casa Brasil Ministério do Turismo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) 	
	(49, 59)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2210 - Implantação e melhoria da infraestrutura urbana social e turística 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação 	
	(49, 54, 56, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2211 - Obras e serviços de infraestrutura orientadas para o desenvolvimento econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	
	(49, 54, 56, 59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Regional: 2212 - Obras e serviços de infraestrutura, urbanização e melhoria dos distritos industriais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) 	
Investimentos				
	(61, 62, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(61, 62)	<ul style="list-style-type: none"> Arranjos Produtivos Locais (APL) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>61. Incentivar os arranjos produtivos locais (APLs), com a alocação de investimentos públicos visando consolidar atividades produtivas, gerar emprego e renda e articular redes produtivas para fomentar a inclusão social produtiva, por exemplo em articulação com a Codevasf, que “desde 2004, vem atuando no apoio à estruturação de APLs”, contando “com recursos orçamentários próprios e, também, com a parceria dos Ministérios da Integração Nacional, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura”, entre outros (Codevasf, 2010)</p> <p>62. Implantar uma rede integrada de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) como instrumento de difusão de inovação nos Arranjos Produtivos Locais (Sudene, 2011)</p> <p>63. Implementar as “proposições (...) relacionadas à redução de vazões do rio São Francisco”, recomendadas pelo CBHSF ao Grupo de Trabalho do São Francisco (criado por meio da Portaria ANA n.º 414/2015 tendo como objetivo central a elaboração de uma proposta de condições de operação para os principais reservatórios da bacia do rio São Francisco), que incluem “o controle integrado dos usos das águas superficiais e das águas subterrâneas” (Deliberação CBHSF n.º 89 de 19 de maio 2016)</p>	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) Ministério da Fazenda (MF) Ministério de Minas e Energia (MME) Ministério da Justiça (MJ) Ministério da Integração Nacional (MI) 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020)
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	
	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
64. Implementar medidas de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, em particular medidas de atenuação dos efeitos de fenômenos climáticos extremos como secas e estiagens, cheias e inundações	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(63)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – Administração Direta Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Comissão Nacional de Energia Nuclear Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
	(63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado” 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) 	
	(61, 62, 63, 64, 65, 66)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Educação Secretaria do Desenvolvimento Económico Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria de Desenvolvimento Rural Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Agência de Fomento do Estado da Bahia
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual sobre Mudança do Clima (Lei n.º 12.050, de 7 de janeiro de 2011) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - Secretaria Estadual do Meio Ambiente Instituto de Gestão das Águas e Clima 	
	(65)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Estado da Bahia (Decreto Nº 8.394, de 13 de dezembro de 2002) 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado da Bahia 	
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1068 – Prevenção em áreas vulneráveis à desastres climáticos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM
	(64)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Mudanças Climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente; Comitê Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas (CEEM) Fórum Estadual de Mudanças Climáticas Comitês de Difusão de Tecnologias Mitigadoras do Aquecimento Global Órgãos Setoriais Fóruns Municipais de Enfrentamento às Mudanças Climáticas Órgãos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual Sobre Mudanças Climáticas Fundo Estadual de Enfrentamento às Mudanças Climáticas
Outorga e instrumentos de gestão da água				
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>67. Priorizar o consumo humano e a dessedentação animal (1.º) nos processos de análise e emissão de outorgas, seguidos da vazão ambiental (manutenção dos ecossistemas – 2.º) e só depois pelos demais usos preponderantes, em cada sub-bacia a ser considerada (3.º); ou seja, com exceção dos usos priorizados por lei, não deve haver a primazia de um uso sobre os demais, a menos que estas prioridades venham a ser revistas, ou dirimidas eventuais condições de aplicação, em sede de acordo entre os principais atores do uso e gestão de recursos hídricos da bacia (CBHSF, 2016)</p> <p>68. Considerar parâmetros e metas para melhoria de eficiência no uso da água na emissão de outorgas, estabelecendo, por exemplo, na região do semiárido, o patamar de exigência de 90% para eficiência de irrigação (CBHSF, 2016)</p> <p>69. Promover o reforço do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos conforme proposto no Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025 (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016), bem como a sua implementação efetiva</p>	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	
	(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
(67, 68, 69)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MIIN – Administração Direta DNOCS CODEVASF Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA 	
Governança e educação				
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas – ANA

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>68. Promover a “Articulação Institucional Prioritária” proposta pelo Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025, assente no estabelecimento de um Pacto das Águas entre os estados federados da bacia e a União, “com a reflexão e construção de um entendimento sobre o sistema multiusos de partilha das águas, mas também sobre a gestão e o cumprimento da legislação relacionada aos recursos hídricos (pacto de legalidade) e sobre a revitalização da bacia (pacto de revitalização, envolvendo diretamente o CBHSF no processo de revitalização)” (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016); será de continuar a envolver na revitalização da bacia os parceiros do Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco criado em 2004 no âmbito do MMA, que incluem ainda a Codevasf, a ANA, o Ibama, o ICMBio, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e as Universidades Federais, para além do Ministério da Integração Nacional e 14 outros Ministérios (MMA, 2012)</p>	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Ministério da Integração Nacional – Administração Direta Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MIN Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO – MIN
69. Apoiar a articulação interinstitucional, a gestão e governança territoriais fortalecendo instâncias participativas, colegiados de Políticas Públicas e outros mecanismos de controle social voltados para o desenvolvimento econômico e ambiental, em particular nas zonas rurais	(68, 69, 70, 71, 72, 73)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saúde (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>70. Promover a participação intensiva da sociedade no processo de revitalização da BHSF por meio de sua atuação no processo, conforme preconizado pela Codevasf (2016)</p> <p>71. Incentivar ações de mobilização social, sensibilização, capacitação e educação ambiental (Codevasf, 2016), no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n.º 9.795/99 e Decreto n.º 4.281/02) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)</p> <p>72. Estímulo à inserção da educação ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p> <p>73. Incentivo à criação e a implementação de programas estaduais e municipais de educação ambiental, em consonância com as Diretrizes do ProNEA (Órgão Gestor da PNEA, 2014)</p>				
Monitoramento, fiscalização e controle				
	(75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica vinculada ao Ministério da Integração Nacional (SIH/MI) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>74. Acompanhar a execução de projetos de transposição de água em implantação ou planejados (Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF –, Canal do Sertão Alagoano, Canal do Xingó, Canal do Sertão Baiano ou Eixo Sul), em articulação, notadamente, com a Codevasf (operadora oficial do PISF a partir de 14 de março de 2014), face à existência de balanços hídricos desfavoráveis em algumas sub-bacias (CBHSF, Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2016-2025, 2016); acompanhar os estudos para determinar a viabilidade do reforço da capacidade hídrica da bacia do rio São Francisco com origem na transposição de águas do rio Tocantins, também referidos no plano de recursos hídricos da BHSF</p> <p>75. Promover o reforço das ações de monitoramento, fiscalização e vigilância ambientais, através da atualização do respectivo marco regulatório e da mobilização de meios, em particular recursos humanos devidamente capacitados, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo e a participação ativa da sociedade civil, incluindo as universidades na bacia</p> <p>76. Fortalecer a fiscalização dos agentes produtivos para que não utilizem carvão proveniente de desmatamentos ilegais</p>	(78)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de manejo de Reserva Legal 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(75, 76, 77, 78)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR) 	
	(74, 75)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil Órgãos gestores estaduais ANA (órgão regulador) 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

Diretrizes gerais	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>77. Intensificar também o controle e fiscalização das áreas em que a biodiversidade é ameaçada pelo uso desordenado do fogo e pela exploração florestal para comercialização de carvão</p> <p>78. Fiscalizar/controlar o cumprimento das diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) (DPCD/SMCQ/MMA, 2016) e do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)</p>				

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.

Quadro 39 – Implementação das diretrizes específicas: Políticas, planos, programas e projetos que contribuem para viabilizar; órgãos responsáveis pela implementação e fontes de recursos disponíveis

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>I. Criação e ampliação de UC e corredores ecológicos (Todas as zonas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho; considerar ampliar a proteção de outras UC já criadas • Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga • Ampliação da Reserva da Biosfera da Caatinga e criação de corredores ecológicos • Ampliação do Monumento Natural Estadual Peter Lund • Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica • Ampliar as UC existentes e elaborar planos de manejo das UC, notadamente: Parque Estadual da Serra do Cabral • Criação da Reserva Biológica Serra dos Papagaios • Criação de corredores ecológicos, principalmente na bacia hidrográfica do Rio Verde Pequeno; • Criação de Reserva Extrativista Federal na região de Corinto • Criação de Reservas Extrativistas Federais na região de Buritizeiro, Lassance e Ibiatiba/Ponto Chique, pelo governo federal • Criação de UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criação de UC de proteção integral na região de Serranópolis de Minas, nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, na região do município de Monte Azul; estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande • Criação de UC de proteção integral nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criação de UC em toda a área de APCB para impedir que mais área seja desmatada • Criação de UC na APCB que ocupa uma parte importante da área sul desta zona 10; especificamente nas áreas: APCB Bacia do rio Grande (que inclui remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio de Ondas e de Roda Velha), APCB Bacia do Rio Corrente e APCB Baianópolis - Tabocas do Brejo Velho; na área de APCB a Norte, boa parte já se encontra protegida por UC, mas é necessário criar uma UC de proteção integral na região de Formosa do Rio Preto/Riachão das Neves, devido à presença de um dos últimos grandes remanescentes de mata seca nesta zona (APCB Rio Preto (BA)) 	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA 2016-2019: 2078 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> • MMA – Administração Direta • Serviço Florestal Brasileiro – SFB • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade • Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA • IBAMA
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Nacional para os ODS 	
	(1 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 	
	(1, 2, 3, 5 a 7, 9 a 17)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Manejo (das Unidades de Conservação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) 	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(6 a 16, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Regularização Ambiental (PRAs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(6, 7, 9 a 16, 18)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(3, 5 a 7, 16, 17)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PPCIF) 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Florestas (PNF) 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) • Comissão Nacional de Florestas (CONAFLORE) 	
	(1 a 13, 15 a 16, 18)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) 	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietários (alguns dos recursos investidos em ações de recuperação estão projetados para serem pagos diretamente pelos proprietários de terras) • Bancos comerciais, através de empréstimos

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de UC nas APCB que ainda possuem vegetação, em particular nestas duas áreas: a) APCB Corredor Grande Sertão Veredas-Refugio, para fazer a ligação entre a UC "Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano" e a UC "Parque Nacional Grande Sertão Veredas" e preservar o alto curso do rio Formoso • Criação de UC nas APCB, em particular nas APCB da faixa Norte desta zona, onde o desmatamento não é tão intenso – APCB Formosa, APCB Cabeceiras-Buritis, APCB Buritis, APCB Arinos-Buritis, APCB Unai; esta ação permitirá assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e evitar que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criação de uma UC de proteção integral dos remanescentes de Floresta Estacional de Sergipe • Criação do Parque Nacional do Boqueirão da Onça, que englobará as cavernas de Campo Formoso • Criação do Parque Nacional do Semiárido • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste • Criar áreas protegidas articuladas às existentes, especialmente nas veredas e vales fluviais do Chapadão Oeste e nos remanescentes de Cerrado, associados ao alto curso do Rio Grande, habitats e ecossistemas diversificados • Criar novas UC que englobem veredas e locais de ocorrência de peixes anuais • Criar novas UC, notadamente a Reserva Extrativista Federal na região de Natalândia • Criar novas UC, notadamente nas regiões da Serra da Onça/Serra do Cabral e nos locais de ocorrência dos peixes anuais • Criar novas Unidades de Conservação nos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca • Criar novas Unidades de Conservação para proteger o importante remanescente de matas secas do Município de Coribe • Criar Reserva Extrativista Federal em Buenópolis • Criar também uma UC de proteção integral dos afloramentos calcários cobertos por Mata Seca, ampliar a UC dos Parques Nacionais da Serra do Cipó e das Sempre-Vivas e também a Reserva da Biosfera do Cerrado • Criar UC nas APCB mais a Leste na Zona 4, nas áreas dessas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a garantir a ligação entre as UC já existentes e a consolidar o corredor do extremo leste do bioma Cerrado; esta ação permitirá assegurar a proteção dos remanescentes de vegetação que subsistem nessas APCB, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente 				<ul style="list-style-type: none"> • Novos mecanismos de financiamento, como os títulos florestais
	(1 a 12, 19, 20, 24)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 143 – Proteção das áreas ambientalmente conservadas, a fauna, e a biodiversidade florestal 	*	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(1 a 5, 9 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Criação e Implantação de Unidades de Conservação (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • COPAM - Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) • Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) 	
	(1 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) 	
	(1 a 5, 9 a 12, 19, 20)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo das Unidades de Conservação (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) • Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) • Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) • Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) 	
	(5 a 12)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de manejo florestal sustentável (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) • Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) 	
	(6, 7)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de contingência para o combate aos incêndios florestais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo de Minas Gerais 	
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) • Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> • BNDES; CNPq; CONAB; EMBRAPA; FNDE; FUNAI; IBAMA; ICMBio; INCRA; MAPA; MCTIC; SEAD; MDS; MMA
	(6, 7, 8, 18)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Criar UC, principalmente nas APCB ainda não protegidas por UC, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criar UC, principalmente nas APCB que ainda não foram desmatadas, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente; importante assegurar ligação com a APA Lagoa de Itaparica e APA Dunas e veredas do Baixo Médio São Francisco • Criar UC, principalmente nas APCB, de forma a assegurar proteção dessas áreas remanescentes, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Criar UC, principalmente nas áreas classificadas como APCB, notadamente: na região de Pains (APCB Carste Arcos e Pains), na bacia do rio Samburá (APCB Entorno do PN Serra da Canastra) e também na zona da Vargem das Flores (APCB Belo Horizonte – Monjolos, para ampliar a APA Vargem das Flores, existente na zona 1) para proteger os fragmentos de remanescentes de Cerrado que ainda existem nesta zona 2 (apenas 19% da zona 2 possui vegetação natural) • Estabelecimento de uma APA para o complexo de lagoas marginais e serras do Médio Verde Grande • Estando apenas 0,2% desta zona protegida por UC, embora quase 40% esteja classificada como APCB, a prioridade será criar UC, principalmente nas APCB, para assegurar a proteção dessas áreas remanescentes e promover a sua conexão em corredores ecológicos, evitando que passem a ter usos do solo que impliquem o desmatamento da vegetação remanescente • Foco deve ser a criação de UC, nas áreas classificadas como APCB, com prioridade para as áreas não desmatadas (áreas com fragmentos de remanescentes de Cerrado), para garantir sua preservação imediata; estas áreas são muito importantes porque se localizam entre UC e a sua preservação irá promover o contato entre áreas protegidas (criação do continuum ecológico) • Fortalecimento, ampliação e implementação da Estação Ecológica Raso da Catarina • Proposta de criação do Parque Nacional do Semiárido • Revisão da categoria da UC Refúgio da Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano para outra mais restritiva e sua ampliação incorporando a Bacia do Rio Arrojado 	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Zoneamento Ambiental – Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> • MMA – Administração Direta • Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento [BIRD])
	(1 a 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) • Codevasf • Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(1, 3 a 14, 19, 24)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado 2016-2020) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente (MMA) • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) • Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) • Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) • Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI / PR) • Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) • Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) • Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) • Ministério da Fazenda (MF) • Ministério de Minas e Energia (MME) • Ministério da Justiça (MJ) • Ministério da Integração Nacional (MI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Reino Unido, por meio do Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra) (doador) • Banco Mundial (Administrador do Fundo Fiduciário) • Caixa Econômica Federal (Caixa) (gestora financeira) • Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH • Cooperação Financeira Alemã, por meio do Banco Alemão para o Desenvolvimento (KfW) • Projetos de Apoio ao PPCerrado: • Programa de Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro • Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado
	(6, 7, 8, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de manejo de Reserva Legal 	Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA)	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>2. Conservação das cavernas (Zonas 1 e 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservar as cavernas de acordo com as Diretrizes do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico <p>3. Manejo de UC (Zonas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produzir Plano de Manejo para todas as UC existentes e fortalecer a sua gestão • Planejamento do desmatamento legal, formando bolsões e/ou corredores de Reserva Legal e impedindo o isolamento das Unidades de Conservação • Elaboração do plano de manejo para a Gruta do Maquiné • Elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual da Serra do Cabral • Fortalecimento da gestão das UC, notadamente da Estação Ecológica de Sagarana • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e a APA do Planalto Central • Elaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente a Gruta da Lapa Nova • Fortalecimento da gestão das UC, notadamente: Estação Ecológica de Sagarana • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas • Planejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde Grande e do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro • Elaborar plano de manejo das UC em falta, notadamente, áreas do projeto Jaíba; fortalecer a sua gestão • Incentivar o manejo sustentável de atividades extrativistas • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a APA da Bacia do Rio Pandeiros, a APA de Cochá e Gibão e a APA das Cavernas do Peruaçu • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano e a APA de Cochá e Gibão • Elaboração de plano de manejo das UC em falta, notadamente: APA do Rio Preto e APA de São Desidério, devido à grande concentração de cavernas na zona; fortalecer a sua gestão • Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto, Estação Ecológica do Rio Preto, APA da Bacia do Rio de Janeiro • Planejamento e monitoramento da intensificação da ocupação no entorno da Estação Ecológica do Rio Preto e demais UC 	(6, 7, 8, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Suprimento Sustentável (PSS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) 	
	(6, 7, 8, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Suprimento Sustentável – PSS (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto Estadual de Florestas (IEF) • Gerência de Produção e Reposição Florestal (GPRF) 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 12 a 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(1 a 12, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste (Minas Gerais) 		
	(1 a 12, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) • Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> • Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) • Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da diversidade genética (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da fauna e da flora nativas e das espécies animais e vegetais socioeconomicamente importantes e adaptadas às condições ecológicas (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Florestal do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Meio Ambiente do DF 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo de Desenvolvimento Florestal (FDF)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Recuperação do Cerrado no Distrito Federal – Recupera Cerrado 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMA-DF • World Resources Institute (WRI) • União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) 	<ul style="list-style-type: none"> • UKaid • Norwegian Ministry of Climate and Environment
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Reabilitação Ambiental da Área Rural do Distrito Federal (REFLORESTAR) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e EMATER-DF (Governo de Brasília, 2018b) 	
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA 2016-2019:1044 - Programa Gestão e Proteção de Recursos Naturais (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> • Superintendência Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos • Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)
	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção da fauna silvestre no Estado de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Rio Preto e Estação Ecológica do Rio Preto Elaboração de planos de manejo para as UC em falta, notadamente para o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, visando assegurar a conservação da biodiversidade regional e a valorização do patrimônio natural e arqueológico presente, criando condições para o desenvolvimento de turismo sustentável Planejamento da intensificação da ocupação no entorno do Parque Estadual Verde Grande Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica 	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Manejo Florestal Sustentável (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Departamento de Ecossistemas (DECO) da Secretaria de Biodiversidade (SBIO/MMA) Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAM) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste Demais órgãos vinculados ao Sistema Nacional de Crédito Rural
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho Elaboração/revisão/implementação do plano de manejo da APA de Sobradinho Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica existentes 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Bahia Pesca S/A Casa Civil Centro Industrial de Subaé
<ul style="list-style-type: none"> Implementação e gestão efetiva e integrada (por mosaico) das áreas protegidas Ampliação da proteção (ex.: criação de Monumento Natural) na APA Gruta dos Brejões/Veredas do Romão Gramacho Elaboração/revisão/implementação do plano de manejo da APA de Sobradinho Elaboração/revisão/implementação dos planos de manejo das APA de Sobradinho, Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco e Lagoa de Itaparica existentes Fortalecimento da gestão e revisão do plano de manejo da APA da Chapada do Araripe, incluindo a intensificação da fiscalização do tráfico e extração ilegal de fósseis na região Implementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, da RPPN Reserva Ecológica Maurício Dantas e da RPPN Cantidiano Valgueiro de Carvalho Barros 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Meio Ambiente (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
<p>4. Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) (Zonas 1, 5, 12, 18, 24)</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da gestão e elaboração do plano de manejo da UC na região da hidrelétrica de Xingó tendo em vista, também, ordenar o turismo e controlar a vazão na região Implementação do plano de manejo da Reserva Biológica de Serra Negra Elaboração/implementação do plano de manejo para a APA de Piaçabuçu, APA Litoral Norte e APA da Marituba do Peixe 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Proteção da Biodiversidade – PEPB (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA INEMA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamentos dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta FERFA Órgãos de outras esferas da Administração Pública Doações e cooperação da iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), bem como a ampliação de RPPN existentes 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Corredores Ecológicos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> INEMA 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Incentivo à criação de RPPN no município de Pindai Preservação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, notadamente, a RPPN Reserva Jurema, a RPPN Reserva Siriema e a RPPN Reserva Umburana Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo <p>5. Planejamento do desmatamento legal, formando bolsões e ou corredores de Reserva Legal e impedindo o isolamento das Unidades de Conservação (Zona 1)</p> <p>6. Realização de planos de manejo florestal (Zona 8)</p> <p>7. Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental (Zonas 6 e 7)</p> <p>8. Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Belo Vale, Bonfim, Piedade dos Gerais, Itaúna e Rio Manso Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Crucilândia, Cristiano Ottoni, Santo Antônio do Monte, Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios e Piracema Regularização fundiária para ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra (diretriz de suporte às diretrizes prioritárias) Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em particular a criação de Cotas de Reserva Ambiental em municípios com grande atividade agropecuária como Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Medeiros, Paineiras e Bambuí, Rio Paranaíba, Morro da Garça e Tapiraí Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade agropecuária como Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Santana de Pirapama, Presidente Juscelino e Santo Hipólito Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas explorações de culturas de rendimento e de grande exploração pecuária Fomentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em municípios com grande atividade pecuária como São Francisco, Arinos, Buritizeiro e Várzea da Palma Dinamizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas grandes explorações de culturas de rendimento 	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Mata Branca (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Fomento Florestal Integrado (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Pronaf Florestal (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Recomposição de Matas Ciliares (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, através da Diretoria de Desenvolvimento Florestal – DDF 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias atribuídas pelo Governo do Estado na fonte (Tesouro) Créditos especiais abertos por fonte (recursos externos); Convênios, contratos, contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais Conta específica, conforme previsão em Lei Florestal do Estado
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ações Interagências para Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Estado da Bahia 	
	(1, 3, 4, 8, 12, 13, 14, 17, 19, 21 a 23)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Secretaria do Planejamento 	
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019 (Secretaria de Planejamento e Gestão, 2018): Programa 0098 – Conservação e preservação dos recursos naturais do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta CPRH Distrito Estadual de Fernando de Noronha
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0469 – Plano estratégico ambiental de Pernambuco – Planambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>9. Delimitação de APP e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP (Zonas 2, 5, 6, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas/desmatadas, notadamente nas áreas classificadas como APCB; sendo a área degradada tão extensa (81%), prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP, prioritariamente nas APCB; 2 – Recuperação e cercamento das APP (foco deve ser nas matas ciliares), aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Delimitação e recuperação de APP, considerando a extensão de área degradada (56%) da zona 5; esta ação deve priorizar as regiões de veredas dos rios Paracatu e São Bartolomeu (RPPN Santuário Veredas do São Miguel e APA da Bacia do Rio São Bartolomeu), a proteção dos remanescentes dos campos e das áreas do Exército no DF e as áreas de cabeceira; a recuperação das APP poderá ser feita aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Como uma das principais áreas classificadas como APCB é ao longo da calha do rio, e estando esta área muito desmatada, a recuperação de áreas degradadas deve ser prioritária; 1 – Delimitação de APP, notadamente ao longo da calha do rio, na APCB Alto - Médio São Francisco; 2 – Recuperação das APP, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Conservação da Biodiversidade de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA CPRH ICMBio Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA IBAMA Ministério Público Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos por PSA prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais, entre outros
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Manejo Florestal (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> O Estado, através da SEMAS, poderá participar de consórcios e celebrar convênios com municípios, Estados e a União, com os demais entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros e internacionais
	(1, 3, 4, 8, 14, 15, 16, 18, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco – ZAPE 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária de Pernambuco em convênio com a Embrapa Solos UEP Recife (Embrapa Solos UEP Recife, 2018)
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> IMA Fundo de Recursos Hídricos SEINFRA CASAL

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP, notadamente a mata ciliar da margem da calha do São Francisco, que está classificada como APCB (APCB Calha do Rio São Francisco; APCB Foz do São Francisco, APCB Foz do São Francisco (Litoral)); 2 – Recuperação da vegetação nesta área, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Agroecológico (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Governo do Estado de Alagoas Embrapa Solos UEP Recife 	<ul style="list-style-type: none"> Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa e o Estado de Alagoas, através da Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento (SEAIPA) (Embrapa, 2018)
<p>10. Recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APCB ou APP (Zonas 3, 4)</p> <ul style="list-style-type: none"> Proteção e recuperação das APP, notadamente: matas ciliares, vegetação ribeirinha, veredas e nascentes Priorizar a manutenção dos remanescentes de bioma Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação Recuperação das APP presentes na zona 	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM IMA 	
<p>11. Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado (Zona 7)</p> <p>12. Delimitação e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APP (Zonas 8, 9, 10, 12, 13):</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperação de áreas degradadas deve ser o foco, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017); estando o desmatamento concentrado em uma área que deveria ser considerada APP (margens do rio), a prioridade deve ser: 1 – Delimitação de APP notadamente nas margens do rio São Francisco; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP; como área indicativa prioritária, pode adotar-se a seguinte: APCB Alto - Médio São Francisco, APCB Corredor do Rio Japoré, APCB PE Mata Seca Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas e também ao longo dos rios e das bordas leste e oeste da chapada; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP APCB Bacia do Rio Corrente para preservar o alto curso dos rios Correntinha (rio das Éguas) e rio Arrojado 	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Conservação da Biodiversidade: Criação e Implantação de Unidades de Conservação no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> CEPRAM SEMARH IMA ICMBio Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) IBAMA Órgãos dos governos municipais 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos de Compensação Ambiental decorrentes do licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental Recursos de Pagamento por Serviços Ambientais prestados pelas UC que integram o Sistema Doações de quaisquer naturezas decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas UC Taxas advindas de serviços prestados pelas UC Recursos do Tesouro Federal, Estadual e Municipal existentes ou previstos para aplicação em UC Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de Meio Ambiente Recursos Internacionais Fundo de Compensação Ambiental
	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Política Florestal no Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Meio Ambiente (IMA) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP notadamente no topo dos morros e montanhas; 2 – Recuperação da vegetação nesta área tão relevante de APP Recuperação de APP e recuperação de áreas ocupadas por pastagens na APA da Serra do Barbado, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) Ampliação e implementação da APA da Lagoa de Itaparica; Proteção e recuperação de áreas de APP, notadamente a RPPN Fazenda Boa Ventura, aproveitando por exemplo o “Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama”, que permite “converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente” (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) 	(1, 3, 4, 8, 9, 14, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual do Meio Ambiente (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos integrantes do SISEMA: <ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos ADEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Defesa do Meio Ambiente de Sergipe - FUNDEMA/SE Órgãos de outras esferas da administração pública Doação e cooperação da iniciativa privada e de agências de financiamento, nacionais ou internacionais
<p>13. Priorizar a manutenção dos fragmentos de remanescentes de Cerrado localizados em APCB e intercalados com Unidades de Conservação, consolidando o corredor do extremo leste do bioma Cerrado (Zona 11)</p> <p>14. Recuperação ambiental associada à reintrodução da Ararinha-azul (Zonas 14, 19, 20, 22):</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies <p>15. Delimitação de APP e recuperação de áreas degradadas/desmatadas em APP ou UC (Zona 18):</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperar áreas desmatadas: 1 – Delimitação de APP; 2 – Recuperação da vegetação nas áreas de APP Recuperação da Serra Dois Irmãos e do Rio Pontal (afluente do rio São Francisco) Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal <p>16. Promover ações de manejo sustentável da caatinga (Zonas 18, 20)</p> <p>17. Criação de medidas para a conservação dos habitats da Arara-azul-de-Lear (Zona 21)</p>	(1, 3, 4, 8, 9, 19)	<ul style="list-style-type: none"> Zoneamento Ecológico-Econômico (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMARH com o apoio técnico da SBIO/MMA 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Águas de Sergipe, financiado pelo Banco Mundial

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>18. Associado ao chamado “Pólo Gesseiro” instalado na zona, criar um amplo programa de manejo florestal sustentável da Caatinga, que inclua a implantação de florestas energéticas para geração da energia utilizada nos fornos de calcinação da gipsita e um programa de recuperação das áreas degradadas (Zona 17)</p> <p>19. Avaliar aumento do percentual de Reserva Legal em determinadas propriedades, através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) (Zonas 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades com culturas de elevado rendimento como soja e cana-de-açúcar, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em áreas com extensa atividade pecuária em São Francisco, Lagoa dos Patos e Buritizeiro, entre outros municípios, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Montes Claros, Francisco Sá, São João da Ponte, Janaúba, Matias Cardoso, Jaíba e Porteirinha, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária • Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como soja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 30% em propriedades com culturas de elevado rendimento como soja a soja, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Serra Dourada, Brejolândia, Angical, Sítio do Mato, Serra do Ramalho e Wanderley, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Candiba, Guanambi, Luiú, Malhada, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindaí e Sebastião Laranjeiras, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Itaguaçu da Bahia, América Dourada e João Dourado, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Campo Formoso, Morro do Chapéu, Ourolândia, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Araripe, Bodocó e Ouricuri, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Dormentes, Salgueiro e Cedro, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios com grande atividade agropecuária como Carnaíba e São José do Belmonte, notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Iati, Ibimirim, Inajá e Itaíba (PE), Inhapi, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco e Porto da Folha (SE), Olivença e Major Isidoro (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) • Avaliar aumento da Reserva Legal para 25% em propriedades rurais em municípios como Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Japoatã, Propriá e São Francisco (SE) e Penedo (AL), notadamente através de indicação pelo ZEE estadual (no âmbito do art. 13, inciso II, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio e 2012) 				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>20. Realizar um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares (Zona 8)</p> <p>21. Realização de um inventário de biodiversidade e proteção de matas ciliares na região sudoeste do município de Feira da Mata (Zona 11)</p> <p>22. Realização de inventário de mastofauna na região do município de Riacho de Santana (Zona 12)</p> <p>23. Realizar um inventário de biodiversidade (Zona 16)</p> <p>24. Manutenção da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais que restringiu o desmatamento da mata seca (Zona 6, 7)</p>				
<p>25. Incentivo a projetos e programas de educação ambiental (Todas as zonas):</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar” e do projeto de “Cidadania Ribeirinha”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) Desenvolver e implementar programas de educação ambiental como o proposto pela ANA (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Educação Ambiental e Mobilização Social para Preparação do Plano Estadual de Gestão do Semiárido” e da “Criação e fomento a redes de saberes e práticas sobre restauração ecológica”, ambos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2007 e 2015, respectivamente) (DFNMA, 2018) Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares, para reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiada pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2014 (DFNMA, 2018) Elaboração de planos de recuperação ambiental, sobretudo para as matas ciliares e para reintrodução da Ararinha-azul, bem como a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies 	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Educação (MEC) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) Fundos estaduais e municipais de educação, de meio ambiente e de recursos hídricos Recursos da Lei de Diretrizes Orçamentárias especificamente para programas de educação ambiental
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de Educação Ambiental no âmbito dos processos de licenciamento ambiental no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Instituto Estadual de Florestas (IEF) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta MI – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Incentivo a outros projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e da “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2014/Pernambuco, respectivamente) (DFNMA, 2018) Incentivo a projetos de educação ambiental, a exemplo do projeto “Catadores: Vida e Cidadania” e das “Ações Educativas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos”, apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (em 2006/Alagoas e 2012/Sergipe, respectivamente) (DFNMA, 2018) 				<ul style="list-style-type: none"> Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos de educação e de meio ambiente do Distrito Federal e aos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente do Distrito Federal Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Único de Meio Ambiente (FUNAM), entre outros
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Goiano de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) 	
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Educação Ambiental da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA Órgão gestor dirigido pelos Secretários do Meio Ambiente e da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos privados Recursos públicos, inclusive de Fundo Especiais
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Educação Ambiental de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> SEMAS 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA) (SEMAS, 2015)
	(25)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Educação Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Unidade Gestora de Educação Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Secretaria de Estado da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de Educação Ambiental
<p>26. Investimento no abastecimento público de água, nas condições definidas para cada zona (exceto Zonas 1 e 2):</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas específicas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Felixlândia; Carmo do Paranaíba; Corinto; Pompéu) Políticas específicas para aumento da proporção da população atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas e Gouveia) 	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2068 – Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta Codevasf Fundação Nacional de Saúde
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritiz, João Pinheiro, Presidente Olegário, Cristalina, Vazante e Paracatu) Aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Arinos, São Francisco, Brasília de Minas, e Várzea da Palma) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaíba, Porteirinha, Monte Azul, Espinosa, Francisco Sá, Mirabela e Capitão Enéas) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto) Investimentos públicos para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Rita de Cássia, Santana e Santa Maria da Vitória) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Paratinga, Riacho de Santana, Palmas de Monte Alto e Caetité) 	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – “ÁGUA PARA TODOS” 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) Fundação Banco do Brasil (FBB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Petrobrás Codevasf Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) Estados beneficiados
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Avançar Cidades – Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) 	<ul style="list-style-type: none"> Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades (MC) Ministério da Saúde (MS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades – Administração Direta
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Outros parceiros
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	<ul style="list-style-type: none"> MDS
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Nacional / Codevasf Ministério das Minas e Energia Ministério do Meio Ambiente Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)
	(26)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 122 – Água para todos – universalização do acesso e uso da água 	<ul style="list-style-type: none"> * 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Cafarnaum, Canarana e Ibipeba) Promoção do aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Remanso e Sento Sé) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) 	(27)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 145 – Saneamento é vida 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saúde
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Arapipina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Belém do São Francisco) 	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico – PESB 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Saneamento Básico (CESB) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (SEDRU) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (Semad) Fundação João Pinheiro (FJP) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (ARSAE) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Saneamento Básico (FESB)
<ul style="list-style-type: none"> Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaré) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Belmonte, São José do Egito) Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais) 	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) Municípios e os gerenciadores Fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, prestadores de serviços e demais fontes geradoras previstas em regulamento. 	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta MI – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Águas Bela, Buique, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Batalha e Major Isidoro (AL), Canindé de São Francisco (SE)) Promover o investimento no abastecimento público de água, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Piaçabuçu e São Sebastião (AL) e Neópolis (SE)) <p>27. Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, nas condições definidas para cada zona (Todas as zonas):</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Nova Lima; Sabará; Santa Luzia; Ribeirão das Neves; Ibirité; Vespasiano; Betim) Medidas específicas para o aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 75 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Divinópolis; Conselheiro Lafaiete e Nova Serrana) e em municípios com índice de atendimento inferior a 50% (Esmeraldas; Capim Branco; Conceição do Pará; São José da Varginha; Prudente de Moraes; Inhaúma; Martinho Campos; Onça de Pitangui) Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Abaeté; Felixlândia, Corinto; Três Marias; Curvelo; Carmo do Paranaíba e Pompéu) Investimento no aumento da proporção da população atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Jaboticatubas, Gouveia e Bocaiúva) 				<ul style="list-style-type: none"> Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Recursos Hídricos (ANA, 2018a)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Distrito Federal (GDF) Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) (GDF & ADASA, 2011) 	
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento (Governo de Brasília, 2017a)
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal 	
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal ADASA CAESB Novacap Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal Secretaria de Estado do Meio Ambiente Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Saneamento (IBGE, 2017a)
	(27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Brasília Limpa 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento do Governo de Brasília
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Investimento no aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Presidente Olegário, Buritis, Cristalina – GO, João Pinheiro, Vazante, Paracatu, Unai e Formosa – GO) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Buritizeiro, Coração de Jesus, Várzea da Palma, São Francisco, Brasília de Minas, Arinos e Pirapora) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Espínosa, Monte Azul, Jaíba, Porteirinha, Janaúba, Capitão Enéas, Mirabela e Francisco Sá) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Itacarambi, Januária, Manga e Montalvânia) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Correntina) Investimento para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e São Félix do Coribe) Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Bom Jesus da Lapa, Caetité, Guanambi, Ibotirama, Macaúbas, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga e Riacho de Santana) 	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA) Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (FUNAPE)
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1048 - Programa Saneamento Básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Cidades Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGEGOIAS) Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cidades e Meio Ambiente (SECIMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA)
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água e Energia 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo PROTEGE
	(26, 27, 28)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual da Saúde – SESAB 	
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Saneamento Básico 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> SEDUR SEMA 	
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> ProÁgua 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica – Ministério da Integração Nacional Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – ANA 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Mundial (Acordo de Empréstimo 7420-BR)
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1038 – Melhoria na gestão dos resíduos sólidos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta Secretaria das Cidades - Administração Direta
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1076 – Gestão dos resíduos sólidos e desenvolvimento dos arranjos produtivos 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Barra, Pilão Arcado e Xique-Xique, no caso do esgotamento sanitário) 	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0912 – Ampliação do acesso à água e esgotamento sanitário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO COMPESA Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
<ul style="list-style-type: none"> Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Ibipeba, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão e São Gabriel) 	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1058 – Recursos hídricos e saneamento - expandir os serviços de esgotamento sanitário e o acesso à água 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta
<ul style="list-style-type: none"> Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Sobradinho) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Campo Formoso e Morro do Chapéu) Desenvolvimento de medidas para aumento da proporção da população total atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário, prioritariamente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índice de atendimento inferior a 80% (Arapipina, Bodocó, Exu, Ipubi e Ouricuri) 	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério das Cidades Ministério da Integração Nacional Ministério da Saúde Ministério do Turismo Setor privado Prefeituras Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) Emendas parlamentares; Organismos internacionais Responsabilidade Social (Secretaria de Recursos Hídricos, 2008)
<ul style="list-style-type: none"> Criação de medidas para aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Belém do São Francisco, Cabrobó, Lagoa Grande, Petrolina, Salgueiro e Santa Maria da Boa Vista) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Abaré, Curaçá, Juazeiro) Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Sertânia, Flores, Custódia, São José do Egito, Floresta, Tabira, São José do Belmonte) Promover o investimento no abastecimento público de água, prioritariamente em Jeremoabo (população urbana superior a 10 mil habitantes e índice de atendimento de 54%), e na rede de esgotamento sanitário (prioritariamente em Jeremoabo e Paulo Afonso, municípios com índices de atendimento residuais) 	(27)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Resíduos Sólidos Plano Estadual de Resíduos Sólidos Programa Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos (PEGRS) Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) 	<ul style="list-style-type: none"> CONSEMA SECTMA CPRH 	<ul style="list-style-type: none"> Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas Taxas advindas de serviços prestados e produtos extraídos, produzidos, beneficiados ou comercializados nas unidades de tratamento e destinação final Taxas advindas de serviços prestados a terceiros pelas unidades de tratamento e destinação final dos resíduos Recursos do ICMS socioambiental Fundos nacional, estadual e municipais de meio ambiente Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos Recursos internacionais

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Águas Belas, Buique, Ibimirim, Itaíba, Pedra, Petrolândia, Tacaratu e Venturosa (PE), Delmiro Gouveia, Piranhas, Santana do Ipanema e São José da Tapera (AL)) • Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Batalha, Major Isidoro, Olho d'Água das Flores e Pão de Açúcar (AL), Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Porto da Folha (SE)) • Aumento da proporção da população total atendida com esgotamento sanitário, principalmente em áreas urbanas com população superior a 10 mil habitantes e com índices de atendimento residuais (Arapiraca, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Penedo, Piaçabuçu e São Sebastião (AL), Aquidabã, Neópolis e Propriá) 				<ul style="list-style-type: none"> • Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria prima reciclada no seu processo produtivo
<p>28. Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubai) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia) 	(27)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Saúde e Saneamento 	*	<ul style="list-style-type: none"> • SEINFRA • CASAL • Fundo Estadual de Saúde (FES) • Laboratório Industrial Farmacêutico (LIFAL)
<p>28. Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubai) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia) 	(27)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • CASAL • SEINFRA • ARSAL 	<ul style="list-style-type: none"> • As atividades regulatórias das ações de saneamento básico serão financiadas pela transferência obrigatória, do prestador do serviço à Agência Reguladora, de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor arrecadado anualmente, observados os critérios estabelecidos nos respectivos Convênios de Cooperação ou Consórcios Públicos.
<p>28. Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, nas condições definidas para cada zona (exceto Zona 4):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Pedro Leopoldo) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 50 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Esmeraldas) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Felixlândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Buritis, Lagoa Formosa, Paracatu e Vazante) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Arinos, Coração de Jesus, São Francisco e Ubai) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São João da Ponte e Varzelândia) 	(28)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> • Doações de qualquer natureza, que sejam decorrentes de ações de responsabilidade social e ambiental de empresas privadas • Fundos nacional, estadual e municipal de meio ambiente e de resíduos sólidos, ou de áreas afins • Multas decorrentes de infrações na área de resíduos sólidos • Recursos internacionais • Política de incentivo fiscal e financeiro às indústrias recicladoras de resíduos sólidos, as que promovem a sua adequada destinação e as que utilizem matéria-prima reciclada no seu processo produtivo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Januária e Manga) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Correntina) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e São Desidério) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Carinhanha, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Candiba, Oliveira dos Brejinhos, Novo Horizonte, Urandi e Jacaraci) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Barra e Buritirama) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: América Dourada e Lapão) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Remanso) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Ourolândia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Araripe e Bodocó) adequar a destinação final dos resíduos sólidos na zona. • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Santa Cruz e Parnamirim) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Curaçá) 	(28)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico 	*	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano • Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe • Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos • Administração Estadual do Meio Ambiente • Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe • Fundo Estadual de Recursos Hídricos • Companhia de Saneamento de Sergipe
	(26, 27)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estadual de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundos do Governo Federal, que podem ser orçamentários ou de programas especiais de apoio aos estados e municípios • Orçamento estadual e do municipal • Apoio financeiro do Banco Mundial, do BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil
	(27)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos Municipais de Saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Saneamento – CESAN vinculado à Secretaria de Estado das Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> • OGU
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: • Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH 	
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: • Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PGIRS 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH 	
	(28)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: • Plano Estadual de Coleta Seletiva de Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Sergipe em parceria com SEMARH 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: São José do Egito e Sertânia) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Santa Brígida) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplos: Mata Grande (AL) e Itaíba (PE)) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Major Isidoro (AL)) • Aumentar a capacidade de coleta de resíduos sólidos domiciliares, principalmente em municípios com população superior a 10 mil habitantes e com taxa de cobertura inferior a 80% (exemplo: Piaçabuçu (AL)) 				
<p>29. Monitorização, fiscalização e controle, de acordo com as diretrizes para cada zona (exceto zona 14):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle da poluição proveniente da mineração e agricultura intensiva associado ao monitoramento da qualidade da água • Controle da poluição proveniente das indústrias associado ao monitoramento da qualidade da água • Controle de outorgas e perfuração de poços • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento e pecuária • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção ao não cumprimento da Reserva Legal e à pecuária • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento nos municípios de Jaborandi e Correntina; • Desenhar programa de monitoramento, controle e fiscalização do parcelamento e uso irregular do solo, com especial atenção a culturas de rendimento • Implementar as propostas da Agência Nacional de Águas (ANA, 2017) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos 	(29)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> • MMA – Administração Direta • MI – Administração Direta • Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf • Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste • Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO • Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE • Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(29)	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Monitora 	<ul style="list-style-type: none"> • INEMA • FIEB 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao minério de ferro e em municípios como Nova Lima, Congonhas, Itabirito, Ouro Preto e Brumadinho • Mapear, acompanhar, monitorar e fiscalizar os passivos ambientais da mineração, com particular atenção ao município de Paracatu • Melhoria na fiscalização de prevenção ao desmatamento • Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na margem direita do lago Sobradinho • Monitoramento do uso da água em culturas irrigadas na planície fluvial do São Francisco • Monitoramento/preservação/recuperação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN Planalto e RPPN Lula Lobo • Monitorar a atividade de aquicultura, devido à contaminação das águas por resíduos de ração utilizados diariamente • Monitorar a expansão acelerada da agricultura na região, que tem provocado a aceleração dos processos de erosão marginal, causando recuo das margens sergipanas e a perda de superfície do solo agrícola • Monitorar a Floresta Nacional de Negreiros • Monitorar e preservar a Reserva Ecológica e Arqueológica da Serra do Mulato • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja e a cana-de-açúcar em municípios como Chapada Gaúcha e Januária, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a soja (em Baianópolis, Serra do Ramalho e Santana) e a cana-de-açúcar (em municípios como Angical e Cristópolis), promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar em Juazeiro, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar o crescimento de culturas de rendimento, especificamente a cana-de-açúcar, promovendo o uso de insumos naturais e o emprego de técnicas de conservação • Monitorar, preservar e recuperar as áreas do Parque Estadual Serra do Areial e o Refúgio de Vida Silvestre Riacho Pontal • Promoção de ações de monitoramento e fiscalização, controle e vigilância ambiental na agricultura de rendimento, em termos de saúde humana, por forma a evitar a elevada utilização de agroquímicos • Reforçar a fiscalização das carvoarias 				

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar o controle do cultivo de eucalipto, por exemplo mediante a revisão da legislação atinente ao seu licenciamento ambiental 				
<p>30. Incentivar o turismo espeleológico considerando o elevado número de cavernas na zona (Zonas 1 e 2)</p> <p>31. Promover o turismo ecológico sustentável (Zonas 3, 4, 15, 21, 22, 23, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o turismo ecológico sustentável Promover o turismo ecológico sustentável através da construção de trilhos, promoção práticas de conservação, entre outras medidas 	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo – Administração Direta Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) Agentes públicos e privados 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) Parcerias com as instituições financeiras (bancos públicos, como Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste Parceria com os agentes responsáveis por outros fundos públicos (como os fundos constitucionais, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS))
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Turismo (MT) 	
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) Conselho Estadual de Turismo 	
	(30, 31)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) Infraero Secretarias estaduais e municipais de turismo Unidades executoras dos estados e municípios (UEE e UEM) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Banco do Nordeste (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico de turismo do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Prodetur-NE II – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Fortalecimento Municipal da Gestão do Turismo (PMGT) (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0004 – Promoção e apoio à comercialização do destino turístico 	*	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos - EMPETUR
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0737 – Prodetur nacional Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0925 – Ampliação e adequação da infraestrutura para o turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> EMPETUR Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0359 – Sustentabilidade das cadeias econômicas da cultura e do turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Cultura - Administração Direta
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco -Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR/PE) EMPETUR 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades de Suporte ao Financiamento do Plano: <ul style="list-style-type: none"> Prefeitura Municipal de Ipojuca Prefeitura Municipal de Recife Prefeitura Municipal de Olinda CTI Nordeste (Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco & Empetur, 2008)
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Alagoas 2013-2023 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas 	
	(31)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0023 - Turismo e esporte 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e da Juventude Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado do Turismo

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>32. Aplicar parte do aumento esperado da receita com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais referente ao minério de ferro (devido ao aumento da alíquota específica para 3,5%) na recuperação de passivos ambientais e em ações de mitigação de contaminação (Zona 1)</p> <p>33. Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população (Zonas 1, 2, 6):</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Sete Lagoas, Divinópolis, Nova Serrana e Pará de Minas Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Pirapora e Várzea da Palma <p>34. Identificação de áreas ilegais de garimpo e mitigação de seus impactos (Zona 3)</p> <p>35. Criar plano de mitigação da contaminação de solo e água pelos rejeitos industriais da mineração (em Paracatu) que provocam problemas de saúde em parte da população (Zona 5)</p> <p>36. Incentivo a ações com objetivo de mitigar contaminação de solo, água e ar pelos rejeitos industriais e de mineração que provocam problemas de saúde em parte da população, em particular em municípios com grande atividade industrial como Araripina e Ouricuri (Zona 17)</p> <p>37. Regularização ambiental da atividade (de mineração de calcificação de gesso) do chamado “Pólo Gesseiro” (Zona 17)</p> <p>38. Ordenamento da extração e uso do angico (Zona 19)</p>	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2041 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral 	*	<ul style="list-style-type: none"> MME – Administração Direta Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDIC – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2083 – Qualidade Ambiental 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta IBAMA Fundação Nacional de Saúde Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA
	(32 a 38)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(32, 34, 36, 37, 38)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão de Desenvolvimento Econômico 	<ul style="list-style-type: none"> Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem)
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Gestão de Áreas Contaminadas (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Sustentável – PMS 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) Serviço Social da Indústria (SESI) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 191 – Melhoria da qualidade ambiental (Minas Gerais) 	*	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Programa “Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa de Empreendimentos no Estado” (Minas Geris) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(36, 37, 38)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 	*	
	(32 a 35)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
39. Apoio a ações que visem a preservação do patrimônio histórico (Zona I)	(39)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2027 – Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura – Administração Direta Fundação Cultural Palmares Instituto Brasileiro de Museus (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional de Cultura Fundação Biblioteca Nacional Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Fundação Nacional de Artes Agência Nacional do Cinema
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura (MinC) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) Incentivo Fiscal Fundo Nacional da Cultura (FNC)
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Inventário do Patrimônio Cultural da Bacia do Rio São Francisco 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais 2017-2026 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Conselho Estadual de Política Cultural (Consec) 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pontos de Cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Cultura 	
	(39)	<ul style="list-style-type: none"> Programas de educação patrimonial 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Cultura (SEC) Secretaria de Estado de Educação (SEE) 	
		<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
<p>40. Apoio a comunidade indígena Pataxó com processo de reconhecimento do seu território em Itapecerica (Zona 2)</p> <p>41. Apoio a comunidade indígena Atikum com processo de reconhecimento do seu território em Santa Rita de Cássia (Zona 11)</p> <p>42. Apoio a comunidade indígena Pankararú com processo de reconhecimento do seu território em Muquém de São Francisco (Zona 13)</p> <p>43. Apoio a comunidade indígena Truká com processo de reconhecimento do seu território em Orocó (Zona 18)</p> <p>44. Apoio a comunidade indígena Pankará (da Serra do Arapuá) com processo de reconhecimento do seu território em Carnaubeira da Penha (Zona 20)</p> <p>45. Apoio a comunidade indígena Tuxá com processo de reconhecimento do seu território em Rodelas (Zona 21)</p> <p>46. Apoio a comunidades indígenas Kalancó, Fulni-ô, Pankararú e Jeripancó com processo de reconhecimento dos seus territórios em Água Branca, Águas Belas, Jatobá e Pariconha (Zona 22)</p> <p>47. Fomento à certificação de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e apoio às demandas de regularização fundiária dessas comunidades (Zona 16, 18, 19, 21)</p>	(40 a 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena/GATI
	(40 a 47)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
	(40)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
			<ul style="list-style-type: none"> Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(41 a 43, 45, 47)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(41 a 43, 45, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT)	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(43, 44, 46, 47)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
<p>48. <i>Elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) de Três Marias, com vista ao ordenamento da ocupação</i> (Zona 3)</p> <p>49. <i>Implementar as propostas da Agência Nacional de Águas (ANA, 2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços) (2017) para a região, com foco na sustentabilidade dos recursos hídricos</i> (Zona 3)</p> <p>50. <i>Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia e Sistema Aquífero Areado (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços)</i> (Zonas 5, 6)</p> <p>51. <i>Implementar as propostas da ANA (2017a) de áreas de controle e proteção na região do Sistema Aquífero Urucuia (áreas de restrição e controle, áreas de proteção de aquíferos e perímetros de proteção de poços)</i> (Zonas 7, 9, 10, 11, 13)</p> <p>52. <i>Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas</i> (Zonas 9, 10, 11)</p> <p>53. <i>Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais do Baixo São Francisco prejudicados com a construção de barragens</i> (Zonas 21, 22)</p>	(53, 54)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Codevasf Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2084 – Recursos Hídricos 	*	<ul style="list-style-type: none"> MI – Administração Direta DNOCS Codevasf Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM Agência Nacional de Águas – ANA MMA

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
54. Desenvolver políticas de capacitação, adaptação e compensação para os agricultores familiares e pescadores artesanais prejudicados com a construção de barragens (cujas atividades sofreram diretamente os impactos do barramento das águas pela falta de alimentação hídrica natural nas várzeas onde eram desenvolvidas atividades de rizicultura e aquicultura) (Zonas 23, 24)	(55)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2086 – Transporte Aquaviário 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Portos MTPA – Administração Direta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante – FMM
55. Avaliar a viabilidade da implantação de ações voltadas à manutenção da navegabilidade no rio São Francisco (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
56. Promover ações de controle da intrusão das águas oceânicas (cunha salina), incluindo o monitoramento e controle da qualidade da água para consumo humano (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) Ministério da Integração Nacional (MI) Ministério de Minas e Energia (MME) 	
57. Apoiar as atividades econômicas afetadas pelo avanço da cunha salina (notadamente as culturas agrícolas ora praticadas na região, como a rizicultura), por exemplo na conversão em outras atividades econômicas (como a carcinicultura) (Zona 24)	(48 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de bacias interestaduais (em particular o Plano de Recursos Hídricos da BHSF 2016-2025) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) Comitê de Bacias 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA)
58. Incentivar a implementação e manutenção de projetos de requalificação ambiental (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24):	(48 a 52, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) Codevasf Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	(48, 53, 54, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) 	
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo (em particular onde houver desmatamento), proteção de nascentes e adequação das estradas rurais e/ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Lagoa da Prata, Conselheiro Lafaiete, Santo Antônio e Divinópolis, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	(55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Hidroviário Estratégico (PHE; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) 	
	(55)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH; 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) 	
	(56, 57)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Água Doce (PAD)
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 120 – Gestão e desenvolvimento sustentável de recursos hídricos 	•	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 206 – Cultivando água boa 	•	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Recuperação Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (FHIDRO)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de construção de bacias de contenção de águas pluviais ou de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Pompéu, Felixlândia, Três Marias e Morada Nova de Minas, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf Incentivar a implementação e manutenção de projetos de requalificação ambiental, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Bocaiúva, Engenheiro Navarro e Santos Dumont, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais executadas pelo CBHSF no Ribeirão São Pedro (município de Paracatu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG) Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/MG) Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitês de bacia hidrográfica (CBH) Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) 	
	(48 a 51, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Conservação de Água (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> IGAM 	<ul style="list-style-type: none"> FHIDRO
	(48, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Minas Gerais 	
	(51 a 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Recursos Hídricos (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREH 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA
	(51 a 53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Bacias Hidrográficas (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA
	(48 a 51, 56 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> ANA Outros parceiros
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Recursos Hídricos e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídrico do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Distrital de Recursos Hídricos (ANA, 2018a)
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Enfrentamento à Crise Hídrica (Buarque, 2003) (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Brasília 	
	(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (PGIRH) do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo de Distrito Federal (GDF) Agência reguladora de Águas, energia e Saneamento Básico do DF (ADASA) (GDF & ADASA, 2011) 	
(50, 58)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Incentivo ao Reaproveitamento da Água da Chuva no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Limitar as supressões de vegetação e atividades que requeiram cultivo intenso nas áreas com maior potencial erosivo; nestas áreas, será também de dar continuidade às ações de preservação de nascentes (como o cercamento) e de controle de processos erosivos (como a adequação de estradas vicinais, a construção de curvas de nível, terraços e barraginhas para a contenção de águas pluviais ou a recomposição vegetal), que vêm sendo executadas em regiões de maior contribuição hídrica de erosão, com base em estudos realizados pela Codevasf • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização e recuperação de nascentes executadas pelo CBHSF no Rio das Pedras e Córrego Buritis (município de Guaraciama), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação de estradas rurais ou de proteção de áreas de preservação permanente, recuperação e conservação de áreas degradadas e voçorocas que vêm sendo executadas pelo CBHSF em municípios como Paratinga e Bom Jesus da Lapa, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de recuperação hidroambiental executadas pelo CBHSF na bacia do rio Verde (Ibipeba), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais; priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e de tecnologias de convivência com o semiárido 	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0611 – Gestão de recursos hídricos de Pernambuco 	*	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Executiva de Recursos Hídricos - Administração Direta • COMPESA
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0733 – Gestão integrada de recursos hídricos - água e clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> • APAC
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Pernambuco): <ul style="list-style-type: none"> ○ Planos diretores de recursos hídricos ○ Plano estadual de recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH) • Comitês de Bacia Hidrográfica – COBH • Órgão gestor de recursos hídricos do Estado (APAC e Secretaria de Infraestrutura) • Órgãos executores do SIGRH/PE; • Organizações civis de recursos hídricos; • Agências de Bacia 	<ul style="list-style-type: none"> • FEHIDRO
	(53, 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Estratégico de Recursos Hídricos e Saneamento (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Recursos Hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério das Cidades • Ministério da Integração Nacional • Ministério da Saúde • Ministério do Turismo • Setor privado • Prefeituras • Governo do Estado de Pernambuco (diretamente e através da COMPESA) • Emendas parlamentares; • Organismos internacionais • Responsabilidade Social (Secretaria de Recursos Hídricos, 2008)
	(53 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Recursos hídricos e meio ambiente 	*	<ul style="list-style-type: none"> • IMA • Fundo de Recursos Hídricos • SEINFRA • CASAL
	(53 a 58)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual de Recursos Hídricos (Alagoas): <ul style="list-style-type: none"> ○ Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/AL) ○ Planos Diretores de Bacias Hidrográficas 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMARH 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH/AL)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes e de proteção de área de preservação permanente, conservação de solos, recuperação e estabilização de voçorocas executadas pelo CBHSF na bacia do rio Salitre (Morro do Chapéu), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Implementação de planos de recuperação ambiental, notadamente na região do rio Curaçá, sobretudo para as matas ciliares, objetivando a reintrodução da Ararinha-azul e a continuidade dos projetos de educação ambiental de preservação das espécies • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de cercamento e renaturalização de nascentes executadas pelo CBHSF na bacia do rio Mocambo (Curaçá), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais • Incentivar a implementação de programas de compensação ambiental e de projetos hidroambientais, a exemplo dos que vêm sendo executados pelo CBHSF desde 2012 visando aumentar a quantidade e a qualidade da água, de forma a envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, os recursos originários da cobrança pelo uso da água e de futuro também os arrecadados com multas por crime ambiental (Decreto n.º 9.179, de outubro de 2017) • Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de revitalização da bacia que vêm sendo executadas pelo CBHSF na bacia do rio Moxotó (Ibimirim), envolvendo a sociedade civil no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 	<p>(54 a 58)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0024 - Gestão ambiental e saneamento básico 	<p>*</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano • Unidade Técnica de Administração do Programa Águas de Sergipe • Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos • Administração Estadual do Meio Ambiente • Fundo de Defesa de Meio Ambiente de Sergipe • Fundo Estadual de Recursos Hídricos • Companhia de Saneamento de Sergipe

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a implementação e manutenção de projetos hidroambientais, a exemplo das ações de levantamento e diagnóstico ou revitalização e recuperação de nascentes; de proteção de matas ciliares e/ou nascentes (cercamento); de adequação de estradas rurais; de conservação do solo ou recomposição vegetal (plantio de mudas); ou de levantamento da situação fundiária das ocupações, que vêm sendo executadas pelo CBHSF nas bacias dos rios Boacica, Jacaré, Piauí, Riacho Riachão e na foz do rio São Francisco; envolver a sociedade de uma forma geral no processo de revitalização da BHSF aproveitando, também, mecanismos de conservação ambiental como o Pagamento por Serviços Ambientais 				
<p>59. Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas (Zona 3)</p> <p>60. Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável (Zonas 15, 20, 21, 22):</p> <ul style="list-style-type: none"> Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas no município de Floresta Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Glória, Paulo Afonso e Rodelas Fomentar a atividade de aquicultura de forma sustentável, promovendo a disseminação de tecnologia de reprodução artificial de espécies nativas nos municípios de Petrolândia, Jatobá e Delmiro Gouveia 	(59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2052 – Pesca e Aquicultura 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Codevasf Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
	(59, 60)	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(59)	<ul style="list-style-type: none"> Plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(59)	<ul style="list-style-type: none"> Planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura 	
	(60)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agricultura familiar e pesca 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas (IDERAL) Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL) Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (EMATER) SEINFRA
<p>61. Priorizar o desenvolvimento e expansão das áreas ocupadas pelas produções agrosilvopastoris em áreas já alteradas (Zonas 1, 4)</p> <p>62. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária (Zona 1)</p> <p>63. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zonas 4, 6)</p> <p>64. Recuperação de pastagens degradadas através de métodos agroecológicos (Zona 8)</p>	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: Programa 2012 – Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) MDS – Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>65. Criar plano de promoção da sustentabilidade no negócio pecuário recorrendo a mecanismos e técnicas inovadoras de promoção da conservação (por exemplo: pagamento por serviços ambientais) (Zonas 2, 5)</p> <p>66. Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (Zonas 2, 3, 5, 22, 23)</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos) Aumentar a produtividade da atividade pecuária por forma a evitar a abertura de novas áreas de pastagem (programa de disseminação de novas tecnologias no manejo da pecuária bovina de leite e corte com o objetivo de melhoria dos processos produtivos); promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) 	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2050 – Mudança do Clima 	*	<ul style="list-style-type: none"> MCTIC – Administração Direta MMA – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
<p>67. Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária na região, fomentando ações de aumento da produtividade, promoção da sustentabilidade, transmissão de tecnologias e de diminuição da área ocupada (Zona 6)</p> <p>68. Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 17)</p> <p>69. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (Zonas 19)</p> <p>70. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária e promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. caprinocultura em médias propriedades) (Zona 21)</p> <p>71. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zona 24)</p> <p>72. Fomentar estratégias, identificação de boas práticas e experiências, e o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (Zona 22)</p> <p>73. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento (Zonas 5, 9)</p> <p>74. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária (Zona 7)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2066 – Reforma Agrária e Governança Fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAD – Administração Direta (Recursos sob Supervisão do) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – SEAD
<p>67. Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária na região, fomentando ações de aumento da produtividade, promoção da sustentabilidade, transmissão de tecnologias e de diminuição da área ocupada (Zona 6)</p> <p>68. Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 17)</p> <p>69. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (Zonas 19)</p> <p>70. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária e promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. caprinocultura em médias propriedades) (Zona 21)</p> <p>71. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zona 24)</p> <p>72. Fomentar estratégias, identificação de boas práticas e experiências, e o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (Zona 22)</p> <p>73. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento (Zonas 5, 9)</p> <p>74. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária (Zona 7)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2077 – Agropecuária sustentável 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta MI – Administração Direta Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda Codevasf DNOCS (Recursos sob Supervisão do) Fundo de Defesa da Economia cafeeira – Funcafé
<p>67. Criar plano de desenvolvimento da atividade pecuária na região, fomentando ações de aumento da produtividade, promoção da sustentabilidade, transmissão de tecnologias e de diminuição da área ocupada (Zona 6)</p> <p>68. Promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 17)</p> <p>69. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (Zonas 19)</p> <p>70. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária e promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. caprinocultura em médias propriedades) (Zona 21)</p> <p>71. Promover ações de sustentabilidade da cadeia produtiva pecuária, tendo como destino principal pequenas explorações familiares (Zona 24)</p> <p>72. Fomentar estratégias, identificação de boas práticas e experiências, e o desenvolvimento de tecnologias sociais que promovam melhor convivência com o semiárido (Zona 22)</p> <p>73. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento (Zonas 5, 9)</p> <p>74. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental como forma de sustentar o crescimento da pecuária (Zona 7)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDS – Administração Direta MI – Administração Direta MMA – Administração Direta Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – Administração Direta Fundo Nacional de Saúde

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
75. Fomentar o mercado de Cotas de Reserva Ambiental na região como forma de sustentar o crescimento da agricultura de rendimento e de suportar o aumento da Reserva Legal (Zona 10)	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
76. Promover a agricultura sustentável e culturas tradicionais através de técnicas inovadoras de promoção de agricultura de conservação (Zona 3)	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Safra da Agricultura Familiar – 2017-2020 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Garantia-Safra Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
77. Delinear plano de promoção de agricultura sustentável com criação de marca própria certificada internacionalmente para valorização da produção (Zona 5)				
78. Incentivar ações de assistência técnica continuada aos agricultores rurais para sistemas de produção integrada lavoura-pecuária-floresta (Zona 8)				
79. Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação (Zonas 6, 7, 13, 20, 21, 22, 23): <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar em particular de comunidades tradicionais, como forma de aumentar a renda e a atividades de conservação, com foco nos municípios de Gameleiras, Matias Cardoso e São João da Ponte 	(63, 71 a 75, 79, 80)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF Fundo Amazônia Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA Outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF 	
80. Desenvolvimento de ações de promoção da agricultura familiar, em particular de comunidades tradicionais, com suporte de assistência técnica e extensão rural (Zona 16)	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) 2010-2020 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Casa Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de crédito – Programa ABC Linhas de crédito agrícola (como Pronaf) – BNDES e outros Fontes orçamentárias
81. Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura (Zonas 18, 19): <ul style="list-style-type: none"> Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura, através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional (Zonas 18, 19) Fomentar técnicas de cultivo sustentáveis no manejo das áreas de horticultura e fruticultura (principalmente em Curaçá, Abaré e Juazeiro), através da criação de selos de sustentabilidade e certificação internacional 				
82. Criar plano para o desenvolvimento de culturas agrícolas sustentáveis e adaptadas às condições dos solos e do clima regional, promovendo a disseminação de técnicas inovadoras e de conservação (Zona 16)	(61 a 64, 67 a 77, 81 a 83)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional sobre Mudança do Clima 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: <ul style="list-style-type: none"> recursos reembolsáveis: geridos pelo BNES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social recursos não reembolsáveis – geridos pelo Ministério do Meio Ambiente

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>83. Promoção de técnicas de manejo adequado de pastagens e alternativas agroecológicas (técnicas de convivência com o semiárido), principalmente na região de Jaguarari, onde poderão substituir atividades de extrativismo de carvão e a pecuária extensiva; promoção de uma pecuária alternativa, baseada na criação de animais adaptáveis ao semiárido (p. ex. ovino-caprinocultura) (Zona 19)</p> <p>84. Incentivar programas de assistência técnica e extensão rural (Zonas 13, 15)</p>	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Estados e municípios 	
<p>85. Promover ações mitigadoras para o controle da salinização dos solos provocada pela intensa produção de fruta (Zonas 18, 19)</p>	(65, 67, 76)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 025 – Geração de conhecimento e de Tecnologia Agropecuária 		
<p>86. Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (Zonas 18, 19, 21):</p> <ul style="list-style-type: none"> Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (indústria de processamento de produtos agrícolas) Ações para o desenvolvimento da indústria através da integração vertical no agronegócio (por exemplo, implantação de agroindústria de polpas e geleias em Glória) 	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 059 – Apoio à Produção Sustentável, Agregação de Valor e Comercialização – Do Campo à Mesa 		
<p>87. Promover ações para o atendimento das demandas de comercialização dos pequenos produtores, como a agroindústria familiar (Zonas 18, 19, 21)</p> <p>88. Investimento em pesquisa para inovação dos usos agrícolas (incentivo a novas culturas) (Zona 22)</p>	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Minas Pecuária (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) Ruralminas 	<ul style="list-style-type: none"> dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais recursos advindos de parcerias entre União, Estado e o setor privado recursos oriundos de outras fontes
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – PEDRS (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Cedraf) Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado Recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações Fundo de Erradicação da Miséria – FEM Outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais (UNICAFES-MG) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEAMG) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAFMG) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) Órgãos Públicos da Administração Direta e Indireta
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CTSANS) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA - MG) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(66, 68 a 73, 75, 79 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(66, 68 a 73, 75, 79 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(61 a 68, 76 a 79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) Conselho de Política de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (CPDR) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR) Banco de Brasília S/A (BRB)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável do DF 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (FDR)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Inclusão Socioprodutiva Rural (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) 	
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI EMATER/DF 	
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica – PDAPO (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF) Câmara Setorial da Agroecologia e Produção Orgânica do Distrito Federal – (CAO-DF) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR)
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF) Sociedade Civil, por meio do Grupo de Trabalho Agricultura Urbana (GT-AU) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Defesa do Consumidor (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Distrito Federal
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Distrito Federal) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal (CONSEA-DF) 	
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1037 - Programa Desenvolvimento da Agropecuária (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência Executiva de Agricultura Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 1062 - Programa Defesa e Vigilância Agropecuária (Goiás) 	*	<ul style="list-style-type: none"> Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA)
	(65, 66, 73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none">
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Agricultura Familiar (Goiás) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) 	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
	(73, 77)	<ul style="list-style-type: none"> Plano/Programa Agricultura de Baixo Carbono – ABC-GO 	<ul style="list-style-type: none"> Comitê Interministerial de Mudança Global do Clima (CIM) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED) (MMA, FUNBIO, 2014) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco do Brasil Banco da Amazônia Banco do Nordeste

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(68 a 70, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Produtivo 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Cultura Fundação Cultural do Estado da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Urbano Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia Secretaria de Turismo Agência de Fomento do Estado da Bahia Secretaria da Administração Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Secretaria de Desenvolvimento Econômico Junta Comercial do Estado da Bahia Centro Industrial de Subaé Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Companhia Baiana de Pesquisa Mineral Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
	(68 a 70, 73, 75, 79, 81 a 85)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual sobre Mudança do Clima (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Políticas para Sustentabilidade - Secretaria Estadual do Meio Ambiente Instituto de Gestão das Águas e Clima 	<ul style="list-style-type: none">

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(68 a 70, 73, 75, 79, 81 a 85)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido (composto por Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido e Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido) 	<ul style="list-style-type: none">
	(69, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mecanização Agrícola (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza – FUNCEP (execução e supervisão são da SEAGRI/EMDAGRO)
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0030 – Apoio às ações de convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0423 – Apoio ao desenvolvimento agrário 	*	<ul style="list-style-type: none"> IPA
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0058 – Regularização e reorganização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - ITERPE
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0131 – Programa de melhoria da convivência com o semiárido 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Administração Direta
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0318 – Promoção de regularização fundiária 	*	<ul style="list-style-type: none"> Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 0633 – Apoio à estruturação de assentamentos rurais 	*	<ul style="list-style-type: none"> ITERPE
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1040 – Programa de desenvolvimento sustentável – enfoque territorial e transversalidade do meio ambiente – Prorural 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(66, 68, 72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN) 2016/2019 (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PE) Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PE) Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual responsáveis pela implementação dos programas e ações integrantes do PLANESAN Órgãos e entidades municipais e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha 	<ul style="list-style-type: none"> Poder Executivo Estadual, Distrito Estadual de Fernando de Noronha e Municípios que aderirem ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SESANS)
	(72, 79, 81, 85 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar (PROATER-PE) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar (SEAF) 	<ul style="list-style-type: none"> Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
	(69, 73, 75, 79 a 87)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas vinculadas à Secretaria Apoio do Estado Federal
	(66, 68, 72, 79, 81, 85)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, por meio da SEAF e demais órgãos vinculados, através da criação da Diretoria de Convivência com o Semiárido 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
	(66, 71, 72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Agronegócio 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (ADEAL)
	(66, 71, 72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Inclusão produtiva 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI IDERAL Instituto de Metrologia e Qualidade (INMEQ/AL) Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego (SETE) SEDETUR Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
	(66, 71, 72)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Alagoas Mais Ovinos (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(66, 71, 72)	<ul style="list-style-type: none"> Programa do Leite (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	<ul style="list-style-type: none"> Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Desenvolve (Agência de Fomento de Alagoas) (Desenvolve-AL, 2014)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Raízes e tubérculos (inhame) (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(72, 79, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Palma e sorgo forrageiro (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> SEAGRI 	
	(71, 72, 79, 85, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas - PAA/AL 	<ul style="list-style-type: none"> EMATER/AL 	<ul style="list-style-type: none"> Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) (Guia de Serviços de Alagoas, 2018)
	(71, 72, 79, 85, 88)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Convivência com o Semiárido (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, em articulação com as demais secretarias, órgãos públicos e organizações da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
	(66, 71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA de Sergipe 2016/2019: Programa 0022 - Desenvolvimento rural, agropecuário e pesca 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe Secretaria de Estado da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
	(66, 71)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Defesa Sanitária (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) sob a coordenação da SEAGRI 	
	(66, 71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa fortalecimento das cadeias produtivas (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO sob a coordenação da SEAGRI 	
	(71, 79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura Familiar (Pronaf) (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> EMDAGRO 	
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Económica Federal FUNCEP
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2028 – Defesa Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta
	(61 a 88)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária 	*	<ul style="list-style-type: none"> MAPA – Administração Direta Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GATI
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA Representantes indígenas Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES Recursos de projetos de cooperação internacional
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT)	<ul style="list-style-type: none"> Estado da Bahia
	(79)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
<p>89. Fomentar técnicas de irrigação sustentáveis através da disseminação de novas tecnologias, conforme vem sendo feito pela Codevasf, no apoio aos pequenos produtores e na adequação de sistemas de irrigação nos perímetros públicos de modo a desenvolver/adequar os sistemas produtivos à nova condição hídrica) e maior penalização da irrigação convencional na cobrança pelo uso de recursos hídricos (Zonas 6, 7, 9, 10, 18, 19)</p> <p>90. Criar plano de manejo da cultura da soja na região, limitando as suas áreas de cultivo, as técnicas de cultivo e as técnicas de irrigação (Zona 10)</p> <p>91. Incentivar a adoção de tecnologias de irrigação alimentadas por sistemas locais de energia (Zonas 21, 22, 23, 24)</p> <p>92. Investimento na fruticultura irrigada em pequenas e médias propriedades (Zona 21)</p>	(89 a 92)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(89 a 92)	<ul style="list-style-type: none"> Plano para Expansão, Aprimoramento e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) Ministério da Integração Nacional (MI) Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento geral da União
	(89)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) Ministério da Integração Nacional Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Brasil (BB) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(89)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Irrigação e Drenagem 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Interior Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral 	
	(91)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Apoio à Produção dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf – PROAP (Alagoas) 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF 	<ul style="list-style-type: none"> CODEVASF (CODEVASF, 2017a)
	(91)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Agricultura irrigada (Sergipe) 	<ul style="list-style-type: none"> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>93. Implementar estratégias de manejo para a preservação de áreas consideradas em desertificação, como a avaliação da viabilidade da aplicação da técnica de recarga artificial de aquíferos (direta e indireta) proposta pela ANA (2017) (Zonas 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24)</p>	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	<ul style="list-style-type: none"> MMA Fundo Clima Fundo Socioambiental da Caixa Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais – PAE/MG 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável Coordenação de Combate à Desertificação SEDVAN/IDENE Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – PDSA (2005) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> * 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Infraestrutura Fundo de Recursos para o Meio Ambiente Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Secretaria da Administração

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia Secretaria de Desenvolvimento Rural Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional Coordenação de Desenvolvimento Agrário
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca 	<ul style="list-style-type: none"> SEMA Órgãos Colegiados: EDETER – Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos CEPRAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia FBMC-Bio – Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> FERHBA Fundo Estadual de Meio Ambiente Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB Plano de Aceleração do Crescimento – PAC Fundo Nacional de Meio Ambiente Ministério da Integração Nacional (MI) MCTIC Banco do Nordeste do Brasil (BNB) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) BIRD – International Bank for Reconstruction and Development, BID, JBIC – Japan Bank for International Cooperation Fundos internacionais: WWF – World Wildlife Fund, EU – European Union, OMT – Organização Meteorológica Mundial
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Pernambuco para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAE-PE 	<ul style="list-style-type: none"> SECTMA 	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> Subsídios e incentivos fiscais e financeiros para elaboração e implantação de pesquisas, projetos e ações voltados ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e à convivência socioambiental sustentável como semiárido Incentivos fiscais e financeiros para a criação e implementação de Unidades de Conservação voltadas à proteção do Bioma Caatinga
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação Estadual de Alagoas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-AL) 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Combate à Desertificação 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação – PAE- Sergipe 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Estadual de Combate à Desertificação 	
	(93)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Regional de Sergipe – PDR Sergipe (em execução) 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAG, com apoio da SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da Integração Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), instituição vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA)
<p>94. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para propriedades rurais que promovam recuperação de áreas degradadas e agropecuária de conservação (Zona 7)</p> <p>95. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e pequenas propriedades familiares (Zonas 8, 13)</p>	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 	*	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Nacional do Índio – FUNAI Fundo Nacional de Saúde Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta
<p>96. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e pequenas propriedades familiares (Zonas 11, 12, 23, 24)</p>	(94 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
<p>97. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para pequenas propriedades agrícolas familiares com culturas de subsistência (Zonas 15, 16, 17)</p> <p>98. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas e comunidades remanescentes de quilombos em Cabrobó e Salgueiro (Zona 18)</p>	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Integrado de Implementação da PNGATI 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério da Justiça (MJ) Ministério do Meio Ambiente (MMA) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
<p>99. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Carnaubeira da Penha, Floresta e Mirandiba (Zona 20)</p> <p>100. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em Glória, Paulo Afonso e Rodelas (Zona 21)</p> <p>101. Desenvolvimento de programa de Pagamento por Serviços Ambientais para comunidades indígenas em municípios como Pesqueira, Tacaratu, Águas Belas, Pariconha e Jatobá (Zona 22)</p>			<ul style="list-style-type: none"> • Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) • Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) • Aty Guasu / Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS • Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) • Fundação Nacional do Índio (FUNAI) • Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) 	
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe técnica responsável pela facilitação da elaboração do PGTA • Representantes indígenas • Fundação Nacional do Índio (FUNAI) 	<ul style="list-style-type: none"> • PPA 2016/2019 (principal fonte de recursos para financiamento das ações do PII-PNGAT) • Fundos públicos socioambientais, como o Fundo Clima do MMA e o Fundo Amazônia do BNDES • Recursos de projetos de cooperação internacional
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Produtor de Água (estímulo à política de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Nacional de Águas (ANA) • Outros parceiros
	(95, 96, 98 a 101)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PRSF (“Plano Novo Chico”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH/MI) • Codevasf • Ministério do Meio Ambiente (MMA) 	
	(94, 95)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) • Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MG) • Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) 	
	(95 a 97, 101)	<ul style="list-style-type: none"> • PPA Bahia 2016/2019: Programa de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> • * 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
	(95 a 97, 101)	<ul style="list-style-type: none"> • Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Bahia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Bahia

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(97 a 99, 101)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas (Pernambuco) 	<ul style="list-style-type: none"> SARA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) 	<ul style="list-style-type: none"> Celebração de convênios, contratos, acordos e instrumentos similares de cooperação entre o Estado de Pernambuco e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como com entidades privadas e organizações não governamentais que tenham reconhecida atuação no tema
	(97 a 99, 101)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Pernambuco Quilombola 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), por meio de sua Executiva de Segmentos Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Várias entidades federais e estaduais para os diferentes Eixos de Desenvolvimento: Eixo I – Acesso à Terra; Eixo II – Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3 – Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4 – Educação (Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, 2016)
	(96)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe (em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) INCRA 	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Geral da União (OGU) Caixa Econômica Federal FUNCEP
<p>102. Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis (Zonas 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24):</p> <ul style="list-style-type: none"> Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia solar da região [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)], a exemplo do projeto de energia fotovoltaica em placas flutuantes previsto para o lago de Sobradinho desde 2016, para o qual já existe licença ambiental (CHESF, comunicação escrita, abril de 2018) Incentivar a pesquisa e investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis aproveitando, em particular, o potencial de geração de energia eólica nesta zona do Submédio São Francisco [cf. Diagnóstico do MacroZEE da BHSF (MMA, 2017)] 	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2033 – Energia Elétrica 	*	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia – Administração Direta Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Empresa de Pesquisa Energética – EPE
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Energia (PNE 2030; PNE 2050 em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS” (prorrogado até 2022 pelo Decreto n.º 9357/2018, de 27 de abril) 	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Minas e Energia (MME) 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais – PEMC 2020-2030 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPED) Gerência de Energia e Mudanças Climáticas (GEMUC) Conselho Regional de Nord Pas-de-Calais/França Agência Francesa do Meio Ambiente e da Gestão de Energia Enviroconsult 	
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Mineiro de Energia Renovável – Energias de Minas 	<ul style="list-style-type: none"> Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de Fazenda (SEF), de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) Instituto de Desenvolvimento Integrado Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica em Minas Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2029 – Desenvolvimento Regional e Territorial 	*	<ul style="list-style-type: none"> MMA – Administração Direta MI – Administração Direta Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Pernambuco 2016/2019: Programa 1035 – Gestão dos recursos energéticos do estado 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Administração Direta
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas de Geração e Aproveitamento de Energia Solar no Estado 	

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Pernambucano de Micro e Minigeração de Energia Solar – PE Solar 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação e com a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE 	<ul style="list-style-type: none"> AGEFEPE
	(102)	<ul style="list-style-type: none"> PPA do Estado de Alagoas 2016/2019: Programa Indústria, energia e turismo 	*	<ul style="list-style-type: none"> SEINFRA SEAGRI Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) Agência de Fomento de Alagoas (AFAL)
<p>103. Promoção de políticas de redistribuição de renda e de criação de emprego, para além de qualificação e educação continuada para desenvolver economicamente as populações mais carenciadas, observando a vocação do município e as potencialidades econômicas e sociais da região (Zonas 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22)</p> <p>104. Promover o emprego temporário legal e os direitos das populações que se mobilizam para trabalhar nas lavouras das grandes propriedades de culturas de rendimento (Zona 10)</p>	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> PPA 2016-2019: 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços 	*	<ul style="list-style-type: none"> MDIC – Administração Direta Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia ODS: Plano de ação 2017/2019 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional para os ODS 	<ul style="list-style-type: none">
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) 	<ul style="list-style-type: none"> BNDES CNPq CONAB EMBRAPA FNDE FUNAI IBAMA ICMBio INCRA MAPA MCTIC SEAD MDS MMA
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> PPAG 2016-2019: Programa 152 – Programa de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste 		

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2016-2027 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) Fundação João Pinheiro (FJP) 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (Minas Gerais) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Instituto Euvaldo Lodi- IEL da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG/IEL 	<ul style="list-style-type: none"> Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> PPA Bahia 2016/2019: Programa Vida Melhor 	*	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A Bahia Pesca S/A Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade Secretaria de Desenvolvimento Rural
	(103, 104)	<ul style="list-style-type: none"> Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> SEPLAN 	
	(103)	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico de Desenvolvimento de Longo Prazo (Projeto Pernambuco 2035) 	<ul style="list-style-type: none"> Governo do Estado de Pernambuco (Secretaria de Planejamento e Gestão, mais especificamente, Instituto de Gestão PE e Agência Condepe/Fidem) Movimento Brasil Competitivo – MBC (Consórcio Pernambuco do Amanhã – Consultorias TGI, CEPLAN e Macroplan) 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria da Criança e da Juventude Secretaria de Educação Secretaria de Ciência e Tecnologia Secretaria de Saúde Secretaria de Defesa Social Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (CODECIPE) Secretaria Executiva de Ressocialização Secretaria das Cidades Secretaria de Infraestrutura COMPESA Secretaria das Cidades/ Companhia de Habitação e Obras (SECID/CEHAB)

Diretrizes específicas	N.º Diretriz	Políticas, planos, programas e projetos	Órgãos responsáveis	Fontes de recursos
				<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) • CPRH • SEMAS • Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária • SEDSDH/Secretaria da Mulher • Secretaria de Administração (SAD) • Assembleia Legislativa do Estado (Governo do Estado de Pernambuco & MBC, 2014)

* Nota: não existem responsáveis formais pelos programas no tocante à lógica atual dos PPA Federal e Estaduais.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

nemus ●
empowering
sustainability